



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ÚRSULA LIMA BRUGGE

GABRIELA, CRAVO E CANELA:
SUBJETIVIDADE FEMININA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE JORGE AMADO

FORTALEZA

2015

ÚRSULA LIMA BRUGGE

GABRIELA, CRAVO E CANELA:
SUBJETIVIDADE FEMININA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE JORGE
AMADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, área de concentração História da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. Pós-Dr. José Gerardo Vasconcelos.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B915g Brugge, Úrsula Lima.
 Gabriela, cravo e canela : subjetividade feminina e resistência na obra de Jorge Amado / Úrsula
 Lima Brugge. – 2015.
 181 f, enc. : 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
 Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.
 Área de Concentração: História e memória da educação.
 Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.
1. Amado, Jorge, 1912-2001. Gabriela, cravo e canela: crônica de uma cidade do interior – Crítica e
 interpretação. 2. Amado, Jorge, 1912-2001 – Personagens – Mulheres. 3. Subjetividade na literatura.
 4. Mulheres – Educação – Bahia – Séc. XX. 5. Mulheres – Usos e costumes – Bahia – Séc. XX.
 I. Título.

ÚRSULA LIMA BRUGGE

GABRIELA, CRAVO E CANELA:
SUBJETIVIDADE FEMININA E RESISTÊNCIA NA OBRA DE JORGE
AMADO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em: 28 / 07 / 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Pós-Dr. José Gerardo Vasconcelos (orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Pós-Dr. Charliton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba

Prof^a. Dra. Cellina Rodrigues Muniz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Pós-Dra. Lídia Eugênia Cavalcante
Universidade Federal do Ceará

Prof. Pós-Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues
Universidade Federal do Ceará

À minha pequena e adorável Dominique, pois
foi com ela que toda esta história começou...

&

Ao meu pequeno anjo Angelo, com quem
concluo essa aventura.

AGRADECIMENTOS

Ao Favianni da Silva, meu esposo, pelo carinho, pelos cuidados e pelo apoio.

À minha mãe, dona Fátima Brugge, pelas pequenas e grandes ajudas, direta ou indiretamente.

Ao professor Gerardo Vasconcelos, meu orientador, pela aposta feita, por acreditar em meu potencial e aceitar minha orientação.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa deste trabalho, por suas críticas construtivas que tanto me ajudaram no melhoramento da escrita.

Aos professores da linha de História e Memória da Educação, pelo apoio, incentivo, palavras amigas e por suas lições que tanto contribuíram para minha formação humana e intelectual.

Aos professores da linha de Filosofia e Sociologia da Educação, pois devo a eles as bases da minha formação filosófica e a minha aprovação no Doutorado.

Aos companheiros do Mestrado e Doutorado das linhas de História e Memória da Educação (NHIME) e Filosofia e Sociologia da Educação (FILOS), por todos os momentos que passamos juntos ao longo desses anos.

À Capes, pelo financiamento.

“Eu tenho sido criticado de todos os lados por pensar pela minha cabeça. Tenho até sido considerado machista porque as mulheres dos meus livros são como elas são na realidade brasileira. Eu descrevo a realidade... não posso virar de costas e falsificá-la.”

(Jorge Amado)

RESUMO

Neste trabalho é feita uma análise da obra *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado, buscando responder duas questões principais: 1) como se dão os processos de subjetivação/formação das mulheres dentro do romance *Gabriela, Cravo e Canela*? 2) Até que ponto as personagens femininas desse romance – especialmente a protagonista – representam resistências aos modos de subjetivação das mulheres na sociedade brasileira descrita na narrativa? Nesse sentido, o primeiro objetivo desta pesquisa é o de descrever os modos de subjetivação/educação das mulheres dentro do referido romance, elucidando, dessa forma, os modos socialmente normatizados de produção do feminino. Por outro lado, também é objetivo desta pesquisa a análise das personagens femininas em suas manifestações de resistência a esses mesmo modos de subjetivação das mulheres outrora descritos. O trabalho se desenvolve a partir de uma perspectiva interdisciplinar, pressupondo a relação entre o romance e o contexto sociocultural que este narra, buscando explicitar as articulações existentes entre o plano romanesco e o plano social. Nessa perspectiva, é utilizado, como embasamento teórico-metodológico, certas formulações advindas do campo da História, da Filosofia e da Educação. O trabalho está dividido em Introdução, quatro capítulos e conclusão: na introdução estão a localização e apresentação da problemática de estudo, uma discussão a respeito do que é literatura e um breve resumo da obra em análise. O primeiro capítulo é dedicado a Malvina, uma personagem que se destaca por seu caráter revolucionário e questionador da ordem estabelecida; o segundo, é dedicado a Sinhazinha, a esposa adúltera de um coronel que, por conta desse romance extraconjugal, acaba assassinada pelo marido logo nas primeiras páginas do livro; o terceiro é dedicado a Glória, a qual, ao contrário das duas personagens que protagonizam os dois primeiros capítulos, não se trata de uma *mulher de família*, mas da amante de um coronel – nesse capítulo há uma discussão a respeito de prostituição; por fim, após ter-se demonstrado todas as características que, de alguma forma, comprovam certas resistências das demais personagens em relação ao sistema, mas que não são suficientemente fortes para fazer delas verdadeiras tangencialidades ao que estava posto às mulheres, fossem elas *de família* ou *prostituídas*, tem-se o quarto capítulo dedicado a Gabriela, a mulher que não precisava de perfumes e roupas de seda para ser a mais bela, que não precisava de casamento para amar, que não precisava de luxos para ser feliz. Gabriela, o contrário perfeito dos contrários da obra.

Palavras-chave: Gabriela, Cravo e Canela. Educação da mulher. Diferença. Resistência.

RESUMEN

En este trabajo es hecho un análisis de la obra *Gabriela, Clavo y Canela* de Jorge Amado, buscando a responder dos cuestiones principales: 1) ¿Cómo se dan los procesos de subjetivación/formación de las mujeres dentro de la novela *Gabriela, Clavo y Canela*? 2) ¿Hasta que punto los personajes femeninos de esta novela – especialmente la protagonista – representan resistencia a los modos de subjetivación de las mujeres en la sociedad brasileña descrita en la narrativa? En este sentido, el primer objetivo de esta pesquisa es lo de describir los modos de subjetivación/educación de las mujeres dentro de la referida novela, aclarando, de esta manera, los modos socialmente normalizados de producción del femenino. Por el otro lado, también es objetivo de esta pesquisa el análisis de los personajes femeninos en sus manifestaciones de resistencia a estos mismos modos de subjetivación de las mujeres otrora descritos. El trabajo se desarrolla a partir de una perspectiva interdisciplinaria, presuponiendo la relación entre la novela y el contexto sociocultural que este narra, buscando mostrar las articulaciones existentes entre el plano romanesco y el plano social. En esta perspectiva, es utilizado, como aporte teórico-metodológico, algunas formulaciones advenidas del campo de la Historia, de la Filosofía y de la Educación. El trabajo está dividido en Introducción, cuatro capítulos y conclusión: en la introducción están la localización de la problemática del estudio, una discusión a respecto de lo que es literatura y un breve resumen de la obra en análisis. El primer capítulo es dedicado a Malvina, un personaje que se destaca por su carácter revolucionario y cuestionador del orden establecido; el segundo, es dedicado a Sinhazinha, la esposa adúltera de un coronel que, debido a este romance extraconyugal, es asesinada por su esposo logo en las primeras páginas del libro; el tercero es dedicado a Gloria, a cual, al revés de los dos personajes que protagonizan los dos primeros capítulos, no es una *mujer de familia*, pero la amante de un coronel – en este capítulo hay una discusión a respecto de prostitución; por fin, después de haberse demostrado todas las características que, de algún modo, comprueban ciertas resistencias de los demás personajes femeninos en relación al sistema, pero que no son suficientemente fuertes para hacer de ellas verdaderas tangencialidades al que estaba puesto a las mujeres, fueran ellas *de familia* o *prostituidas*, hay el cuarto capítulo dedicado a Gabriela, la mujer que no necesitaba de perfumes y ropas de seda para ser la más bella, que no necesitaba de boda para amar, que no necesitaba de lujos para serse feliz. Gabriela, el contrario perfecto de los contrarios de la obra.

Palabras-clave: Gabriela, Clavo y Canela. Educación de la mujer. Diferencia. Resistencia.

SUMÁRIO

1	NOTAS INTRODUTÓRIAS, APONTAMENTOS DE UMA INTRODUÇÃO QUE JAMAIS ESCREVEREI	10
1.1	Dos encontros com Jorge Amado e o por quê de Gabriela	12
1.2	Dos objetivos da pesquisa	14
1.3	Da operacionalização da pesquisa	15
1.4	O que é literatura?	16
1.5	Um pouco sobre o romance	24
1.6	Da tese	31
2	A VIRGEM NO ROCHEDO	32
2.1	Das inquietações de Malvina	32
2.2	Mulheres educadas	34
2.3	Malvina leitora	42
2.4	As novas Heloíças	51
2.5	O segredo de Malvina	58
3	AS MEIAS PRETAS	56
3.1	Da lei cruel	66
3.2	Os caprichos do dentista ou de são Sebastião	69
3.3	Velhos e novos costumes	74
3.4	Apontando culpados	77
3.5	Do amor	81
3.6	Costumes de mulher	85
3.7	Subjetivação e diferença	89
4	A SOLIDÃO DE GLÓRIA	95
4.1	Histórias de raparigas	95
4.2	Um professor gigolô	97
4.3	Da prostituição	101
4.4	Da subjetivação de Glória	106
4.5	O oficial fim da solidão	111
5	UMA MULHER SEM EXPLICAÇÃO	114
5.1	Os descaminhos do amor	114
5.2	Irresistível	119
5.3	No dia seguinte	120
5.4	Uma confusão de sentimentos	121
5.5	Gabriela na berlinda	125

5.6	A senhora Saad ou de como Gabriela foi desaparecendo	137
5.7	Um flor murchando no jarro	142
5.8	Um parêntesis: Gabriela importante	148
5.9	O outro	149
5.10	A grande solução	150
5.11	Um final surpreendente	151
6	NOTAS FINAIS, APONTAMENTOS DE UMA CONCLUSÃO QUE TAMPOUCO ESCREVEREI	154
6.1	Do método	154
6.2	Dos objetivos	160
6.3	Dos códigos amadianos	172
6.4	Por fim	174
	REFERÊNCIAS.....	175

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS – APONTAMENTOS PARA UMA INTRODUÇÃO QUE JAMAIS ESCREVEREI¹

Após dois anos dedicados à análise da produção midiática imagético-discursiva dos corpos femininos contemporâneos, múltiplas questões surgiram em meus horizontes de pesquisa. Posso afirmar que, ao encerrar aquele trabalho, senti meu limite: percebi que mantive meu olhar centrado sobre uma ínfima parte de um enorme *iceberg* que, afinal, constituía meu universo de pesquisa. Sinto hoje a necessidade de avançar, de mergulhar neste oceano de possibilidades e explorar aquilo que extrapolou minha percepção e minhas possibilidades naquele registro.

Como disse, pesquisei a formação discursiva do corpo feminino na contemporaneidade. Estudei os jogos de investimentos que a mídia estabelece a fim de produzir um determinado perfil de corpo que é por ela apontado como *ideal, belo, saudável, desejável, feminino*. Para tanto, analisei registros discursivos presentes em revistas femininas e cujo foco são os cuidados com o corpo; no caso, as revistas *Corpo a Corpo* e *Boa Forma*. Assim, entre minhas análises a respeito das estratégias discursivas em torno das quais a mídia se organiza para fazer funcionar seu “dispositivo pedagógico” (Fischer, 2002) e das estratégias de legitimação do discurso que visam garantir a fidedignidade necessária para a sustentação do regime de verdade estabelecido pela mídia, pude perceber um dado perfil de corpo feminino sendo meticulosamente projetado.

Um corpo jovem, magro, trajado segundo a moda, de *belas* formas e *boa* aparência. Um corpo impedido de engordar, de envelhecer e de ter em sua expressão qualquer tipo de manifestação de sua idade ou dos contornos que sua condição humana lhe impõe. Um corpo sem manchas, sem rugas, sem estrias, sem celulite; uma expressão limpa de imperfeições e cujas formas são definidas a partir de um conjunto de intervenções tecnológicas que atravessam e constituem o corpo feminino de uma dada forma.

Em poucas palavras, produzi um registro a respeito dos modos midiáticos contemporâneos de subjetivação/formação/educação corpo feminino. Defendi que as revistas ensinam as mulheres a serem *mulheres*; que elas, as revistas, se constituem como um espaço plenamente pedagógico, não só pelo fato de explicitarem seus assuntos de modo didático, mas por se mostrarem como uma verdadeira maquinaria de produção de verdades sobre e para um

1 Referência ao subtítulo do livro *Navegação de cabotagem - apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei* de Jorge Amado de 1992.

sujeito feminino que deve aprender, através delas, a olhar para si, a julgar-se e a cuidar de si. Desse modo, afirmei de modo bastante categórico, em meu trabalho, a existência de uma estreita relação entre o discurso da mídia e a subjetivação do corpo feminino contemporâneo. E, por esse motivo, fui por diversas vezes interpelada, ao longo da pesquisa, a respeito das resistências a esses investimentos: onde estão as linhas de fuga?

Contudo, tomando apenas o universo discursivo em pauta naquela análise – o das revistas femininas –, não consegui localizar nenhum foco de resistência: o discurso midiático é maleável; mediante possíveis focos de resistência, ele muda, busca outras estratégias. É comum que um enunciado apontado, *a priori*, aos cuidados com a beleza seja imediatamente associado à manutenção da saúde, do bem-estar, da felicidade, da autoestima etc. Essa é, por certo, uma das estratégias do discurso para neutralizar justamente possíveis focos de resistência. Com isso, ainda que as leitoras relutem contra a *ditadura da beleza*, elas possivelmente acabarão por se submeter a tais normas, afinal, o que está em jogo agora é a sua saúde (e a sua vida!).

No entanto, essa questão das resistências foi algo que realmente passou a me incomodar. Afinal, não há mesmo como escapar desses ideais, normas, regras e imposições que envolvem o feminino e lhe ditam um dado modo de pensar, de ser e de agir? E não estou mais aqui problematizando restritamente o *corpo*, mas expandindo minha perspectiva, ponho em xeque questões mais gerais que envolvem a existência feminina como um todo – por exemplo, os lugares sociais da mulher, sua formação educacional, seus sentimentos, a trajetória histórica da mulher etc.. E, expandindo ainda mais, começo a pensar não em termos de *feminino*, mas de *femininos*, no sentido da não-existência de um *modelo de feminino*, mas da existência da pluralidade, da diversidade e das diferenças.

Mas, como disse, se o campo discursivo da mídia se revelou pouco fértil para pensar a problemática das resistências, de onde partir então? Foi nesse ponto que se deu meu afastamento do discurso da mídia e minha aproximação ao campo da literatura. À medida que fui me aproximando desse universo discursivo, comecei a perceber nele um campo fértil para a expressão da tão questionada resistência aos modelos estabelecidos e ao discurso que envolve a subjetivação da mulher.

Enquanto o discurso midiático está demasiadamente comprometido com um discurso de verdade de bases empíricas e comprováveis, a literatura, por sua capacidade artística e ficcional, está liberta de tais amarras. Ela pode criar uma realidade paralela; pode confrontar os padrões sociais vigentes na realidade cotidiana das ruas e lares; pode explorar outras

dimensões; pode ser irônica; pode ser crítica e pode, especialmente, ser criativa. Daí tão facilmente servir de cenário para a expressão de resistência à realidade vigente.

Ponho-me a pensar, por exemplo, o quão estranho soaria se uma revista como *Corpo a Corpo* lançasse uma matéria cujo conteúdo concluísse que as mulheres não precisam de tantos adornos, maquiagens, perfumes, roupas, sapatos e intervenções tecnológicas para serem bonitas e atraentes. Mas, na contrapartida, em nada choca saber que a Gabriela de Jorge Amado se destaca por sua beleza e sensualidade, embora simples, pobre, vestida em trapos, exalando seu cheiro (natural) de cravo. Por quê? Porque a literatura se permite a esse tipo de imagem, porque ela está aberta à inspiração, ao novo, ao diferente.

Neste trabalho resolvi, pois, arriscar-me pelo campo discursivo da literatura. Um campo novo para mim, é verdade; obscuro algumas vezes, mas extremamente interessante de ser investigado. Nele, busco manifestações de resistência às normas, às regras e aos modos de subjetivação estabelecidos e impostos às mulheres. Em outras palavras, busco na literatura novas ideias à educação da mulher, ideias estas que escapem ao que temos hoje como natural, como comum à educação do feminino.

1.1 Do encontro com Jorge Amado e o por quê de Gabriela

Tinha, há algum tempo, certa familiaridade com a história de *Gabriela, Cravo e Canela*; por suas montagens para o cinema e televisão, a obra ganhou uma maior propulsão e popularidade; não poderia, pois, abster-me da curiosidade gerada ao ver a imagem de Sônia Braga em alguma lembrança da novela da Rede Globo de 1975, de autoria de Walter George Durst, ou em algum encarte do filme de Bruno Barreto de 1983 – o qual assisti há muitos anos atrás.

Com a remontagem da novela em 2012 para a televisão – novamente pela Rede Globo, assinada agora por Walcyr Carrasco e com Juliana Paes no papel principal – e, acompanhada dos muitos questionamentos residuais do meu mestrado, acabei por enxergar nessa história indícios de que, através dela, poderia, talvez, encontrar algumas das respostas que estava procurando desde 2010, quando defendi minha dissertação.

Assistia *Gabriela* e, cada vez mais, achava aquela mulata cor de canela *diferente*. Seus modos, suas escolhas, sua postura, suas decisões, tudo nela parecia contrastar com as demais personagens femininas da narrativa – fossem solteiras, casadas ou prostitutas. Mas, será que no romance também era assim?

Não queria, pois, partir das montagens, já que muitos elementos – como os sentimentos, os pensamentos e as motivações – que envolvem as personagens e que as definem acabam, muitas vezes, se perdendo quando um romance literário é adaptado para o cinema, teatro ou televisão.

Resolvi, pois, comprar o romance e, assim, iniciei a leitura. Não propriamente uma leitura comum, *de cabeceira*. Desde o começo estabeleci uma postura investigativa diante da obra, lendo-a de modo criterioso, analítico, atentando-me para as minúcias de cada passagem. O objetivo era averiguar, por um lado, a solidez das ideias que me estavam surgindo a medida em que me envolvia com a história de *Gabriela*², por outro, atestar a viabilidade de desenvolver tal estudo.

Ainda em meados da leitura, já tinha elementos suficientes para garantir a viabilidade da pesquisa. Mas, naquela ocasião, acreditava que somente um estudo comparativo entre as protagonistas de Jorge Amado – a saber, Gabriela, Dona Flor, Tereza Batista e Tieta³ – poderia ser relevante. O objetivo seria analisar a questão da resistência feminina dentro da obra de Jorge Amado, tomando suas protagonistas, por sua posição de destaque dentro de suas respectivas obras, como foco de análise.

No entanto, ao finalizar a leitura de *Gabriela, Cravo e Canela*, percebi que a diferença de Gabriela só ganha efetivo realce quando contrastada com as demais personagens do seu próprio romance. Desse modo, atestei que a melhor forma de tentar compreender Gabriela, seria, antes de tudo, elucidando as características – sentimentos, educação, motivações, pensamentos, ações, reações, trajetórias etc. – das demais personagens femininas que a cercam no romance.

Essa elucidação, contudo, se mostrou bastante desafiadora: ao contrário do que pensava em um primeiro momento, as demais personagens femininas que compõem o romance não são em nada lineares, simplórias e de fácil caracterização. Glória, Malvina, Sinhazinha, por exemplo, são personagens extremamente complexas, controversas e desafiadoras. Elas puseram em xeque por diversas vezes minha argumentação e minhas hipóteses iniciais – a principal delas, a de que Gabriela era a *única* a se destacar por sua diferença dentro do romance. Cada qual, a seu modo, é também diferença e isso fez com que ganhassem destaque cada vez maior em minha problematização.

2 Refiro-me aqui à novela

3 Protagonistas, respectivamente, dos romances *Gabriela, Cravo e Canela*, *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Tereza Batista Cansada de Guerra* e *Tieta do Agreste*.

Assim sendo, diante da complexidade que o objeto foi tomando e diante também do modo como decidi operacionalizar a pesquisa – fazendo um jogo entre os achados do romance e discussões teóricas de cunho histórico e filosófico – achei melhor restringir este estudo à obra *Gabriela, Cravo e Canela* e suas personagens.

1.2 Dos objetivos da pesquisa

A problemática desta pesquisa se resume, pois, em duas perguntas-chave:

- 1) Como se dão os processos de subjetivação/formação das mulheres dentro do romance *Gabriela, Cravo e Canela*?
- 2) Até que ponto as personagens femininas desse romance – especialmente a protagonista – representam resistências aos modos de subjetivação das mulheres na sociedade brasileira apresentada na narrativa?

Meu objetivo geral é pensar o fenômeno da educação das mulheres (seus modos de subjetivação) por dentro da literatura de Jorge Amado, especialmente através da obra *Gabriela, Cravo e Canela*.

Especificamente, objetivo:

- 1) Descrever os modos de subjetivação/educação das mulheres dentro do referido romance;
- 2) Analisar as personagens femininas em suas manifestações de resistência aos modos de subjetivação das mulheres na sociedade brasileira apresentada no romance.

Com este trabalho defendo, pois, a tese de que a literatura de Jorge Amado constitui-se como um rico espaço de manifestações de resistência ao discurso corrente a respeito das mulheres e seus modos de subjetivação.

É importante ressaltar que o termo *subjetivação* aqui empregado designa um processo pelo qual se obtém a constituição de um *sujeito*. Segundo Foucault (1987), os modos ou processos de subjetivação ocorrem por duas vias: de um lado, a partir das práticas de objetivação que transformam seres humanos em *sujeitos*; de outro lado, a partir da relação que os sujeitos estabelecem consigo mesmos (cuidados de si). Compreendo, pois, que os modos de subjetivação são, em última análise, processos educacionais que visam a produção de um dado *sujeito*, resultado das práticas de saber e de poder por ele atravessadas. Nesses termos, quando utilizo o termo *processos/modos/práticas de subjetivação* ou simplesmente

subjetivação, estou compreendendo aí processos educacionais, no sentido de a educação ser, em última análise, um processo de produção de *sujeitos*.

1.3 Da operacionalização da pesquisa

No campo da educação, a literatura geralmente é abordada em termos de literatura infantil ou como ferramenta de auxílio às metodologias de alfabetização e letramento. O que empreendo, com este trabalho, é algo bem distinto. Utilizo a literatura como instrumento de investigação, dando-lhe um tratamento analítico-interpretativo, a partir de pressupostos históricos, filosóficos e educacionais.

Como dito, iniciei meu trabalho com uma leitura criteriosa e pormenorizada do romance, fazendo anotações, destacando partes importantes do texto nas quais era possível observar aspectos relativos à personalidade, aparência física e elementos da trajetória de vida, moral e costumes de cada personagem.

Terminado esse primeiro estágio, passei para a segunda fase de leitura do romance. Retomando-o do princípio, iniciei o registro de minhas anotações e das principais passagens que destaquei ao longo da primeira leitura. O objetivo era mapear a obra e criar uma espécie de *banco de citações*. Com isso, por um lado, pude fazer uma releitura do romance e ter uma visão mais clara da narrativa como um todo; por outro, a criação do *banco* me ajudou na análise individualizada de cada personagem – posto que pude reunir as principais passagens referentes a cada uma – e, na hora da escrita da tese, pois ficou mais rápido encontrar as passagens pertinentes à argumentação.

A terceira fase de trabalho com a fonte foi a separação das citações em categorias. Foram treze ao total: *Gabriela, Sinhazinha, Malvina, Glória, Solteironas, Nacib, Tônico, Educação Formal, Prostituição, Mulher Casada, Costumes Masculinos, Progresso e Mulher*. A categoria *Mulher Casada* se diferenciava da categoria *Mulher* pelo fato de que, na primeira, concentrei especificamente o que foi dito sobre as mulheres que já haviam contraído matrimônio; já na categoria *Mulher*, concentrei citações de cunho mais geral – como a percepção de certas personagens sobre as mulheres, costumes femininos, ações de moças solteiras etc.

Conjuntamente, fui elencando um conjunto de assuntos importantes que de alguma forma estão relacionados com a composição e trajetória de cada personagem. Por exemplo, para analisar Glória percebi que necessitava compreender sobre a temática da prostituição. Já para analisar Malvina, precisaria localizar historicamente sua formação moral e educacional.

Sinhazinha, por sua vez, suscitava um estudo sobre a mulher no cotidiano do lar, moral e bons costumes.

Desse modo, fui, paralelamente, pesquisando a respeito desses temas, selecionando autores e fazendo leituras de cunho teórico-conceitual para melhor embasar minha argumentação ao longo dos capítulos que compõem esta tese. Juntamente, pesquisei teses, dissertações e trabalhos em geral sobre *Gabriela, Cravo e Canela*; e, pesquisei também sobre *literatura*, sobre esse campo discursivo que, afinal, está no coração da problemática abordada neste trabalho.

1.4 O que é literatura?

Trabalhar com literatura significa, antes de tudo, mexer com um objeto que vem gerando muitos debates e controvérsias (Eagleton, 2006; Souza, 2006; Wellek & Warren, 2003; Moisés, 1969; Foucault, 2009). Defini-la, *a priori*, parece tarefa simples, mas ao depararmos com os diferentes posicionamentos de autores que vêm se arriscando na tentativa de desenvolver tal conceito, percebemos que essa problemática é bem mais complexa do que podemos pensar em um primeiro momento.

O conceito é aquele elemento que consegue dar significação às manifestações do significado. Determinar, pois, um conceito significa estabelecer os limites de um dado conjunto, delimitando o que *é* e o que *não é* próprio a ele. O desenvolvimento de um conceito parece questão simples quando pensamos em termos de coisas concretas, mas, quando nos deparamos com objetos sociais, com criações humanas – como é o caso da literatura –, a elaboração conceitual torna-se uma tarefa bastante complexa.

Para Moisés (1969, p. 14), “Literatura é a expressão, pela palavra escrita, dos conteúdos da ficção, ou imaginação”.

Terry Eagleton (2006, p. 03), por sua vez, lança um questionamento: se assumirmos como verdade que o elemento que caracteriza a literatura é a escrita *criativa* ou *imaginativa*, poderíamos dizer, então, que da História, da Filosofia ou das Ciências Naturais foram subtraídas a imaginação e a criação?

A partir do questionamento de Eagleton, podemos pensar, por exemplo, a respeito de obras como *Assim Falava Zaratustra* de Nietzsche? Qual a sua natureza? Se assumirmos que ela é *literária*, seria verdadeiro afirmar que ela não possui valor filosófico? Mas se assumirmos que seja *filosófica*, estaria ela destituída de caráter literário? E obras como *O Universo Numa Casca de Noz* de Stephen Hawking ou *O Mundo de Sofia* de Jostein Gaarder?

O que dizer de tais obras? Com esses exemplos, podemos perceber a real fragilidade de uma definição como a de Moisés (1969) que associa a literatura à escrita *imaginativa*.

Para Eagleton (2006), portanto, a distinção entre *fato* e *ficção* não parece ser um critério interessante para a definição da literatura: o autor ressalta, por exemplo, que existem obras que são apontadas por uns como *factuais* e por outros como *ficcionais* – como é o caso do livro de *Gênesis* presente na Bíblia. Fora isso, se por um lado há na literatura uma inclusão bastante considerável da escrita *factual* – por exemplo, o livro *Agosto* de Rubem Fonseca e *Os Sertões* de Euclides da Cunha – por outro, dela também é excluída uma boa parte da escrita *ficcional* – por exemplo, as histórias em quadrinhos.

Outra definição de literatura analisada por Eagleton (2006) é a proposta pelos formalistas russos. Segundo o autor, para eles, a literatura não é definida pelo fato de ser ou não ficcional ou imaginativa, mas por empregar a linguagem de forma particular; uma espécie de “violência organizada contra a fala comum” (EAGLETON, 2006, p. 03). Como explica, para os formalistas,

A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana. Se alguém se aproximar de mim em um ponto de ônibus e disser: “Tu, noiva ainda imaculada da quietude”, tenho consciência imediata de que estou na presença de um literário. Sei disso porque a tessitura, o ritmo e a ressonância das palavras superam o seu significado abstrato – ou, como os linguistas diriam de maneira mais técnica, existe uma desconformidade entre os significantes e os significados. Trata-se de um tipo de linguagem que chama a atenção sobre si mesma e exhibe uma existência material, ao contrário do que ocorre com frases como: “Você não sabe que os motoristas de ônibus estão em greve?” (EAGLETON, 2006, p. 03).

Os formalistas russos eram um grupo de críticos militantes surgido na década de 1910, os quais rejeitavam a doutrina simbolista⁴ que influenciava a crítica literária até então. Envolvidos em um espírito prático e científico, propunham uma nova forma de análise do conteúdo literário, mudando o foco de atenção para a realidade material do texto. Caberia, pois, à crítica afastar-se de uma visão mística sobre as obras literárias, preocupando-se com o modo pelo qual o texto literário funciona na prática.

Contrapondo-se aos simbolistas, os formalistas russos entendiam que a literatura possui leis, estruturas e mecanismos específicos que devem ser estudados em si. Nesse sentido, afastaram-se da análise do *conteúdo literário* (o que levava a recorrer à psicologia e à

4 O simbolismo foi um movimento artístico e literário que surgiu na França, no final do século XIX, em oposição ao Realismo e ao Naturalismo vigentes na época. Entre as principais características, destacam-se o acirramento dos ideais românticos, o subjetivismo e o transcendentalismo. Enfatizavam-se temáticas místicas, imaginárias e espirituais.

sociologia) e estabeleceram o estudo da *forma literária*. E, “Longe de considerarem a forma como a expressão do conteúdo, eles inverteram essa relação: o conteúdo era simplesmente a 'motivação' da forma, uma ocasião ou pretexto para um tipo específico de exercício formal.” (EAGLETON, 2006, p. 4).

Os formalistas entendiam, desse modo, que a obra literária não seria um veículo de ideias e reflexões sobre a realidade social, tampouco a encarnação de uma verdade transcendental. A literatura era, para eles, um fato material, cujo funcionamento poderia ser analisado a partir da materialidade e do funcionamento do texto em si. A literatura, segundo esse grupo, é feita de palavras, não de objetos ou sentimentos, sendo um erro tomá-la como expressão do pensamento do autor (EAGLETON, 2006, p. 4). Em essência, o formalismo foi a aplicação da linguística à análise literária⁵.

Em termos gerais, os formalistas russos entendiam que a linguagem literária era uma espécie de *desvio à norma*, isto é, uma forma especial de linguagem que contrasta com a linguagem cotidiana. No entanto, afirma Eagleton, para se identificar um dado *desvio* é necessário primeiro caracterizar a *norma* da qual esse desvio se afasta. Mas, a ideia da existência de uma linguagem *una, normal*, utilizada igualmente por todos os sujeitos de uma dada sociedade é falsa: toda linguagem em uso consiste em uma variedade muito complexa de discursos, os quais se diferenciam conforme a região, a situação, o gênero e a classe dos sujeitos que a utilizam. Não há, pois, como unificar a linguagem em uma única comunidade linguística homogênea.

Mas os formalistas tinham consciência dessa questão. Segundo Eagleton (2006), eles reconheciam que as normas e os desvios se modificam dependendo do contexto social e histórico. Como explica, a *estranheza* de um texto não garante que ele sempre foi e continuará sempre sendo *estranho*. Para os formalistas, se um texto se apresenta *estranho*, é por estar em contraposição a um dado plano linguístico normativo; contudo, caso esse plano se modifique, tal texto pode deixar de ser *estranho* – isto é, *literário*. Como explica,

Se todos usassem frases como “Noiva imaculada da quietude” numa conversação corriqueira de bar, esse tipo de linguagem poderia deixar de ser poético. Em outras palavras, para os formalistas, o caráter “literário” advinha das relações diferenciais entre um tipo de discurso e outro, não sendo, portanto, uma característica perene. Eles não queriam definir a “literatura”, mas a “literaturidade” – os usos especiais da linguagem –, que não apenas podiam ser encontrados em textos “literários”, mas também em muitas outras circunstâncias exteriores a eles. (EAGLETON, 2006, p. 8).

5 A linguística é um tipo formal de análise da linguagem, preocupada especialmente com suas estruturas e não propriamente com o que ela diz.

No entanto, aponta Eagleton, existem dois problemas com relação a esse argumento da estranheza: por um lado, tal argumento nos leva a pensar a literatura, antes de tudo, como *poesia*, o que acabaria por excluir do rol literário um conjunto de expressões de linguagem que são verbalmente interessantes, mas que, nesse sentido, não poderiam ser classificadas como *literárias* – como as piadas, os *slogans* e refrãos de torcidas de futebol, manchetes de jornal, anúncios (EAGLETON, 2006); por outro, uma vez que bem trabalhados, qualquer tipo de escrita poderia acabar sendo considerada *estranha*, ou seja, *literária*.

Um nome representativo do movimento formalista foi o semiologista francês Roland Barthes. Em sua obra *Aula*⁶, Barthes faz uma análise sobre literatura partindo do pressuposto da relação entre poder e língua. Iniciando suas considerações, o autor fala a respeito da sua percepção, defendendo o pressuposto da pluralidade do poder:

A “inocência” moderna fala do poder como se ele fosse um: de um lado, aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto exemplarmente político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas, em suma, que ele é sempre uno. E no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? “Meu nome é Legião”, poderia dizer: por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. (BARTHES, 1977, p. 9-10).

Assim como Foucault (1979, 1987), Barthes acredita que o poder se faz presente nos mais finos mecanismos sociais – não somente no Estado, nas classes ou nos grupos (como defendem os marxistas), mas espalhado por toda a malha social, “nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos libertadores que tentam contestá-lo.” (BARTHES, 1977, p. 10). Em poucas palavras, ele entende por *discurso de poder* todo e qualquer discurso que engendre o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daqueles que o recebem.

O autor fala então a respeito da luta contra o poder. Como diz,

Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra os poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisa. (BARTHES, 1977, p. 10-11).

6 Texto de sua aula inaugural no *Collège de France*, ao assumir a cátedra de semiologia em 1977.

Em outras palavras, o poder possui uma certa mecânica que lhe permite metamorfosear-se e investir em novos domínios frente a possíveis focos de resistência. Como diria Foucault, “a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua” (FOUCAULT, 1979, p. 146).

Mas, para Barthes, essa capacidade do poder tem uma razão:

[...] o poder é o parasita de um organismo transsocial, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. (BARTHES, 1977, p. 11).

Segundo Barthes, a linguagem é uma legislação – no sentido de ter um conjunto de regras a que devemos nos submeter – ao passo que a língua é o seu código – ou seja, é a materialização do código linguístico. Ainda segundo o autor, não somos capazes de enxergar o poder que reside na língua pelo fato de que esquecemos que toda língua é classificatória e que toda classificação é sempre uma opressão. Entre outros exemplos podemos citar que na língua portuguesa todo e qualquer objeto tem de ser classificado no gênero masculino ou feminino; para marcar a relação com o outro necessariamente temos que recorrer aos pronomes pessoais *tu* ou *vós*, ou a algum pronome de tratamento – sendo que, esses pronomes não podem ser usados de qualquer modo pelo falante, pois têm a sua referida e restrita utilização⁷.

Nesse sentido, a língua é, para Barthes, um objeto de sujeição e, fatalmente, de alienação. Por estarmos todos aprisionados dentro do código linguístico, somos, necessariamente, escravos da língua. Como afirma, “[...] a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1977, p. 12) – dizer de um dado modo, conforme um conjunto de regras preexistentes que são impostas aos sujeitos falantes. Ainda segundo Barthes (1977, p. 14),

Na língua, portanto, servidão e poder se confundem inelutavelmente. Se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem. Infelizmente, a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado.

7 Por exemplo: Vossa Alteza, sempre é usado para príncipes, ao passo que Vossa Majestade é usado apenas para reis e rainhas; Vossa Eminência é empregado apenas para dirigir-se a cardeais e Vossa Santidade, ao Papa; assim por diante.

O que fazer então? Como é possível vislumbrar uma experiência de liberdade se estamos todos envolvidos pelos ditames da língua? Barthes diria: trapaceando a língua com a língua; em outras palavras, recorrendo à *literatura*.

Entendo por *literatura* não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo de pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela visio, portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro. (BARTHES, 1977, p. 15).

Em poucas palavras, para Barthes, a literatura é a utilização da linguagem não submetida ao poder. Sua concepção se deve ao fato de que, para ele, a linguagem literária não precisa da estruturação linguística para se fazer entender. O escritor que utiliza dessa linguagem não é, de modo algum, obrigado a emoldurar sua obra em estruturas linguísticas pré-fixadas. Na literatura, ele está livre para escolher e criar uma estrutura própria, através da qual possa expressar seus pensamentos, sentimentos e ideias. Desse modo, o escritor se torna capaz de criar textos que vão além da capacidade comunicativa, que extrapolam os limites da língua e da linguagem, passando a outro patamar: o da expressão artística.

Enquanto o discurso científico utiliza de uma linguagem direta e não permite ambiguidades, na literatura, as palavras assumem novos significados e representações. As palavras passam a ter *sabor* (BARTHES, 1977, p. 19). Isto é, a linguagem literária, para Barthes, permite que as palavras assumam vida própria, tomando novas significações, para além daquelas conferidas usualmente.

Por fim, é importante salientar que, para Barthes, uma das funções da literatura é a representação do real. Contudo, essa representação é feita de modo especial, posto que o real, por sua natureza pluridimensional, não pode ser plenamente representado em um plano unidimensional. Assim, Barthes afirma que a literatura é utópica, uma vez que permite a criação de novas realidade, conferindo às palavras uma verdadeira heteronomia das coisas.

Retomando a argumentação de Eagleton (2006), outra definição analisada pelo autor é a de que a literatura seria um tipo de discurso “não pragmático” que se refere apenas a um estado geral das coisas e, ao contrário dos manuais científicos, não tem nenhuma finalidade prática imediata.

Essa leitura também concentra certos problemas segundo o autor: primeiro, em boa parte do que é considerado *literatura*, o valor verídico e a relevância prática são elementos considerados importantes para fins gerais. Segundo, há uma certa quantidade de escritos que

foram produzidos com a intenção de serem *literários*, mas isso não lhes garante que necessariamente todas as leituras a eles desveladas serão sempre de cunho não pragmático. Como exemplo, no livro *Besouro Cordão de Ouro: o capoeira justiceiro* de José Gerardo Vasconcelos (2009), o autor utiliza da obra de Jorge Amado⁸ como fonte de pesquisa; este próprio trabalho de tese, lança um olhar técnico-científico sobre um romance *literário*, buscando nele elementos para pensar um problema de cunho pragmático/científico.

Do mesmo modo, muitas obras hoje estudadas pela academia como *literárias* não necessariamente foram escritas para assim sê-lo – por exemplo, *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Em outras palavras, um dado texto pode começar sua existência como História, Jornalismo ou Filosofia e, em um determinado momento, passar a ser classificado como *literatura*. Do mesmo modo, um texto pode surgir sob a marca de ser *literário* e, com o tempo e as leituras a ele feitas, passar a ser valorizado por sua contribuição ao campo da ciência. Ou seja, “Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta” (EAGLETON, 2006, p. 13).

Isso significa que, a partir desse ponto de vista, o nascimento de um texto é menos significativo do que a leitura que dele será feita. Se os leitores dizem que um dado texto é *literatura*, então, ao que parece, assim será classificado, independentemente das intenções prévias do seu autor. Nesse sentido, como explica Eagleton (2006, p. 13), “[...] podemos pensar na literatura menos como uma qualidade inerente, ou como um conjunto de qualidades evidenciadas por certos tipos de escritos [...] do que como várias maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com a escrita.”. Em outras palavras, a *essência* da literatura não existiria posto que qualquer fragmento textual pode ser lido de modo não pragmático – caso seja isso o que confere o *status* de *literário* a um texto – bem como qualquer escrito pode ser lido pragmaticamente (EAGLETON, 2006, p. 14).

Não é fácil, pois, isolar um conjunto de características constantes entre tudo o que se convencionou chamar de *literatura*. E, em suma, ainda não está claro o que faz com que, por exemplo, os escritos de Jorge Amado, Machado de Assis e Manuel Bandeira sejam *literatura* ao passo que Foucault, Nietzsche e Marx, em termos gerais, não sejam.

Segundo Eagleton, uma resposta simples a essa questão seria admitir que os três primeiros *escrevem bonito*, ao passo que os três últimos não. Entretanto, um dos problemas a essa resposta simplista é que, se assim fosse, não haveria a *má literatura*. Além disso, trata-se

8 Neste livro, o autor utiliza o livro *Mar Morto*, de Jorge Amado, como fonte para contar a história de vida de Besouro, personagem de sua pesquisa.

de uma resposta que envolve julgamentos de valor como critério de classificação e, segundo o autor,

Os julgamentos de valor parecem ter, sem dúvida, muita relação com o que se considera literatura, e com o que não se considera – não necessariamente no sentido de que o estilo tem de ser “belo” para ser literário, mas sim de que tem de ser do tipo considerado belo [...]. A expressão “bela escrita”, ou *belles lettres*, é ambígua nesse sentido: denota uma espécie de escrita em geral muito repetida, embora não leve necessariamente à opinião de que um determinado exemplo dela é “belo”. (EAGLETON, 2006, p. 15-16).

Feita essa ressalva, a ideia de que a literatura é um tipo de escrita altamente valorizada é interessante, porém, como atenta o autor, altamente perigosa:

Significa que podemos abandonar, de uma vez por todas, a ilusão de que a categoria “literatura” é “objetiva”, no sentido de ser eterna e imutável. Qualquer coisa pode ser literatura, e qualquer coisa que é considerada literatura, inalterável e inquestionavelmente – Shakespeare, por exemplo –, pode deixar de sê-lo (EAGLETON, 2006, p. 16).

Em outras palavras, a concepção da literatura como um objeto estável e bem definido – tal como a matemática ou a física – poderia ser apontada como uma quimera. A literatura, no sentido de um conjunto de obras de valor inalterado, deixaria de existir. Com isso, Eagleton quer demonstrar que a definição da literatura como uma escrita altamente valorizada não produz uma entidade estável pelo fato de os juízos de valor variam conforme o momento histórico e a subjetividade de cada um.

Desse modo, uma obra pode ser apontada como literatura em um século e, no seguinte, não ser mais assim entendida, em vice-versa. O conceito do público sobre o tipo de escrita mais valorizado, bem como as razões que determinam a formação do critério de valoração também variam conforme o momento histórico e as correntes *ideológicas* hegemônicas em cada sociedade. E conclui Eagleton (2006, p. 24):

Se não é possível ver a literatura como uma categoria “objetiva”, descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízo de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, são tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do Empire State. Portanto, o que denominamos até agora não é apenas que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas que esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outro.

Definir, pois, literatura não é algo simples. Eagleton demonstra toda a fragilidade de muitas tentativas de tal definição. De minha parte, compreendo a literatura como *arte*. Uma modalidade artística que se manifesta através da palavra escrita e que tem por finalidade a recriação da realidade a partir da visão do artista (o escritor). Uma vez *arte*, a literatura se encontra liberta de certas amarras linguísticas, formais e pragmáticas próprias do discurso corrente ou do científico, por exemplo. Uma vez *arte*, a literatura possui a liberdade de expressar sentimentos, pensamentos, sensações, contradições que são próprias do humano; pode também incluir em suas produções elementos próprios da realidade empírica – como práticas culturais, fatos históricos, políticos e sociais, descrições fidedignas de cidades etc. – bem como elementos fantásticos, frutos da imaginação, da criação e da loucura humana. Parafrazeando Nietzsche, diria que a literatura é uma modalidade escrita *humana, demasiado humana*.

1.5 Um pouco sobre o romance

Ilhéus, 1925. É nesse cenário que a história de amor entre a sertaneja Gabriela e o árabe Nacib começa.

Nacib nasceu na Síria, mas desembarcou com a família em Ilhéus ainda menino, aos quatro anos de idade. Gente de toda parte chegava a Ilhéus naqueles tempos: “de Sergipe e do Ceará, de Alagoas e da Bahia, do Recife e do Rio, da Síria e da Itália, do Líbano e de Portugal, da Espanha e de *ghettos* variados” (AMADO, 2012, p. 36). Eram “trabalhadores, comerciantes, jovens em busca de situação, bandidos e aventureiros, um mulhério colorido, e até um casal de gregos surgidos só Deus sabe como” (AMADO, 2012, p. 36), todos atraídos pela fartura que envolvia o cultivo do cacau. Chegavam para trabalhar naquela região ainda semibárbara, marcada por lutas sangrentas e tocaias, pelos desbravadores das matas e mortes. Fora graças a essa gente tão diversa que Ilhéus começara a perder seu “ar de acampamento de jagunços” (AMADO, 2012, p. 37) e passara progressivamente a assemelhar-se com uma verdadeira cidade civilizada.

Mas, se o progresso fazia-se sentir, tornando-se um dos pontos mais marcantes no desenrolar dessa trama – demonstrando toda sua potência na mudança das ambientações, das praças e ruas, na reforma da barra etc. –, é certo também que a resistência a ele era bastante forte, especialmente quando o assunto era *mulher de família*: logo no início dessa romântica e sensual história somos surpreendidos com a difamada morte “a tiros de revólver” (AMADO, 2012, p. 37) de dona Sinhazinha Guedes de Mendonça e de seu amante, o dr. Osmundo

Pimentel pelas mãos do fazendeiro Jesuíno Mendonça, marido traído e de honra lavada com o sangue dos traidores.

Em decorrência do crime, ocorreu a aproximação de Malvina – a filha única do coronel Melk Tavares (AMADO, 2012, p. 83) – com o apaixonado Josué, professor e subdiretor do colégio de Enoch, o que levou os dois a namorarem por algum tempo. Namoro fracassado pelo comportamento machista e retrógrado do professor, abrindo margem para o início de um romance tórrido e malfalado entre a moça e Rômulo, o engenheiro da barra; moço atlético e bem-apanhado, mas separado da esposa, ou seja, não servia para casar.

Observando tudo e comentando ficavam as solteironas, representadas especialmente pelas Irmãs dos Reis – “a roliça Quinquina e a franzina Florzinha” (AMADO, 2012, p. 49) – e pela áspera Dorotéia, com seus vestidos longos e negros fechados no pescoço, sobrepostos de xales também negros aos ombros, parecendo aves noturnas paradas ante o átrio da igreja (Amado, 2006). Severas línguas, sempre maldizendo tudo e todos que ousassem ferir a moral e os *bons* costumes da cidade.

Em lado oposto, as raparigas dos “cabarés” e das “casas de mulheres” (AMADO, 2012, p. 303) da cidade: o El-Dourado, o Bataclan, o Trianon e o Bate-fundo. Risoleta – a rapariga vesga com quem Nacib tinha caso no início do romance –, Rosalinda – “loira interesseira” ” (AMADO, 2012, p. 303) – e Mara – “amazonense pequena, uma índia” ” (AMADO, 2012, p. 303) –, mulheres com quem Nacib pegou xodó mais ao final do romance.

Cruzando a rua, jovens e risonhas, passavam as moças do colégio de freiras, andando pelo comércio, fazendo compras, a entrar no bar Vesúvio de Nacib em busca de bombons e caramelos. Como diria o Capitão: “A juventude estudiosa, as futuras mães de família. Iracema, Heloísa, Zuleika, Malvina...” (AMADO, 2012, p. 148).

Para deleite dos que bebiam no bar e completo horror das senhoras casadas e das solteironas, no final da tarde, debruçada sobre a janela da casa à esquina da praça, com “os robustos seios empinados como numa oferenda aos passantes” (AMADO, 2012, p. 83), estava Glória, suspirando solitária, a viver sua “vida de cativa, de escrava bem alimentada e bem-vestida” (AMADO, 2012, p. 94). Glória, a protegida do coronel Coriolano Ribeiro, “diariamente desfeiteada por todos” (AMADO, 2012, p. 127) a ver gente a virando-lhe a cara, cuspiendo à sua passagem.

Com o passo despreocupado, Antoninho Bastos, ou Tônico, como era mais conhecido, encaminhava-se ao bar Vesúvio, a tomar o costumeiro aperitivo antes do almoço. Elegante, trajando um paletó azul e calças brancas, sapatos lustrados, olheiras negras e romântica cabeleira prateada (AMADO, 2012). Tabelião, filho caçula do coronel Ramiro Bastos, irmão

do dr. Alfredo Bastos – médico respeitado –, pai de duas lindas crianças, marido arranjado de dona Olga. “Língua de mel, esse Tônico” (AMADO, 2012, p. 126), um verdadeiro Don Juan da terra (AMADO, 2012, p. 125). Para uns, um “bom rapaz, um pouco interesseiro e um pouco gabola, mas de agradável conversa e, no fundo, inofensivo” (AMADO, 2012, p. 99); para outros, um “burro e cheio de si, incapaz e covarde, preguiçoso e suficiente” (AMADO, 2012, p. 99). Para dona Olga, “não havia homem mais puro [...] perseguido pelas mulheres todas da cidade” (AMADO, 2012, p. 126). Mas, por via das dúvidas, e para evitar que caísse em tentação, levava-o sob rédea curta, ameaçando-o com seus escândalos. “Mas Tônico tinha lábia, encontrava sempre maneira de enganá-la, de acalmar seu ciúme” (AMADO, 2012, p. 100). Em Ilhéus, não havia pessoa a quem Nacib admirasse mais (AMADO, 2012, p. 99).

Mais importante que o trago eram as últimas novidades comentadas entre risos e vozes alteradas do Capitão (que não era capitão), do Doutor (que não era doutor), de João Fulgêncio (o dono da Papelaria Modelo), de Nhô-Galo, dr. Ezequiel, dr. Demóstenes e do coronel Manuel das Onças.

Acompanhando essas histórias particulares, a trama política com seus trâmites, acertos e conchavos. De um lado, os fazendeiros, tradicionais e patriarcalistas – como os coronéis Melk Tavares, Jesuíno Mendonça, Amâncio Leal –, liderados pelo grande chefe Ramiro Bastos. De outro lado, Mundinho Falcão, encabeçando uma onda progressista e de modernização da cidade.

Oriundo do Rio de Janeiro, chegado a Ilhéus em fuga do amor que nutria por sua cunhada Madeleine, a esposa de seu “desdenhoso e frio” (AMADO, 2012, p. 43) irmão Lorival, Mundinho era “rico e solteiro, elegante e viajado” (AMADO, 2012, p. 269); exportador de profissão, mulherengo por opção e revolucionário por interesse. Se metia com política por compreender que o crescimento de seus negócios só poderia ocorrer mediante as mudanças nas estruturas políticas de Ilhéus.

Surgiu daí, por exemplo, a problemática da barra. Para exportar diretamente de Ilhéus o cacau produzido, a cidade necessitava de um porto com melhor estrutura, capaz de atracar grandes embarcações. No entanto, qualquer evento feito na cidade deveria antes passar pelo crivo de aprovação de Ramiro Bastos. Se aprovasse, seria feito; se reprovasse, nada poderia ser realizado na cidade. Nasceu, pois, o atrito entre Mundinho – figura da inovação e da modernidade – e Ramiro Bastos – encarnação da velha política oligárquica brasileira. Mundinho percebeu que a primeira iniciativa que teria de tomar para crescer em seus negócios era derrubar Ramiro e os oligarcas. Para isso, uniu-se ao Capitão e ao coronel

Ribeirinho e, aos poucos, foi ganhando mais e mais prestígio político junto aos coronéis e à sociedade como um todo.

Coronel Ramiro era um típico representante do coronelismo brasileiro, aquele que organizava a vida política de seu *curral eleitoral*.

É válido lembrar que este é um fenômeno político-social próprio da Primeira República cujas as raízes provinham da tradição patriarcal e da estrutura agropecuária arcaica vivenciada no interior do Brasil naquele período.

O título de *coronel* advinha da Guarda Nacional. Essa, criada em 1831 pelo governo imperial em substituição às antigas Companhias de Ordenanças, tinha por objetivo defender a integridade do Império e a Constituição. Como os membros dos quadros da Guarda eram nomeados pelo governo central ou pelos presidentes provinciais, iniciou-se um sério processo de corrupção política e tráfico de influências: os grandes latifundiários e oligarcas passaram a financiar as campanhas políticas de seus apadrinhados e, em troca, ganhavam deles a patente de coronel da Guarda Nacional. Devido a isso, a patente de coronel passou a equivaler a um título nobiliárquico, concedido, de preferência, a grandes proprietários de terra. Assim sendo, esses latifundiários garantiram autoridade para impor ordem sobre o povo, determinando o desenrolar político das regiões sob seu comando, fraldando eleições etc.

Mas o que seria de um coronel sem seus jagunços? A figura do jagunço era primordial para o funcionamento da política dos coronéis. Era ele quem controlava os votos através de coerção física. Desse modo, os eleitores que ousassem ir de encontro com as aspirações do coronel, eram punidos – fossem com a perda do trabalho, fosse com a própria vida. Na história, a figura do jagunço ficou representada por negro Fagundes, o contratado de Melk Tavares.

Coronel Ramiro percebia que a cidade estava diferente, mas não conseguia compreender o que se passava: pensava na Ilhéus de outrora... As coisas eram mais fáceis de resolver em outros tempos: antigamente, bastava chamar um cabra, prometer-lhe um dinheiro e dar-lhe o nome do sujeito. Mas Ilhéus estava diferente. Sentado na praça, enquanto esquentava ao sol, olhava a cidade e buscava compreender essa nova vida que se estabelecia. Embelezara Ilhéus, construíra praças e jardins, calçara ruas, abrira até estrada de rodagem. Por que então a cidade resolvera fugir do seu controle? Por que começaram todos a fazer o que queriam sem consultá-lo, sem esperar suas ordens? O que estava acontecendo com a *sua* Ilhéus? (AMADO, 2012, p. 63-64).

Algo a se perceber... Mundinho: jovem, moderno, progressista, elegante, rodeado de belas mulheres. Ramiro: velho, oligarca, rodeado de outros velhos coronéis e da família, a esquentar no sol, como roupa velha mofada, sozinho na praça, observando...

A cidade vivia uma atmosfera de modernização. Consequências da fartura advinda do cacau: cinemas, bares, cabarés, lojas, bailes no Clube Progresso. Eram novos costumes e novas ideias que, a cada embarcação atracada no porto, chegavam e penetravam nos lares ilheenses, trazidos por uma onda libertária encabeçada especialmente pelos forasteiros e pelos estudantes que ansiavam por libertar a cidade do atraso, da ignorância e dos costumes de aldeia que permeavam a cultura local até então (AMADO, 2012).

Os estudantes eram basicamente as moças do colégio de freiras de Ilhéus – que ali aprendiam a costurar, contar e ler (AMADO, 2012 p. 196), isto é, o básico para se tornarem professoras, e, especialmente, boas esposas e boas mães, servas obedientes do lar e dos futuros maridos – e pelos os rapazes, filhos de fazendeiros, enviados pela família à Bahia⁹ ou ao Rio de Janeiro para estudarem e voltarem doutores de anel no dedo: “advogados e médicos, engenheiros, agrônomos” (AMADO, 2012, p. 261).

A educação é, por certo, fato que motiva fortes discussões – tanto de cunho político como de viés ideológico-cultural. Se por um lado o Capitão – que ensinava história universal no colégio de Enoch (AMADO, 2012, p. 25) –, o Doutor e João Fulgêncio defendiam o uso da chamada *pedagogia moderna*, que abolia o uso da palmatória e dos castigos físicos (AMADO, 2012, p. 261), por outro, pessoas como o coronel Amâncio acreditavam que o ensino só seria eficaz se realizado por dona Guilhermina, conhecida por sua “mão de ferro” e uso da palmatória como método pedagógico (AMADO, 2012, p. 261). As meninas, para o coronel, deveriam estudar no colégio de freiras, mas os meninos, deviam ser encaminhados para dona Guilhermina¹⁰.

Gabriela, Cravo e Canela é um romance novelesco, marcado por registros do cotidiano da gente de Ilhéus, em um momento importante da história da cidade – quando essa florescia, junto com os pés de cacau, para a modernização de sua estrutura física, política e cultural. É um romance que marca também a produção de Jorge Amado, sendo por muitos apontada como um *divisor de águas* em sua trajetória literária (DOS SANTOS, 1993; PATRÍCIO, 1999; NASCIMENTO, 2013), marcando o final da primeira fase, quando estava

9 Termo usado por Amado no romance para designar a capital do Estado – hoje, Salvador.

10 Dona Guilhermina é uma personagem da vida de Jorge Amado: foi sua primeira professora, em 1918. Eram uma senhora conhecida muito mais pelo que batia nos alunos que propriamente pelo que lhes ensinava: “Os 'bolos', a palmatória, de dona Guilhermina eram famosíssimos... ela botava um grão de milho aqui na sua mão e sapecava o 'bolo'” (AMADO, 1981, p. 07).

claramente ligado ao compromisso político-partidário, abordando temas em que se sobressaia a preocupação com o social, passando a elaborar uma espécie de *crônica dos costumes*¹¹, abordando temas mais pitorescos e populares.

Boa parte do romance foi escrito e concluído em Petrópolis, após o desligamento de Amado do Partido Comunista Brasileiro. Já havia algum tempo que ele insistia junto ao Partido para que deixassem-no retomar suas atividades como escritor, entretanto, nunca obteve resposta positiva. Assim sendo, em dezembro de 1955 anunciou que regressaria às atividades literárias, pondo fim a sua vida como militante e funcionário do Partido.

O sucesso absoluto do romance surpreendeu a crítica por seu feito inusitado no mercado editorial brasileiro: em apenas duas semanas de publicação, foram nada menos que vinte mil exemplares vendidos. Em dezembro do mesmo ano, a marca já estava em cinquenta mil exemplares (Nascimento, 2014).

Famoso e consagrado pelo público, atacado e execrado pelos antigos companheiros de partido: *Gabriela, Cravo e Canela* não agradou a cúpula do Partido Comunista Brasileiro. Amado sofrera severos ataques por parte de seus antigos companheiros do Partido: “ataques baixos, miseráveis, lamentáveis, claro que obedecendo a instruções da direção, que permaneceu stalinista, aferrada ao poder que possuía no Partido” (*apud* Dos Santos, 1993, p. 162). A intenção dos críticos esquerdistas e daqueles ligados ao Partido era fazer crer que, a partir do momento em que Amado se desligou do Partido, teria deixado para trás também a obra revolucionária, de denúncia e de luta pelo povo.

Meras intrigas não compartilhadas por todos os intelectuais de esquerda da época. No prefácio de uma edição clandestina de *Gabriela, Cravo e Canela* lançada em Cuba, um crítico literário marxista dizia ser este o mais marxista dos livros de Amado; que nele, Amado fazia uma análise da sociedade com perfeito rigor e lucidez. O próprio Jorge Amado assinalava que nesse romance há uma forte denúncia contra a sociedade e os costumes feudais de Ilhéus, sinalizando as primeiras mostras da evolução daquela sociedade (*apud* Dos Santos, 1993, p. 162-163).

É verdade, *Gabriela, Cravo e Canela* tem um tom bastante acentuado de crítica social, mas uma crítica esperta, malevolente, expressa, na maior parte das vezes, através de uma mistura de ironia, sarcasmo e sátira. Como não rir com o prazer de Nacib ao falar mal da vida

11 Jorge Amado, no entanto, não concordava com essa divisão de sua obra. Em entrevista à revista *Literatura Comentada*, em 1981, disse: “Eu acho que não há nenhuma ruptura em minha obra. Há uma evolução, você evolui, vai evoluindo, vai ganhando experiência, experiência literária, experiência humana. Eu acho que há uma unidade do primeiro ao último livro [...]” (AMADO, 1981, p. 29).

alheia? – especialmente considerando que essa é uma *arte* geralmente atribuída às mulheres, e que, no entanto, é muito mais exercida pelos homens na Ilhéus de *Gabriela, Cravo e Canela*.

Tudo, de algum modo, Amado critica: os grupos sociais, os costumes, as hipocrisias, os falsos moralismos, os conchavos políticos e, especialmente, as muitas formas de desapareço à mulher – seja à prostituta, à empregada, à solteira, à solteirona ou à casada. A própria história de amor entre Gabriela e Nacib é em si uma das muitas críticas que Amado faz em seu romance, afinal, alguns valores sociais brasileiros são postos em xeque com essa história: um romance entre uma *empregada* e o *patrão*, ou seja, o choque cultural provocado por um envolvimento amoroso entre uma mulher *desqualificada* socialmente e um homem de *bom status social* – sem contar a questão racial inerente no romance dos dois.

Amado desvenda a sociedade de modo sutil. Aos olhos mais desatentos, talvez, passe completamente despercebido, mas, analisando cada história, cada comentário, podemos perceber que há sempre um forte tom de crítica. Há pontos do romance, inclusive, que até mesmo as teses de Marx são postas em xeque: uma das principais ideias defendidas pelo marxismo é que a superestrutura é diretamente determinada pela infraestrutura de uma sociedade (base do materialismo histórico). Mas, em *Gabriela*, “Falava-se muito em progresso, o dinheiro corria solto, o cacau rasgava estrada, erguia povoados, mudava o aspecto da cidade, mas conservavam-se os costumes antigos, aquele horror” (AMADO, 2012, p. 104). Como se pode perceber, a infraestrutura da cidade de Ilhéus passava por mudanças substanciais, o *progresso* fazia-se sentir por todos os lados; no entanto, a superestrutura, ou seja, os pensamentos, a cultura, os costumes mantinham-se praticamente intocados.

Claro, ao longo do romance, veremos que mudanças ocorrem: por exemplo, logo no começo, o coronel Jesuíno Mendonça assassina sua esposa Sinhazinha por conta do seu adultério com o dentista Osmundo. No entanto, próximo ao final do romance, vemos Nacib agindo de modo completamente distinto quando encontra Gabriela em seu leito nupcial com Tônico. Talvez, a sugestão de Amado fosse que as mudanças na superestrutura de uma sociedade são bem mais lentas que as ocorridas a nível de infraestrutura; desse modo, a ordenação dos fatos dentro do romance acaba por sugerir a passagem de tempo e a mudança que, aos poucos, vai sofrendo a superestrutura do lugar, influenciada pelas alterações ocorridas em termos de infraestrutura.

Algo parecido acontece na trajetória do coronel Coriolano Ribeiro: no passado, Chiquinha – uma de suas mancebas – é surrada e tem seus cabelos raspados ao ser flagrada com o amante, o jovem Juca Viana. Porém, tempos depois, quando flagra novamente sua

manceba com um amante – no caso, Glória e o professor Josué –, ele não faz absolutamente nada, apenas a manda embora, sem qualquer tipo de violência.

Trata-se, por fim, de um romance complexo, que traz diferentes histórias, cujo fio condutor é a questão do progresso e os conflitos que as mudanças geradas por esse progresso geravam naquela sociedade: embates entre oligarcas e democratas, entre novas e velhas gerações, entre mulheres e homens, *mulheres públicas* e *mulheres de família* etc. Tangencialmente, vemos o amor de Gabriela – uma mulher sem explicação. Alguém a quem o amor bastava, que a simplicidade era sua maior qualidade, que os instintos e o desejo eram os únicos que tinham razão.

1.6 Da tese

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, a análise se concentra em Malvina, a principal representante das *moças de família* solteiras, isto é, aquela que estava em fase de preparação para o casamento – fim último de qualquer formação concedida à mulher da época. Malvina, no entanto, é tangencial a esse processo, buscando alternativas para ter um outro destino que não o casamento.

No segundo capítulo, volto-me para Sinhazinha, que é um estereótipo de mulher casada, isto é, aquela que já passou por todo processo de formação e que já encontrou o fim último de sua existência. Sinhazinha, contudo, afasta-se do ideal de *mulheres casadas* por trair o marido, encontrando, por esse ato, a morte.

No terceiro capítulo, analiso Glória, a manceba de coronel, a *mulher pública*. Juntamente, trago uma discussão sobre prostituição, que é, sem dúvida, um tema muito marcante dentro da obra *Gabriela, Cravo e Canela*.

No quarto capítulo, foco em Gabriela, que se diferencia das três anteriores personagens substancialmente: diferencia-se de Malvina por não crer no casamento como uma forma de libertação, diferencia-se de Sinhazinha por não se esconder para trair o marido, diferencia-se de Glória por não trocar seu sexo e sua liberdade por dinheiro.

Na conclusão, apresento informações complementares a respeito da construção metodológica deste trabalho e avaliações quanto aos objetivos.

2 A VIRGEM NO ROCHEDO

Este é um capítulo dedicado à “indiferente, à ingrata, à soberba, à orgulhosa M...” (AMADO, 2012, p.199), como diria o professor Josué.

2.1 Das inquietações de Malvina

“No jardim, a cuidar das flores, ajoelhada entre elas, mais bela que elas, sonhava Malvina” (AMADO, 2012, p. 83), a filha única do coronel Melk Tavares, a estudante do colégio de freiras.

Quem era Malvina? Seria ela apenas mais uma das “futuras mães de família” de Ilhéus (AMADO, 2012, p. 148)? Não, Malvina era diferente, tinha “caráter”, como atestara João Fulgêncio – “homem de muito saber, dono da Papelaria Modelo, centro da vida intelectual de Ilhéus” (AMADO, 2012, p. 09) – na ocasião do esvaziado velório de Sinhazinha Guedes de Mendonça.

Mas, “por que diferente, que queria dizer João Fulgêncio, homem tão ilustrado, com aquela coisa de ‘caráter’?”, perguntava-se Nacib (AMADO, 2012, p. 132). Talvez dissesse isso porque, enquanto o pai levava seu apoio ao marido traído – mas de honra lavada pelo sangue dos traidores! –, Malvina levava flores à desvalida finada.

Aparecera de surpresa, orgulhosa e petulante como sempre. Que fazia ali? Nem amigas eram! Ela, uma moça solteira, como podia comparecer ao velório de uma mulher infiel ao marido? Um verdadeiro absurdo! Uma afronta à moral! Estava pondo em risco a própria reputação. O que o povo iria dizer? E, pior, o que seu noivo iria dizer? É bem verdade que ela não tinha nenhum noivo, mas e quanto tivesse, o que iria dizer?!

Não se importava com esse tipo de comentário, porém, Malvina. Era ela absolutamente alheia aos disse-que-disse do povo de Ilhéus. Optava sempre por fazer aquilo que por sua própria cabeça julgava correto. E, assim, comparecera ao velório. Rezara uma prece junto ao caixão, deixara as flores que trazia e, em seguida saíra, com a mesma cabeça erguida com que entrara.

Nacib continuava a se indagar: “Que diabos viera fazer ali a filha do coronel Melk Tavares, aquela por quem Josué suspirava apaixonado, uma de rosto formoso, calada, os olhos inquietos como se conduzisse um segredo, um mistério qualquer?” (AMADO, 2012, p. 132). Segredo? Que segredo encerrava Malvina em seus olhos? Uma dúvida a esclarecer...

Suas principais características: a formosura, a seriedade, a boa educação, a coragem e, especialmente, um intenso desejo de liberdade.

Sim, Malvina queria libertar-se. Sonhava com uma vida em que não mais estivesse presa às pesadas amarras que confinavam as mulheres de família de Ilhéus em um dado regime de poder comum àquela sociedade, o qual estabelecia que para os homens, tudo – a liberdade, o mundo, as orgias, os cabarés, as jogatinas, as bebedeiras, a cama das mulheres-damas (AMADO, 2012) – enquanto às mulheres, uma vida resignada no interior do lar, cuidando dos filhos, do esposo, da família, bem guardadas e inacessíveis. Ao passo que aos homens era devotado o controle e a liderança da família; às mulheres cabia o respeito e a obediência cega ao patriarca da família.

Quando jovens, os rapazes, filhos de pais ricos, eram mandados à Bahia¹², a frequentarem ginásios e faculdades, com direito a mesadas dos pais. Gastavam dinheiro, de um tudo faziam, viviam e experimentavam. As moças, cativas de Ilhéus, quando muito frequentavam o colégio de freiras, para ali aprenderem as prendas valorosas ao futuro casamento. Juvenis e risonhas, só tinham para si aquele breve período da adolescência: “As festas do Clube Progresso, os namoros sem consequência, bilhetinhos trocados, tímidos beijos furtados nas matinês dos cinemas, por vezes mais fundos nos portões dos quintais” (AMADO, 2012, p. 196).

Vida tranquila até o dia em que chegava o pai com um amigo – isto é, o futuro noivo. A moça era obrigada a pôr fim ao *namorico escolhido* para começar o *noivado arranjado*. Caso se recusasse, o pai obrigava. Às vezes acontecia de algumas se casarem com os namorados, mas isso só ocorria quando os pais faziam gosto no namoro. No entanto, observava Malvina, fosse *marido escolhido* trazido pelo pai, fosse *noivo mandado pelo destino*, o final era sempre igual, depois de casados, não fazia diferença: o homem tornava-se dono da mulher, ditava-lhe as leis e tinha de ser fielmente obedecido. Para eles, todos os direitos, para elas, todos os deveres e o devido respeito aos maridos. Transformavam-se necessariamente em “guardiãs da honra familiar, do nome do marido, responsáveis pela casa, pelos filhos” (AMADO, 2012, p. 196).

Lembrava de Clara, sua amiga no colégio e se perguntava: o que acontecera com Clara? Onde estava? Onde escondera sua alegria, seu ímpeto, seus planos e projetos? Moça tão alegre e cheia de vida. Formosa, sadia, dançarina de tangos, sonhava tantas aventuras. Romântica, apaixonada, rebelde e atirada. Casara-se por amor. O noivo, um bacharel em

12 À capital. Hoje, Salvador.

Direito que recitava versos. Depois de casada, passara a desfilar a mesma aparência “macilenta e humilhada” (AMADO, 2012, p. 196) das demais mulheres casadas da cidade: “Ia à igreja, cuidava da casa, paria filhos. Nem se pintava, o doutor não queria” (AMADO, 2012, p. 197).

2.2 Mulheres educadas

Um dos intentos de Malvina, em sua saga em busca da libertação, era o estudo. Queria estudar, cursar o ginásio e depois faculdade. Porém, o cenário educacional brasileiro que se apresentava na época não era tão favorável assim aos intentos e anseios da destemida Malvina, afinal, como explicam Silva e Inácio Filho (2004), algumas questões da Primeira República, no que se refere à educação – especialmente da mulher –, remontavam os tempos do Brasil Império. Naquele período, a educação formal feminina era praticamente nula, o que, para os autores, contribuía diretamente para aprofundar ainda mais a disparidade entre os sexos e a exclusão social da mulher.

Segundo Guacira Louro (1997), após a independência, por todos os meios oficiais proferiu-se discursos no sentido da necessidade do Brasil afastar-se de seu caráter marcadamente atrasado, inculto e primitivo. Nesse sentido, tornou-se forte os anseios em torno da importância da educação para a modernização do país. As críticas ao abandono educacional em que estava a maior parte das províncias faziam-se ouvir no Parlamento, nos jornais e até mesmo nos saraus. A verdade era que o Brasil estava caminhando para o século XX com boa parte de sua população analfabeta – fosse do meio rural, fosse do meio urbano.

No geral, o ensino básico no Período Imperial era precário: a preocupação fundamental do governo era a formação das elites dirigentes do Brasil. Nesse sentido, em vez de se buscar construir um sistema nacional de educação, integrado em todas as modalidades e graus de ensino, o governo concentrou esforços apenas no ensino secundário e superior (Piletti; Piletti, 2008).

Em termos de legislação, em 1823, através do Decreto de 1º de março, foi criada, no Rio de Janeiro, uma escola que deveria trabalhar com o método Lancaster, isto é, com o sistema monitoral que previa a existência de apenas um professor por escola e, para cada decúria (grupo de dez alunos), um decurião (um aluno-monitor menos ignorante que os demais, que os ensinaria). Já a Constituição de 1824 estabeleceu a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. O Decreto de 15 de outubro de 1827, por sua vez, determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e, de *escolas para*

meninas nas cidades mais populosas onde seria ofertado uma educação diferenciada a esse público, com um currículo não profissionalizante, composto de aulas de primeiras letras, doutrina católica e prendas do lar (Silva e Inácio Filho, 2004).

A respeito dessas escolas de primeiras letras, Guacira Louro (1997) acrescenta que, os legisladores em 1827 estabeleceram-nas, mas a realidade estava muito distante dessa imposição legal, afinal, questiona a autora, até que ponto, naquela sociedade escravocrata, em que latifundiários e coronéis teciam a trama política e os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, através de acordos ou pela palavra dada, o mundo cultural realmente fazia diferença? (Louro, 1997, p. 444).

Embora de responsabilidade das províncias, o primário era pouco difundido; entre outras razões, pelo fato de que os recursos provinciais eram escassos e porque o curso primário não era pré-requisito para ingresso no secundário o qual, por sua vez, nada mais era que um passo a ser dado rumo ao ensino superior. Aqui e ali havia uma escola, em sua maioria para os meninos, embora houvesse algumas para as meninas também. Eram escolas fundadas por congregações e ordens religiosas – masculinas ou femininas – e escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Esses professores e professoras tinham que ser pessoas de moral impecável e, suas casas, ambientes saudáveis e decentes, afinal, a eles eram confiados os *filhos e filhas de família*. As tarefas desses mestres e mestras não eram, porém, exatamente as mesmas: ensinavam as primeiras letras (ler e escrever), rudimentos de matemática (contar e as quatro operações) e a doutrina cristã para ambos os sexos, mas, os meninos avançavam nos estudos de geometria, ao passo que as meninas tinham de aprender bordado e costura. Esse era o caso de dona Guilhermina, a professora conhecida por sua “mão de ferro” e uso da palmatória como método pedagógico.

Ainda segundo Guacira Louro (1997), é grosseiro simplificar a educação das meninas e dos meninos como um processo único, de algum modo universal dentro daquela sociedade. As divisões de classe, etnia e sexo tinham um papel fundamental na determinação das formas de educação vivenciadas por cada sujeito social. “A essas divisões se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais” (LOURO, 1997, p. 444).

No caso específico das filhas de grupos sociais abastados – as *filhas de família*, como era o caso de Malvina – o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática era geralmente complementado pelo ensino de música – piano – e pelo ensino de língua

estrangeira – o francês. Na maior parte dos casos, as meninas tomavam aulas em casa, com professoras particulares, mas também haviam escolas religiosas que podiam frequentar.

O domínio do lar era claramente o destino das moças e para esse domínio deveriam estar preparadas. Para tanto, recebiam instrução para costurar, bordar, rendar, cozinhar, lidar com os empregados, acrescido de elementos que as pudessem tornar não apenas uma companhia agradável ao esposo, mas também uma mulher que bem pudesse representá-lo socialmente. “Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em ocasiões especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens” (LOURO, 1997, p. 446).

Em relação ao ensino profissional e à formação de professores, de pouco a nada foi feito. Porém, na década de 1830, foram criadas as primeiras escolas normais nas províncias da Bahia e do Rio de Janeiro – ainda que seus resultados não tenham sido tão promissores assim. “Na Capital do Império, somente em 1875 foram instituídas duas escolas normais, uma para cada sexo, transformadas, depois, em escola única (1880), quando se iniciou realmente o desenvolvimento das escolas normais no Brasil” (PILETTI; PILLETI, 2008, p. 148).

O currículo do ensino normal, modalidade de ensino cursada por Malvina, previa disciplinas de caligrafia, canto, desenho, costura (para as mulheres) e ginástica e práticas manuais (para os homens), além do ensino literário característico do curso secundário e de algumas matérias relacionadas à prática pedagógica. “Na escola mantida pelo poder central no Município da Capital, essas matérias prendiam-se às áreas de Direito, Economia Doméstica, Agricultura e Pedagogia” (PILETTI; PILLETI, 2008, p. 148).

Com relação ao ensino secundário, uma questão importante e que tem seus reflexos na história política e educacional de Ilhéus foi a equiparação do colégio de Enoch ao Colégio Pedro II. O colégio de Enoch era uma escola ginásial fundada “por um advogado de pequena clientela, dr. Enoch Lira” (AMADO, 2012, p. 25), que tinha por meta a introdução de métodos mais modernos de ensino. Diga-se de passagem, a questão da equiparação do colégio de Enoch é mais um capítulo na rixa política de Ramiro Bastos e Mundinho Falcão: Mundinho, com seus bons contatos e amizades no Rio de Janeiro, tratou pessoalmente da equiparação do colégio quando viajou ao Rio de Janeiro. Oficialmente, as equiparações só poderiam ocorrer no começo do ano, mas Mundinho, revirando o Rio de Janeiro, andando pelos ministérios, tratando os ministros por *tu*, invadindo gabinetes, conseguiu do ministro da Justiça a equiparação imediata do colégio (AMADO, 2012, p. 42). Ao saber do feito, Ramiro

Bastos regojizou de ódio, percebendo ser aquele forasteiro bem mais poderoso e perigoso à manutenção de seu poder na cidade.

O Colégio Pedro II foi fundado no período regencial, inaugurando um projeto social mais amplo do Império, do qual faziam parte o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No que tocava a educação, especificamente, havia, por parte do governo, a pretensão de se formar os jovens da elite brasileira. Assim sendo, o Colégio se propunha a formar novos quadros políticos e intelectuais para ocuparem futuramente os altos postos da administração pública nacional.

A partir do Ato Adicional de 1834, foram estabelecidos dois sistemas paralelos de ensino secundário – o qual perduraria até a Primeira República: o sistema regular (seriado, oferecido pelo Colégio Pedro II e, eventualmente, por liceus providenciais e estabelecimentos particulares) e o sistema irregular (constituído por cursos preparatórios e exames parcelados de ingresso no ensino superior, ofertado por estabelecimentos particulares e da província). A consequência dessa dualidade foi a completa fragmentação do secundário. No final do período imperial, até mesmo o Colégio Pedro II que deveria servir de padrão para os demais estabelecimentos de ensino, sucumbira ao sistema inorgânico de cursos avulsos, preparatórios para o ensino superior.

Ainda sobre o Ato Adicional de 1834, a descentralização por ele promovida, como afirma Romanelli (2010, p. 40), “delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária. O que ocorreu a contar de então foi a tentativa de reunir antigas aulas régias em liceus, sem muita organização”.

Nas capitais, foram criados os liceus provinciais. Contudo, as falhas no sistema de arrecadação e tributação da renda acarretou a escassez de recursos, impossibilitando que as províncias organizassem uma rede integrada de escolas. Como resultado, o ensino – especialmente o secundário – acabou, em muito, ficando ao encargo da iniciativa privada, ao passo que o primário foi relegado ao abandono, “com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escola, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar” (ROMANELLI, 2010, p. 40-41). A questão é que pelo fato da maioria das escolas secundárias estarem sob controle de particulares, acentuou-se o caráter classicista e acadêmico do ensino, posto que apenas as famílias abastadas podiam custear a educação dos filhos (ROMANELLI, 2010).

Compõem, pois, o quadro geral do ensino no período da monarquia, além de algumas poucas escolas primárias, os liceus provinciais, os colégios particulares, alguns cursos

normais, o Liceu de Artes e Ofícios, e alguns cursos superiores. É interessante lembrar que a cultura transmitida por essas escolas era, de modo geral, aristocrática (ROMANELLI, 2010).

Em 1889, foi instaurado o sistema republicano no Brasil. Em 1891, saiu a primeira constituição republicana do país. Nessa, estabeleceu-se o sistema federativo de governo e a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas posto que ela reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal, delegando, conseqüentemente, assim, aos estados a promoção e legislação da educação primária. Na prática, isso gerou uma dualidade em que à União criava e controlava o ensino superior, o secundário e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal ao passo que, aos estados, cabia criar e controlar o ensino primário e o profissionalizante – que na época compreendia as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para os rapazes.

“Era, portanto, a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante [...] e a educação do povo” (ROMANELLI, 2010, p. 42). Essa dualidade nada mais era que um reflexo da própria realidade social brasileira e de sua organização até então; porém, a sociedade que despontava com a República tornava-se cada vez mais complexa em relação a anterior sociedade escravocrata imperial.

Vários eram os estratos sociais que emergiam. O *povo* já não se limitava à massa homogênea de agregados das fazendas e dos pequenos artífices e comerciantes das zonas urbanas. Crescia “uma pequena burguesia, em si mesma heterogênea, uma camada média de intelectuais letrados ou padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial, ensaiando seus primeiros passos, e todo um contingente de imigrantes” (ROMANELLI, 2010, p. 42).

Dentro desses novos grupos emergentes estavam, sem dúvidas, o Capitão, o Doutor, Ari Santos e até mesmo Nacib – quem, claramente, tinham pensamentos e cultura bem distintos diversos aos dos coronéis que representavam a velha ordem, as velhas oligarquias. Talvez fossem essas mudanças que o Ramiro Bastos, esquentando ao sol e pensando em *sua* Ilhéus, não compreendesse.

Por certo, todo esse complexo organismo social não conseguiu mais ser comportado em instituições educacionais de caráter simplista como as que se havia até então. A pressão por mudanças não tardou, forçando os alicerces daquele modelo de escola calcado nos princípios duais. Na Primeira República, pois, o modelo de educação herdado do Império – isto é, aquele que privilegiava o secundário e o ensino superior em detrimento do primário e

da educação profissionalizante – começou a ser questionado: “a educação elitista entrou em crise, de modo especial, na década de 1920, quando também se tornou mais aguda a crise de outros setores da vida brasileira – político, econômico, cultural e social” (PILETTI, PILETTI, 2008, p. 157).

No cenário da educação da mulher, porém, poucas foram as mudanças em relação ao período imperial, perpetuando certas características como o baixo nível de escolarização feminina, defendido em nome da necessidade de manutenção da moral social e preservação da família. Guacira Louro (1997, p. 446) afirma que as concepções e formas de educação das mulheres na sociedade republicana brasileira eram múltiplas – dependentes das divisões, das diferenças e hierarquias impostas entre as mulheres pela sociedade –, mas, sob essas diferentes concepções, um discurso ganhava força e parecia aplicar-se, de algum modo, aos diferentes grupos sociais: o de que as mulheres deviam ser mais educadas que instruídas. Em outras palavras, a ênfase da formação feminina deveria recair sobre a moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficiente pequenas doses de instrução. Como afirma Louro (1997, p. 446), “Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios”.

Não por menos, quando Malvina dissera ao pai seu desejo por seguir nos estudos, ir para o ginásio e cursar faculdade, a resposta de ouviu de Melk foi: “Não quero filha doutora. Vai pro colégio de freiras, aprender a costurar, contar e ler, gastar seu piano. Não precisa mais. Mulher que se mete a doutora é descarada, que quer se perder” (AMADO, 2012, p. 196).

A mulher precisava, pois, para a concepção da época, ser formada para ser futuramente uma mãe virtuosa, um pilar de sustentação da família, alguém cuja moral fosse sólida, permeada de *bons* princípios; a futura educadora dos filhos que certamente teria.

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO, 1997, p. 447).

É importante lembrar que no final do século XIX e início do XX, as práticas de vida da população se tornaram objeto de grande preocupação de médicos, sanitaristas, reformadores sociais e da burguesia industrial. Esse período foi marcado por um projeto que pretendia tornar o Brasil um país moderno, culto e civilizado. Nesse sentido, a burguesia

passou a concentrar esforços na eliminação de qualquer resquício do passado de *atraso* que marcava a nação. “Assim, a incorporação do 'moderno' representado pela incorporação dos costumes europeus figurava como passaporte para a ordem e o progresso da jovem república brasileira” (TOSTA DOS SANTOS, 2014, p. 01).

Durante o século XIX, o “processo de institucionalização da medicina como produtora de um saber capaz de ordenar e orientar todas as áreas da sociedade” (TOSTA DOS SANTOS, 2014, p. 02) fez-se sentir na formação e organização do espaço urbano, nas relações familiares, nos corpos dos sujeitos etc. Foi nesse contexto que o discurso higienista passou a receitar novas condutas sociais, provocando significativas modificações na organização familiar brasileira, com vistas ao estabelecimento da saúde física e psíquica dos filhos e, no caso específico das famílias de classes mais baixas, vislumbrava-se também a garantia da força de trabalho adequada, saudável e adestrada.

Foi sob a lógica do discurso higienista que a mulher passou a ser vista como elemento essencial aos cuidados da higiene da casa e dos filhos. E, por conta disso, cresceram os argumentos em torno da necessidade da educação da mulher. Começava, pois, a ser consenso que a modernização da sociedade começaria pela educação daquelas que seriam as mães e primeiras educadoras dos indivíduos.

Não por acaso, deu-se nesse período, uma multiplicação de escolas normais por todo o país, embora o insucesso das reformas na instrução pública promovidas pelo Ministério de Ensino Público e também pelos estados tenha resultado no fechamento de muitas dessas escolas – bem como de muitas escolas de ensino primário –, e no incentivo, por parte do governo, à iniciativa privada (Menezes *et. al.*, 2009, p. 45). Nesse contexto, quem ganhou fôlego foi justamente a Igreja.

Como lembram Silva e Inácio Filho (2004), a Constituição Republicana de 1891 previa o princípio da laicidade – separação do Estado e Igreja – porém, a Igreja não foi de um todo afastada do ensino brasileiro, procurando, ao contrário, compensar a menor participação na vida civil da população, aumentando sua influência no campo educacional através de escolas e internatos religiosos cujo foco era a preservação da moral e a instrução das jovens gerações.

No que toca as *mulheres de família*, especialmente, tendo como princípio a educação diferenciada para os sexos, a Igreja aliou-se às oligarquias, permanecendo como uma das principais instrutoras das mulheres da elite. O ensino ali ministrado visava preservar a moral das mulheres e prepará-las para os afazeres domésticos, salvaguardando-as de possíveis desvios que pudessem denegrir sua imagem. O objetivo era, pois, a formação cultural das

filhas dos fazendeiros, formação essa que estava absolutamente alheia ao mundo do trabalho, posto que não era de interesse da elite brasileira educar suas filhas para esse fim.

Algumas moças, no entanto, eram atraídas para o curso normal e a carreira do magistério por necessidade econômica, na tentativa de obter um meio honrado de sustento. Para muitas, no entanto, o curso normal era entendido como um *curso espera marido*, tanto que muitas eram aquelas que sequer chegavam a terminar o curso normal, casando-se antes (MENEZES, *et. al.* 2009, p. 47).

Ensinava-se, pois, às moças conhecimentos de psicologia, economia doméstica e puericultura. A instrução feminina era pensada como a do cidadão, isto é, integral e enciclopédica. No entanto, isso não significava que as mulheres devessem ser aprofundadas e especializadas nas ciências, posto que, para o pensamento da época, a mulher era um ser naturalmente incapacitado, de inteligência inferior a dos homens. Deveriam aprender o mínimo necessário, o indispensável ao cumprimento racional e proveitoso de sua função social de mãe, esposa e alicerce da família.

A instrução da mulher e, especialmente, sua introdução no mundo do magistério não ocorrera, no entanto, sem críticas e resistências, uma vez que era considerado, por muitos, uma insensatez confiar às mulheres, seres despreparados e portadores de cérebros pouco desenvolvidos pelo desuso, a educação das crianças (MENEZES, *et. al.* 2009, p. 46).

Vale ressaltar alguns fatores que serviram diretamente de motivação para a introdução da mulher no campo do magistério. Primeiro, ocorre que no Brasil, assim como na Europa, as aulas de meninos e meninas eram separadas; desse modo, era preciso que se admitissem mulheres para lecionarem nas turmas femininas; fora assim que se criaram as primeiras vagas de magistério feminino. Segundo, *a priori*, o ensino normal era uma modalidade de ensino oferecida tanto para homens e como para mulheres; no entanto, com a urbanização e industrialização, muitos homens foram atraídos por outros setores, posto que mais lucrativos, esvaziando as salas de ensino normal. Terceiro, o paradigma naturalista, segundo o qual a mulher poderia desempenhar bem a função do magistério devido a sua afetividade, instinto maternal, que eram, afinal, características naturalmente femininas. (MENEZES, *et. al.* 2009, p. 45).

Mas algo interessante observado por Menezes (MENEZES, *et. al.* 2009, p. 45), ao que se refere às mudanças de hábitos observadas nesse período é a de que “a maior circulação das mulheres no espaço público, a prática de leitura (não mais restrita aos missais), uma formação mais culta (embora ainda artificial) e o crescente interesse pelo feminismo” eram algumas marcas das mulheres nesse raiar de novos tempos da Primeira República. E, nesse contexto, o

curso normal, bem como a profissão de professora, acabava por proporcionar às mocinhas casadoiras, bem como às mulheres casadas, a possibilidade de circularem mais livremente, desacompanhadas, pelas ruas, sem com isso arriscarem suas honras. Era, pois, um duplo jogo: ao mesmo tempo que se profissionalizavam, o fato de fazê-lo – ou de já serem professoras – garantia-lhes certa liberdade mais facilmente aceita pela moral da época. Por isso, no dia santo, as moças do colégio de freiras podiam perambular pelo comércio a fazer compras, entrarem incluso no bar de Nacib a comprar bombons e caramelos – entre elas, formosa e séria, Malvina (AMADO, 2012, p. 147).

2.3 Malvina leitora

Certa tarde – já passava das quatro horas –, interrompendo os disse-que-disse comuns ao cotidiano da Papelaria Modelo, entraram as moças do colégio de freiras. Entre elas, Malvina. Folheavam livros da Biblioteca Cor de Rosa, atendidas por João Fulgêncio.

A Biblioteca Cor de Rosa ou Biblioteca das Moças foi uma coleção de romances especializadas em literatura para jovens mulheres, organizadas entre as décadas de 1920 e 1960 no Brasil pela Companhia Editora Nacional. Seu início ocorreu em um período em que o mercado editorial brasileiro buscava se expandir, a fim de atrair novos leitores, em especial, as mulheres. Nesse contexto, os livros estrangeiros, especialmente os franceses e portugueses, começaram a ser importados pelo Brasil (BIBLIOTECA..., 2014).

Por volta da década de 1920, com as jovens moças começando a frequentar as livrarias, podendo escolher e comprar seus próprios livros, a Biblioteca das Moças surgiu como uma alternativa, dedicada especialmente a atender esse público. A coleção era composta de aproximadamente 180 volumes, compreendendo romances de diferentes autores, a grande maioria de M. Delly – pseudônimo dos irmãos Frédéric Henri Petitjean de la Rosière e Jeanne Marie Henriette Petitjean de la Rosière (BIBLIOTECA..., 2014).

Os romances trazidos pela Biblioteca das Moças começaram a ser editados na França a partir de 1920. Os romances de M. Delly, especialmente, foram publicados em Portugal na mesma época, em uma coleção chamada de Biblioteca das Famílias. Esses livros começaram a ser importados de Portugal pelo Brasil em 1924. Eram edições mais baratas, vendidas em livrarias e bancas de jornal, ganhando grande aceitação por parte das jovens moças, ficando, por isso, conhecidas como *literatura cor-de-rosa* (BIBLIOTECA..., 2014).

Os romances geralmente se passavam na França e possuíam uma estrutura narrativa bem definida: um herói nobre e rico e uma heroína plebeia e pobre vivenciando uma trama

complexa que sempre finalizava em um casamento feliz – tal como nos contos de fadas (BIBLIOTECA..., 2014).

Como mais um instrumento da *pedagogia do adestramento feminino* comum à época, o casamento era apresentado às moças como uma redenção, uma salvação à sofrida vida de solteira e, como não poderia deixar de ser, o casamento era apontado como o fim último de todas as moças. É válido lembrar que, os romances de amor, especialmente os franceses, eram os mais procurados pelas moças da elite brasileira, o que acabou servindo como mais um instrumento de educação das mulheres brasileiras da época ao importar para o Brasil o modelo aristocrático francês (BIBLIOTECA..., 2014).

Enquanto as colegas se dedicavam à Biblioteca Cor de Rosa, Malvina corria os olhos por outras prateleiras de livros, folheando romances de Eça de Queirós e Aluísio Azevedo. Iracema, com risinhos maliciosos, aproximou-se a comentar que em sua casa tinha *O Crime do Padre Amaro*, mas o irmão – um acadêmico de medicina – impediu-a de ler, pois “não era leitura pra moça” (AMADO, 2012, p. 158).

“– E por que ele pode ler e você não? – Cintilaram os olhos de Malvina, aquela estranha luz rebelde.” (AMADO, 2012, p. 158).

Não podia ler por ser um livro cujo enredo ia de encontro a todos os dogmas defendidos pelo regime da Igreja: um padre (Amaro), que se ordena não por vocação, mas pelas circunstâncias e se envolve sexualmente com uma moça (Amélia), a qual engravida e, por complicações, acaba vindo a falecer. Amaro – que por sua condição e formação de padre – deveria ser aquele que protegeria e defenderia a vida acima de tudo, mas, ao contrário, acaba enviando seu filho bastardo a uma *tecedeira de anjos*, isto é, uma mulher que costuma matar recém-nascidos indesejados. Após todos esses acontecimentos, Amaro vai embora da cidade, mas, contraditoriamente, não abandona a batina.

“– Tem *O crime do padre Amaro*, seu João?” (AMADO, 2012, p. 158) – perguntou Malvina decidida.

Iracema impressionava-se com a coragem da amiga. Enquanto Diva comprava um romance para moças e prometia emprestar para as demais, Malvina, petulante, saía da papelaria de João Fulgêncio com o *livro proibido* de Eça de Queirós nas mãos.

“– Essas moças de hoje... – comentou um dos presentes. – Até livro imoral elas compram. É por isso que há casos como o de Jesuíno.” (AMADO, 2012, p. 158).

João Fulgêncio, defensor da cultura, cortava a conversa:

“– Não diga besteira, Maneca, você não entende disso. O livro é muito bom, não tem nada de imoral. Essa moça é inteligente.” (AMADO, 2012, p. 158).

É importante perceber que a revolta de Malvina em relação a Ilhéus teve como ponto inicial a questão da condição da mulher e o espaço que essa (não) ocupava naquela sociedade. Mas de onde surgira toda sua capacidade de crítica? Malvina era uma mulher letrada, disso não se tem dúvidas, mas suas colegas de colégio recebiam a mesma formação que ela, frequentavam o mesmo estabelecimento de ensino que ela, por que então só ela se rebelara contra o destino das mulheres de Ilhéus?

Menezes (*et. al.*, 2009, p. 45), abordando Conceição, a professora solteirona de *O Quinze* de Raquel de Queiroz, talvez traga alguns elementos para pensar essa *trajetória de diferença* de Malvina. Tanto para Conceição como para Malvina, a leitura é uma marca de suas vidas. Fora lendo, orientada por João Fulgêncio, que Malvina começara a ler e descobrir, “outro mundo mais além de Ilhéus onde a vida era bela, onde a mulher não era escrava. As grandes cidades onde podia trabalhar, ganhar seu pão e sua liberdade” (AMADO, 2012, p. 197).

A leitura era algo tão importante na vida de Malvina, que o pai, logo após a épica surra que dera na filha por conta de seu escandaloso namoro com o engenheiro casado, passou em seu quarto, tomou-lhe os livros, as revistas, deixando-a apenas com uns poucos jornais da capital. Antes, havia falado com João Fulgêncio; interrogou-lhe sobre “uns livros ruins para meninas” (AMADO, 2012, p. 192) que lhe havia vendido. Para o coronel Melk – analfabeto de pai e mãe (AMADO, 2012, p. 155)–, livros para meninas eram só os do colégio, qualquer outro só prestava para desencaminhá-las.

– Tenho livros para vender. Se o freguês quer comprar, não deixo de vender. Livro ruim, que é que o senhor entende por isso? Sua filha só comprou livros bons, dos melhores autores. Aproveito para lhe dizer que é moça inteligente, muito capaz. É preciso compreendê-la, não deve tratá-la como a uma qualquer (AMADO, 2012, p. 192).

Para João Fulgêncio, a qualidade de um livro era medida por seu apelo cultural, ao passo que, para o coronel Melk, o que estava em jogo era a moral, os costumes, a manutenção de seu poderio familiar.

João Fulgêncio era realmente um homem de muito saber... foi o único que conseguiu explicar Gabriela, foi o único que conseguiu compreender Malvina. E foi o único a prever o que aconteceria no caso de o coronel agir contra ela com violência:

“– Ouça, coronel Melk: fale com sua filha com calma e compreensão, ela talvez o ouça. Se usar de violência, pode vir a se arrepender depois” (AMADO, 2012, p. 192).

Como ele conseguia compreender tão bem a alma de Malvina e, em outro momento, de Gabriela? Afinal, quem era João Fulgêncio? Seria Jorge Amado disfarçado, circulando por entre as personagens, dando seus pitados? Um mistério sem solução...

Nessa seara de problematizações a respeito do peso das leituras para a formação da personalidade de Malvina, um autor que pode ajudar bastante é Antônio Candido (2012) em uma palestra intitulada *A literatura e a formação do homem*. Ali, o autor afirma a existência de um laço entre a “imaginação literária” e a “realidade concreta do mundo” (CANDIDO, 2012, p. 84), o que o leva a falar a respeito de uma “função integradora e transformadora da criação literária com relação aos seus pontos de referência na realidade” (CANDIDO, 2012, p. 84).

Para o autor, as criações poéticas e ficcionais possuem a capacidade de atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando em nós uma espécie de reflexão de ideias que não percebemos. Com isso, ele quer dizer que “as camadas profundas de nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar” (CANDIDO, 2012, p. 84). Desse modo, a literatura, a poesia, o cinema pode atuar sobre nós em nosso processo de formação (subjativação) tanto quanto a escola, a família e, acrescentaria, a religião, na formação dos sujeitos.

Lembra Candido (2012) que, em países civilizados, a instrução sempre se baseou nas letras. “Daí o elo entre formação do homem, humanismo, letras humanas e o estudo da língua e da literatura” (CANDIDO, 2012, p. 84). Então, questiona o autor: “Tomadas em si mesmas, seriam as letras humanizadoras, do ponto de vista educacional?” (CANDIDO, 2012, p. 84).

Seja como for, alerta o autor, a função educativa da literatura é bem mais complexa do que supõe um ponto de vista estritamente pedagógico. “A própria ação que exerce nas camadas profundas afasta a noção convencional de uma atividade delimitada e dirigida segundo os requisitos das normas vigentes” (CANDIDO, 2012, p. 84). Se a literatura tem uma capacidade formativa, ela não o faz segundo as normas da pedagogia oficial, que costuma entendê-la “ideologicamente como um veículo da tríade famosa, – o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida”. E continua o autor: longe de ser um acessório da velha instrução moral e cívica – essa “apoteose matreira do óbvio” – a literatura “age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela”, isto é, “com altos e baixos, luzes e sombras” (CANDIDO, 2012, p. 84).

Isso explica as atitudes ambivalentes de moralistas e educadores em relação à literatura: ao mesmo tempo que sentem fascínio por sua força humanizadora, têm absoluto

temor por sua indisciplinada e perigosa riqueza. “Daí as duas atitudes tradicionais que eles desenvolveram: expulsá-la como fonte de perversão e subversão, ou tentar acomodá-la na bitola ideológica dos catecismos” (CANDIDO, 2012, p. 84).

Porém, alerta o autor, uma vez que a literatura, assim como a vida, “ensina na medida em que atua como toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta” (CANDIDO, 2012, p. 84). E, mesmo que a sociedade busque fechar seu rol literário sobre apenas aquelas obras que lhe pareçam mais apropriadas em cada momento, frequentemente essas obras trarão elementos que as convenções sociais desejariam banir.

Todos sabemos que a literatura, bem como a arte, geralmente apresenta um forte componente sexual – às vezes mais, às vezes menos aparente em suas manifestações –, que servirá, por certo, como um excitante para a imaginação erótica. Assim sendo, é no mínimo paradoxal que uma sociedade como a nossa, marcada pelo cristianismo e pela repressão do sexo, tenha sempre recorrido às obras literárias, dentro da educação formal, como instrumento educativo. “Basta lembrar, na venerável tradição clássica, textos como a *Iliada*, o Canto IV de *Eneida*, o canto IX dos *Lusíadas*, os idílios de Teócrito, os poemas apaixonados de Catulo, os versos provocantes de Ovídio, – tudo lido, traduzido, comentado ou explicado em aula” (CANDIDO, 2012, p. 85). E, embora nossos costumes contemporâneos sejam menos rígidos, essa (no mínimo curiosa) situação chegou até nós, provocando embates entre pais e professores por conta da indicação de leituras como as de Aluizio Azevedo ou Jorge Amado.

É válido lembrar que essas questões levantadas por Antônio Candido (2012) estão especialmente relacionadas à “formação dos moços” (CANDIDO, 2012, p. 84). Com as meninas era diferente. Se eles tinham acesso a certas leituras expressamente proibidas às moças – ao irmão de Iracema era permitida a leitura de *O crime do padre Amaro* –, elas, por sua vez, tinham um universo de leituras bem restrito – a biblioteca cor-de-rosa é um bom exemplo.

Mas questão que se coloca é que, sendo a literatura um *meio de formação*, como afirma Candido (2012), ela foi ela, pois, o seu divisor de águas; isto é, o elemento de diferenciação de Malvina em relação às demais mocinhas casadoiras do colégio de freiras. A todas era permitida a leitura, mas nos limites do que a escola lhe impunha: leituras meticulosamente escolhidas para não atrapalhar a formação daquelas que estão em fase de preparação para o seu destino final – o matrimônio. Mas Malvina foi além; ela ultrapassou os limites das cercas que envolviam todas as mulheres de Ilhéus.

Tomando a metáfora de Platão no *Mito da Caverna*, Malvina foi aquela que saiu e descobriu um mundo para além das sombras da caverna, isto é, para além do universo fechado em si que era Ilhéus. Descobriu que aquela forma de ser e viver das mulheres da cidade poderia ser diferente, porque assim o era em outras cidades mais desenvolvidas culturalmente. Descobriu que a mulher poderia trabalhar, ser independente, escolher o próprio marido – escolher, inclusive, casar-se ou não. Mas, como o homem do mito platônico, por suas descobertas, bem como pelas mudanças que essas produziram em seu espírito, Malvina pagou um preço alto: foi surrada pelo pai, rechaçada pelas amigas – incluso por Iracema – e malfadada pela cidade por envolver-se com um homem separado da esposa.

Mas a literatura não se mostrou como elemento apenas de transformação de Malvina. Se, por um lado, foram as leituras indicada por João Fulgêncio que fizeram Malvina desenvolver ainda mais seu senso crítico, foi a literatura também que contribuiu, claramente, para seu estágio prévio de aprisionamento.

Vejamos: o plano inicial de Malvina para libertar-se da tirania de seu pai era casar-se com um homem vindo de fora, que a arrancaria do lar paterno, onde vivia aprisionada, e a levaria para um outro lugar, distante dali, onde poderia viver a vida livre que sempre sonhou. Ou seja, ela cogitava sempre a existência de um homem libertador que um dia apareceria e a libertaria do mal que a aprisionava. A lógica desta estrutura é, claramente, a dos contos de fadas – lidos para as meninas quando crianças – bem como dos livros da biblioteca cor-de-rosa, conforme dito anteriormente.

Segundo Regina Navarro (2011), na Antiguidade, as mulheres detinham um saber próprio, particular, sobre partos, cultivo e manuseio de ervas medicinais, cura de doenças etc., saber esse que era transmitido de geração em geração. Na Idade Média, esse saber foi amaldiçoado, apontado como bruxaria e suas detentoras, assassinadas, na maior parte das vezes, em fogueiras de purificação. Como explica, segundo os manuais usados pelos inquisidores, é pelo sexo que o demônio se apropria do corpo e da alma dos homens: “Não foi assim que Adão pecou? Como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam agentes do demônio (as feiticeiras)”.

Foi a partir daí, segundo Navarro, que as personagens femininas das histórias infantis foram progressivamente se tornando mulheres passivas, dóceis e assexuadas. Em *Cinderela*, *Branca de Neve* e *A Bela Adormecida*, lembra a autora, até existem algumas mulheres que detêm poderes mágicos, mas o foco desses contos, ao colocarem a como personagem principal uma jovem mocinha passiva, não é de enaltecer o poder feminino; ao contrário, é o de enaltecer sua impotência. No caso específico de *Cinderela*, a mocinha se destaca por seu

estado pleno de passividade ao ser, dia e noite, explorada por sua família, sem reclamar, sem se rebelar contra as injustiças por ela sofridas. Mas, todo seu sofrimento enquanto solteira é recompensado: o sapatinho de cristal cabe perfeitamente apenas em seu pé pequeno e delicado, e ela finalmente se liberta de seu sofrimento pelas mãos de seu marido-príncipe-renditor. Essa história lembra ou não o plano de casamento de Malvina?

Já o homem, ao contrário, aparece como ser imponente: geralmente vindo de outro reino, é suserano em suas terras; poderoso, tem a capacidade de, com um simples beijo, despertar a passiva mocinha de seu sono eterno; bonito, forte, montado em um cavalo branco, imponente, astuto, inteligente, rico. Bem, não esqueçamos a imagem descrita de Rômulo, o engenheiro do Ministério da Viação, trazido de outra cidade por Mundinho Falcão, com seu “rosto queimado de sol, o cabelo cortado quase rente, uma pequena cicatriz na testa” (AMADO, 2012, p. 142); um rapaz simpático, com porte de atleta, parecia um artista de cinema, ou um príncipe encantado.

Com os contos de fada, lembra Navarro, as meninas aprendem que somente através de um relacionamento com um homem é que elas poderão ser salvas da miséria e de uma vida desgraçada pelas injustiças. Essas histórias inculcam nas meninas um certo roteiro de vida no qual seus corpos passam a ser vistos como um bem de comércio através do qual poderão garantir um casamento com um príncipe, possuidor de *status* e riqueza. “Em última análise a mensagem dos ‘inocentes’ contos de fadas, como Cinderela, é que não somente as prostitutas, mas todas as mulheres devem negociar seu corpo com homens de muitos recursos”.

Em vez de buscarem desenvolver suas potencialidades e relações em que haja uma real troca afetiva e sexual, com igualdade em relação ao parceiro, muitas mulheres se limitam na busca de um príncipe encantado que lhes comandarão a vida.

Malvina pensava assim. Não buscava um grande amor, uma paixão de explodir, não era essa sua intenção, seu real objetivo; “Amaria quem lhe oferecesse o direito de viver, quem a libertasse do medo do destino de todas as mulheres de Ilhéus” (AMADO, 2012, p. 197). Por isso, não olhava para os homens de Ilhéus – todos mandões, de mentalidade atrasada. Iracema não entendia e, por conta disso, pilheriava chamando-a de “virgem de bronze” (AMADO, 2012, p. 197), por não ter namorado. Em última análise, tomando o que colocou Navarro, Malvina se prostituiria (trocaria seu sexo) em nome de sua liberdade.

O plano de Malvina caiu por terra, porém, com Josué porque, em menos de um mês de namoro, ele revelou-se um mandão, ao tentar lhe pôr arreios a todo custo; com Mundinho porque ele tão pronto perceber seu interesse, afastou-se. Mas nenhum se comparou a Rômulo...

Rômulo falava-lhe do Rio, da vida naquela cidade distante. Malvina sonhava. Sonhava e se apaixonava. Que importava casamento? Simples convenção. Imaginava-se morando junto com Rômulo no Rio, trabalhando e ajudando-o, sendo sua amante e secretária, cursando faculdade, fazendo-se independente. A uni-los, só o amor. “Ah! Como viveu ardentemente esses meses...” (AMADO, 2012, p. 197). Sabia que a cidade falava mal, que no colégio não havia outro comentário e que algumas amigas se afastaram dela, a primeira foi Iracema – a ferosa morena de quentes namoros no portão de casa. Não se importava. Encontrava-se com ele na avenida da praia, nas matinês do cinema. Conversas inesquecíveis, beijos furiosos. Melk na roça, a mãe, a fenecer em casa, nem na filha mandava. Certas noites, fugira de casa e encontrara-se com ele nos rochedos da praia: sentados nas pedras, as mãos do engenheiro corriam-lhe todo o corpo; ele, em respiração arfante, sussurrava-lhe pedidos. Ela resistia: quando partissem, seria dele. Faziam planos de fugir juntos.

Um pequeno parêntesis... A resistência de Malvina em entregar-se a Rômulo era bastante justificável: ela era *moça*, isto é, virgem. A virgindade feminina, nessa época, era algo bastante valorado; longe de ser uma condição determinada pela natureza, essa “era uma produção cultural para a qual corroboravam socialização familiar, educação formal e controle social. A produção de corpos castos era resultante da atuação do poder disciplinar, posto em prática, sobretudo, na família e na escola, bem como da violência física e simbólica” (CARDOSO, 2010, p. 197). Os corpos femininos castos eram fruto de uma série de mecanismos de poder que envolviam aqueles corpos, produzindo-os de uma dada forma, bem como da submissão e obediência das mulheres às normas vigentes. Entretanto, vale lembrar que esses corpos “não eram disciplinados apenas através da condenação e da punição da transgressão, a valorização familiar e social daquelas que eram consideradas moças inseridas nas prédicas sociais, também os conformava” (CARDOSO, 2010, p. 197). Fecha parêntesis.

No dia, porém, que o coronel Melk Tavares, recém-chegado da roça, soube do namoro escandaloso da filha com o engenheiro da barra, o príncipe encantado de Malvina ganhou novas feições. Malvina, ao notar a aproximação do pai, corajosa, pusera-se de pé e avisara ao namorado:

“– Meu pai está vindo para cá” (AMADO, 2012, p. 191).

Rômulo empalidecera; nem se mexia, o peso das pernas não permitia. Suava as mãos e a testa. Quando Malvina desapareceu no portão de casa, Melk levantou o rebenque e encostou-o no peito do engenheiro e intimou-o:

– Soube que o senhor terminou seus estudos da barra. Que telegrafou pedindo para continuar, ficar dirigindo os trabalhos. Se eu fosse o senhor não faria isso, não. Mandava um telegrama pedindo substituto e não esperava que ele chegasse. Tem um navio depois de amanhã. – Retirou o rebenque levantando-o, a ponta roçou de leve o rosto de Rômulo. – Depois de amanhã, é o prazo que lhe dou (AMADO, 2012, p. 192).

Virou-se e saiu rumo ao bar de Nacib.

Mais tarde, enquanto Malvina enfrentava bravamente seu pai e nome do romance com o engenheiro, sofrendo na pele por sua ousadia, Rômulo escondia-se no Hotel Coelho. Lá, Rômulo Vieira, competente engenheiro do Ministério da Viação e Obras Públicas, tremia de medo. “Sempre fora idiota em se tratando de mulheres. Metia-se em encrencas, dava-se mal. Não se emendava. Vivia a namorar moças solteiras” (AMADO, 2012, p. 198). No Rio, escapara por pouco da ira dos quatro irmãos de Antonieta – uma moça com quem andou se encontrando. Fora por conta desse incidente que aceitara ir-se para Ilhéus – o que mostra que, ao contrário do que supunha Malvina, o Rio não cultivava uma moral tão mais evoluída, em se tratando de mulher, do que Ilhéus.

Trancou-se em seu quarto e de lá só sairia direto para o navio. Mas, embora o medo, chegara a receber um bilhete de Malvina entregue pela empregada em suas mãos, no hotel. “E a louca a marcar encontro nos rochedos” (AMADO, 2012, p. 198). Ele tinha tino para doidas... Só se metia com elas. Que tamanho absurdo marcar encontro depois de tudo o que aconteceu!

Malvina, desobedecendo as ordens do pai de ficar trancada no quarto, foi ao rochedo na hora marcada. Negros rochedos crescidos do mar; de noite, “suspiros rolavam, ais de amor, no escuro da noite. Os mais pobres casais, mendigos, malandros, putas sem pouso, faziam sua cama de amor na praia escondida entre os rochedos, embolavam-se na areia” (AMADO, 2012, p. 194). Entre eles, um vulto esbelto e audaz, galgando os penedos na noite sem luar. Malvina. Os sapatos na mão, o olhar decidido. “Hora de moça estar na cama dormindo, a sonhar com estudos e festas, com casamento. Malvina sonhava acordada, subindo os rochedos” (AMADO, 2012, p. 194). Ali sentou-se, contando os minutos em uma ansiosa espera por Rômulo, seu príncipe libertador.

“Malvina esperava no alto dos penedos. Embaixo, as ondas chamavam. Ele não viria, de tarde quase morrera de medo, ela agora compreendia. Fitou a espuma a voar, as águas chamavam, por um instante pensou em se atirar. Acabaria com tudo” (AMADO, 2012, p. 199). Mas não era a morte o real intento de Malvina. Ela queria viver, sair de Ilhéus, trabalhar, ser alguém. De que adiantaria morrer? Atirou, sim, algo no mar: os planos feitos, a

sedução de Rômulo, suas palavras e o bilhete que ele lhe escrevera pouco depois de desembarcar na cidade.

Finalmente, dera-se conta do erro que cometia: para sair de Ilhéus, até então, só vira um caminho, isto é, através de um homem – fosse marido, fosse amante. Mas, por quê? Era Ilhéus ainda agindo sobre ela, fazendo-a não confiar em si própria... por que partir presa a um compromisso, a uma dívida tão grande com alguém? “Por que não partir com seus pés, sozinha, um mundo a conquistar?” (AMADO, 2012, p. 199). Sim, assim sairia. Tomou os sapatos, desceu o rochedo e começou a esboçar novos planos. Sentia-se leve. “Melhor do que tudo fora ele não ter vindo, como poderia viver com um homem covarde?” (AMADO, 2012, p. 199).

Em poucas palavras, o sonho de achar um príncipe encantado desmoronou ao perceber que o príncipe não passava de um covarde. Malvina e Rômulo, desse modo, se apresentam como, respectivamente, uma anti-mocinha e um anti-príncipe dos contos de fadas: enquanto ela era corajosa e destemida, ele era um covarde, mulherengo. Enquanto ela lutava pelo amor, ele passivamente fugia, com medo daqueles que lhe impunham ameaça.

2.4 As novas Heloíças

Mary Del Priori (2006, p. 121), a respeito do Brasil pós-Independência, fala a respeito das muitas mudanças ocorridas por aqui com a chegada da Família Real: mudanças culturais, comércio azeitado, avanços estruturais das cidades... enquanto isso, na Europa do início de 1800, transformações encabeçadas pelas guerras napoleônicas aconteciam. “Sob o troar dos canhões, contudo, leitores de ambos os sexos devoravam, ávidos, a história de amor que marcou época”: *Júlia ou a Nova Heloísa* de Jean-Jacques Rousseau.

O romance narrava um típico casamento da época: por interesse. Júlia, a heroína, sonhava em desfazer-se do aristocrático pretendente apresentado pelo pai para se unir em matrimônio com um pobre, porém jovem professor, príncipe de seus sonhos. O pretendente: Wolmar, o senhor na beira dos cinquenta anos com quem Júlia acaba se casando é tudo o que o jovem professor apaixonado não é. Como a própria Júlia o descreve em sua carta de despedida ao amante, Wolmar “tem uma vida tranquila e regrada, não é nem triste nem alegre, é um bom administrador, é bom observador sem se perder em divagações fúteis” (STRECK, 2008, p. 53).

Nesse romance, há, segundo Streck (2008), um bom exemplo de embates subjetivos movidos pelas mudanças estruturais promovidas pela economia e pela política. A paixão entre

Júlia e seu jovem amante professor acaba domesticada e transformada em um amor comportado e controlado. O amor, portanto, não era tudo; mais importante eram os compromissos sociais. Em resumo, a bela Julie jamais poderia ser feliz fazendo seu pai infeliz. Por conta disso, aceita o casamento que lhe fora proposto pelo pai e acaba compreendendo que sim, é possível viver com alguém para sempre de forma amigável, sem qualquer crepitante paixão a uni-los. Ao seu adorado professor, resta o espaço da lembrança (DEL PRIORI, 2006, p. 121).

Essa história comoveu meia Europa muito provavelmente porque, naquele tempo, muitas eram as pessoas que viviam confrontadas com o mesmo dilema de Julie. E, no Brasil, onde a obra de Rousseau circulava desde o século anterior, não era muito diferente (DEL PRIORI, 2006).

Sinhazinha era um bom exemplo de uma *nova Heloísa* aos moldes de Rousseau. Casou-se, abnegada, com Jesuíno – marido velho, rude, mas um homem *de respeito* – submetendo-se a um casamento frio de sentimentos, mas em conformidade com os ditames sociais. Mas, em sua intimidade, sob severo sigilo, rompeu com a moral aí incutida, entregando-se apaixonada ao jovem dentista que de pouco a nada tinha para lhe oferecer.

E quanto a Malvina?

Malvina era uma leitora. Teria lido Rousseau? Impossível saber... em nenhum ponto de sua história tem-se qualquer elemento que indiquem claramente a leitura do filósofo iluminista francês. Porém... vejamos mais um pouco de sua trajetória.

Malvina tinha um ódio daquela cidade de gente especializada na arte de falar da vida alheia. Odiava aquela vida de Ilhéus e contra ela passou a lutar. Começara lendo, auxiliada, especialmente por João Fulgêncio, o dono da Papelaria Modelo. Descobrira “outro mundo mais além de Ilhéus onde a vida era bela e a mulher não era escrava: grandes cidades onde poderia trabalhar, ganhar seu pão e sua liberdade” (AMADO, 2012, p. 197).

Traçou, pois, um plano: casar-se com um rapaz que pensasse diferente dos homens de Ilhéus; alguém capaz de levá-la daquela cidade, a viver em algum daqueles lugares maravilhosos que lia nos livros, onde reinava a liberdade feminina e onde pudesse, enfim, viver do jeito que tanto almejava.

Após a morte de Sinhazinha, Malvina finalmente dera alguma atenção ao apaixonado professor Josué – que toda a tarde, após as aulas e à indispensável prosa na Papelaria Modelo, ia passear na praça, e vinte vezes passava ante o jardim de Malvina a lhe pousar, em todas elas, um suplicante olhar, em muda declaração de amor (AMADO, 2012, p. 83).

Namoraram alguns dias. Pensava que poderia ser diferente, afinal, fora trazido a Ilhéus por Enoch, ao fundar o colégio, ou seja, era forasteiro naquelas terras. Decepcionou-se. Era igual. Quisera proibi-la de usar pintura no rosto, ir-se a uma festa na casa do coronel Misael para a qual não fora convidado e manter amizade com Iracema – “É falada por todos, não é amiga pra você!” (AMADO, 2012, p. 197) – tudo isso em menos de um mês. Josué revelou-se tão exigente e mandão quanto qualquer outro homem natural de Ilhéus. Não era opção para Malvina.

Sonhara com Mundinho Falcão. Esse sim parecia diferente e apresentava todas as prerrogativas para levá-la dali: rico, solteiro, viajado, de fora. Mundinho, porém, afastara-se dela tão ponto percebera seu interesse. “Malvina sofreu, era uma esperança gorada” (AMADO, 2012, p. 197).

Fora então que conhecera Rômulo, o engenheiro do Ministério da Viação, trazido do Rio de Janeiro por Mundinho Falcão. Sua figura assemelhava-se a de um verdadeiro príncipe dos contos de fadas. Mas era casado, acrescentaria João Fulgêncio. Separado da mulher, concluiria Nhô-Galo (AMADO, 2012). A mulher era louca incurável, vivia internada em um sanatório, mas de que isso importava? Era um homem sem direito de olhar para moça casadoira (AMADO, 2012). Que tinha ele para oferecer-lhe além da desonra? No mínimo, ficaria mal falada, impossibilitada de conseguir um marido. Mas para Malvina, isso não importava...

Certa tarde, fora vista a conversar com o engenheiro na avenida da praia. Sentada em um banco, o engenheiro de pé ao seu lado. Ela rindo-se em uma gargalhada solta. No baile, não perderam uma valsa, uma polca, um foxtrote, um tango sequer. “Malvina, as faces rosadas, os olhos profundos, parecia envolta num sonho, leve, quase a voar, nos braços atléticos do engenheiro” (AMADO, 2012, p. 171).

Certo dia, porém, uma imagem calou o bar de Nacib: era o coronel Melk saindo de casa, marchando para a praia, onde Malvina e Rômulo namoravam. Malvina ao vê-lo, pôs-se de pé. “Devia ter chegado da roça naquela hora, nem descalçara as botas” (AMADO, 2012, p. 191). Melk, a cara fechada, o rebenque na mão, os olhos na filha. Como se não visse o engenheiro, nem o olhou, disse a Malvina, a voz como uma chibatada:

“– Já para casa! – O rebenque estalou seco contra a bota” (AMADO, 2012, p. 192).

Obedeceu-o e caminhou para casa em passos lentos.

Chegando em casa, na sala, a mulher o esperava, encolhida de medo. “Parecia u'a imagem de santa macerada, o negro Fagundes tinha razão” (AMADO, 2012, p. 193).

“– Onde ela está?” (AMADO, 2012, p. 193) – perguntou Melk irritado

“– Subiu para o quarto.” (AMADO, 2012, p. 193) – falou a mãe de Malvina.

“– Mande descer.” (AMADO, 2012, p. 193) – determinou o coronel.

Melk, na sala, ficou esperando Malvina batendo o rebenque na bota.

Malvina entrou na sala, a mãe ficou na porta de comunicação. De pé ante o pai, de “cabeça erguida, tensa, orgulhosa, decidida, Malvina aguardou” (AMADO, 2012, p. 193).

Uma discussão...

– [...] O senhor não vai compreender. Aqui ninguém pode me compreender. Já lhe disse, meu pai, mais de uma vez: não vou me sujeitar a casamento escolhido por parente, não vou me enterrar na cozinha de nenhum fazendeiro, ser criada de nenhum doutor de Ilhéus. Quero viver a meu modo. Quando sair, no fim do ano, do colégio, quero trabalhar, entrar num escritório.

– Tu não tem querer. Tu há de fazer o que eu ordenar (AMADO, 2012, p. 193).

Daí a mais algumas palavras trocas, o rebenque levantou. Melk nem reparou onde batia: nas pernas, nas nádegas, nos braços, no rosto, no peito. O lábio partido, o sangue escorreu. Malvina gritou:

“– Pode bater. Vou embora com ele!” (AMADO, 2012, p. 194).

Num puxão, Melk atirou-a no sofá. Ela caiu de bruços e novamente o rebenque subia e descia, chegava a silvar.

Os gritos de Malvina ecoavam na praça. No bar, Josué apertava as mãos e mordida os lábios; Nacib atormentado; João Fulgêncio balançava a cabeça. O resto do bar todo em silêncio. Glória sorria tristemente em sua janela.

A mãe chorava, suplicava, até que se atirou da porta, agarrou a mão do coronel e gritou-lhe:

“– Não mate minha filha!” (AMADO, 2012, p. 194).

O rebenque finalmente parou. Malvina já não gritava, apenas soluçava no sofá. Arquejante, Melk apenas disse:

“– Pro quarto! Até segunda ordem, não pode sair.” (AMADO, 2012, p. 194).

Naquela noite, com a carne de todo o corpo roxa e dolorida pelas pancadas, tomara um toco de lápis e um pedaço de papel de jornal para redigir um bilhete a Rômulo marcando um encontro no rochedo da praia. A empregada levou ao hotel, entregando-o nas mãos no engenheiro. Naquela noite, se ele a quisesse, se entregaria a ele. E o faria porque agora estava decidida a partir dali e viver. “A única preocupação a contê-la – só naquele dia se dera conta – era evitar que o pai sofresse. E como ele ia sofrer! Agora já não lhe importava” (AMADO, 2012, p. 198).

Ora, não esqueçamos, a Julie de Rousseau compreendeu que não poderia ser feliz fazendo seu pai infeliz e, por isso, aceitou casar-se com aquele lhe fora imposto pelo pai. Malvina não aceitou sujeitar-se aos mandos do pai, mas até ali tampouco havia feito algo que pudesse efetivamente confrontá-lo, como, por exemplo, entregar-se ao engenheiro. E se não fez, não foi propriamente por *pena*, mas por *obediência*.

Pode-se dizer, pois, que Malvina foi Julie até um certo limite de sua trajetória. O espancamento do pai, a agressão extrema a que chegou no intento de enquadrá-la em seu regulamento de patriarca, ganhou um efeito inverso: em vez de conformá-la ao destino que lhe cabia por ser mulher em uma família abastada, serviu para que ela quebrasse, de uma vez por todas, com os grilhões – para tomar a metáfora de Rousseau no *Contrato Social* – que a prendiam naquele regime de poder.

Interessante: não pensava na mãe. Nunca pensara naquela que lhe dera a vida e que nada lhe fizera em desagrado, como tentar impedi-la de viver seu romance com Rômulo. Pensava no pai. Não queria fazê-lo sofrer. Era ele seu algoz, seu repressor, mas era nele em quem mais pensava e era por ele que ela mais se continha. Talvez, assim o fosse porque realmente se parecia a ele. Afinal, em que poderia ter se espelhado para sentir todo “esse amor à vida, essa ânsia de viver, esse horror à obediência, a curvar a cabeça, a falar baixo na presença de Melk?” (AMADO, 2012, p. 196). Do próprio Melk, claro! A mãe era o exemplo de tudo que Malvina não queria ser: obediente, medrosa, com tudo concordando, nada discutindo ou fazendo para mudar sua vida.

Melk com todos os direitos, de tudo decidindo. A mãe cuidando da casa, era seu único direito. O pai nos cabarés, nas casas de mulheres, gastando com raparigas, jogando nos hotéis, nos bares, com os amigos bebendo. A mãe a fenecer em casa, a ouvir e obedecer. Macilenta e humilhada. (AMADO, 2012, p. 196).

Quando Melk dizia, iam ao cartório e assinava quantos papéis mandasse, sem perguntar, sem saber sequer se compravam ou vendiam algo. Sua única alegria era a Igreja...

É válido lembrar que vários preceitos do código civil de 1916 estabeleciam a inferioridade da mulher casada em relação ao marido.

Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família (MALUF; MOTT, 1998, p. 373).

Isso significa que na ordem jurídica da época, era legal a mulher ser dependente e subordinada ao homem, e este ser o senhor das ações familiares. A mulher casada foi ainda declarada como *relativamente inabilitada* para o exercício de certos atos civis, “limitações só comparáveis às que eram impostas aos pródigos, aos menos de idade e aos índios” (MALUF; MOTT, 1998, p. 373).

É importante lembrar também que o Código Civil de 1916 apresentou certa distância em relação à legislação de 1890. Enquanto no Código Civil de 1916, a manutenção da família era responsabilidade dos *cônjuges*, a legislação de 1890

[...] conferia ao marido, sem qualquer dissimulação, a chefia da sociedade conjugal, bem como a responsabilidade pública da família, além de caber a ele a completa manutenção dos seus, e a administração e o usufruto de todos os bens, inclusive dos que tivessem sido trazidos pela esposa no contrato de casamento (MALUF; MOTT, 1998, p. 373).

Na prática, os poderes do marido sobre a esposa e a família iam mais além do que o previsto em lei. Ao homem cabia deliberar sobre as todas as questões importantes que envolviam a família: a procriação, distribuição dos recursos materiais e simbólicos no interior do núcleo familiar, “o uso da violência considerada 'legítima', cujos limites eram debilmente contornados por aquilo que consideravam excessivo” e o controle de certos aspectos fundamentais da vida dos familiares, como o local e tipo de formação educacional de cada um, a profissão dos filhos etc. (MALUF; MOTT, 1998, p. 376)

Com relação à mãe de Malvina, uma questão é importante ser dita: ela não tem um nome. A mãe de Malvina é a única personagem que não recebe um nome para identificá-la. Ao longo de toda a narrativa, a única identificação tem é a de ser *a mãe de Malvina*. O nome, aquele elemento de identificação e individualização de um ser não lhe foi conferido em nenhum momento. E por que ela não tem um nome? Em suma, porque ela não é um *sujeito*, ela é *assujeitada*. O que a identifica é o fato de ser mãe de Malvina; Malvina, *a moça de caráter*, a moça que é *sujeito*.

Observe-se que todas as personagens têm nome. Até mesmo dona Felícia, a mãe de Iracema, que só aparece uma vez, na ocasião do baile no Clube Progresso – onde a mãe de Malvina não estava! – Celestina – a estudante do colégio de freiras que já de mocinha era tão solteirona – e Clara – a amiga de Malvina, cheia de sonhos e vicissitude, que se casou por amor, mas foi transformada em *escrava do lar* igual à todas as outras mulheres. Todas recebem um nome e o receberam porque têm em si elementos que as personificam e

individualizam – ao contrário da mãe de Malvina, cuja existência era absolutamente insignificante.

Em poucas palavras, a *mãe de Malvina* é a única que se encaixa perfeitamente no perfil de mulher apresentado por qualquer pesquisa que façamos a respeito da mulher nos anos 1920. Obediente, humilhada, comportada, fiel ao marido, zeladora do lar e dos filhos, mãe... E a única que não recebe nome dentro da narrativa.

Entretanto, se boa parte das mulheres casadas se comportavam como a mãe de Malvina, Sinhazinha ou Clara – obedientes ao marido e à Igreja – havia também mulheres que, a sua maneira, jogando com as armas que possuíam, apresentavam uma postura bem mais ativa dentro do casamento. Era o caso de dona Olga: mulher rica, gorda, ciumenta, bruta e mal-educada, conhecida por suas gafes colossais (AMADO, 2012, p. 100). Casara-se de modo arranjado com Tônico Bastos, é verdade, mas não vivia humilhada diante da figura do marido; pelo contrário, ele era quem tinha de tomar constantes cuidados em relação a esposa por conta de suas constantes ameaças de escândalos.

Não havia homem mais circunspeto do que Tônico quando, após o jantar, levava a esposa a dar uma volta pela avenida da praia, a tomar um sorvete no Bar Vesúvio ou quando com ela ia ao cinema (AMADO, 2012, p. 100). Outro homem, porém, minutos depois de deixá-la em casa e ir-se “conversar com os amigos e fazer política” (AMADO, 2012, p. 100) nos cabarés e nas casas de mulheres da cidade. Ela não tinha conhecimento disso, é claro, porque, se soubesse, “o mundo viria abaixo” (AMADO, 2012, p. 100).

Mas não apenas Tônico vivia sob certo controle de suas esposas. Outros homens também tinham de submeter-se a suas esposas, respeitá-las. Ou seja, eles não eram tão demasiadamente livres como julgava Malvina. Essa liberdade masculina, especialmente depois do matrimônio, em alguns casos – como o de Tônico – só era possível na clandestinidade. Talvez mais facilitada, é claro, por conta da maior facilidade de circulação por parte dos homens nos espaços públicos, mas o importante perceber é que ela não era tão desmesurada assim.

E isso era algo que provocava certa revolta em Glória – a amante do coronel Coriolano. Indignava-se contra os homens em geral por sua covardia e hipocrisia: no meio da tarde, quando a praça estava vazia e as janelas das casas de família fechadas, os homens, ao passarem sozinhos ante a janela aberta de Glória, sorriam para ela e desejavam-lhe boa tarde com notável emoção. Mas, bastava que alguém na praça estivesse, “uma única solteirona que fosse, ou que viessem acompanhados, para que lhe virassem a cara, olhassem para outro lado,

acintosamente, como se lhes repugnasse vê-la na janela, os altos seios saltando da borda da blusa de cambraia” (AMADO, 2012, p. 84).

2.5 O segredo de Malvina

Mas essa questão dos contos de fadas e sua relação com a trajetória de Malvina tem mais um capítulo. Talvez esteja aí a revelação do *segredo de Malvina* que Nacib percebeu, mas não soube explicar.

Percebendo certa semelhança entre, em primeiro lugar, o plano de casamento de Malvina – de casar-se com alguém que a arrancaria de Ilhéus e a levaria a algum outro lugar (maravilhoso) onde pudesse viver conforme seus intentos – e o costumeiro roteiro dos contos de fadas – em que a princesa é aquela que é salva pelo príncipe das injustiças e infelicidades na qual sucumbia em seu reino de origem, desfrutando, ao lado deste homem-salvador, uma vida livre e *feliz para sempre* em outro reino distante – e, em segundo lugar, a similitude entre a caracterização de Rômulo e a dos príncipes encantados – homem belo, oriundo de um lugar distante, no qual se poderia desfrutar de uma vida diferente e liberta –, comecei a pesquisar sobre esse gênero literário e descobri a existência de um conto dos Irmãos Grimm intitulado *A donzela Malvina*¹³. Busquei esse conto e a única versão que encontrei dele foi no trabalho de Erica dos Santos Veiga da Cunha (2011), disponível no blog *Ateliê Erica Save*.

Peço, pois, licença para transcrevê-lo:

Era uma vez um rei que tinha um único filho a quem muito queria. Um dia, este príncipe pediu em casamento a filha de outro rei muito poderoso, chamada, comumente, a donzela Malvina, cuja beleza era extraordinária. Mas, o pai da princesa, que desejava dá-la em casamento a outro príncipe, recusou esse pedido. Os dois jovens, porém, amavam-se muito e não queriam ser assim separados; então, a donzela Malvina disse ao pai:

– Não quero e nem poderia casar-me com nenhum outro homem, pois amo este príncipe.

Diante desta atitude, o rei enfureceu-se e mandou construir uma torre escura, na qual nunca penetrava o mais leve raio de sol ou de luar. Assim que ficou pronta, disse à filha:

– Ficarás presa nesta torre por sete anos, findo os quais, quero ver se estás ou não destruída a tua obstinação.

Mandou levar para a torre alimentos e bebidas suficientes para sete anos. A princesa e sua aia foram para lá conduzidas e, em seguida, muraram a porta, deixando-as assim isoladas do céu e da terra.

As pobres criaturas passaram o tempo no meio da escuridão, sem nunca saber quando clareava o dia e quando caía a noite.

13 Original do Alemão, *Jungfrau Maleen*. Tradução literal, *A donzela Marlene*. Título em português, *A donzela Malvina*. Presente, originalmente, no livro GRIMM, Irmãos. **Contos e lendas dos Irmãos Grimm**. Tradução de Ísida M. Bonini. São Paulo: Edigraf, 1961, 8 volumes.

O príncipe, desconsolado, continuava perambulando em volta da torre, sempre chamando a noiva pelo seu nome; mas nenhum som exterior conseguia penetrar através daqueles muros espessos. Portanto, que mais podia fazer se não chorar e lastimar-se?

Enquanto isso ia passando o tempo. Por fim, vendo que as provisões já estavam bem reduzidas, as duas infelizes compreenderam que os sete anos de segregação estavam para findar. E julgaram que a hora de sua libertação já houvesse soado; mas, por mais que apurassem o ouvido, não distinguiam nenhum ruído de martelos ou de pedras a deslocarem-se no muro; parecia mesmo que o pai as havia completamente esquecido.

Notando que só lhes restava alimentação para uns dias apenas e prevendo um fim horrível, a donzela Malvina disse à sua companheira

– Façamos uma suprema tentativa, procuremos com toda coragem fazer uma abertura na parede!

Resolvido isto, munidas de faca de cortar pão, puderam-se a escavar e a furar o cimento; quando uma estava cansada, a outra substituí-a e assim trabalhavam o tempo todo. Após longo e penoso trabalho, conseguiram remover uma pedra, depois outra e mais outra, até que, dentro de três dias, viram penetrar naquelas trevas horrendas, o primeiro e consolador raio de sol. Trabalharam com mais ardor, até que a abertura ficou bastante grande e elas puderam olhar para fora.

O céu estava de um azul límpido e maravilhoso, a briza fresca acariciou-lhes suavemente as faces, mas, onde seus olhos pousavam, só viam desolação. O castelo do rei, seu pai, era um montão de ruínas, a cidade toda e as aldeias, até onde seus olhos podiam alcançar, estavam arrasadas, os campos todos queimados: não se via alma viva, tudo estava destruído e morto.

Alargaram mais a abertura, obtendo tamanho suficiente para poderem sair; a camareira saiu em primeiro lugar, seguindo-a, logo após, a donzela Malvina. Mas para onde ir? O exército inimigo tinha devastado todo o reino, expulsando o rei e massacrando os habitantes, e elas não viam onde encontrar refúgio.

Então, encaminharam-se as duas em busca de outro país. Todavia, por todas as terras em que passavam não conseguiam encontrar abrigo ou alguma alma generosa que lhes dessem um pedaço de pão. Tão grande era a fome, que tiveram que alimentar-se com um punhado de urtigas encontradas à margem da estrada.

Andaram, andaram, andaram, por fim chegaram a um reino desconhecido e lá procuraram empregar-se como criadas, mas eram repelidas de todas as portas e não encontraram compaixão na alma daquela gente.

Finalmente, chegaram à capital do reino e dirigiram-se ao paço real. Aí, também foram convidadas a seguir caminho, mas o cozinheiro vendo-as tão abatidas, compadeceu-se delas e disse que podiam empregar-se como faxineiras e lavadeiras, sob suas ordens.

Aconteceu que o filho do rei, em cujo palácio estavam empregadas, era justamente o antigo noivo da donzela Malvina. Querendo que se casasse, o pai tinha-lhe arranjado uma noiva, tão feia de coração como de rosto. O dia do casamento estava marcado e a noiva já havia chegado; mas por causa de sua feiura, não ousava apresentar-se em público e permanecia fechada no quarto. A donzela Malvina fora encarregada de servi-la e levar-lhe a comida.

Ao chegar o dia em que o príncipe devia conduzir à Igreja a noiva, ela sentiu-se tão envergonhada de aparecer e tão receosa de ser escarneada pelo povo, que disse à donzela Malvina:

– Ouve aqui, cai-te do céu uma sorte inesperada; eu torci o pé e estou impossibilitada de me por a caminho para a igreja; tens, portanto, que vestir meu traje nupcial e substituir-me; honra maior que esta não podias esperar!

Mas a donzela Malvina recusou a proposta dizendo:

– Não quero honras que não me pertencem.

A outra ofereceu-lhe uma grande quantia de ouro; tudo foi completamente inútil, não conseguia convencê-la. Por fim, enraiveceu-se e disse-lhe asperamente:

– Se não me obedeceres, arriscarás a vida; pois basta que eu diga uma só palavra para que tenhas a cabeça decepada.

Diante disso, a moça deve de obedecer, vestiu os trajes suntuosos e adornou-se com as joias da noiva.

E quando se apresentou na sala do trono, os convidados ficaram extasiados ante sua grande beleza; e o rei disse ao filho:

– Aqui está a noiva que escolhi para ti; conduze-a ao altar.

Estupefato, o noivo matutava: “É estranho, parece-se tanto com a minha donzela Malvina que até parece ser ela em pessoa; infelizmente, porém, há tantos anos foi encerrada na torre que talvez já tenha morrido”. Ofereceu a mão à noiva e conduziu-a à igreja. Mas, pelo caminho, encontraram à margem da estrada um pé de urtiga e então a moça disse:

– Urtiga,

Minha urtiga, coitadinha,

Que fazes aqui tão sozinha?

Certa vez por aqui passei,

Morta de fome, e te devorei!

– Que está dizendo? – Perguntou-lhe o príncipe.

– Oh! Nada! – Respondeu ela – estava apenas lembrando a donzela Malvina.

O príncipe ficou admirado que ela a conhecesse, mas não disse nada. Quando chegaram ao pé da escadaria diante da igreja, ela disse:

– Ó degrauzinho, não vás te quebrar

A verdadeira noiva não vês passar!

– Que disseste? – Tornou a perguntar o noivo.

– Nada! – Respondeu ela – estava só pensando na donzela Malvina.

– Tu conhecesse a donzela Malvina?

– Não, não! Como poderia conhecê-la? Apenas tenho ouvido falar nela.

Quando chegaram à porta da igreja, ela disse mais uma vez:

– Ó porta da igreja não vás desabar

A verdadeira noiva não vês passar!

– Mas que estás a dizer? – Perguntou o noivo

– Oh, estava apenas lembrando a donzela Malvina.

Antes de penetrar na igreja, o príncipe tirou do bolso um magnífico e precioso colar, colocou-o no pescoço da noiva e apertou bem o fecho; em seguida, dirigiram-se ao altar onde o padre uniu suas mãos e deu-lhes a benção, tornando-os marido e mulher.

O príncipe e a noiva voltaram para casa, mas, durante todo o caminho, ela não abriu a boca para dizer uma palavra. Chegando ao castelo real, ela correu para o quarto da outra noiva e despiu as roupas nupciais. Depois tornou a vestir suas pobres roupas cinzentas, mas conservou no pescoço o colar que recebera do noivo.

À noite, a noiva devia ser conduzida ao quarto nupcial, mas tratou de cobrir o rosto com um véu a fim de que o noivo não visse a feiura e não descobrisse o embuste. Assim que os criados se retiraram, o príncipe perguntou-lhe:

– Conta-me agora o que disseste ao pé da urtiga que encontramos à margem da estrada.

– Qual urtiga? – Perguntou ela; – eu não tenho hábito de falar com urtigas!

– Se não o fizeste, então não és tu a verdadeira noiva! – Disse o príncipe; mas ela tentou sair da embrulhada, dizendo:

– Com a minha criada preciso ter,

Para que faça minha memória reviver!

Saiu correndo, foi a quarto da criada e perguntou-lhe asperamente:

– Ó criatura, o que foi que disseste ao pé de urtiga?

– Disse-lhe simplesmente isto:

– Urtiga,

Minha urtiga, coitadinha,

Que fazes aqui tão sozinha?

Certa vez por aqui passei,

Morta de fome, e te devorei!

A noiva voltou correndo para o quarto nupcial e disse ao príncipe:

– Agora lembro-me o que disse ao pé de urtiga! – E repetiu textualmente as palavras que acabara de ouvir.

– E ao pisar os degraus da igreja, o que disseste?

– Que degraus? – Disse ela admirada; – eu não costumo falar com degraus!

– Se é assim, então não és a verdadeira noiva – Repetiu ele desconfiado.

Mas ela fez o mesmo que fizera antes:

– Com a minha criada preciso ter,
Para que faça minha memória reviver!

Saiu correndo, foi ao quarto da criada e perguntou com brutalidade.

– Que é que disseste ao pisar os degraus da igreja?

– Eu disse apenas isto:

– Ó degrauzinho, não vás te quebrar

A verdadeira noiva não vês passar!

– Ainda terás que pagar com a vida! – Gritou-lhe a noiva, mas foi correndo para o quarto e disse ao príncipe.

– Só agora me lembro o que disse ao pisar os degraus da igreja! – E repetiu as palavras ouvidas.

– Está bem, mas diga-me agora que foi que disseste ao transpor o umbral da igreja!

– Que umbral? Eu jamais falei com um umbral!

– Não? Então não és tu a verdadeira noiva!

Ela voltou a perguntar à donzela Malvina:

– Conte-me já, que foi que disseste ao umbral da igreja?

– Disse só isto:

– Ó porta da igreja não vás desabar

A verdadeira noiva não vês passar!

– Ordenarei que te cortem a cabeça! Esbravejou a noiva possesora de raiva. Mas saiu correndo e foi ter com o noivo ao qual disse:

– Lembro-me agora o que disse à porta da igreja! - Repetiu as palavras da outra.

– E dize-me, onde está o colar que coloquei em teu pescoço e que preendi com minhas próprias mãos, ao entrarmos na igreja?

– Que colar? Nunca me deste colar nenhum.

– Não te lembras então do que eu te coloquei no pescoço? Se ignoras isto é porque não és a verdadeira noiva!

Assim dizendo, arrancou-lhe o véu do rosto e, ao dar com aquela monstruosa feiura, pulou para trás espantado, e perguntou horrorizado:

– Como vieste aqui? Quem és tu?

– Eu sou a tua verdadeira noiva. Com medo que o povo me escarnecesse ao passar pelas ruas, mandei a criada vestir minhas roupas e seguir para a igreja em meu lugar.

– E onde está agora essa moça? – Perguntou o príncipe; – quero vê-la! Vá buscá-la e traze-a à minha presença.

A noiva encaminhou-se depressa, mas disse aos criados que aquela faxineira era uma embusteira, que a levassem, portanto, ao fundo do quintal e lhe decepassem a cabeça.

Os criados apoderaram-se da pobre moça e tentaram arrastá-la para o local do martírio, mas ela pôs-se a gritar com todas as forças e a pedir socorro. O príncipe ouviu aqueles gritos e saiu correndo do quarto e mandou que a soltassem imediatamente. Quando trouxeram luzes e ele pode ver o colar de pérolas que lhe colocara no pescoço na porta da igreja, exclamou radiante:

– Ah tu que és minha verdadeira noiva! A mesma que foi comigo à igreja.

Vem comigo, vamos para os nossos aposentos.

Assim que ficaram a sós, ele lhe disse:

– Quando íamos para a igreja, ouvi-te mencionar a donzela Malvina, que foi minha noiva; se isto fosse possível, acreditaria tê-la agora na minha presença, tal a semelhança que tens com ela.

– Pois sou eu mesma a donzela Malvina; a mesma que por teu amor passou sete anos presa na torre escura. Passei muita fome e sede e durante bastante tempo vivi na mais negra miséria, hoje, porém, o sol volta a brilhar para mim. Na igreja nós é que fomos unidos em matrimônio, portanto sou eu a tua verdadeira esposa.

Então abraçaram-se e beijaram-se com a maior alegria e foram imensamente felizes pelo resto da vida.

Ao passo que a perversa noiva feia foi decapitada.

A torre onde permanecera a donzela Malvina conservou-se sólida durante muitos anos e quando as crianças iam brincar perto dela, costumavam cantar:

– Din, don, dan
 Na torre quem está?
 Está uma princesa
 Que ninguém pode ver
 E o muro romper,
 Nem a pedra furar.
 Joãozinho de paletó xadrezinho,
 Corre, vem me pegar!

Antes de qualquer análise dessa intertextualidade, convém saber os rumos finais da história de Malvina, a virgem no rochedo...

O agitado fim do namoro de Malvina repercutira intensamente em Ilhéus e, embora o diálogo entre Melk e Rômulo não tenha sido ouvido por ninguém, pelo menos umas dez versões dele circulavam pela boca do povo da cidade, “cada qual mais violenta, menos simpática ao engenheiro. Até de joelhos o puseram, junto ao banco na avenida, a suplicar piedade” (AMADO, 2012, p. 205).

Rômulo, ao contrário do que acontecera com Osmundo – o dentista sedutor de Sinhazinha – foi rapidamente condenado, transformado em um monstro moral, de vícios inconfessáveis, aliciador de mulheres, um pavoroso perigo à família ilheense. “O *Jornal do Sul* dedicou-lhe um dos seus artigos mais longos – toda a primeira página continuando pela segunda – e mais grandiloquentes” (AMADO, 2012, p. 205). Falou-se na necessidade de se conservar a moral, de se respeitar os mandamentos bíblicos, na honra das famílias, na dignidade dos Bastos e sua vida exemplar, na devassidão dos opositores – a começar por seu chefe, Mundinho Falcão –, em Anabela – a bailarina, vinda do Rio, de dança escandalosa – e na necessidade de se conservar Ilhéus à margem da degradação dos costumes, como se via pelo mundo.

O engenheiro se tornara um símbolo “de devassidão, de descalabro moral” (AMADO, 2012, p. 205). Talvez isso se devesse ao fato de ele ter se acovardado e fugido, tremido de medo ante Melk e no quarto do hotel e embarcado às escondidas, sem despedir-se sequer dos amigos. Se houvesse reagido, lutado, encarado a situação – como fez Malvina, diga-se de passagem –, encontraria, por certo, quem o apoiasse e defendesse.

A antipatia que cercava a figura do engenheiro não atingira Malvina, no entanto. Claro que cochichavam sobre o namoro, os beijos no cinema e no portão, havia até quem questionasse sua virgindade. Contudo, por ter enfrentado o pai em fúria de cabeça erguida, a gritar-lhe enquanto ele a espancava, “sem dobrar o cangote” (AMADO, 2012, p. 205), a cidade simpatizou dela. Naquela cidade, despertava as atenções e o afeto dos moradores

aquelas pessoas que mostrassem hombridade, firmeza, determinação. Características *típicas dos homens*, mas que, desta vez, eram ilustradas por uma *mocinha de família*: Malvina.

Duas semanas depois daquele fatídico dia, Melk levou Malvina para a Bahia, para interná-la no Colégio das Mercês¹⁴. Várias foram as pessoas que a acompanharam até o porto – até mesmo algumas colegas do colégio de freiras que, até bem pouco tempo, não falavam mais com ela por conta de seu namoro mal falado. João Fulgêncio deu-lhe um saco de bombons, apertou-lhe as mãos e desejou coragem (AMADO, 2012, p. 205). Malvina sorriera, quebrando finalmente seu olhar glacial e altivo, sua pose de estátua. “Jamais estivera tão bela” (AMADO, 2012, p. 206). Josué não comparecera ao porto, mas confessara a Nacib que a havia perdoado. Na verdade, andava saltitante e conversador, embora levasse na face ainda magra enormes olheiras negras. Efeitos de Glória...

Meses depois, com o fim do período letivo, chegavam as férias. Estudantes de todas as partes desembarcavam dos navios, só Malvina que não desembarcara em nenhum deles. Primeiro pensou-se que Melk havia aumentado o castigo da filha, privando-a das férias, mas “quando Melk viajou inesperadamente para a capital e voltou sozinho como partira, o rosto sombrio, envelhecido dez anos, se soube a verdade” (AMADO, 2012, p. 263). Malvina, aproveitando a confusão da partida para as férias, fugira sem deixar rastro.

Melk chamou a polícia. Investigou-se, na Bahia não estava. Todos pensavam que talvez tivesse ido ao Rio, a amigar-se com Rômulo. Que outro motivo poderia explicar a fuga sensacional? Até João Fulgêncio assim pensou. Buscas foram feitas no Rio de Janeiro. Nada. Nenhuma pista. O engenheiro, chamado à polícia provara não saber nada sobre o paradeiro de Malvina – não sabia, nem queria saber –, e que desde que voltara de Ilhéus, não teve mais nenhuma notícia dela.

Mistério completo. Ninguém entendia o que se passara com Malvina e profetizavam sua volta próxima, arrependida.

“– Não volta, tenho certeza. Esta vai longe, sabe o que faz.” (AMADO, 2012, p. 263). João Fulgêncio era o único que não acreditava no regresso da moça, solicitando perdão.

Muitos meses depois, em plena safra do ano seguinte, chegou a notícia de que ela estava em São Paulo, trabalhando em um escritório, estudando a noite, vivendo sozinha. A mãe reviveu – nunca mais tinha saído de casa. Melk, porém, recusou-se a ouvir:

“– Não tenho mais filha!” (AMADO, 2012, p. 263).

14 Um colégio de freiras localizado na capital.

Retomemos, pois, a questão da intertextualidade. Quais são, afinal, as semelhanças entre a Donzela dos Grimm e a Virgem no Rochedo de Amado? Algumas. A começar pelo fato de que ambas eram *donzelas*, isto é, *virgens*. Duas moças solteiras, de beleza extraordinária, que sofreram com a intransigência de seus pais por conta de um romance por eles rechaçado. Ambas, porém, ao contrário do que ocorreu com as protagonistas de clássicos como *Cinderela*, *Branca de Neve* e *A Bela Adormecida*, eram mulheres de certa atitude e, movidas pela paixão, enfrentaram a tirania de seus pais.

Os motivos que levaram os pais a não gostarem do relacionamento de suas respectivas filhas era diferente, por certo: o pai da Dozela queria vê-la casada com um homem que ele escolhesse, ao passo que o pai da Virgem no Rochedo, além de querer vê-la um dia casada com quem ele elegera, tinha rechaço ao fato do homem com quem ela se envolvera ser impossibilitado de casar por conta de um casamento anterior. Mas, as atitudes de ambos se aproximam: eles encontram no isolamento e no aprisionamento de suas filhas a solução para o namoro e à rebeldia delas. Enquanto um manda construir uma torre onde a aprisionou por sete anos, Melk envia a filha para a capital, a estudar em um colégio interno de freiras.

E, note-se, a figura materna não faz diferença no destino de nenhuma das duas moças. A mãe da Virgem não tem nome; a mãe da Donzela sequer aparece. É a figura suprema do pai que tudo faz e tudo determina. É ele o senhor a ser obedecido. É ele aquele que decreta a vida, o destino e, quiçá, a morte sua filha.

As semelhanças não param por aí. O comportamento das duas moças também é próximo: em um primeiro momento, ambas aceitam – até certo ponto passivamente – as imposições de seus pais. A donzela se deixa prender na torre do mesmo modo que a Virgem no Rochedo aceita ir-se à Bahia, expurgada de seu berço de origem e, ambas sofrem tamanha pena por sua relutância aos mandos paternos.

Até mesmo a figura do príncipe lembra Rômulo. Do mesmo modo que Rômulo não lutou pela Virgem no Rochedo, o príncipe tampouco fizera algo para libertá-la daquela condição. Não poderia ele ter escavado a parede até alcançar sua amada? Mas não o fez.

A Donzela fica na torre por aproximadamente sete anos. A Virgem fica no colégio até as férias. Prevendo sua morte, a Donzela finalmente luta, escavando a parede da torre dia e noite até encontrar a luz de sua liberdade. A Virgem mantém-se no colégio de freiras – sua torre – até a hora exata de escapar. E ambas escapam. Mas não escapam pela mão de um príncipe encantado, montado em um cavalo branco. Escapam por própria iniciativa.

O mistério que envolve o destino da Virgem no caminho da Bahia até São Paulo talvez possa ser respondido pelo destino da Donzela em seu trajeto de viagem: deve ter passado

fome, necessidade, muitos devem ter lhe fechado a porta na cara e lhe negado um pedaço de pão e um abrigo. Mas, determinada, seguiu viagem até chegar ao *reino distante* de São Paulo, onde, assim como a Donzela, encontrou emprego e onde pôde finalmente viver aquilo que tanto sonhara, pelo que tanto lutara e sofrera.

O mais interessante é perceber que, em ambos os casos, não foi pelas mãos de um príncipe que elas encontraram a liberdade, mas, ironicamente, foi pelas mãos de seus próprios algozes. Ao prender a filha na torre, o rei perdeu sua autoridade sobre o destino dela; ela não ficou mais sob sua vigilância e a mercê de sua vontade. As paredes escuras da torre não protegeram a donzela Malvina apenas dos invasores do reino, mas da própria tirania de seu pai. Foi por estar presa que ela encontrou sua liberdade. Do mesmo modo, a Virgem no Rochedo. Ao mandá-la para a Bahia, como forma de castigo e tentativa extrema de tentar prendê-la, o máximo que Melk Tavares conseguiu foi dar-lhe a oportunidade de que precisava para libertar-se dele definitivamente. E assim a Virgem o fez. Aliás, ambas fizeram.

Alguma distinção entre as duas histórias? Alguns fariam a respeito do final..., mas não. O final, em essência, também é o mesmo: ambas, após muita luta e sofrimento, alcançaram a felicidade do jeito que tanto sonhavam. Se o sonho da Donzela era viver ao lado daquele príncipe por quem tanto lutou, o sonho da Virgem no Rochedo era ser livre e, para isso, também lutou, se arriscou, sofreu, em ambas conseguiram no final.

3 AS MEIAS PRETAS

Este capítulo é dedicado à memória de dona Sinhazinha Guedes de Mendonça.

3.1 Da lei cruel

Por curiosa coincidência, como diria dona Arminda, no mesmo dia claro de sol primaveril em que a velha Filomena cumprira sua antiga ameaça e fora-se embora, abandonando a cozinha do árabe Nacib, o coronel Jesuíno Mendonça matou sua esposa, dona Sinhazinha Guedes de Mendonça, “expoente da sociedade local, morena mais para gorda, muito dada às festas da igreja” e o amante, o dr. Osmundo Pimentel, “cirurgião-dentista chegado a Ilhéus a poucos meses, moço elegante, tirado a poeta” (AMADO, 2012, p. 09).

Como opinara João Fulgêncio, aquele fora um mal dia para derramamento de sangue, afinal, era o primeiro dia de sol após a longa estação das chuvas. Mas o coronel Jesuíno não era muito afeito a leituras e razões estéticas, aliás, tais considerações nem sequer lhe passavam pela “cabeça dolorida de chifres” (AMADO, 2012, p. 09). Era homem de honra e determinação, e não deixaria por menos a traição de sua esposa.

A cidade, subitamente acometida pela notícia, esqueceu-se imediatamente dos assuntos até então mais dignos de comentários nas rodas de conversa no bar, na Papelaria e nos cabarés:

[...] o encalhe do navio da Costeira pela manhã na entrada da barra, o estabelecimento da primeira linha de ônibus ligando Ilhéus a Itabuna, o grande baile recente no Clube Progresso e, mesmo, a apaixonante questão levantada por Mundinho Falcão das dragas para a barra (AMADO, 2012, p. 10).

O Capitão e o Doutor também se esqueceram de suas costumeiras preocupações com a política e até mesmo o coronel Ramiro Bastos, ao ser informado do infortúnio, deixara de pensar em Mundinho Falcão (AMADO, 2012, p. 87).

Voltaram-se todos à trágica história da mulher do fazendeiro morta a tiros de revolver pelo próprio marido, junto ao amante. Impactaram-se tanto pela “alta classe dos três personagens nela envolvidos”, como “pela riqueza de detalhes, alguns picantes e saborosos” (AMADO, 2012, p. 10) daquela macabra história. O povo de Ilhéus realmente era dado a um falatório, um disse-que-disse... Já fazia parte da cultura local aquela “arte de falar da vida alheia” (AMADO, 2012, p. 69).

A notícia espalhará-se rápida como um relâmpago (AMADO, 2012, p. 87): “Do morro do Unhão ao morro da Conquista, nas casas elegantes da praia e nos casebres da ilha das Cobras, no Pontal e no Malhado, nas residências familiares e nas casas de mulheres públicas”, nas lojas, armazéns, farmácias, consultórios médicos, nos escritórios de advogados, nas casas exportadoras de cacau, na matriz de São Jorge, na igreja de São Sebastião e, sobretudo no bar Vesúvio, situado nas proximidades do local do crime (AMADO, 2012, p. 86). Em frente à casa do dentista – um pequeno bangalô na praia –, um grupo de curiosos cercava a empregada apalermada em busca de mais detalhes. Um soldado de polícia em frente à porta dava explicações. Moças do colégio de freiras, em jovial excitação, exibiam-se no passeio da praia e cochichavam. O professor Josué, aproveitando-se da situação para aproximar-se de Malvina, relembra ao grupo de moças célebres e tristes romances literários: *Romeu e Julieta*¹⁵, *Marília e Dirceu*¹⁶ e, *Heloísa e Abelardo*¹⁷ (AMADO, 2012, p. 87).

Pelos quatro cantos da cidade se comentava e discutia a infeliz morte de Sinhazinha e Osmundo; divergiam as versões do acontecido, os detalhes se contradiziam, mas em um ponto ninguém discordava: na razão do coronel. Louvava-se, em todas as bocas, seu *gesto de macho* (AMADO, 2012). Unanimemente davam-lhe razão. Não “se elevava voz – nem mesmo de mulher em átrio de igreja – para defender a pobre e formosa Sinhazinha. Mais uma vez o coronel Jesuíno demonstrara ser homem de fibra, decidido, corajoso, íntegro” (AMADO, 2012, p. 87). Crescera, pois, o respeito e a admiração que cercavam a figura magra e um tanto sombria do fazendeiro.

Dentre tantas difamações contra o casal, especialmente contra Sinhazinha, apenas uma pessoa disse algo entre todos aqueles falatórios e difamações: Anabela.

– “Coitadinha...” (AMADO, 2012, p. 103). E essa foi a única palavra de lástima pelo triste fim de Sinhazinha naquela tarde de tantos comentários. Mas note-se: Anabela não era de Ilhéus! Mais uma vez um comportamento diferente ao do povo da cidade fora expresso por uma forasteira.

... Aliás, tamanhas eram as difamações sofridas por Sinhazinha em seu pós-morte, que até Tônico Bastos insinuou para Nacib ter *navegado naquelas águas* (AMADO, 2012)...

15 A triste história shakespeariana do jovem casal apaixonado que acabam ambos morrendo por conta do ódio intermitente entre suas famílias

16 O poema Tomás Antônio Gonzaga em que conta seu amor por Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, uma bela jovem pertencente a uma das principais famílias da capital mineira; na linguagem do poema, Tomás é Dirceu e Maria Dorotéia é Marília; o poema termina com a tristeza de Dirceu pois, por se envolver com a Inconfidência Mineira, acaba sendo separado de sua amada por ser preso e enviado a Moçambique em exílio

17 A dramática história do professor e sua aluna que, apaixonados, sofreram com todo o peso da moral vigente na época.

Enquanto os comentários disparavam de boca em boca, Mundinho Falcão, que havia marcado com o jornalista Clóvis Costa no Bar Vesúvio, apenas sorria indiferente, muito mais preocupado com seus planos e projetos políticos. Apenas lastimara a prematura morte do dentista, seu vizinho na praia e um dos raros companheiros no banho de mar – algo ainda considerado quase um escândalo em Ilhéus (AMADO, 2012, p. 89). Mas informado que Clóvis não viria, por estar preso no jornal redigindo uma matéria justamente sobre o crime, resolveu ir embora. O Capitão ficara perplexo diante da indiferença de Mundinho.

“– Embora? Com uma história dessas?” (AMADO, 2012, p. 89).

“– Não sou daqui, meu caro... – Riu o exportador.” (AMADO, 2012, p. 89).

A condição de forasteiro de Mundinho o afastava do cultivo de certos costumes tipicamente locais – algo parecido pode ser também visto em Gabriela, Nacib, Anabela e no próprio Osmundo, todos oriundos de algum lugar fora de Ilhéus. Aliás, essa é uma constante dentre as personagens: comportamentos distintos, fora de uma certa lógica comum àquela cidade, eram, em sua maioria, apresentados por pessoas que não eram oriundas de Ilhéus. A exceção era apenas Josué, que embora forasteiro, deixara-se absorver rapidamente pelos costumes locais e Malvina, fina flor de Ilhéus, que pensava de como distinto, influenciada especialmente pelas leituras que fazia.

Mundinho saiu do bar, atravessou a praça, encontrando-se com o grupo de moças do colégio de freiras. Dentre elas, Malvina.

“– E o senhor, que pensa do crime? – Perguntou Iracema, ferosa morena de namoros falados, no portão do quintal de sua casa” (AMADO, 2012, p. 90).

“– É sempre triste saber da morte de mulher bonita. Sobretudo morte assim horrível. Mulher bonita é sagrada” (AMADO, 2012, p. 90) – respondeu Mundinho.

Uma reflexão impossível não ser feita: e se não fosse bonita Sinhazinha? Diferença nenhuma faria então? O *status quo* da mulher estaria, pois, ligado exclusivamente à sua beleza e ao seu corpo? É certo que tal colocação vem para ilustrar o espírito boêmio de Mundinho Falcão, mas junto, dar-se também para capturar certos traços da moral cultuada em relação às mulheres.

Em *Emílio ou da Educação*, Rousseau afirma que a educação do *gentleman* deve vislumbrar o desenvolvimento completo do homem – corpo e alma –, mas sobretudo a razão. A educação do corpo, no caso dos homens, teria, como objetivo o desenvolvimento das forças, ao passo que para as mulheres, o foco seria o desenvolvimento de seus atrativos. Para Rousseau, é próprio da natureza feminina ser agradável ao homem e é também de sua natureza a vaidade, a delicadeza – as principais armas das mulheres para lidarem com os

homens. Rousseau questiona: será culpa dos homens se as mulheres os agradam quando são bonitas, se seus dengues os seduzem, se a arte que aprendem com outras mulheres os atraem e os agradam, se eles gostam de vê-las vestidas com gosto, se deixam-nas afiar à vontade as armas com que os subjugam? (Rousseau, 2004). Em última análise, para Rousseau, a mulher deve estar para o corpo do mesmo modo que o homem deve estar para a razão. O corpo e a beleza são os elementos que melhor definiriam e justificariam a existência feminina. Um agrado para os homens. Nisso se resumiria a existência da mulher.

“– Mas ela enganava o marido – acusou Celestina tão moça e tão solteirona” (AMADO, 2012, p. 90).

Como se pode perceber com o comentário de Celestina, não eram apenas os homens quem condenavam o comportamento de Sinhazinha. As próprias mulheres, uma vez inseridas na ordem moral vigente, acabavam por reproduzir esse discurso de escárnio contra si próprias. Inclusive, dentro da organização social de Ilhéus, as solteironas tinham justamente o papel de fiscalizadoras das demais mulheres para que elas se mantivessem fiéis aos preceitos da cultura machista em voga naquela sociedade.

“– Entre a morte e o amor, prefiro o amor...” (AMADO, 2012, p. 90) – concluiu Mundinho, mantendo-se indiferente. A política lhe interessava mais...

3.2 Dos caprichos do dentista ou de são Sebastião

Dentre os *saborosos* detalhes socializados naqueles comentários, alguns chamavam mais atenção: Sinhazinha – quem havia de dizer! –, senhora tão respeitável, tão assídua à igreja, morrera pelas mãos do marido, na casa do amante, absolutamente nua, trajando tão somente... meias pretas!

“– Devassa...” – Condenou o dr. Maurício Caires (AMADO, 2012, p. 90).

Mas Nacib, longe dessas reflexões sobre as leis morais da época, de repente, viu dona Sinhazinha nua, calçada apenas com as tais meias pretas... suspirou.

“– Devia estar uma beleza. ” – Comentou o árabe (AMADO, 2012, p. 90).

Nacib, aliás, estava triste: por conta do crime, o bar estava cheio. Com isso, era obrigado a atender as mesas e a cuidar do caixa, sem poder entregar-se por completo ao doce prazer dos comentários, com todos aqueles *saborosos* detalhes. Não era todo dia que aconteciam histórias como aquela envolvendo amores ilícitos, vingança mortal e meias pretas! Mas tinha de ocorrer justo no dia em que ficara sem cozinheira, o que o obrigava a ter de sair para procurar uma!

Por outro lado, estava feliz: era dia de feira, o bar sempre enchia mais nesses dias e com o ocorrido, a frequência tornara-se absurdamente anormal, “uma animação quase festiva” (AMADO, 2012, p. 88). “Além dos fregueses habituais do aperitivo, do pessoal vindo para a feira, inúmeros outros apareciam para colher e comentar as novidades. Iam até a praia espiar a casa do dentista, ancoravam no bar” (AMADO, 2012, p. 88). Calculando de cabeça os lucros, Nacib concluía: “Um crimezinho assim, todos os dias, e logo poderia ele comprar as sonhadas roças de cacau.” (AMADO, 2012, p. 89).

Uma pequena observação: durante vários momentos, as solteironas eram apontadas como as mulheres de “línguas viperinas” (AMADO, 2012, p. 70), cujos fatos da vida alheia eram *pratos cheios* para seus comentários moralistas. Por não terem adquirido matrimônio – isto é, não terem cumprido a função *natural* da mulher que seria o casamento e a maternidade –, passaram a dedicar a maior parte de seu tempo à vigilância da vida alheia, rechaçando aqueles que, de algum modo, rompiam com a moral estabelecida e com os preceitos religiosos. No entanto, se bem notarmos, a maior parte do tempo, quem se deleitava com essa “arte de falar da vida alheia” (AMADO, 2012, p. 69) eram os homens.

Nacib pensava: aquele seria um dia de muito movimento e muito comentários também. A partida da velha Filomena não que causaria apenas o prejuízo material e a canseira; tiraria dele também a paz de espírito e o impediria de entregar-se completamente a todas aquelas novidades. Não havia para Nacib nada mais gostoso do que comentar e especular sobre as novidades – só mesmo comida ou mulher poderia ser melhor que isso!

Falar da vida alheia era uma arte, um supremo deleite para o povo de Ilhéus. Arte levada a incríveis refinamentos pelas solteironas, é verdade, mas era na Papelaria Modelo que os maiores talentos locais – os homens – se reuniam para trabalharem suas línguas afiadas. “Ali e nos bares, junto às pontes do cais, nas rodas de pôquer, em toda a parte: falava-se da vida alheia, glosavam-se os acontecimentos” (AMADO, 2012, p. 69).

Voltando às meias pretas, tão *delicioso* detalhe constaria, por certo, nos autos do processo. Caprichos do dentista, sem dúvidas, afinal, era moço da capital, nascido e formado na Bahia¹⁸, chegado a Ilhéus há poucos meses, atraído pela fama de serem aquelas terras ricas e prósperas. Dera-se bem. Alugara um bangalô na praia e ali mesmo instalara seu consultório, na sala da frente da casa. Pela larga janela, das dez ao meio dia, das três as seis da tarde, todos os dias, os passantes podiam vê-lo, todo elegante em sua bata branca, a trabalhar na boca dos clientes. O pai dera-lhe o consultório e nos primeiros meses fornecera-lhe uma mesada para

18 Hoje, Salvador.

ajudar nas despesas. Osmundo era filho de pai comerciante, um forte comerciante da Bahia, vale dizer.

Consultório bem montado na sala da frente, mas Jesuíno, movido pelas revelações de uma certa carta anônima – esse povo de Ilhéus gostava mesmo de uma falação da vida alheia! – Encontrara Sinhazinha no quarto, calçada apenas com as *depravadas* meias pretas, como contou Ari Santos – “o Ariosto das crônicas no *Diário de Ilhéus*, empregado em casa exportadora e presidente do Grêmio Rui Barbosa” (AMADO, 2012, p. 90) – e como constaria nos autos. Meias finíssimas, mercadoria estrangeira. Certamente mandadas trazer por ele da Bahia, da loja do pai (AMADO, 2012, p. 91).

Rosana Patrício, em seu trabalho sobre *Gabriela, Cravo e Canela*, explica que as meias pretas representam um exemplo de requinte na relação de Sinhazinha e Osmundo, “uma marca da sexualidade reprimida que emerge com intensidade. Com efeito, numa relação sexual tradicional, esvaziada de seu conteúdo erótico, não seria pertinente o uso de objetos para intensificar as sensações” (PATRÍCIO, 1992, p. 43). Por outro lado, lembra a autora, “trata-se de um procedimento vinculado à noção de sexo como 'imoralidade' e 'devassidão', segundo o discurso dos conservadores” (PATRÍCIO, 1992, p. 43). Tratava-se, pois, de um fetiche, uma fantasia, um capricho de amantes. Mas, é válido lembrar, o sexo, nessa época, era severamente reprimido pela moral cristã que pregava, por um lado, o casamento como única forma legítima de purificação do sexo, por outro, toda e qualquer atividade sexual fora do casamento, bem como por outro fim que não o da procriação como algo condenado. O sexo praticado por Sinhazinha e Osmundo, portanto, era duplamente *pecaminoso*.

“– O quê! – O coronel Manuel das Onças deixava cair o queixo de espanto. – Se vê cada uma nesse mundo...” (AMADO, 2012, p. 91).

Quanto ao dentista, esse estava completamente nu, sem meias ou qualquer outro traje “a cobrir-lhe a arrogante juventude conquistadora” (AMADO, 2012, p. 91). “Estavam embolados quando Jesuíno entrou” (AMADO, 2012, p. 91). e nem ouviram o grito da empregada quando viu o soturno coronel dentro da casa. Esse disparara-lhes dois tiros certos em cada um, afinal, era “homem de pontaria louvada, acostumado a acertar balas no escuro das estradas em noites de barulhos e tocaias” (AMADO, 2012, p. 91)..

“Ari Santos, companheiro do dentista nas sessões literárias do Grêmio Rui Barbosa, onde declamavam versos e liam prosas nas manhãs de domingo para reduzido auditório, contava como tudo começara” (AMADO, 2012, p. 92)...

Sinhazinha – assim como o padre Amaro do romance de Eça de Queiroz, que, por sua nenhuma vocação para a vida eclesiástica, excitava-se com imagens de santas – apaixonara-se

por Osmundo por achá-lo parecido com a imagem de são Sebastião, seu santo de devoção – aquele seminu, trespassado de flechas no altar-mor da pequena igreja da praça.

Era tão diferente de Jesuíno, seu marido áspero e soturno, vinte anos mais velho do que ela. O dentista, doze anos mais moço, com suas madeixas ondedadas, seus olhos súplices, derramados e tristonhos, como resistir? Ainda mais mulher na flor da idade, sem filhos e com marido velho, “vivendo mais na roça que em casa, farto da esposa, doido por cabrochas novas na fazenda, caboclinhas em flor, brusco nos modos.” (AMADO, 2012, p. 92)...

Rousseau (2004, p. 521), a respeito de matrimônios e traições, diz que “todo marido infiel que priva a mulher do único prêmio dos austeros deveres de seu sexo é um homem injusto e bárbaro”, porém, a infidelidade da mulher seria mais grave, pois ao trair, ela “dissolve a família e rompe todos os laços da natureza; dando ao homem filhos que não são dele, trai uns e a outros, soma a perfídia à infidelidade”.

Ainda segundo Rousseau (2004, p. 522), é de extrema importância que a mulher seja modesta, atenta, reservada, que seja aos olhos dos outros, bem como aos do marido, uma mulher virtuosa. Isso para que o homem não duvide da honestidade da mulher quando esta lhe der um filho, para que não duvide da autenticidade de sua paternidade.

Paternidade.... Jesuíno e Sinhazinha não tinham filhos. Teria isso contribuído para a traição da esposa e as muitas do marido? Sim, porque Jesuíno era dado a se envolver com as cabrochas da fazenda, nos longos períodos que por lá passava... difícil dizer. Talvez tenha sido um somatório de fatores que levaram Sinhazinha à cama de Osmundo: a falta de filhos, a escarces de afetos matrimoniais, a carência extrema, os modos rudes do marido, suas traições, sua velhice, o jeito açucarado do dentista ofertando-lhe afetos, sua juventude conquistadora...

Três dentes para obturar, não mais que isso, suficientes para Sinhazinha deixar-se levar pela voz melosa e as palavras bonitas do dentista... não resistiu e entregou-se a Osmundo, ou melhor, entregou-se a são Sebastião.

Heresia? Pode ser... Sinhazinha conseguira concretizar seu sentimento (até então platônico) pelo santo de devoção nos braços do dentista que via como a encarnação do próprio. Nesse sentido, há que se considerar duas questões: de um lado, é possível pensar que a formação religiosa e a adesão à moral cristã, por parte de Sinhazinha, era tão forte que o único homem por quem poderia nutrir qualquer sentimento para além de seu compromisso matrimonial com Jesuíno era um santo de gesso e sem vida, plantado no altar-mor da igreja. Em um outro sentido, porém, pode-se pensar que, contrariamente, Sinhazinha demonstrara aí um absoluto rompimento com qualquer laço moral em relação à religião católica: uma mulher

interessar-se sexualmente por um ser assexuado (uma vez que angelical) como um santo seria um completo absurdo a qualquer católico!

Sinteticamente, pois, pode-se dizer que Sinhazinha vivenciava um duplo movimento: por um lado, submetia-se à moral, circulando apenas nos *espaços lícitos* às mulheres, isto é, o próprio lar e a igreja. Mas, ao mesmo tempo em que estava aprisionada nesses espaços, deixava sua mente livre para experienciar suas fantasias, seu erotismo e sua sexualidade – condenadas pela religião. No entanto, a presença do dentista abalara completamente seu *jogo de sobrevivência* ao casamento frio e ao marido rude que possuía. Ele representava, com sua figura assemelhada a do santo e com suas palavras açucaradas, a concretização de suas fantasias mais secretas. Aliás, Antônio Candido (2012, p. 82-83) já dizia: o ser humano tem uma espécie de necessidade universal de ficção e fantasia. Essa “aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares”. Ou seja, o ser humano necessita de fantasias tanto quanto necessita comer, dormir e respirar. Através da fantasia, a humanidade pode escapar de seus problemas, suavizar sua existência, tornar o cotidiano menos enfadonho. Era através das fantasias eróticas com São Sebastião que Sinhazinha sobrevivia.

Após a chegada de Osmundo em sua vida, Sinhazinha mudou. Foi poucos se afastando das festas da igreja e passara a frequentar mais os chás dançantes do Clube Progresso (AMADO, 2012, p. 92). Já o tratamento que, *a priori*, era para ser de apenas três dentes foi se prolongando, se prolongando... o motor de dentista aos poucos também foi sendo deixado de lado e a cadeira nova, reluzente de metais e fabricação japonesa (AMADO, 2012, p. 91) por fim acabara por ser trocada pelo leito negro do quarto do dentista.

- E assim o destino transforma uma senhora honesta, religiosa e tímida em heroína de tragédia.
- Heroína? Não me venha com literaturas. Não queira absolver a pecadora. Onde iríamos parar?
- Tudo isso é resultado da degeneração dos costumes que começa a imperar em nossa terra: bailes e tardes dançantes, festinhas em toda parte, namorinhos na escuridão do cinema. O cinema ensinando como enganar os maridos, uma degradação. (AMADO, 2012, p. 93)

3.3 Dos velhos e novos costumes

Como não podia deixar de ser, o caso de Sinhazinha e Osmundo despertara, uma vez mais, o debate a respeito da questão do progresso entre os “notáveis da banca de peixe” (AMADO, 2012, p. 22)...

A fisionomia da cidade se modificava – ruas eram abertas, estradas eram rasgadas, automóveis constantemente importados, palacetes por todos os lados eram construídos, jornais publicados, clubes fundados... Ilhéus progressivamente se transformava. Mas, “Mais lentamente, porém, evoluíam os costumes, os hábitos dos homens” (AMADO, 2012, p. 10). Isso justificaria ver-se naquelas terras de tão notório progresso, uma história assim, que misturava amor, ciúmes, violência e morte. Nesse ponto, é válido ressaltar, que a tese de Marx que a infraestrutura de uma sociedade determina diretamente a superestrutura dessa é posta em xeque. A cidade avançava rapidamente em termos de estrutura, mas uma história como aquela, de amor e morte, que remontava os tempos primeiros de Ilhéus ainda podia ser vista. Costumes antigos que, embora a cidade avançasse, não deixavam de ser cultivados.

Ilhéus era uma cidade que tinha em sua história uma marca muito forte de violência. Conta Jorge Amado (1981) que no início do século XX aconteceram naquela região grandes lutas envolvendo o cacau. Segundo ele, aquela era uma terra sem donos, era mata. Os primeiros a chegarem ali protagonizaram violentas batalhas pela divisão do terreno, para ver quem ficava com os melhores pedaços para plantar cacau.

Com o passar dos tempos, o eco dos últimos tiros trocados no tempo das lutas pela conquista da terra foi-se esvaecendo, mas, daqueles tempos violentos, além do gosto do sangue derramado e de certos costumes como “o de arrotar valentia, de carregar revólver dia e noite, de beber e jogar” (AMADO, 2012, p. 10), ficaram também certas leis, uma delas, das mais indiscutidas, novamente cumprira-se naquele dia: a de que “honra de marido enganado só com a morte dos culpados podia ser lavada” (AMADO, 2012, p. 10).

Era um código antigo, não estava escrito em lugar algum; figurava apenas na consciência dos homens e mulheres, deixada pelos senhores de outrora, os primeiros homens a derrubarem as matas e plantarem cacau. “Assim era em Ilhéus, naqueles idos de 1925, quando floresciam as roças nas terras adubadas com cadáveres e sangue e multiplicavam-se as fortunas, quando o progresso se estabelecia e transformava-se a fisionomia da cidade” (AMADO, 2012, p. 10). E uma vez mais, a tese marxista da relação direta entre infraestrutura e superestrutura era posta em xeque...

Quando um caso assim acontecia, nos julgamentos todos sabiam ser unânimes as absolvições dos maridos ultrajados por suas esposas. Resultado mais que esperado... *e justo*. Aliás, os julgamentos, de modo geral, eram verdadeiros eventos sociais a animar a falação do povo e cujo veredito servia de motivo até para apostas – o povo de Ilhéus gostava de jogar e tudo lhe servia de pretexto (AMADO, 2012). Às vezes servia também de estopim para mais mortes, como fora o caso do coronel Pedro Brandão, absolvido pela morte de Chico Martins, a quem, junto com seus jagunços, matara barbaramente. Na escadaria da intendência, porém, Pedro Brandão caíra morto, assassinado pelo filho de Chico Martins, o qual decidira fazer justiça com as próprias mãos. Mas em caso de honra, não havia dúvidas em relação ao resultado dos julgamentos, era veredito certo: absolvição. O povo ia aos julgamentos basicamente para ouvir os discursos dos advogados, a acusação, a defesa e na expectativa de detalhes escabrosos, quiçá picantes, escapados dos autos ou da falação dos advogados. “Condenação do assassino, isso jamais!, era contra a lei da terra mandando lavar com sangue a honra manchada do marido.” (AMADO, 2012, p. 88).

Mas os debates pareciam já ter começado na cabeça de dr. Maurício. Em voz exaltada, discutia e condenava veementemente Sinhazinha e os novos costumes que *envenenavam* a sociedade ilheense.

João Fulgêncio, bonachão e risonho, amigo da blague e da ironia, nunca se sabendo quando falava a sério (AMADO, 2012), porém claro defensor do progresso e dos ideais da modernidade, disparava: antes do cinema, dos bailes e de tudo mais a que o dr. Maurício acusara pela degradação dos bons costumes, as mulheres já traíam os maridos. “Esse costume vem de Eva com a serpente...” (AMADO, 2012, p. 93).

Uma vez mais o discurso religioso era tomado para justificar os cercamentos e aprisionamentos sofridos pelas das mulheres. Qual a moral incutida na história de Adão e Eva senão a de que Adão, o homem perfeito e puro, imagem e semelhança de Deus, fora tentado pela malevolência de Eva, a qual deixara-se rapidamente levar pela tentação do pecado? Adão, a vítima, encarnação do bem. Eva, a maliciosa, a pecadora, aquela que conduz o homem para o caminho do mal, da desobediência e do pecado. Eva, a mulher, aquela que afastou Adão, o homem, de Deus. Sendo a mulher então um alguém tão *perigoso*, cabia à religião (representante de Deus) e aos homens (seus filhos legítimos) o cuidado constante, a vigilância sem trégua e o aprisionamento da mulher como forma de controle de sua sagacidade e de sua malícia. Já diria o negro Fagundes a Clemente quando este sofria por Gabriela: “Mulher é bicho ruim, faz a desgraça da gente”, “Mulher é enganadeira, a gente nunca sabe que coisa mulher tá imaginando” (AMADO, 2012, p. 110).

O Capitão – outro progressista – também concordava: Dr. Maurício Caires acusava sem propósito o progresso da cidade... Ele tampouco desculpava mulher casada esquecida de seus deveres, mas daí a culpar os Clube Progresso, o cinema etc., era demais!

Por que não culpava certos maridos que nem ligavam para as esposas, tratavam-nas como criadas, enquanto davam de um tudo, joias e perfumes, vestidos caros e luxo, às raparigas, às mulheres da vida que sustentavam, às mulatas para quem botavam casa? (AMADO, 2012, p. 93).

Mas, que não haja aqui qualquer mal-entendido: se Capitão e João Fulgêncio confrontavam dr. Maurício, não o faziam em defesa de Sinhazinha, mas em defesa de seu posicionamento político, de sua militância em favor da modernização de Ilhéus. Para o advogado, a “orgia imunda” (AMADO, 2012, p. 94) de Sinhazinha e Osmundo fora resultado dos novos costumes que progressivamente permeavam a cidade: o cinema, os bailes, o Clube Progresso, onde aos sábados e domingos rapazes, moças e mulheres casadas iam para rebolar (AMADO, 2012). O Capitão e João Fulgêncio, defensores implacáveis da modernização de Ilhéus, combatiam tal discurso.

“– [...] não me venha com essa conversa de safadeza numa terra cheia de cabarés e mulheres perdidas. Onde cada homem rico tem sua rapariga” (AMADO, 2012, p. 95) – disparou o Capitão contra o dr. Maurício Caires – “Vocês são contra o cinema, o clube social e até as festas familiares. Vocês querem as mulheres trancadas em casa, na cozinha” (AMADO, 2012, p. 95) – Concluía.

Que não se pense, no entanto, haver na fala do Capitão qualquer contradição porque não há. O fato de não defender Sinhazinha e tampouco questionar o ato extremado do coronel Jesuíno, mas acirrar-se em discussão com o dr. Maurício, acusando-o e a muitos outros homens de, no fundo, desejarem que as mulheres fossem mantidas em casa, na cozinha era apenas um ato em prol dos novos costumes e do progresso pelo qual advogava. Mas, por essa visão, aqui manifestada nas ácidas palavras do Capitão, se as mulheres deviam ter liberdade para frequentarem festas, bailes, clubes, namorarem, irem ao cinema etc., isso não lhes dava o direito de traírem seus maridos, de desonrarem seus nomes. Sexo fora do casamento só era permitido aos homens – *coisa de homem*. As mulheres eram livres, mas até o limite de não mancharem a imagem daquele com quem se casara. Liberdade limitada. Para quem ultrapassasse os limites, a morte era até plausível – Como ocorrera com Sinhazinha.

“– Mulher casada é para viver no lar, criar os filhos, cuidar do esposo e da família...” (AMADO, 2012, p. 93) – decretara dr. Maurício, dando continuidade ao seu discurso de moral em relação à conduta ideal da mulher casada.

Ou seja, uma *verdadeira mulher* tinha de estampar uma figura macilenta e humilhada, além de modos insípidos como os da mãe de Malvina, por exemplo.

“– E as raparigas para esbanjar dinheiro?” (AMADO, 2012, p. 93) – Provocava o Capitão com suas colocações um tanto mais críticas, embora não absolvesse Sinhazinha de seu *pecado*.

Naquela sociedade, não era condenável o comportamento de coronel Coriolano Ribeiro, por exemplo, que mantinha sua amante Glória em casa posta em plena praça, embora casado. Nem mesmo as solteironas – defensoras implacáveis da *moral* e dos *bons costumes* – achavam de um todo condenável a ação do coronel. Condenavam o fato de tê-la posto para morar “na cara das melhores famílias da cidade” (AMADO, 2012, p. 83), mas se a tivesse posto para morar em uma casa “numa rua de canto” (AMADO, 2012, p. 83), que mal havia? O mesmo, no entanto, não valia para as mulheres. Os homens de um tudo podiam – festejar, sair, passar as noites em casas de mulheres – enquanto as *mulheres de família*, especialmente as casadas, tinham de se resguardar e respeitar a família, o marido, os filhos.

Para Nhô-Galo – funcionário da mesa de rendas (AMADO, 2012, p. 95) e um anticlerical conhecido (AMADO, 2012, p. 92) –, a culpa era da Igreja: “Esse negócio de muito frequentar igreja, dá nisso...” (AMADO, 2012, p. 92). Opinião compartilhada pelo coronel Ribeirinho: “É mesmo... Mulher casada que vive agarrada em saia de padre não é boa bisca...” (AMADO, 2012, p. 92). Reflexos de uma filosofia anticlerical crescente no mundo ocidental desde o Iluminismo.

3.4 Apontando culpados

O crime de Sinhazinha fora apontado por dr. Maurício Caires como resultado da permeação da cultura local por valores e costumes próprios da modernidade. Acusara diretamente os bailes do Clube Progresso, o qual acharia melhor chamar de “Clube da Esfregação” (AMADO, 2012, p. 95). Nele, o pudor e o recato feminino tão cultuados e bem quistos pela sociedade simplesmente desapareciam... Na boca do advogado, por “depravado” ficara Osmundo e por “devassa”, Sinhazinha (AMADO, 2012, p. 95).

Dr. Maurício lembrara-se de Osmundo nessas festas: “Revelara-se, logo ao chegar à cidade, um dançarino emérito de tango argentino [...] Qual mariposa, Osmundo namorara, em

oito meses de Ilhéus, meia dúzia das mais belas moças solteiras, pulando de uma em outra, leviano coração” (AMADO, 2012, p. 95). Em poucas palavras, para dr. Maurício, o dentista, não querendo comprometer-se com moça solteira e casar-se, preferiu “banquetear-se gratuitamente em mesa alheia” (AMADO, 2012, p. 95). Acabou morto.

“– Bem feito! O coronel fez justiça...” (AMADO, 2012, p. 91) – dr. Maurício vangloriava o feito de coronel Jesuíno.

Nessa história, o dentista, quiçá, fora o único a receber de alguns a absolvição, afinal, *era homem*. João Fulgêncio justificava: era solteiro, jovem, não tinha compromisso, não gostava de ninguém; se a mulher o achou parecido com são Sebastião e desejou-o, que culpa tinha? Nem católico era! Aliás, formava com Diógenes a dupla de protestantes de Ilhéus (AMADO, 2012, p. 93).

“– Por que não pensou ele, antes de acoita-se com mulher casada, na honra impoluta do esposo?” (AMADO, 2012, p. 93) – inquiriu dr. Maurício.

“– Mulher é tentação, é o diabo, vira gente.” (AMADO, 2012, p. 93) – lembrou João Fulgêncio.

“– E você acha que ela se atirou assim, sem mais nem menos, nos braços dele? Que ele não fez nada, inocente?” (AMADO, 2012, p. 93) – Concluiu dr. Maurício.

Não, João Fulgêncio não achava que Sinhazinha tivesse se atirado nos braços de Osmundo sem motivo ou razão. Mas, a verdade é que, se todos defendiam Jesuíno por ter *agido como macho* ao matá-los em nome de sua *honra*, João Fulgêncio bem como o Capitão enxergavam no dentista também uma *ação de macho*: em poucas palavras, se ela queria, ele não poderia se negar. Essa era uma *questão de honra* também: não era honrado um homem recusar sexo a uma mulher (especialmente bonita) que se oferecesse para ele. Códigos da cultura machista brasileira em voga.

João Fulgêncio pensava também que as palavras, as gentilezas e delicadezas do dentista com suas clientes faziam parte de sua profissão, de uma estratégia para diminuir-lhes o medo ante os ferros, o motor e a cadeira assustadora de dentista. “Osmundo era um bom dentista, dos melhores de Ilhéus, quem o negaria? E quem negaria também o medo que os dentistas inspiravam? Frases para criar ambiente, afastar o temor, inspirar confiança” (AMADO, 2012, p. 94). Desse modo, uma vez mais Sinhazinha (a Eva dessa história) era colocada na posição de *culpada da história*. Fora ela que não compreendera Osmundo, que se deixara envolver com as palavras inocentes do dentista que apenas queria cumprir seu ofício do melhor modo e, assim como Eva, tentara Osmundo (o Adão), levando-o à perdição – e à morte.

– Obrigação de dentista é tratar dos dentes e não recitar versos às clientes bonitas, meu caro amigo. É o que eu afirmo e reafirmo: esses costumes depravados de terras decadentes estão querendo nos dominar... começa a sociedade de Ilhéus a penetrar-se de veneno, direi melhor: de lama dissolvente... (AMADO, 2012, p. 94).

Dr. Maurício era enfático e usava palavras duras para maldizer os novos costumes que aos poucos iam penetrando e permeando a cultura local, os quais, para ele, eram uma verdadeira depravação.

“– De que costumes o senhor fala? Dos bailes, dos cinemas..., mas eu vivo aqui há mais de vinte anos e sempre conheci Ilhéus como uma terra de cabarés, de bebedeira farta, de jogatinas, de mulheres-damas... Isso não é d'agora, sempre existiu.” (AMADO, 2012, p. 94) – Nhô-Galo intrometeu-se na discussão.

“– São coisas de homens. Não que eu as aprove. Mas não são coisas que atinjam as famílias como esses clubes onde mocinhas e senhoras vão dançar, esquecidas das obrigações familiares. O cinema é uma escola de depravação” (AMADO, 2012, p. 94) – Defendera seu ponto de vista meio sem argumento o dr. Maurício Caires.

Seria, assim, o progresso ou a moral machista que permeava aquela sociedade a verdadeira o verdadeiro culpado pelo triste fim de Sinhazinha e Osmundo?

Segundo Bourdieu (2010) em seu livro *A dominação masculina*, as mulheres em nossa sociedade costumam ser submetidas a um trabalho de socialização que tem a tendência de diminuí-las, negá-las, fazer a “aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio” (BOURDIEU, 2010, p. 63), mas, os homens, por outro lado, são também “prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante” (BOURDIEU, 2010, p. 63).

Explica o autor que, do mesmo modo que as condições de submissão não estão inscritas na *natureza humana*, isto é, são constructos sociais, do mesmo modo, a condição masculina de dominação é “produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação, ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas 'linhas de demarcação mística' conhecidas e reconhecidas por todos” (BOURDIEU, 2010, p. 63-64), tornando-se um hábito, uma “lei social incorporada” (BOURDIEU, 2010, p. 64).

Os privilégios masculinos, para o autor, são também uma cilada para os próprios homens, pois impõe a eles a constante reafirmação, levada às vezes ao nível do absurdo, de sua virilidade. “A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas

também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga*” (BOURDIEU, 2010, p. 64).

Em oposição à mulher, cuja honra é, segundo o autor, “essencialmente negativa” (BOURDIEU, 2010, p. 64), só podendo ser defendida ou perdida, e cuja virtude é medida por sua virgindade e fidelidade, o homem *macho* “é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública” (BOURDIEU, 2010, p. 64).

Assim como a honra, a virilidade é algo a ser validado pelos demais homens, em sua verdade de violência (real ou potencial) e validada pelo reconhecimento de se fazer parte de um grupo de *homens machos*. “Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris” (BOURDIEU, 2010, p. 65).

O autor cita como exemplo a prática de adolescentes de visitar coletivamente os bordéis. Tal prática tem por finalidade pôr os que estão sendo testados em uma situação em que possam reafirmar diante dos companheiros sua virilidade pela veracidade de sua violência, “isto é, fora de todas as ternuras e de todos os enternecimentos desvirilizantes do amor, e manifestar de maneira ostensiva a heteronomia de todas as afirmações da virilidade, sua dependência com relação ao julgamento do grupo viril” (BOURDIEU, 2010, p. 66).

Outro exemplo citado pelo autor são certas formas de *coragem* que encontram seu princípio, estranhamente, no *medo* de perder entre o grupo dos companheiros, a estima e a consideração desse, vendo-se remetido às categorias (tipicamente femininas) dos *fracos*, dos *delicados*, dos *mulherzinhas*, dos *veados*, dos *frouxos* e, porque não dizer, dos *cornos mansos*. Paradoxalmente, o que costumamos apontar como *coragem* advém, muitas vezes, de certas formas de covardia. Para comprová-lo, explica o autor, basta lembrarmos que todas as situações em que a vontade de dominação, de exploração ou de opressão advieram do *medo viril* masculino de ser excluído do mundo dos *homens machos* e *sem fraquezas*; lembrarmos também dos homens *duros* que são assim ditos porque são duros consigo próprios, duros com seus sofrimentos e, sobretudo, com o sofrimento alheio – homens como Jesuíno Mendonça, dr. Maurício Caires, coronel Ramiro Bastos e coronel Ribeirinho.

Por fim, conclui Bourdieu, “a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma experiência de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2010, p. 67).

Essas explicações do citado autor são interessantes para se compreender o âmago da motivação do assassinato de Sinhazinha; compreender, a partir da lógica masculina machista, o que leva um homem fazer-se assassino em nome de sua *honra* e de sua *virilidade*. Explica também os motivos do dr. Felismino ter de ir-se embora de Ilhéus por seu ato de *boi manso*...

Dr. Felismino, médico chegado uns quatro anos antes em Ilhéus para clinicar, não pudera ali manter-se após descobrir o amor clandestino de sua esposa Rita com o agrônomo Raul Lima. Não os matou; ao contrário, encontrou uma forma pacífica de resolver o empasse: entregou-a ao amante. Para dr. Felismino, não havia vingança melhor, mais refinada e tremenda que entregar Rita, com seus desperdícios, seu amor ao luxo e seu insuportável mandonismo ao amante. Na verdade, poucas vezes sentira-se tão feliz como ao descobrir o adultério.

Mas Ilhéus não possuía tanto sendo se humor, ninguém compreendera, consideraram-no um cínico, covarde e imoral, sua iniciada clientela esfumou-se, houve quem lhe negasse a aperta-lhe a mão, apelidaram-no de 'boi manso'. Não teve outro jeito, foi-se embora para sempre (AMADO, 2012, p. 96).

3.5 Do amor

Para compreender um pouco melhor as questões culturais que envolviam a vida das *mulheres de família* – como Sinhazinha e Malvina –, é importante, antes de tudo, localizar o contexto social que se vivia na época. Ora, a narrativa se passa no Brasil da Primeira República, início do século XX. Nesse período, a nação passava por importantes mudanças, especialmente ligadas à modernização (tardia) do Estado. Em poucas palavras, o *progresso* que tantas discussões gerava em Ilhéus era também uma realidade em todo o território nacional. No entanto, se o Brasil se modernizava e se abria para novas práticas culturais, as práticas amorosas observadas por aqui pareciam remontar certos parâmetros culturais dos tempos do Brasil monarquia, quiçá do Brasil colônia.

Segundo Mary Del Priori (2006, p. 21), a história das relações amorosas no Brasil foi marcada, por muito tempo, pela hegemonia da moral judaico-cristão imposta pela Igreja Católica bem como pelas marcas culturais da Europa do Velho Mundo. Segundo afirma, os portugueses trouxeram para a colônia, ademais da cultura, da língua, da religião e das tradições, a sua forma particular de vivenciar o amor. Todavia, é válido dizer, viver na colônia não era o mesmo que viver na metrópole: por aqui, desenvolvemos nossas próprias peculiaridades culturais, sociais, políticas e amorosas.

Uma das marcas mais fortes para as práticas culturais amorosas do Brasil colonial foi, sem dúvida, a Igreja Católica. Foi ela uma das principais responsáveis pela regulação da vida privada naquele período. A Igreja promoveu uma verdadeira cruzada espiritual cujo objetivo era a regulamentação do cotidiano dos indivíduos através da orientação ética, da catequese e da educação espiritual, exercendo “severa vigilância doutrinal e de costumes pela confissão, pelo sermão dominical e pelas devassas da Santa Inquisição” (DEL PRIORI, 2006, p. 22).

A ação da Igreja fazia-se especialmente ativa na organização familiar e no controle da sexualidade. Apropriando-se da mentalidade patriarcal hegemônica na época colonial¹⁹, a Igreja explorou o caráter de dominação que presidia as relações sociais no Brasil, fazendo com que fizesse sentir também nas relações íntimas entre homens e mulheres. Em outras palavras, o caráter de poder-dominação próprio do escravismo e presente na colônia brasileira desde o século XVI, reproduzia-se nas relações familiares, fazendo com que as esposas se tornassem verdadeiras *escravas do lar*, especialmente dedicadas aos cuidados da casa, dos filhos e servindo sexualmente aos maridos – como atestara Malvina ao refletir sobre Clara e sobre sua própria mãe.

Ainda segundo Del Priori, no período colonial, o casamento era apontado como uma forma de manutenção e crescimento populacional, mas, acima de tudo, como um modo de controle dessa mesma população: o instinto sexual que poderia acarretar más consequências precisava ser controlado, a fim de evitar, entre outros problemas, filhos bastardos, fragmentação das heranças e relacionamentos entre diferentes raças e classes sociais. Para tanto, criou-se todo um sistema de regras religiosas e civis a fim de garantir esse minucioso controle do sexo. Foi assim que o impulso sexual não regulamentado pelas regras do casamento transformou-se em *luxúria* na boca dos moralistas e religiosos e em *doença*, segundo o discurso médico.

19 No Brasil colônia, a família patriarcal se caracterizava como um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal – marido e mulher – e seus filhos legítimos, ao qual eram incorporados parentes, afilhados, agregados, escravos e, algumas vezes, concubinas e filhos bastardos, todos abrigados sob o mesmo domínio – na casa grande ou na senzala – e sob a autoridade do patriarca da família, isto é, o dono das terras, da riqueza, dos escravos e do mando político (Teruya, 2000, p. 03). Essa forma de organização sócio-familiar foi muito importante na formação da nação brasileira, mas, é importante dizer que não se deve tomar essa representação como algo estanque, como um conceito pleno e aplicável a todas as manifestações familiares da sociedade brasileira. Havia diferenças regionais expressivas em relação a forma de organização familiar e uma variedade de experiências familiares entre outros grupos sociais (Teruya, 2000, p. 07).

Sendo, pois, o casamento algo que passava longe de um ideal do amor-paixão, havia uma certa predileção, na América Portuguesa, pelo “casamento de razão” (DEL PRIORI, 2006, p. 24). Considerando-se que o casamento havia se tornado um laço indissolúvel pela Igreja, era importante pensar bem antes de se selar tal compromisso. O casamento era, acima de tudo, nessa época, uma instituição de transmissão de heranças; assim sendo, era muito perigoso, relegar a pessoas movidas pela paixão tamanha responsabilidade. Desse modo, a escolha dos futuros casais passou ser feita muito mais por acordos entre famílias que pela escolha pessoal de cada um (DEL PRIORI, 2006). Nesse contexto, a garantia de igualdade financeira, social e política entre as famílias dos futuros cônjuges era fundamental para impedir a fragmentação e dispersão das fortunas e dos prestígios sociais e políticos acumulados. Foi o que aconteceu com dona Olga e Tônico. Dona Olga, mulher rica, filha única de viúva, órfã de um fazendeiro (AMADO, 2012, p. 99) casara-se de modo arranjado com Tônico Bastos, filho mais novo de um dos mais poderosos coronéis da região, o coronel Ramiro Bastos.

Ainda segundo Del Priori (2006, p. 29), presas nesse sistema de disciplina e obediência plena aos ditames da Igreja, não havia muita alternativa às mulheres senão se sujeitarem aos maridos, reverenciando-os, fazendo-lhes as vontades e, com imaculada virtude, paciência e resiliência, agradá-los, agradando, assim, ao próprio Deus: os “afetos conjugais idealizados pela Igreja entreteciam-se em um misto de dependência e sujeição, traduzindo-se em uma vida de confinamento e recato que atendia ao interesse tanto da Igreja, quando da mentalidade dos maridos”.

A fim de controlar os corpos e as almas, a Igreja tratou de unir o domínio da sexualidade terrena com a salvação eterna. O sexo apenas dentro do enlace matrimonial seria, para a doutrina católica, praticado de forma lícita (útil e protegida), evitando, assim, condenar seus praticantes ao pecado da fornicação. O casamento seria uma espécie de fórmula sã dada por Deus aos homens para livrá-los das imundices do sexo. Toda e qualquer atividade sexual fora do casamento e com outro fim que não o da procriação era condenada.

Isso justificaria a ação de Malvina em não se entregar a Rômulo como esse tanto insistira, embora apaixonada. Malvina, formada em colégio de freiras, filha de mãe tão religiosa, trazia em sua base cultural muitos dos preceitos da Igreja. Isso também justificaria a condenação de Sinhazinha por todos: não apenas traía o marido, mas praticara um *sexo sujo, libidinoso* com o dentista; sexo fora do casamento, que não tinha fins de procriação, mas tão somente o prazer luxurioso da carne.

Nesse período, a Igreja criou uma espécie de escala na qual arranjava a abstinência, o casamento e a fornicção em um sistema cujos sujeitos eram classificados como bons ou maus, mais próximos ou mais distantes de Deus. Bem próximos a Deus, estavam os que escolhiam a abstinência, como sacerdotes da Igreja e as solteironas – as fiéis guardiãs da moral e dos bons costumes de Ilhéus. Um pouco mais afastados, estavam os laicos casados, respeitadores do bom casamento. Por fim, os praticantes da fornicção, próximos a Satã e ao mundo da luxúria – representados, em *Gabriela, Cravo e Canela*, pelos homens frequentadores de bordéis e casas de mulheres – a maioria dos homens do romance, diga-se de passagem –, pelas mulheres-damas que lá trabalhavam, por Glória e pela própria Gabriela.

Na doutrina cristã, os afetos desregrados do corpo ou da alma tinham de ser combatidos. Para isso, um pedagógico treinamento das mulheres tornava o matrimônio algo praticamente asséptico. Essas ideias, porém, não eram apenas da Igreja; elas circulavam em diferentes registros como nos manuais de matrimônio e mesmo na literatura da época. Os sentimentos entre os casais iam lentamente esvaziando-se de apetites, “para consolidar-se em uma nebulosa de sensações domésticas: o bem-querer misturando-se à elevação do espírito, à devoção e à piedade. Tudo, de preferência, na santa paz do Senhor. Carnes tristes e frias, estas das quais se fala nos séculos XVII e XVIII” (DEL PRIORI, 2006, p. 30)... Tristes e frias como as de Sinhazinha e Jesuíno em seu matrimônio, mas bem diferentes das de Sinhazinha e Osmundo em seu caso extraconjugal, isto é, em uma situação em que houve o completo rompimento com qualquer laço com a doutrina católica.

Vivia-se uma dicotomia sexual em que o homem era o ativo e a mulher, a passiva. O desejo sexual era direito exclusivo masculino, cabendo às esposas a submissão absoluta e a virtude.

O esforço de adestramento dos afetos, dos amores e da sexualidade, sobretudo a feminina, afinava-se com os objetivos do Estado Moderno e da Igreja, em tornar a relação entre os sexos mais próxima do ideal da sociedade católica, evitando as infrações que o pudessem perturbar (DEL PRIORI, 2006, p. 31).

Tosta dos Santos (2014, p. 02) afirma que no imaginário dos séculos XIX e XX, “o sexo feminino estava à mercê de seu aparelho reprodutivo, que, segundo se acreditava, tornava seu comportamento emocional errático e imprevisível”. Nesse sentido, a imagem de mulher que se traçava era a de um ser frágil fisicamente, do qual se destacavam a delicadeza e a debilidade moral. No entanto, afirma a autora, a ideia da *inferioridade feminina* tem suas raízes calcadas ainda no Iluminismo.

Já no século XIX, segundo Del Priori (2006, p. 120), as relações continuaram alheias à vontade dos envolvidos. Cabia, pois, aos amantes recorrerem a certos códigos. O olhar era, segundo a autora, importantíssimo dentro deste jogo amoroso. Mas esse era um luxo exclusivamente masculino. Era o homem quem deveria escolher sua conquista. “A mulher podia, quando muito, cruzar seu olhar, com o do homem. Um olhar feminino livre seria percebido como um olhar obsceno, lúbrico. O olhar, portanto, era coisa de macho”.

Já Malvina, tão atrevida e avançada, olhava destemida para os homens que lhe causavam interesse. Por exemplo, olhou Mundinho quando esse veio ter com as moças do colégio de freiras, na ocasião dos falatórios pela morte de Sinhazinha. “À aproximação do exportador, os olhos de Malvina resplandeceram, sua boca abriu, ajeitou o vestido” (AMADO, 2012, p. 90). Naquele dia, Mundinho prestou atenção pela primeira vez em Malvina. Moça bonita, de olhos profundos e misteriosos que não o largavam. Talvez tenha sido ali que percebera seu interesse. E tão pronto percebera, afastar-se dela.

Talvez tenha sido por isso... Era o homem quem “escolhia, identificava e definia a presa” (DEL PRIORI, 2006, p. 120). Mundinho era homem; era ele quem queria *caçar* e não *servir de caça* para Malvina. Mas Malvina, demonstrando seu destemor a esses códigos sociais, ignorava-os. Era uma mulher de atitude, de fibra, embora ainda estivesse um tanto amarrada a certas convenções. Se estivesse totalmente livre de todas as amarras que a prendiam naquele sistema de poder, teria ido além, teria falado com Mundinho, buscando-o em sua casa. Mas não. Manteve-se no limite do olhar. Já era alguma coisa, considerando o que Del Priori (2006) revelou, mas ainda poderia ir além em seu processo de libertação. Se Malvina queria alguma coisa, seu ímpeto era de lutar por essa coisa; o problema é que lutava dentro de um certo limite – limite esse que lhe era externo, que lhe era imposto pela sociedade, pela família, pelo pai, pela Igreja...

3.6 Costumes de mulher

“As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas” (MALUF; MOTT, 1998, p. 368). Não era, porém, à toa tamanho espanto que tomava a sociedade da época: era realmente recente a presença das *mulheres de família* – isto é, as pertencentes às classes média e alta – se aventurando sozinhas pelas ruas das cidades.

Mas, se os novos costumes e modos femininos haviam se tornado corriqueiros em menos de duas décadas, tamanha ousadia cobraria seu preço: às senhoras de *boa família* era imposto que soubessem conservar um ar modesto e uma atitude séria, que a todos impusesse o devido respeito (MALUF; MOTT, 1998). Isso explica a moral jamais questionada de Sinhazinha pela sociedade local. E mais: que uma mulher *de respeito*, principalmente se fosse casada, evitasse sair à rua com um homem que não fosse seu pai, irmão ou marido, para não se expor à maledicência do povo, comprometendo, assim, não apenas a sua própria honra, mas também a do marido (AMADO, 2012). Mais a frente, tal premissa ajudará a compreender o porquê de Gabriela, após o casamento com Nacib, ser obrigada por ele a ficar trancada em casa ou apenas com ele sair. Também é esclarecedora com relação ao episódio do circo, quando, indo de encontro a tais premissas, além de sair de casa só a noite, retorna depois acompanhada de Tônico Bastos, homem, que não era seu parente, tampouco seu esposo.

O ritmo das mudanças ocorridas na vida das mulheres veio acompanhado de certa ansiedade pelos setores mais conservadores, especialmente porque já estavam demasiadamente abalados pelas grandes transformações pelas quais passava o Brasil desde o último quartel do século XIX. Do lado feminino, porém, não faltaram vozes para

[...] entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas (MALUF; MOTT, 1998, p. 369-370).

Mas essas mudanças não se davam igualmente em todo o âmbito do território nacional; era especialmente nas cidades e nos grandes centros – habitados por uma população heterogênea, composta de imigrantes, ex-escravos e representantes das elites que migravam do interior para as cidades – que aconteciam as mudanças mais sensíveis, trocando a velha aparência paroquial por uma atmosfera mais cosmopolita e metropolitana.

Nesse contexto, “homens e mulheres se acusavam reciprocamente como os principais causadores de uma intolerável corrosão dos costumes” (MALUF; MOTT, 1998, p. 372). Mas, se as reclamações das mulheres – como Malvina – estavam cheias de mágoa e revolta contra os homens e contra sua condição social, as deles revelavam mais uma *desconfiança* em relação a essa *nova mulher* que despontava no começo do século XX. Diziam, os mais conservadores – como dr. Maurício –, que as mulheres, dispersas em mil frivolidades mundanas – como clubes, chás, tangos, passeios, visitas –, estavam desertando do lar. A vida

desperdiçada em banalidades do mundo era um verdadeiro crime! A família se dissolvia e perdia a urdidura firme e ancestral dos seus liames (AMADO, 2012).

As mulheres rebatiam: acusavam os homens de serem os responsáveis pela ruína da felicidade conjugal e, se não fosse a prudência e perseverança feminina, os casamentos seriam uma fonte abundante de escândalo. E iam além: escarniavam os *filhos de família* que rechaçavam as mulheres por seus novos costumes, apontando o embrutecimento espiritual acarretado pelas noites em casas de divertimentos, de jogos e cafés, pelas bebedeiras, pela cocaína e pela mofina (AMADO, 2012).

É importante perceber, no entanto, que a realidade da *mulher* no início do século XX era algo mais complexo do que geralmente se diz – e o termo aparece aqui em itálico pelo perigo que é a ideia de homogeneização do *ser mulher*.

A ruptura com os antigos modelos e a velha ordem estabelecida não aconteceu, sob hipótese alguma, de modo homogêneo e geral. Houve resistências por todos os lados: mulheres que queriam quebrar com os velhos paradigmas (Malvina) e homens que queriam esse rompimento também (Capitão, João Fulgêncio); do mesmo modo, havia homens que não valorizavam tais mudanças (dr. Maurício e os coronéis) e mulheres que assim igualmente pensavam (as solteironas, Celestina). Ou seja, ao mesmo tempo em que haviam mulheres que, a exemplo de Malvina, se colocaram em uma posição de luta e enfrentamento à velha ordem, muitas foram também as mulheres que se colocaram em uma posição de manutenção dos velhos costumes. Porém, há que se perceber que, enquanto Malvina – voz solitária – põe-se a questionar a ordem, Celestina, Iracema, Jerusa, Clara, Heloísa, Zuleika, dona Olga, dona Felismina, dona Arminda, a mulher do dr. Demóstenes, a mãe de Malvina, Doroteia, Florzinha e Quinquina – quantas são! – Não questionam nada; pelo contrário, muitas delas eram militantes em favor da manutenção da *moral e dos bons costumes*.

Malvina é, pois, um reflexo dessa realidade descrita por Marina Maluf e Maria Lúcia Mott. Contudo, enquanto Malvina refletia e criticava essa realidade, como muitas mulheres de uma linha mais de enfrentamento faziam e outras, como Doroteia, Celestina e as demais solteironas, punham-se do outro lado da trincheira, combatendo esses novos costumes, havia mulheres Sinhazinha, que não eram contra nem a favor, simplesmente tangenciavam-se desse tipo de discussão. Sinhazinha vivenciava as mudanças, deixava-se influenciar pelos novos costumes, mas de um modo mais discreto. Ela não militava, não abraçava uma linha de luta e enfrentamento, mas, a seu modo, buscou formas de escapar aos comportamentos mais conservadores ainda tão em voga naquela sociedade.

Em certa passagem, doutor Maurício, exercitando sua arte da oratória contra Sinhazinha, declarou: “O lar é a fortaleza da mulher virtuosa” (AMADO, 2012, p. 95). Tal colocação do advogado tinha suas bases: estava baseado em um discurso bem conhecido, na crença de uma certa *essência feminina*, que a dotaria a naturalmente, biologicamente, para o desempenho das funções da esfera privada, que seriam, o casamento, a maternidade e o cuidado com a família. “Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar; nem para os homens dentro de casa, já que a eles pertencia a rua e o mundo do trabalho” (MALUF; MOTT, 1998, p. 374).

A imagem da mulher mãe-esposa-dona-de-casa correspondia àquilo que era colocado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. “Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser” (MALUF; MOTT, 1998, p. 374).

No tocante ao Estado, a ideia de uma vida harmoniosa nesse organismo chamado *Estado* ancorava-se na discriminação das funções para os diferentes indivíduos. Ao marido e à esposa, cabiam papéis diferentes – sem nenhuma igualdade de direitos –, porém complementares, conforme as ordens naturais dos sexos. “Acentuava-se o respeito mútuo, que pode ser traduzido como a expressa obediência de cada sexo aos limites do domínio do outro” (MALUF; MOTT, 1998, p. 375). Em outras palavras, se a mulher se mantivesse dentro dos limites da obediência plena ao marido e/ou ao pai, se não ousasse questionar ou transpor barreiras – como fizeram Malvina e Sinhazinha –, ela não teria motivo para ser espancada ou assassinada por seus maus feitos.

Os maridos, por sua vez, poderiam até ter amantes, desde que não as trouxessem para dentro de casa; se, as colocassem para viver em uma casa em plena praça principal da cidade, como o fez coronel Coriolano com Glória, que a esposa e filhos estivessem longe, em outra cidade. O exemplo máximo, desse esquema era o caso de Melk Tavares e sua esposa: ela, confinada em casa e envolvida com as coisas da igreja; ele, trabalhando na fazenda e, quando em Ilhéus, chafurdando-se nos cabarés, gastando dinheiro, jogando e bebendo. Eram esses os limites das mulheres – a vida privada, o lar e a igreja – e o dos homens – a vida pública, a rua, os prostíbulos, as jogatinas e as bebedeiras. Às mulheres não poderiam circular nesses lugares e os homens tampouco poderiam ficar em casa ou mexendo com assuntos da santa cátedra.

Talvez por isso são Jorge tenha ficado tão impressionado com a súbita e comovente religiosidade dos coronéis na procissão, quando a cidade se afogava em tanta chuva, e todos pediam pela temporada de sol para não perderem a colheita do cacau daquele ano... enquanto

as solteironas, numerosas, se aglomerava em torno da imagem de santa Maria Madalena – tanto que elas condenavam Glória, mas eram devotas de Maria Madalena, a prostituta que acompanhou Jesus – o padre rezava, os coronéis prometiam dinheiro para as obras da Igreja. “São Jorge não ficaria indiferente a tantas preces, a tamanho desespero” (AMADO, 2012, p.16-17).

3.7 Subjetivação e diferença

Um dos grandes problemas quando trabalhamos com um objeto tão complexo como uma produção literária é conseguir categorizar e separar o *inseparável*, isto é, aquilo que, por sua própria natureza, é complementar. Vejamos o caso de Sinhazinha e Malvina...

Aparentemente, são duas personagens bastante distintas: uma é casada, a outra é solteira; uma é senhora dada às festas da Igreja, a outra é uma jovem estudante do colégio de freiras; uma é a mulher assassinada pelo marido por conta de seu caso extraconjugal, a outra é a moça que enfrenta o pai em nome de seu amor malfalado com homem casado.

Mas se distintas porque divergem em relação à idade, à situação civil e à trajetória de vida, elas são próximas por sua condição social. A condição e posição social que ambas ocupam na narrativa – mulheres pertencentes a famílias abastadas e patriarcais – as aproximam por conta de uma certa moral comungada pela elite cacauzeira daquela sociedade.

Elas são, pois, personagens complementares; uma representa, de certa forma, o amanhã da outra, isto é, Sinhazinha representa o futuro ideal de Malvina. Em outras palavras, as pretensões incutidas no processo de subjetivação de Malvina – que, ao contrário do caso de Sinhazinha, estão bem claros ao longo do romance – são de torná-la aquilo que Sinhazinha já se tornou, isto é, uma esposa dedicada, mulher recatada, dedicada à Igreja. Sinhazinha representa, em última análise, o produto final do processo de subjetivação/formação por que Malvina está passando no presente da narrativa. Nesse sentido, embora não existam elementos concretos que exemplifiquem e esclareçam os processos de formação pelos quais Sinhazinha fora submetida em sua mocidade – uma vez que ela já é senhora adulta e casada –, isso pode ser entendido através de um deslocamento da análise para a trajetória de vida de Malvina.

É muito difícil, pois, estabelecer os limites entre uma discussão a respeito de Sinhazinha e Malvina porque, se o que está em jogo – e é exatamente o que aqui está – são os modos de subjetivação da mulher, isto é, os processos pelos quais uma dada mulher teve de passar para se tornar aquilo que é – o produto final de todo um mecanismo de

esquadrinhamento e reconstituição –, estabelecer um limite entre Sinhazinha e Malvina torna-se quase impossível.

Nesse sentido, podemos pensar que, por conta de sua posição social, Sinhazinha provavelmente foi em sua mocidade, assim como Malvina o é no presente na narrativa, a uma jovem estudante do colégio de freiras, juvenil e risonha, obrigada a casar com Jesuíno Mendonça a mando da família, desconstituída e entristecida pelo casamento frio que levava com o velho coronel. As bases de sua formação, portanto, foram provavelmente as mesmas às das demais *mulheres de família* que compõem a história: preceitos religiosos católicos, opressão da família, ideais inculcados de que a *boa mulher* tem, antes de tudo, que ser recatada, séria, respeitosa e que o casamento era a finalidade de toda a formação que recebia. Até aí nenhuma novidade aparente.

Onde está a *diferença* de Sinhazinha?

Rosana Patrício (1992, p. 45) afirmou que “Sinhazinha rompeu com o modelo tradicional de esposa. Transgrediu frontalmente as normas vigentes na sociedade ilheense”. Ainda segundo a autora, Sinhazinha, uma mulher de prática religiosa tão latente, contraditoriamente vivia uma relação extraconjugal, extrapolando completamente a noção de sexo voltado à procriação, preconizada pelos fundamentos da moral cristã e patriarcal. E acrescenta: “Com efeito, uma relação extraconjugal contraria a finalidade procriativa atribuída à prática sexual pela mulher dentro do casamento e, como tal, é alvo de constante repressão na sociedade autoritária regida pela ótica masculina” (PATRÍCIO, 1992, p. 43).

No entanto, esse rompimento de Sinhazinha com os preceitos e normas da moral cristã ocorreu em partes. Senão, vejamos: Sinhazinha mantinha um relacionamento extraconjugal às escondidas. Ela não rompeu com as normas; quando muito, burlou as regras. Em outras palavras, ela encontrou uma forma de manter-se dentro do jogo normativo da sociedade, mas escapando-se dele, vez por outra, para viver aquilo que suas necessidades individuais e instintivas colocavam para ela.

Tomando a metáfora de Gilles Deleuze e Félix Guattari a respeito do xadrez e o go, em nenhum momento Sinhazinha esteve para o go. Ela sempre foi, antes e depois de Osmundo, regida pelas regras quadriculadas e disciplinadas do xadrez social. Por vezes, escapava do tabuleiro e, quando ninguém a poderia ver ou controlar, movimentava-se como queria, desobedecendo as regras de movimento impostas pelo jogo para cada peça. Mas, ao sair da casa do dentista, regressava ao jogo, movendo-se dentro dos limites que sua posição a permitiam – era uma exemplar senhora, de moral indubitável, acima do bem e do mal, religiosa, séria, respeitável.

Para melhor compreender essa reflexão, é válido retornar a Deleuze e seu *Tratado de Nomadologia* (1997). Segundo ele, “o xadrez é um jogo de Estado ou de corte” (DELEUZE, 1997, p. 13). As peças são codificadas, elas possuem uma *natureza interior*, um conjunto de propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, posições e seus afrontamentos. Elas são codificadas:

[...] o cavaleiro é sempre um cavaleiro, o infante um infante, o fuzileiro um fuzileiro. Cada uma é como um sujeito de enunciado, dotado de um poder relativo; e esses poderes relativos combinam-se num sujeito de enunciação, o próprio jogador de xadrez ou a forma de interioridade do jogo. (DELEUZE, 1997, p. 13).

Na contrapartida, há o jogo de go. No go, os peões:

[...] são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas, cuja única função é anônima, coletiva ou de terceira pessoa: “Ele” avança, pode ser um homem, uma mulher, uma pulga ou um elefante. Os peões do go são os elementos de um agenciamento maquínico não subjetivado, sem propriedades intrínsecas, porém apenas de situação. (DELEUZE, 1997, p. 13).

As relações entre as peças no xadrez e no go são muito diferentes: as peças do xadrez mantêm uma relação de correspondência com os elementos de seu próprio grupo e com os do seu adversário. Cada peça possui, portanto, uma função estrutural. Já o peão do go, ao contrário, “tem apenas um meio de exterioridade, ou relações extrínsecas com nebulosas constelações, segundo as quais desempenha funções de inserção ou de situação, como margear, cercar, arrebentar” (DELEUZE, 1997, p. 13-14). Por sua vez, um peão do go, sozinho, pode “aniquilar sincronicamente toda uma constelação, enquanto uma peça de xadrez não pode (ou só pode fazê-lo diacronicamente)” (DELEUZE, 1997, p. 14).

Deleuze usa o exemplo do xadrez e do go para distinguir a máquina de guerra do aparelho de Estado. O xadrez representa uma guerra de Estado; uma guerra “institucionalizada, regrada e codificada, com uma frente, uma retaguarda, batalhas” (DELEUZE, 1997, p. 14). Já o go é uma guerra sem linha de combate e sem retaguarda; não há batalha, é pura estratégia. Isso faz com que o espaço não seja o mesmo: enquanto o xadrez se organiza em um espaço fechado, *estriado*, no qual as peças se deslocam de um ponto a outro com o objetivo de ocupar o máximo de casas com o mínimo de peças, no go, as peças se distribuem em um espaço aberto, *liso*, com o objetivo de ocupá-lo, preservando a possibilidade de surgir em qualquer ponto: “o movimento já não vai de um ponto a outro, mas torna-se perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada” (DELEUZE, 1997, p. 14).

No xadrez, cada peça possui a sua função dentro da trama do jogo. Trata-se, pois, de um jogo institucionalizado. Embora, em valor, a rainha, valha mais que um peão, um cavalo ou uma torre, cada uma dessas peças é importante para a composição do jogo; cada uma possui sua função e sem elas a dinâmica do jogo se perde.

No romance, todas as personagens têm, cada uma a seu modo, uma função dentro da trama social. Cada qual desempenha um papel para o funcionamento da máquina do Estado. Mesmo aquelas personagens que representaram algum tipo de resistência ao sistema, como é o caso de dona Sinhazinha (que trai o marido) e Malvina (que deseja trabalhar, escapar do casamento arranjado pela família e namora um homem casado), analisando com calma, vê-se que elas nada mais são que peças do *xadrez de Ilhéus*.

As ideias de Deleuze, nesse sentido, são interessantes para pensar essas questões da diferença e da subjetividade das personagens. Através dessas ideias, certos paradigmas a respeito de uma personagem como Sinhazinha ou mesmo Malvina, acabam por ficar em suspenso. Se em um primeiro momento, somos tentados a vê-las como subversivas, como contestadoras da ordem, como personagens que romperam com o modelo tradicional de *mulheres de família* – como colocou Rosana Patrício (1992) – a partir de uma leitura como a de Deleuze e Guattari, podemos ver que a situação de ambas não é tão revolucionária assim. Malvina lança-se ao enfrentamento, mas não conseguindo livrar-se de Ilhéus agindo nela, teve de fugir para viver algo diferente. Do mesmo modo, Sinhazinha, que, para não abalar seu casamento e *status* social, vivia seu romance com o dentista às escondidas. Em última análise, pode-se dizer que tanto Sinhazinha como Malvina mantiveram-se presas em um regime disciplinar própria de um jogo de xadrez e, embora questionassem ou sentissem necessidade de experienciar algo diferente, não tinham a capacidade de romper com as regras de modo frontal.

Neste momento, abro um parêntesis para falar um pouco mais a respeito do pensamento de Deleuze, que foi, sem dúvida, um dos pilares para as minhas reflexões a respeito da questão da diferença dentro da *Gabriela, Cravo e Canela*.

Deleuze foi um filósofo francês (1925-1995) que tem uma vasta produção filosófica, especialmente no campo da chamada *filosofia da diferença*. O grande tema da filosofia deleuziana é o pensamento: o exercício do pensamento e a possibilidade de novas formas de expressão do pensar. Basicamente, ao longo de sua trajetória filosófica, Deleuze propôs duas questões: primeiro, *o que é o pensamento?* Segundo, *até que ponto é possível dar novos meios de expressão ao pensamento?* É através dessa temática que Deleuze apresenta sua filosofia,

especialmente sua relação com a não-filosofia, ou seja, com a ciência e com a arte – especialmente com a arte.

O fato de Deleuze trabalhar com elementos que classicamente estão circunscritos no campo da arte ou da ciência para elaborar conceitos filosóficos é, por certo, um movimento muito caro a este trabalho, posto que o exercício que aqui proponho é, antes de tudo, o de tomar a obra literária de Jorge Amado para pensar questões que envolvem a subjetivação, a constituição e a educação da mulher. Trata-se, antes de tudo, de um exercício do pensamento que merece certos cuidados e conceitos encontrados não tão facilmente em outros autores.

Deleuze produziu uma obra que se caracteriza como um *pensamento diferencial*, como uma *nova imagem de pensamento* – ou, como ele mesmo denominou, como um *pensamento sem imagem*; isto é, um pensamento que privilegia a diferença, instaurando novos ângulos e perspectivas a respeito do real.

Trata-se, pois, de um pensamento que estabelece uma conjugação e um constante diálogo entre o filosófico e o não-filosófico, sendo que o não-filosófico desempenha um papel fundamental em sua filosofia, não apenas em relação ao estudo de escrita, mas, fundamentalmente, no modo de problematizar. Isso significa que o não-filosófico representa uma linha de fuga frente às armadilhas impostas pela representação clássica. Com isso, como explica Vasconcellos, mesmo quando Deleuze dedica seus textos a filósofos consagrados, esses, por sua vez, estão sempre

[...] em uma certa zona cinzenta do cânone. São sempre os que, de uma forma ou de outra, procuram escapar das grandes armadilhas engendradas pela filosofia da representação, como, por exemplo, os estoicos, Duns Scot, David Hume, Espinosa, Leibniz Nietzsche e Henri Bergson (VASCONCELLOS apud SILVA, 2007 s/p),.

Vale ressaltar que, dentro do pensamento de Deleuze, o importante não é, em última instância, privilegiar a filosofia ou mesmo a não-filosofia. O que importa é afirmar que tanto a ciência, quanto a arte e a filosofia são *modos de pensar*, são *expressões do pensamento*. Importa, portanto, tornar possível o pensamento em si. Nesse sentido, a obra deleuziana constitui-se como uma crítica a um dado tipo de pensamento: o da *representação*. Trata-se, dessa forma, de um pensamento da *diferença*, uma *filosofia da diferença*. Tanto a construção da *filosofia da diferença* como a crítica à representação são faces de um mesmo movimento de pensamento: ainda segundo Vasconcellos (apud SILVA, 2007), a crítica, bem como a clínica são indissociáveis para Deleuze: Na crítica, a filosofia da diferença que se contrapõe ao pensamento da representação. “Estamos diante do problema da imagem do pensamento na filosofia de Gilles Deleuze” (VASCONCELLOS apud SILVA, 2007 s/p). Na clínica, a

relação entre o filosófico e o não-filosófico compõe os casos de pensamento segundo Deleuze.

Conforme dito, essa questão da imagem de pensamento é algo que perpassa a obra *deleuziana* sob a forma de distinção entre duas imagens de pensamento: por um lado, uma imagem dita como *moral, representativa, dogmática*; por outro, uma imagem denominada por Deleuze de *nova imagem do pensamento* ou *pensamento sem imagem*.

A filosofia da representação foi, segundo Deleuze, aquela que, desde Sócrates, Platão e Aristóteles subordinou à identidade a diferença, favorecendo o processo de adesão do senso comum a essa dada imagem de pensamento.

Deleuze propõe ler a história da filosofia a contrapelo, destacando o papel dos filósofos e das correntes filosóficas que se contrapunham ao socrático-platonismo e ao pensamento aristotélico: são os filósofos da diferença, grupo no qual Deleuze se inclui (VASCONCELLOS apud SILVA, 2007 s/p).

O pensamento de Deleuze se mostra bastante interessante, pois, para pensar o objeto aqui proposto. Por um lado, considerando que se busca aqui analisar os processos de subjetivação/educação das mulheres dentro do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, bem como, entender até que ponto as personagens femininas desse romance – especialmente a protagonista – representam resistências aos modos de subjetivação das mulheres na sociedade brasileira descrita na narrativa, Deleuze oferece um modo de problematizar o real bastante interessante pois toma, não apenas o científico, o empírico, o palpável como fontes de sua argumentação. Deleuze utiliza, e muito, do não-filosófico como ferramenta do pensar. Por outro lado, ele se mostra um pensador rico a esse trabalho por alguns conceitos que desenvolveu, dentre os quais, destacam-se os conceitos de *resistência e linhas de fuga*.

A linha de fuga é uma desterritorialização. Os franceses não sabem bem do que se trata. Evidentemente, eles fogem como todo mundo, mas acham que fugir é sair do mundo, mística ou arte, ou então que é algo covarde, porque se escapa aos compromissos e às responsabilidades. Fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo... fugir é traçar uma linha (*linhas de fuga*) e toda uma cartografia (DELEUZE, apud ZOURABICHVILI, 2004, p. 29). Em *Gabriela, Cravo e Canela*, aparentemente, a única que conseguiu traçar uma linha de fuga foi a própria Gabriela, mulher tangencial... mas sobre isso falaremos mais adiante.

4. A SOLIDÃO DE GLÓRIA

Este capítulo é dedicado à Glória, a manceba do coronel Coriolano Ribeiro, amante do professor Josué, a *atrevida*, como diria a mulher do dr. Demóstenes.

4.1 Histórias de raparigas

Enquanto professor Josué ia-se pela praça, uma vez mais a passear na frente da casa da bela e indiferente Malvina, sem querer, seu olhar romântico repousava na magnitude dos seios altos de Glória, “colocados na janela como sobre uma bandeja azul” (AMADO, 2012, p. 84). Dos seios, subia o olhar para “o rosto moreno, queimado, de lábio carnudos e ávidos, de olhos entornados em permanente convite.” (AMADO, 2012, p. 84). Com isso, ascendiam-se no romântico professor um pecaminoso desejo, materializado em um calor que colorava, finalmente, suas faces pálidas. “Por um instante, apenas, pois passada a tentação da janela mal-afamada, retornavam seus olhos à expressão de súplica e desesperança, mais pálida ainda era sua face, olhos e face para Malvina.” (AMADO, 2012, p. 84).

Era assim todas as tardes, mas no dia da morte de Sinhazinha, naquele movimentado e quase festivo dia, o cotidiano fora abalado. Entre os falatórios, muitas histórias acabaram sendo lembradas. Em geral, eram histórias terríveis, envolvendo paixão, traição e vingança. E, por conta da imagem de Glória na janela, ansiosa e solitária, e de sua empregada *saçricando* entre os grupos em busca de informações, alguém acabou por lembrar do famoso caso de Chiquinha, Juca Viana e coronel Coriolano Ribeiro. “Não se tratava, é claro, de acontecimento semelhante ao daquela tarde, os coronéis reservavam a pena de morte para traição de esposa. Rapariga não merecia tanto” (AMADO, 2012, p. 96).

Era comum aos coronéis manterem *raparigas* fora do casamento. Pagavam-lhes um quarto ou uma casa em alguma rua de pouco movimento, custeavam sua comida ou o luxo em pensões de prostitutas (AMADO, 2012, p. 96). Quando descobriam suas infidelidades, contentavam-se em largá-las, trocá-las por outra. Já havia ocorrido, no entanto, tiro e morte mais de uma vez por causa de rapariga – como foi o caso do coronel Ananias (AMADO, 2012, p. 96) –, mas, geralmente, esse era um tratamento dedicado às esposas. Todo modo, coronel Coriolano também não era homem chegado a levar chifres de suas mancebas e ficar quieto.

O coronel era um dos pioneiros daquelas terras, pertencia ao grupo dos desbravadores, dos primeiros que derrubaram a mata para plantar cacau. Homem de hábitos simples, de economizar vintém consigo próprio, mas mão aberta para suas raparigas – diga-se de passagem, seu único luxo: rapariga de casa posta.

Passava a maior parte do tempo na fazenda, afinal, o que realmente gostava era viver metido na roça, no meio das plantações de cacau, dando ordens aos trabalhadores. Quando aparecia em Ilhéus, era montado “a cavalo [...], vestido com calça porta-de-loja, paletó batido pelas chuvas, chapéu de respeitável idade, botas sujas de lama” (AMADO, 2012, p. 96-97). A família vivia na capital, desfrutando do maior conforto em uma “casa grande na Barra, o filho na escola de direito, a filha nos clubes da Associação Atlética” (AMADO, 2012, p. 97). A esposa *macheou* cedo (AMADO, 2012, p. 126), culpa dos tempos das lutas, das noites que passara ansiosa quando o coronel partia junto aos jagunços.

“Antes de Glória, muitas outras haviam se sucedido nas boas graças do coronel, em amigações que em geral duravam certo tempo” (AMADO, 2012, p. 97). Mas Coriolano Ribeiro tinha suas exigências: rapariga sua tinha de ficar trancada em casa, solitária, sem direito a amizades ou visitas. “Um monstro de ciúmes, diziam dele” (AMADO, 2012, p. 97).

Algo interessante a se perceber: a moral da época pregava que as *mulheres de família* vivessem uma vida resignada no interior de seus lares, resguardadas e inacessíveis, cuidando dos filhos e do marido. No entanto, coronel Coriolano inverteu esse pressuposto moral: contrariando a lógica, tal tratamento era dedicado pelo coronel não à esposa – a qual vivia sozinha (sem ele) na Bahia –, mas às *mancebas*, às *raparigas*, as quais, costumeiramente, eram vistas como mulheres *inferiores* e que, por esse motivo, não necessitavam de um tratamento especial.

Retornando ao coronel, quase sempre foram as raparigas quem o abandonaram, fartas daquela vida de cativas, de escravas bem alimentadas e bem-vestidas (AMADO, 2012). Algumas foram parar em casas de prostituição, outras voltaram para a roça, uma viajou para a capital levada por um caixeiro-viajante. No entanto, algumas vezes foi o próprio coronel quem se enfadara delas e mandou-as embora, em busca de “carne nova” (AMADO, 2012, p. 97). Descobria, quase sempre, em sua fazenda, alguma caboclinha simpática e, por isso, desfazia-se da anterior. Mas não a expulsava com uma mão na frente e outra atrás! Nesses casos, gratificava bem a mulher antes de mandá-la embora.

Sobre as raparigas de Coriolano contavam-se inúmeras histórias, mas a mais emblemática, sem dúvida, fora a de Chiquinha: dezesseis anos de idade, jovem, tímida, franzina, olhos meigos saltando do rosto... Fora descoberta e trazida por Coriolano para uma

casa montada em Ilhéus. Era tão tímida e recatada que até nas horas de mais pura intimidade, tratava-o por “senhor” e “coronel”. “Coriolano babava-se de contente” (AMADO, 2012, p. 98).

Em um dia de procissão, Juca Viana – secundarista de Direito, em férias – descobrira Chiquinha. Os amigos avisaram-no do perigo que corria, afinal, com rapariga de Coriolano Ribeiro ninguém se metia; mas Juca Viana, tirado a valente, ignorou os avisos e insistiu.

Dissolveu-se, pois “a timidez de Chiquinha ante o atrevido bigode estudantil, as roupas elegantes, as promessas de amor. Começou por abrir a janela, quase sempre fechada quando fazendeiro não estava” (AMADO, 2012, p. 98). Em certa noite, abriu a porta, e Juca Viana fez-se parceiro do coronel na cama de Chiquinha. “Sócio sem capital, sem obrigações, levando o melhor dos lucros no ardor da paixão, que logo se fez conhecida e comentada na cidade inteira” (AMADO, 2012, p. 98). De comentário em comentário, aos ouvidos do coronel tal acontecimento chegou.

Certa noite, os jagunços de Coriolano chegaram na casa de Chiquinha ainda no princípio da noite. Entraram pelo quintal e encontraram o casal na cama paga pelo coronel. Deram-lhes uma “surra de criar bicho”, depois raspam o cabelo dos dois e deram ordens em nome do indignado coronel: que desaparecessem dali ainda naquela noite. Juca Viana tornou-se promotor em Jequié e, nem mesmo depois de formado, teve coragem de voltar a Ilhéus. De Chiquinha, nunca mais se teve notícia (AMADO, 2012).

Conhecendo essa história, quem teria coragem de transpor as portas da casa de uma rapariga do coronel Coriolano?

Bem, Josué teve...

4.2 Um professor gigolô

Em uma

[...] série de sonetos, dedicados 'à indiferente, à ingrata, à soberba, à orgulhosa M...!', impressos em grifos no alto da lida coluna de aniversários, batizados, falecimentos e matrimônios do *Diário de Ilhéus*, Josué afirmara em esforçadas rimas, repetidamente, a eternidade de seu amor desprezado” (AMADO, 2012, p. 199).

Múltiplas eram as qualidades do amor de Josué, mas nenhuma tão intensamente trombeteada quanto a eternidade de seu sentimento, descrito em versos alexandrinos e decassílabos. Suada eternidade... crescera ainda mais seu amor, tornara-se além de eterno,

imortal. Apaixonada redundância que, em meio à excitação pelo assassinato de Sinhazinha e Osmundo, quebrara-se o orgulho de Malvina e finalmente o namoro começou; e começou também a temporada dos poemas longos, de exaltação àquele amor que nem a morte ou mesmo o passar dos séculos poderiam destruir.

Por convicção, e também por conveniência – afinal, se fosse rimar e metrificar poemas longos, não haveria tempo que chegasse –, Josué aderiu à famosa Semana de Arte Moderna de 1922, cujos ecos revolucionários só chegaram a Ilhéus três anos depois.

O extraordinário foi quando Malvina rompera com ele e começara o escandaloso namoro com Rômulo que “essa eternidade do tamanho da própria eternidade, essa imortalidade maior que a imortalidade de todos os deuses reunidos, conseguiu ainda crescer, agora numa prosa panfletária” (AMADO, 2012, p. 200). Influências de Felipe, o sapateiro: espanhol, anarquista, único filósofo da cidade, “de conceito formado sobre a sociedade e a vida, as mulheres e os padres” (AMADO, 2012, p. 200). Coisas de Ilhéus: havia ali um Doutor que não era doutor, um Capitão que não era capitão e um filósofo sapateiro...

Tomado por sua devastadora decepção com Malvina e influenciado por Felipe, Josué começara, por fim, a trilhar novos caminhos intelectuais e literários. Aderira ao anarquismo e passara a odiar, de corpo e alma, a sociedade constituída. No fundo, nada além de recalque contra Malvina, embora seu amor continuasse sendo *eterno* na prosa panfletária e exaltada. “Dizia-se para sempre desiludido das mulheres, sobretudo das belas filhas de fazendeiros, cobiçados partidos matrimoniais. 'Não passam de putinhas...!', cuspiam ao vê-las passar, juvenis nos uniformes do colégio de freiras ou tentadoras nos vestidos elegantes” (AMADO, 2012, p. 200). Logicamente, seu ódio às *moças de família*, misturado com a ideologia confusa dos folhetos, aproximou Josué das *mulheres do povo*.

Quando se dirigiu pela primeira vez à janela de Glória, “num esplêndido gesto revolucionário, único ato militante de sua fulminante carreira política, concebido e executado, aliás, antes de haver aderido ao anarquismo” (AMADO, 2012, p. 200)., fizera-o para demonstrar à Malvina tamanho grau de loucura que gerava nele seu ato desavergonhado de envolver-se com o engenheiro. “Sem nenhum efeito sobre Malvina, ela nem chegara a se dar conta, tão embevecida nas palavras de Rômulo... – mas de intensa repercussão em meio à sociedade” (AMADO, 2012, p. 200).

Uma certa denúncia aos *revolucionários de situação* pode ser vista nesse caso de Josué. Muitos eram (e são) aqueles que a aderir a uma causa política, especialmente às de tônica revolucionária, sem sequer dominar as bases filosóficas presentes nos discursos, as correntes de pensamento que envolvem cada levante político. Aderiam (e aderem) como

Josué, isto é, pela situação, por influência de amizades, por mera vontade que quebrar não propriamente com os paradigmas da sociedade, mas com alguma questão particular, que nada tem a ver com as causas dos movimentos. Tão complicado quanto a isso, é o fato de que, por ignorarem as bases de pensamento dos movimentos políticos, muitos eram (e são) os militantes que, como a personagem, agem de modo estúpido, *alienado*, e acabam feitos de massa de manobra, embora crendo piamente estarem fazendo jus à *causa revolucionária*...

Embora seu amor continuasse *eterno e imortal*, em seus panfletos passou a desprezar Malvina – “era uma indigna” (AMADO, 2012, p. 200). – e exaltar Glória – “vítima da sociedade, de pureza conspurcada, certamente violentada à força, expulsa do convívio social” (AMADO, 2012, p. 200).

Queria gritar aos quatro ventos seu interesse por Glória – embora o *amor* ainda fosse por Malvina –, conversar com ela em sua janela, sair de braços dados pela rua, trazê-la para morar com ele em seu quatinho modesto. Na realidade, Josué chegou a convidar atpe mesmo Gabriela para morar com ele, tamanho era seu atual interesse pelas *mulheres do povo*. Gabriela ria, achava engraçado. Dona Arminda retrucara:

“– Não tem onde cair morto, professor de menino. Nem pense nisso, você pode escolher.” (AMADO, 2012, p. 203).

A fala de dona Arminda é bem interessante para ilustrar o quanto a imagem do professor, bem como o seu lugar social sempre foram bastante complicados em nossa sociedade. Embora costumemos ver a escola como um marco inicial de possibilidades, de ascensão e superação das desigualdades sociais, a representação do profissional docente tem sido marcada por imagens negativas (Gomes, 2008). Mesmo dona Arminda, mulher de pouco a nenhum estudo, tem para si uma imagem depreciativa da figura do professor: o professor como alguém de muita cultura, mas pobre, sem recursos, sem *status* social. *Bom partido* seria o juiz, algum coronel ou um comerciante como Nacib, possuidores de recursos financeiros – independentemente de seu *capital cultural*, para falar com Bourdieu (1997).

Voltando aos amores do professor, uma decepção, porém ele não poderia prever... Certa vez, Glória retirou-se da janela quando ele se aproximava. “Mandou-lhe depois um bilhete, de péssima letra e pior ortografia, por uma empregada. Molhado de perfume, dizia no fim: 'Disculpe os borrões'” (AMADO, 2012, p. 201).

A qualidade do bilhete revela o nível de cultura formal que Glória possuía: não era analfabeta, mas sua experiência com o mundo das letras era claramente curta. Na qualidade de *mulher do povo*, Glória recebeu, obviamente, pouca instrução escolar. Não esqueçamos o que fora dito outrora, especificamente no primeiro capítulo, a respeito da negligência do governo

brasileiro com a escolarização do povo: o foco da política central era a formação dos quadros de elite, deixando relegado a um segundo plano a instrução primária e as escolas voltadas a massa populacional mais pobre. Outra representante das *mulheres do povo* era Gabriela, que assim como Glória, possuía claramente pouquíssima experiência com o universo cultural formal – tão comum à uma personagem como Malvina, representante da elite. A pouca cultura formal de ambas – Glória e Gabriela – pode ser atestada em seus modos de falar, de escrever, em sua *extravagância* ou em seu excesso de modéstia.

Dizia, Glória, no bilhete ao professor, que ele não deveria aproximar-se da janela pois que o coronel Coriolano estava para chegar e se hospedaria com ela. Tão pronto partisse, ela daria seu jeito de avisá-lo, para que se encontrassem. Novo golpe. “Juntou então num mesmo desprezo moças da sociedade e mulheres do povo. Sua sorte foi Glória não ler o *Diário de Ilhéu*. Pois ali escarrou sobre a prudência de Glória” (AMADO, 2012, p. 201). Voltou a investir em Gabriela, escrevia-lhe versos novamente rimados. Gabriela sorria, gostava de ouvir.

Mas na tarde em que Melk Tavares espancou Malvina, Josué viu no rosto de Glória certa tristeza: tristeza pela moça espancada, por Josué abandonado e por ela mesma, em sua solidão renovada. Escreveu-lhe um bilhete, passou junto à janela e ali o deixou (AMADO, 2012). Algumas noites depois, quando a cidade inteira já dormia, “uma boca esmagou sua boca, uns braços cercaram seus ombros magros, arrastaram-no para dentro” (AMADO, 2012, p. 201). Esqueceu, por fim, Malvina, seu amor eterno, imortal.

Ao amanhecer, ele falou-lhe seus planos: que fosse viver com ele no quartinho sobre o cinema, afrontando a sociedade. Luxo não lhe poderia dar, viveriam “numa pobreza de ascetas, mas milionários de amor” (AMADO, 2012, p. 201). Glória nem o deixou terminar a romântica proposta:

“– Não, meu filho, não. Assim não pode ser.” (AMADO, 2012, p. 201).

Ela queria as duas coisas: o amor de Josué e o dinheiro de Coriolano.

Na hora de sair, Glória destrancou uma gaveta e tirou uma nota de cem mil-réis. Queria dar algo a Josué, um presente, algo que usasse para que se lembrasse dela durante todo o dia. Não poderia ela mesma comprar, pois chamaria atenção; poderiam comentar. Josué, ativo, quis recusar. Ela mordeu-lhe a orelha...

- Compre uns sapatos, quando andar você pensa que está pisando em cima de mim. Não diga não, eu estou pedindo. – Tinha visto a sola furada do sapato preto.
- Não custa mais de trinta mil-réis....
- Compre meias também... – Gemia em seus braços. (AMADO, 2012, p. 201).

Na Papelaria Modelo, mais tarde, morto de sono, declarou Josué a volta definitiva à poesia, agora sensual, a cantar os prazeres da carne.

Na janela, dengosa e triunfante, Glória sorria para as solteironas. Já não invejava mais ninguém: a solidão finalmente acabara.

É interessante perceber que Glória utilizava com Josué dos mesmos artifícios que Coriolano Ribeiro lançava mão para tê-la para si: benefícios financeiros. Do mesmo modo que o coronel a enchia de presentes e luxos os quais garantiam o controle e a subserviência de Glória para si, ela decidiu fazer o mesmo com o professor, a fim de acalmá-lo em seu anseio de liberdade sentimental: deu-lhe aquilo que a pobreza de sua profissão de professor não lhe permitia ter. Mostrou a ele, assim, o benefício que também teria se aceitasse que ela continuasse sendo *manceba de coronel*: amor, sexo e certos luxos que sem o coronel não poderia jamais ter. Ironicamente, assim, a rapariga Glória prostitui seu querido professor. E, desse modo, o homem de tantas filosofias e leituras, de anarquia e poesia, de cultura refinada e inclinações políticas, acabou por deixar-se levar pelo mais humano dos pecados: a cobiça.

4.3 Da prostituição

A definição de prostituição pode variar conforme a sociedade, as circunstâncias e a moral cultivada no meio em questão, mas, de modo geral, admite-se como *prostituição* a troca consciente de sexo por *dinheiro*. De modo mais amplo, pode-se dizer que a prostituição é uma troca consciente de sexo por algum benefício – seja ele de cunho financeiro, de influência, de favores etc. (PROSTITUIÇÃO, 2013)

Nesse sentido, pode-se dizer que Glória era uma *prostituta* por ofertar seus favores sexuais em troca de todo o luxo que o coronel Coriolano lhe proporcionava. Porém, tomando em todo seu rigor tal definição, todas as mulheres casadas de Ilhéus poderiam também ser tachadas como *prostitutas*, afinal, em sua maioria, eram casadas através de um acordo entre famílias. Em última análise, o sexo feminino era *vendido* a um homem ou à sua família em troca da manutenção de uma herança, de conchavos políticos, de acordos cavalheirescos entre famílias etc. A *vontade*, esse elemento subjetivo que determinaria a diferença entre o que pode e o que não pode ser classificado como *prostituição* estaria fora do jogo estabelecido para a concretização de um casamento. Assim sendo, qual seria a real diferença entre uma *mulher casada* como Sinhazinha e uma mulher como Glória? Aliás, até mesmo Malvina poderia ser englobada nesse núcleo das mulheres que se prostituem, afinal, sua proposta

inicial era de entregar-se a um homem – independentemente de qualquer desejo ou sentimento – em troca, tão somente, de sua liberdade.

Sinhazinha, contrariando a moral da sociedade que a classificou como *devassa* por manter relações sexuais extraconjugais com o dentista, sob esse ponto de vista, apenas aí conseguiu fugir definitivamente de uma condição de *prostituta*: não havia entre eles um ensejo financeiro ou de troca de favores; sua relação era calcada tão somente nos elementos subjetivos do desejo, da vontade e dos sentimentos.

Segundo Jacques Rossiaud (1991, p. 19),

[...] tentar compreender a amplitude e o significado social da prostituição é defini-la frente às estruturas demográficas e matrimoniais, às normalidades e desvios sexuais, os valores culturais e às mentalidades coletivas dos grupos sociais que a toleram ou a reprimem.

Em Roma e na Grécia antiga, as prostitutas eram admiradas. Na Grécia, especificamente, as *hetairas* ou *heteras*, eram um grupo de de cortesãs extremamente respeitadas, ricas, belas, de extremo refinamento cultural. Elas podiam frequentar as reuniões dos grandes intelectuais da época e exerciam grande poder político naquela sociedade.

Na cultura judaica, a prostituição era algo severamente reprimido. Um bom exemplo disso foi o caso de Maria Madalena, a prostituta quase apedrejada em praça pública, salva por Jesus. No entanto, houve situações em que certa tolerância à prostituição pôde ser averiguada, como se vê na história de Raabe – Narrada no livro de Josué – durante a conquista de Jericó (PROSTITUIÇÃO, 2013).

Raabe era uma mulher que vivia em Jericó (a terra prometida) e que ajudou os israelitas na conquista da cidade. Em quase todas as traduções do livro de Josué, ela é descrita como uma meretriz. No relato bíblico, Raabe teria se convertido a Deus e hospedado os espiões israelitas em sua casa, antes da invasão de Jericó. Após a conquista da cidade por Josué, a vida de Raabe passa a ser preservada juntamente a de sua família. Raabe passou a habitar entre os israelitas e, por fim casou-se com Salmom, dando a luz a Boaz, bisavô de Davi – entrando, assim, para a árvore genealógica de Jesus (PROSTITUIÇÃO, 2013).

Uma intertextualidade a ser dita: segundo o relato bíblico, sob orientação divina, os israelitas conseguiram conquistar a fortificada e temida Jericó, cujas muralhas foram derrubadas enquanto o povo tocava trombetas. O título do capítulo referente ao professor Josué em *Gabriela, Cravo e Canela* é “do amor eterno ou de Josué transpondo muralhadas” (AMADO, 2012, p. 199). Usando essa metáfora, pode-se dizer que a *orientação divina* do

professor Josué foram seus sentimentos rechaçados por Malvina, mas bem quistos por Glória. Por outro lado, as *trombetas* que utilizou para derrubar as muralhadas fortificadas da *Jericó de Glória*, foi sua poesia e seu eterno amor “maior que a imortalidade de todos os deuses reunidos” (AMADO, 2012, p. 200). Em resumo, por que justo o professor Josué foi o único a ter coragem de adentrar na fortificada casa de Glória e fazer-se amante da protegida rapariga de coronel Coriolano, embora suas histórias violentas? Porque ele era *Josué*, o escolhido para conquistar a *Jericó de Glória*.

Ainda sobre a prostituição, durante o período medieval, houve uma forte tentativa de se eliminar a prostituição devido à moral judaico-cristã cultivada na época, ao surto de doenças sexualmente transmissíveis – dentre as quais, se destaca a sífilis –, bem como ao puritanismo instaurado com o advento da reforma religiosa do século XIV. Todavia, o culto ao casamento cortês, com o qual a política e a economia sobrepunham-se aos sentimentos, levando-se em conta tão somente os interesses na hora de se fazer um matrimônio, acabava por reforçar, ainda mais, a prostituição, tornando-a fuga aos gélidos relacionamentos da época. Por outro lado, conforme dito, é interessante perceber, que o casamento por interesse já é, em si, uma forma de prostituição...

As Igrejas Católicas, bem como o protestantismo, enfrentaram o problema da prostituição através de um forte discurso de moral. Com essa ação, a prostituição passou a ser relegada a uma posição de clandestinidade – embora muitas cortesãs persistissem nas cortes, bem como nas colônias. Aliás, muitas foram as prostitutas europeias que desembarcaram no Brasil no tempo da colonização.

A respeito do fenômeno da prostituição em Ilhéus, muitas eram aquelas que desembarcavam na cidade atraídas pela fama de *terra próspera* daquele lugar – “Mulheres com tanto perfume, meu Deus!, um despropósito... E cobrando alto, pedindo joias, querendo anéis...” (AMADO, 2012, p. 21).

É interessante perceber que, para o povo de Ilhéus, *rapariga* era toda aquela que praticasse o sexo fora do casamento, independentemente de trocá-lo ou não por dinheiro. Por exemplo, Gabriela. Era Gabriela uma cozinheira. Não viva de vender seu sexo, de trocá-lo por qualquer benefício. Se se entregava a um homem, fazia-o porque gostava de “deitar-se com ele, brincar com ele na cama” (AMADO, 2012, p. 283). Ela gostava

[...] de dormir nos braços de um homem. Não de qualquer. De moço bonito, como Clemente, como Tônico, como seu Nilo, como Bebinho, ah! como seu Nacib. Se o moço também queria, se a olhava pedindo, se sorria para ela, se a beliscava, por que recusar, por que dizer não? Se estavam querendo, tanto um como o outro? Não via

por quê. Era bom dormir nos braços de um homem, sentir o estremecimento do corpo, a boca a morder, num suspiro morrer. (AMADO, 2012, p. 283).

No entanto, era tachada como *rapariga* do mesmo modo, pelo fato de ter relações com homens fora de um compromisso matrimonial.

Para a moral da época, Gabriela era *rapariga* tal como Glória, “a escrava bem alimentada e bem vestida” (AMADO, 2012, p. 97) do coronel Coriolano Ribeiro, ou Marta, a *rapariga* de casa posta do dr. Ezequiel; tão *rapariga* quanto Risoleta, Rosalinda ou Mara – as prostitutas da casa de Maria Machado, com quem Nacib manteve caso ao longo da história. Tão *rapariga* quanto Anabela, a dançarina e amante de Mundinho Falcão e, posteriormente, do coronel Ribeirinho. Com isso, pode-se perceber que a temática da prostituição em Ilhéus era bem mais complexa que em um primeiro momento se imaginaria, afinal, em uma mesma categoria *rapariga*, várias mulheres, com variadas formas de viver e experimentar o sexo eram classificadas.

A verdade é que embora todas estivessem tachadas pelo mesmo vocábulo, havia substanciais diferenças entre elas, talvez esquematicamente bem explicadas através do aforismo de Demóstenes em *Contra Nera* (FOUCAULT, 1984, p. 129): as cortesãs existiam para o prazer – como era o caso das prostitutas dos cabarés e casas de mulheres públicas –, as concubinas, para os cuidados de todo o dia – por exemplo, Glória, Chiquinha, Marta – e, por fim, as esposas serviam para dar ao homem uma descendência legítima e para serem fiéis guardiãs do lar – Sinhazinha, Olga etc.

Tal aforismo ajuda também a compreender as bases do pensamento ocidental, o que justificaria o porquê de a *lei cruel* ser uma exclusividade às esposas traidoras e porque as *raparigas* não merecerem tanto... sendo a esposa uma traidora – como também falou Rousseau em *Emílio ou da educação* – haveria o risco de o homem ter de criar um filho ilegítimo, crendo ser seu, sua continuidade genética, política e social. Mas as *raparigas* não eram mulheres para terem filhos. Os homens as mantinham para o divertimento, para o cuidado. Sendo assim, para que matá-las? *Não mereciam tanto*. Pior ainda era o caso das cortesãs, das *raparigas de ofício*, cujo vínculo com o homem era ainda mais rarefeito.

Com relação a essas mulheres, havia na cidade dois grandes cabarés, o Bataclan e o Triaton e um terceiro, que inaugurou depois, a fazer séria concorrência com os outros dois, pois *importava* diretamente do Rio de Janeiro atrações e mulheres: o El-Dourado (AMADO, 2012, p. 274). Esses eram espaços frequentados pela elite da sociedade – por exportadores, fazendeiros, comerciantes, viajantes de grandes firmas. Havia também lugares que oferecema “mulheres mais baratas” (AMADO, 2012, p. 115), como era o caso do Bate Fundo, onde se

misturavam trabalhadores do porto, homens da roça, gente do povo. Ali estavam as “mulheres-damas, de última classe” (AMADO, 2012, p. 248), “Mulheres envelhecidas, demasiadamente pintadas, algumas bêbadas. Outras eram cabrochas de extrema juventude” (AMADO, 2012, p. 249).

Uma *rapariga* interessante é Anabela, a loira dançarina, chegada a Ilhéus pelas mãos Mundinho Falcão. Casada com o Príncipe Sandra, um mágico que a acompanhava nos espetáculos de dança que apresentava.

– Qual... Nem são casados, essa gente não se casa. Vivem juntos, mas cada um para seu lado. O que é que você pensa que ela faz quando não tem onde dançar? Para mim, foi uma diversão para quebrar a monotonia da viagem. E acabou-se. Está a disposição de vocês. Ali é só pagar, meu caro (AMADO, 2012, p. 66).

Anabela escandalizara a sociedade local com sua *dança imoral*. O povo de Ilhéus era demasiado atrasado para entender as ousadias da arte... Diógenes, pudico e protestante, não quisera ver a dança da sensual dançarina em seu cinema.

“– É coisa de cabaré... Não fica bem no cinema.” (AMADO, 2012, p. 73).

Ficara, por fim, acertado assim: a dança de Anabela seria exposta no cabaré; o show de mágica do Príncipe, no cinema.

Anabela, entusiasmada com a riqueza dos coronéis, largara o Príncipe para ficar com o coronel Ribeirinho – traindo-o, posteriormente, com Tônico Bastos. No entanto, um rumor levantado por um empregado da intendência envolvendo o coronel, anunciando fatos ainda mais graves, fora o fator preponderante da decisão de Anabela fugir daquela cidade. Tinha medo de Ilhéus e suas histórias violentas. Aliás, não se deve esquecer que ela foi a única voz em Ilhéus a lastimar a morte trágica de Sinhazinha... em grande parte, por ser uma pessoa de fora da cidade, por não compartilhar da cultura local que via como algo *normal* o assassinato de uma mulher que ousasse trair o marido, lhe borrando o nome e a honra.

[...] Preparou sua bagagem em segredo, comprou às escondidas passagem num baiano, só se despediu de Mundinho. Foi à sua casa na véspera, ele ainda lhe deu uns contos de réis. Ribeirinho estava na roça, quando chegou encontrou a notícia. Ela levava anel de brilhante, pendente de ouro, mais de vinte contos em joias (AMADO, 2012, p. 180).

Mundinho Falcão, aliás, era homem de gostar de trazer mulheres de fora para serem suas *raparigas*: primeiro, foi Anabela; em outra ocasião, ocupara com mulher nova, chegada da Bahia (AMADO, 2012, p. 207); teve também uma “Certa espanhola, de nariz adunco e olhos negros” (AMADO, 2012, p. 274) que se apaixonou por ele, mas Mundinho estava de

caso com uma “cantora de música popular que trouxera do Rio em sua última viagem, após o Ano-novo” (AMADO, 2012, p. 274).

4.4 Da subjetivação de Glória

Alguns pontos, por certo, são de central relevância para pensar a questão da subjetivação de uma mulher como Glória: o que levou essa mulher a submeter-se ao tratamento a ela dedicado por Coriolano Ribeiro? Por que aceitava (aparentemente) pacificamente viver trancada em casa, sozinha e reclusa, isolada de tudo e de todos? Se seus suspiros na janela eram sinais da angústia causada pela vida de *escrava bem alimentada e bem vestida*, por que se submetia? Por que não se rebelava? Por que recusou a proposta romântica de Josué? Se se incomodava tanto com o tratamento a ela dado pelas solteironas e demais *mulheres de família* e homens casados, por que não se livrar daquela vida *de desonra* e ir-se com o professor? Não seria *o sonho de toda mulher* casar-se, ter seu lar e uma vida *honrada*? Não seria, para Glória, um de seus desejos poder sair pela rua, de braços dados com *seu* homem e com outras mulheres poder falar? Por que não fazia?

A todas essas perguntas, uma resposta só responde: Glória sabia, através de um saber vivido, a dura realidade da pobreza, da miséria, bem como da inconstância dos homens. Queria ter Josué, “mas escondido, que o coronel Coriolano não viesse a saber nem desconfiar. Chegando pela noite alta, saindo de madrugada. Fazendo que não a via na janela, sem cumprimentá-la sequer. Era até melhor assim, tinha um sabor de pecado, um ar de mistério” (AMADO, 2012, p. 202).

Apaixonada, mas prudente e calculista. Assim era Glória. Não por mau-caratismo ou mesmo por ausência de caráter, mas por necessidade, pela fome sentida, pela miséria vivida, pelo desespero experimentado. *A moral* e os *bons costumes* só faziam sentido para aquelas que nunca tiveram de passar por nenhuma necessidade. Era fácil para as solteironas como as irmãs Dos Reis escarniarem Glória: “Herdeiras da boa casa onde moravam – cobiçada por muito coronel rico – na rua coronel Adami, e de três outras na praça da matriz, viviam dos aluguéis e dos doces vendidos à tarde pelo moleque Tuisca” (AMADO, 2012, p. 49).

Glória não tinha casas para alugar como as irmãs, nem um coqueiral como Sinhazinha, um palacete e fazenda de cacau como Malvina, tampouco estudos – comprovado com a péssima qualidade do bilhete enviado a Josué. Desse modo, não poderia, por exemplo, ir-se trabalhar em um escritório como fez Malvina, ou ser professora, quiçá, trabalhando e se sustentando de modo independente. O que restava a Glória? A ela só restava seu corpo, seus

belos seios repousados na janela para oferecer e com eles jogar a fim de manter sua sobrevivência. Seu corpo e sua beleza, só com eles podia contar. Um corpo liberto pela pobreza e pelo desespero de qualquer nicho de *moral* e *bons costumes* tão arduamente defendidos em “santa exaltação” (AMADO, 2012, p. 83) por Dorotéia e pelas demais solteironas.

Era Glória uma condenada? Não... estranhamente sua imagem debruçada sobre a janela fazia alusão a uma santa em altar-mor de igreja.

Josué dizia ser Glória uma “vítima da sociedade, de pureza conspurcada, certamente violentada à força, expulsa do convívio social. Era uma santa” (AMADO, 2012, p. 200). Esse discurso faz sentido dentro de uma lógica como a marxista quando, por exemplo, no *Manifest der Kommunistischen Partei* de 1848, Karl Marx anuncia que a história, em todas as sociedades, foi marcada pela luta de classes; pelo confronto entre opressores e oprimidos, “em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, obra aberta, que terminou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta” (MARX, 2004, p. 45-46). Por essa lógica Glória seria a *oprimida* de uma sociedade marcada pelo segregacionismo entre homens e mulheres, ricos e pobres, brancos e negros, opressores e oprimidos, para falar com Marx.

Seria, então, Glória uma vítima? Não... Glória não era uma vítima. Ela não era tampouco um sujeito alienado, sem consciência e sem capacidade de julgamento. Glória tinha plena consciência do que fazia. Coriolano não a mantinha amarrada ou sob vigilância acirrada de jagunços – ela não era propriamente sua escrava. Ao contrário, Glória vivia só com uma empregada – era livre, as portas não estavam trancadas, poderia ir-se quando bem quisesse. Mas ela não ia. Poderia fugir, mas continuava. E o fazia porque queria. Não havia *alienação* ideológica, nem *opressão* física para mantê-la presa àquele homem ou àquela situação. Estava por vontade, por plena consciência, por compreender que se largasse o coronel regressaria a uma vida de fome e miséria. Estava por apego a tudo que Coriolano lhe ofertava; estava por gostar de sua boa vida, por querer todo seu luxo.

Deparamo-nos, pois, com um dos grandes problemas de uma análise como a de Marx. Como diria Foucault (1979), a proposta da analítica marxista parte da existência de um *sujeito constituinte* o qual é *oprimido, alienado, obnubilado* pela sociedade em que está inserido. Um outro modo de ver essa situação é que, para Marx, o sujeito efetivamente não é um sujeito de ação. Se, por um lado, Marx julga que o motor da história é a luta de classes, o que pressupõe o movimento, a ação, por outro, ao propor essa ideia de alienação e opressão, ele destitui o sujeito de ser, ele próprio, agente de sua própria existência. Marx acaba, pois, por retirar do

sujeito qualquer chance de sua existência enquanto *ser de ação*. Ou seja, para ele, o sujeito é um *ser aí*, um ser apriorístico, pronto, acabado, que – e nisso, seu esquema lembra a lógica de Rousseau – em contato com a realidade social é *alienado*, mascarado, aprisionado pela ideologia capitalista. Entretanto, uma vez instaurada a revolução comunista – um movimento social e não individual, é importante lembrar –, esse ser poderia regressar ao seu estado prévio e pleno de liberdade e consciência. Isso significa que, para Marx, não é próprio do sujeito a capacidade individual de ação, de pensamento, de existência e de querer. O sujeito só é sujeito na coletividade.

Afastando-se da ideia da existência de um sujeito dado, apriorístico, um *ser aí*, que entende o ser humano como universal (como algo que sempre existiu com as mesmas características, que nunca passa por transformações históricas), Foucault (1979) propõe uma análise capaz de dar conta da produção do sujeito a partir da trama histórica em que ele está inserido.

O sujeito é, nesse sentido, para Foucault, uma construção histórica, uma invenção, um ente que surge em um determinado momento, que se constitui historicamente e que, portanto, não está sempre presente em qualquer época e em qualquer lugar. Outras formas de concepção do sujeito – bem como de subjetivação – existiram e novas formas surgirão. Por exemplo, o que entendemos hoje por *doente mental*, o sujeito *patologizado* pelo discurso médico, não necessariamente foi o mesmo sempre, em todas as manifestações culturais e sociais do passado. O mesmo vale para a *prostituta*, para a *moça*, para *mulher de família* etc.

Em realidade, essas entidades *prostituta*, *moça*, *mulher de família* não existem. O que existem são mulheres, umas se prostituem, outras são virgens filhas de família abastada, outras são senhoras casadas, sujeitos com diversas singularidades entre si. Variáveis sujeitos em construção e sempre em contato e articulação. A ideia da existência massificada desses grupos é um erro para Foucault. Vejamos exemplo, dentro do grupo das *moças de família*, que idealmente deveriam ser moças recatadas, obedientes e subservientes aos patriarcas de suas famílias, vemos Malvina, que foi absolutamente de encontro a esse protótipo ideal. Do mesmo modo, vemos Iracema, com seus namoros acalentados no portão de casa, o que quebra com a ideia de que as moças de família seriam sempre recatadas e de virgindade inquestionável.

Não dá, pois, para englobar diferentes sujeitos, com diferentes particularidades em um único grupo massificado e taxado sob um conjunto de características gerais. São essas massificações e aglutinações que não levam em conta as individualidades o que essencializam

e cristalizam uma dada imagem de pensamento. Em resumo, trata-se de uma simplificação da complexidade.

Uma ideia de Foucault extremamente interessante é, pois, a ideia de *subjetivação*, processo de constituição histórica do sujeito; em uma palavra, de *fabricação* de sujeitos. Os sujeitos, uma vez que não são universais, tampouco dados aprioristicamente, são, na realidade, produtos de um conjunto de processos de subjetivação que os fabricam, os constituem, os constroem de uma dada forma, conforme o momento histórico que se vivencia; e, para que essa fabricação ocorra, há que se desenvolver também todo um conjunto de ferramentas, de técnicas e tecnologias políticas que serão sobre ele investidas. A educação é, sem dúvidas, uma das principais ferramentas dessa mecânica de poder e subjetivação. Para Foucault, o sujeito é, em última análise, um produto das relações de saber e de poder socialmente estabelecidas.

O sujeito é o que efetivamente está em jogo na obra de Foucault: na fase arqueológica, tematizado com a sua relação com o saber; na fase genealógica, tematizado com a sua relação com o poder e, na última fase, também conhecida como ética, tematizado na sua relação consigo mesmo.

Na fase arqueológica, Foucault diz que o sujeito é um conceito, uma ideia construída historicamente, que tem seu nascimento na Modernidade. Na fase genealógica dirá que os sujeitos são, ao mesmo tempo, efeitos e intermediários do poder: “o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Nesse sentido, qualquer luta contra o exercício do poder, qualquer manifestação de resistência, só pode ser efetivada dentro da própria trama do poder.

Mas o que é o poder para Foucault? Como explica Machado (1979), o poder não é um objeto, uma coisa, algo que se possa deter, repassar, tocar etc. O poder é uma relação.

Por conta de seu caráter relacional, qualquer luta contra o seu exercício, qualquer forma de resistência ao poder não pode ser feita de fora, do exterior, de outro lugar, afinal, nada está isento de poder. “Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força” (MACHADO, 1979, p. 14). E, é válido lembrar, onde há poder, há resistência, mas, do mesmo modo como não existe o lugar do poder, tampouco pode existir o lugar da resistência. A resistência está tão pulverizada nas relações sociais como o próprio exercício de poder; o que há, pois, são “pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (MACHADO, 1979, p. 14).

Na terceira fase, na chamada ética, pesquisando a história da sexualidade no Ocidente, quando Foucault se volta às práticas sexuais dos antigos gregos e romanos, ele se encontra com o conceito de *cuidado de si*, que foi muito difundido entre os estoicos gregos. Foucault recolhe dos filósofos antigos esse conceito de *cuidado de si*, mas tomado de modo muito mais amplo que os meros cuidados com o corpo: para Foucault, *cuidado de si* significa uma espécie de *cultivo de si*, que tem a ver com o corpo, mas também tem a ver com a mente, com o espírito, com a cultura do indivíduo.

Esse conceito de *cuidado de si*, segundo Foucault, foi algo que veio a substituir outro conceito muito importante entre os gregos que era o *conhecer-se a si mesmo*. Para os gregos, era muito importante esse trabalho sobre si mesmo para se conhecer. Nesse sentido, Foucault mostra que, na história da cultura grega, começa a haver uma inflexão desse princípio do *conhecer-se a si mesmo* para o *cuidar-se de si* (*cultivar-se*), a fim de construir a sua personalidade. Para isso, havia uma série de exercícios que eram recomendados e praticados pelos estoicos: práticas ligadas ao corpo (como uma alimentação saudável), à sexualidade, à alma, ao desenvolvimento da personalidade e, ainda, ligadas aos *cuidados de si*.

O *cuidado de si* tem, portanto, uma ligação direta com a prática de liberdade uma vez que é um ato do indivíduo pensar sobre si, agir sobre si, cuidar-se, cultivar-se, conhecer-se uma vez que o sujeito só pode ser um sujeito autônomo, um sujeito livre se ele cuida de si mesmo.

Tomando esse panorama, uma filosofia como a de Marx exime o sujeito de responsabilidades em relação à condução de sua existência. O sujeito é ou opressor (aquele que pensa) ou oprimido (aquele que obedece). Alienado pela ideologia, o sujeito oprimido se mantém cego de sua condição e de sua função dentro da mecânica da sociedade. Ou seja, dentro do esquema lógico marxista, os motores da vida humana são os opressores e a ideologia. O sujeito é um ente vazio de significado, de função e, especialmente, de ação. O sujeito de ação, o sujeito de querer, em Marx, não existe. Ele é um mero ser de obediência.

Foucault, por sua vez, em sua fase genealógica, especialmente, fala a respeito da mecânica de poder, da metamorfose por que o poder passa para manter a constante captura dos sujeitos. É pretensão do poder (disciplinar) que todos os sujeitos sejam, ao final dos processos disciplinadores (da escola ou da prisão, por exemplo), sejam *corpos dóceis*, capazes de compreender as regras, obedecer às normas, manter-se dentro dos limites a que lhe são permitidos. Mas, o corpo resiste e, se resiste – não esqueçamos que, dentro de todo regime de poder, sempre haverá resistências e embates – o poder se modifica, busca novas estratégias, aciona novos modos de atuação: “Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo

investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação” (FOUCAULT, 1979, p. 147). A cada movimento do adversário, um movimento do desafiante.

Nesse sentido, conclusivamente, o *ser de ação* existe e está em constante movimento com o os mecanismos de poder estabelecidos. O sujeito quer, pensa, deseja, mas, para cada movimento do sujeito, porém, uma resposta do poder é dada.

4.5 O oficial fim da solidão

A ilegalidade é perigosa e complicada. Requerer paciência, sagacidade, viveza e um espírito sempre alerta. Não é fácil manter íntegros os cuidados que ela exige. Difícil é preservá-la do desleixo, natural com o correr do tempo e o aumento insensível da sensação de segurança. De começo exageram-se as precauções, mas, pouco a pouco, vão elas sendo abandonadas, uma a uma. A ilegalidade vai perdendo seu caráter, despe-se de seu manto de mistério e, de repente, o segredo de todos ignorado é notícia na boca do mundo. Foi sem dúvida o que ocorreu com Glória e Josué (AMADO, 2012, p. 296).

Para uns, tratava-se de um *xodó*; para outros, um *rabicho*; havia quem dissesse que se tratava de uma paixão, um amor..., mas, independente da cultura ou da boa vontade de quem comentava, a verdade é que o caso da mulata manceba do coronel Coriolano com o professor do colégio de Enoch era fato conhecido de toda Ilhéus.

Inicialmente, todos os cuidados pareciam insuficientes a Josué e, sobretudo, a Glória. Ela explicara ao professor as suas profundas e respeitáveis razões para manter o povo de Ilhéus e, em especial, o coronel Coriolano Ribeiro na ignorância do romance: “Primeiro, devido ao pouco recomendável passado de violências do fazendeiro. Ciumento, não perdoava traição de rapariga. Se lhe pagava luxo de rainha, exigia direitos exclusivos sobre seus favores” (AMADO, 2012, p. 296). Glória não queria arriscar ter um triste destino como o de Chiquinha, tampouco expor Josué ao que passara Juca Viana. “Segundo, porque não queria perder, com os cabelos e a vergonha, o conforto da casa esplêndida, da conta na loja e no armazém, da empregada para todo serviço, dos perfumes, do dinheiro guardado a chave na gaveta” (AMADO, 2012, p. 296).

Note-se, uma vez mais, que Glória não era realmente uma vítima. Se ela estava naquela condição, estava porque assim o queria. Josué poderia representar uma mudança de vida: poderia casar-se com ela, dar-lhe seu sobrenome. Mas de que adiantaria ter um sobrenome na miséria? Glória preferia ser *rapariga*, viver na solidão e no rechaço social, mas rodeada de luxos, comida farta, boa casa, empregada etc.

O plano era: Josué somente entrava em sua casa quando o último notívago houvesse se recolhido e sairia sempre antes do primeiro madrugador haver se levantado. Tinha também de desconhecer-la por completo fora dessas horas “quando, com ardor e voracidade, vingavam-se, no leito a ranger, de tais limitações” (AMADO, 2012, p. 296).

Foram felizes em seu plano uma semana, quinze dias, depois começaram os descuidos, a falta de vigilância e de atenção. Começou com Josué entrando na casa de Glória com o Bar Vesúvio ainda cheio, depois, esticando o sono, chegou a sair do leito de Glória diretamente para o colégio, a ditar classes... confidenciou algo a Ari Santos ontem, a Nhô-Galo hoje... segredo murmurado ontem a Nacib, a João Fulgêncio hoje. Não demorou para que a história se espalhasse.

E não fora apenas ele o indiscreto e imprudente. Começara Glória também a passear pela praça, abandonando sua janela solitária, para ver Josué mais de perto, sentado no bar e sorrir para ele. Comprara gravatas, meias, camisas e até cuecas de homem nas lojas. Levava ao alfaiate mais careiro da cidade uma roupa puída de Josué para que o mestre lhe costurasse outra, de casimira azul – surpresa de aniversário. Fora aplaudi-lo no salão nobre da intendência, quando se apresentava como conferencista. Começara a frequentar aos domingos, *em súbito devotamento à literatura*, o Grêmio Rui Barbosa – única mulher entre seis gatos-pingados.

Todavia, “com tantas novidades e acontecimentos em Ilhéus, aquela 'devassidão' (como dizia Doroteia) já não constituía escândalo” (AMADO, 2012, p. 297). Por exemplo, com a morte de Ramiro Bastos, queria-se saber quem seria o novo líder político da região; especulava-se um projeto de casamento entre Jerusa – a filha do dr. Alfredo Bastos – e Berto – filho do coronel Amâncio Leal – como forma de união das famílias. Note-se que a *moça de família*, nesse período, poderia representar uma moeda de troca dentro de uma dada lógica política constituída.

Com assuntos assim empolgantes, como iriam os ilheenses interessar-se pelo caso de Glória e Josué a prolongar-se há meses sem incidentes? Só mesmo as solteironas, invejosas agora do constante júbilo estampado no rosto de Glória, ainda lhe dedicavam seus comentários (AMADO, 2012, p. 298).

Precisava que algum acontecimento extraordinário com o casal de amantes ocorresse para quebrar sua feliz monotonia e despertasse novamente as atenções do povo de Ilhéus. “Se Coriolano viesse a saber e fizesse uma das suas, aí, sim, valeria a pena” retomar os comentários (AMADO, 2012, p. 298). Seria divertido.

O problema é que não foi *divertido*...

Certa noite, por volta das dez horas – relativamente cedo –, Josué já havia cruzado a porta de Glória há mais de uma hora. Coriolano Ribeiro aparecera na praça, dirigira-se diretamente a casa da manceba. Houve um ranger de cadeiras e mesas entre os presentes no Bar Vesúvio. “Coriolano metia a chave na porta, a agitação crescia no bar, Nacib andou para a porta do largo passeio. Ficaram atentos, à espera de gritos, talvez tiros. Não houve nada disso. Da casa de Glória não chegava nenhum rumor” (AMADO, 2012, p. 298).

Depois de alguns minutos demorados, saiu pela porta, de braços dados, Glória e Josué, andando pela avenida da praia, para evitar a passagem frente ao Bar Vesúvio, ainda movimentado naquela hora. Um pouco depois, a empregada apareceu trazendo e arrumando no passeio os baús e malas de Glória. Depois veio um carregador para apanhar as malas.

Sem tiros, sem espancamentos, sem espetáculo. Coriolano Ribeiro apenas mandou Glória embora... por que agira de tal forma? Reflexos da idade avançada, do cansaço gerado pela velhice? Ou se trata de um reflexo dos novos tempos, da nova cultura que minava os velhos hábitos do povo daquela terra? Como saber? A verdade é que já não procurou mais saber se era ou não enganado por suas amantes. Assim, até Nacib se deitara com a nova cabrocha trazida da roça, a morar na casa da praça.

Já Glória, juntou-se com Ribeirinho – o coronel cujas as histórias puseram medo em Anabela que fugiu. Ele montou-lhe uma casa próxima à estação de trem. Vivia sempre junto com Josué, “por vezes, até comiam os três no restaurante, davam-se bem” (AMADO, 2012, p. 317). E, assim, a rapariga Glória passou a viver feliz, do jeito que tanto sonhara: com o dinheiro de coronel e com amor do professor, em perfeita harmonia.

5. UMA MULHER SEM EXPLICAÇÃO

Este capítulo é dedicado à Gabriela. Gabriela, que “parecia feita de canto e dança, de sol e luar, era de cravo e canela” (AMADO, 2012, p. 362).

5.1 Os descaminhos do amor

Enquanto Sinhazinha morria pelas mãos do marido enciumado, Malvina quebrava o gelo e aceitava namorar Josué e Glória repousava seus suntuosos seios na janela, em algum lugar do sertão, em meio a seca e à desgraça, caminhava Gabriela. Andava quase saltitante, parecia uma demente, com os cabelos desmazelados, soltos, envolta em sujeira, os pés feridos. Tinha um rosto fino, as pernas altas e o busto levantado. Junto a ela, um grupo de retirantes; entre eles, seu tio, negro Fagundes e o mulato Clemente.

Clemente, rosto fechado, queria tê-la para sempre. Sabia que não teria. Mas, “como viver sem o calor de Gabriela?” (AMADO, 2012, p. 77). “Desde aquela noite milagrosa, Clemente vivia no terror de perdê-la. Pensara a princípio que, tendo acontecido, ela já não o largaria” (AMADO, 2012, p. 78.). Mero engano: durante o dia, ela se comportava como se nada houvesse acontecido entre eles, tratava-o do mesmo modo que aos demais. “Era de natural risonha e brincalhona, trocava graças até com o negro Fagundes, distribuía sorrisos e obtinha de todos o que quisesse” (AMADO, 2012, p. 78). Mas a noite,

[...] após ter cuidado do tio, vinha para o canto distante, onde ele ia meter-se, e deitava-se ao seu lado, como se para outra coisa não houvesse vivido o dia inteiro. Se entregava toda, abandonada nas mãos dele, morrendo em suspiros, gemendo e rindo” (AMADO, 2012, p. 78).

Um primeiro ponto de reflexão...

Segundo a moral da época e como se pode perceber em vários pontos da narrativa, em virtude das bases cristãs e patriarcalistas que galgavam a cultura daquela gente, era comum pensar o sexo como algo livre ao universo masculino, mas extremamente restrito em relação às mulheres. Aos homens era lícito passar por experiências sexuais antes do casamento – o tabu da virgindade nunca foi algo imposto ao homem –, dentro do casamento e fora dele – com prostitutas ou *mancebas* de casa posta, como era o caso de Glória.

Por sua vez, a mulher deveria manter-se resguardada sob a segurança do lar e a proteção dos pais e familiares até o (tão aguardado) casamento. Unir-se em matrimônio a um

homem até *que a morte vos separe* deveria ser, pois, o fim último e anseio (de toda uma vida de preparação e espera) das mulheres daquela época. Unido a esse ideal, havia o tabu da virgindade feminina, que impunha às mulheres manterem-se castas para seus futuros maridos. Nesse bojo moralista, a mulher ter uma relação sexual fora do casamento era algo absolutamente condenado.

Tal bojo moral fez-se refletir inclusive na jurisdição da época. Como cita Ferreira Filho (2001), dentre os crimes sexuais do início do século XX, o crime de *defloramento* era bem comum, punido com prisão do acusado e, em muitos casos, a imposição do casamento como forma de *reparação* da honra feminina perdida.

Mas, é válido salientar, uma vez que o casamento nessa época era, acima de tudo, um negócio (lucrativo), muitos eram os homens – às vezes, rapazes relativamente pobres, mas de bons antecedentes e bem educados – que se recusavam a *reparar o dano* cometido, isto é, casar-se com as *ofendidas*, a fim de contraírem matrimônio com alguma outra moça de situação social e financeira superior. Era

[...] mais prático para os acusados guardarem as responsabilidades de um casamento civil com chance de um futuro promisso, quando realizado com moça de melhor situação social, reservando para as mulheres com o perfil profissional das 'ofendidas' as frágeis relações de concubinato ou os contatos sexuais furtivos e irresponsáveis (FERREIRA FILHO, 2001, p. 71).

Não era o caso de Clemente. Ele, embora não tenha sido o *deflorador* de Gabriela, a queria para sempre.

No entanto, para Gabriela, o sexo em nada representava um enlace, um compromisso. Pode-se dizer até que, nesse sentido, ela *agia como homem*. Se era comum aos homens fugirem ou fingirem nada ter ocorrido após uma relação sexual com uma mulher, enquanto ela, na condição de *ofendida*, mendigava ao homem a *reparação do dano* através do casamento – na época, único modo de purificação do sexo –, chegando ao limite de buscar a justiça para consegui-lo, com Gabriela as coisas funcionavam de modo bem distinto. Era Clemente quem a queria prender e era Gabriela quem ignorava completamente a necessidade de uma relação duradoura entre eles pelo simples fato da ocorrência de relações sexuais.

Quando o tio de Gabriela morreu – no meio da longa caminhada dos retirantes –, Clemente a viu órfã, só, necessitada e triste. Achou que, pela primeira vez, a havia *compreendido*: via Gabriela como *apenas* uma moça pobre, quase menina ainda, a quem devia proteger. Aproximou-se e longamente falou-lhe seus planos; Gabriela ouvia e sorria: enquanto Clemente estava preso a ela, como se fosse sua própria vida, ansioso por concretizar

seus planos de futuro, ela apenas ria, quase desfazendo-se dele. Queria derrubar mata – ainda existiam algumas – ter um pedaço de terra para chamar de seu, plantar cacau, ganhar bastante e, quando aparecesse um padre por aquelas bandas, casariam. Mas, *contrariando a lógica*, Gabriela fez sinal de não com a cabeça... agora já não ria e apenas disse:

“– Vou pro mato não, Clemente” (AMADO, 2012, p. 78).

Queria ir para a cidade, trabalhar de cozinheira, lavandeira ou arrumadeira na casa de alguém; não queria mais viver no mato.

Findada a longa caminhada, quando ele lhe disse que ficaria na cidade por sua causa, embora ali não houvesse oportunidade de trabalho, afinal, nada mais sabia além de trabalhar na roça, ela apenas lhe disse:

“– Não, Clemente, fiquei não. Pra quê? ” (AMADO, 2012, p. 79).

Mandou seguir seu caminho, que ela seguiria o dela. Disse isso tranquilamente, como se as noites que dormiram juntos nada representassem, como se nada houvesse acontecido. Ele queria bater nela para que aprendesse que com homem não se brinca; queria matá-la e depois acabar com a própria vida. Ela ria.

O que se passava com Gabriela é que ela vivia uma lógica própria, completamente distinta ao senso comum comungado pelas mulheres da época ou pelo menos à representação que se tinha (e se tem) das mulheres da época.

Vivemos uma constante tentativa de criar imagens de pensamento capazes de dar conta das características *essenciais* dos elementos da realidade. É assim que temos imagens constituídas de *maçã, árvore, casa*. Esse mesmo movimento estabelecemos com a complexidade humana, criando imagens de *mulher, de homem, de criança, de moça, de prostituta*. O problema de tais imagens de pensamento é que elas criam a ilusão de uma *essência*, da existência de um modelo perfeito, desconsiderando completamente as diferenças, as singularidades, as subjetividades.

A base do pensamento ocidental do qual comungamos está calcada na teoria das ideias ou das formas de Platão. Essa teoria afirma que as ideias abstratas, substanciais, imutáveis e não-materiais (o ser) caracterizam o tipo mais fundamental de existência e realidade e não o mundo material, mutável, sensível, por nós conhecido através da percepção sensorial (o devir). Em poucas palavras, o que existe é o ser e não o devir.

O problema de uma visão como essa é que ela só permite admitir as identidades, escamoteando as diferenças a uma condição subalterna e até mesmo de não existência.

Como explica Ferronato (2014), na obra *Diferença e Repetição*, Deleuze tece críticas justamente à essa *filosofia da representação*. Para Deleuze, esse modo de pensamento criou

uma série de obstáculos à *filosofia da diferença*. Dentre eles, interessa aqui especialmente o quarto postulado levantado por filósofo.

Ainda segundo Ferronato (2014, p. 02),

Ao abordar o quarto postulado, que consiste no elemento da representação, Deleuze retoma os postulados anteriores e adverte que o modelo da reconhecimento, do qual deriva a forma da representação, baseia-se na concordância de todas as faculdades sobre a mesmidade de um objeto qualquer, isto distribuído entre os homens sob a forma do senso comum. Transportado para o Cogito de Descartes, o modelo da reconhecimento se funda na unidade do sujeito pensante, cujas faculdades se referem ao objeto, refletindo a identidade do sujeito pensante. Trata-se, portanto, de um modelo transcendental da doxa, elevando esta à racionalidade. O pressuposto subjetivo do Eu penso, que possibilita as formas complementares do eu concebo, eu julgo, eu imagino e me recordo, e eu percebo, inviabiliza qualquer tentativa de se pensar a diferença em si mesma porque a toma como objeto de representação (FERRONATO, 2014, p. 02).

Como diria Foucault (apud DELEUZE, 2006, p. 201), “é sempre em relação a uma identidade concebida, a uma analogia julgada, a uma oposição imaginada, a uma similitude percebida que a diferença se torna objeto de representação”.

É por conta dessas imagens de pensamento, essa homogeneização da complexidade da realidade que exemplos como o de Gabriela saltam aos olhos e a tornam tão *inexplicável*, tão *incompreensível*. Costumamos comparar a realidade vivenciada a um conjunto de parâmetros que temos sobre a realidade. Tudo o que difere é descartado ou condenado. Não costumamos olhar para a diferença pela diferença, mas sempre pela identidade. Foi pensando assim que Clemente nunca conseguiu compreender verdadeiramente Gabriela.

Voltando à história...

Chegados a Ilhéus, no mercado de escravos, Clemente e negro Fagundes foram-se com coronel Melk para a fazenda. Gabriela, vestida em trapos miseráveis, coberta de tanta sujeira que tornava impossível ver-lhe as feições e dar-lhe a idade, os cabelos desgrehados, imundos de pó, os pés descalços, trazia uma cuia de água a uma velha que entre os retirantes estava. Fora essa a primeira imagem que Nacib, a buscar desesperado por uma cozinheira, tivera dela

Conversaram um pouco, mas

Talvez porque ela risse, Nacib concluiu que não servia. Essa gente vinda do sertão, esfomeada, era capaz de qualquer mentira para conseguir trabalho. Que podia ela saber de cozinha? Assar jabá e cozinhar feijão, nada mais. Ele precisava de mulher idosa, séria, limpa e trabalhadora, assim como a velha Filomena. E boa cozinheira, entendendo de temperos, de pontos de doces (AMADO, 2012, p. 108).

Virou-lhe as costas, desejou-lhe sorte e foi saindo quando ouviu uma voz atrás dele, arrastada e quente:

“– Que moço bonito! ” (AMADO, 2012, p. 108).

“Não se lembrava de ninguém achá-lo bonito, à exceção de velha Zoraia, sua mãe, nos dias de infância. Foi quase um choque” (AMADO, 2012, p. 109). Ele “enorme brasileiro, alto e gordo, cabeça chata e farta cabeleira, ventre demasiadamente crescido, 'barriga de nove meses', como pilheriava o Capitão” (AMADO, 2012, p. 37), como podia ser chamado de *moço bonito*?

Voltou, perguntou-lhe mais meia dúzia de coisas e decidiu levá-la para casa. “Ficara com pena da sertaneja, ia levar um trambolho para casa. Mas era tarde para arrepender-se. Se pelo menos soubesse lavar...” (AMADO, 2012, p. 37). Gabriela um pouco mais atrás com sua trouxa “la rindo com os olhos e a boca, os pés descalços quase deslizando no chão, uma vontade de cantar as modas sertanejas, só na cantava porque talvez o moço bonito e triste não gostasse” (AMADO, 2012, p. 37). Tamanho desdém por Clemente, já nem pensava mais nele. Sua alegria era de sair do amontoado de retirantes, daquele acampamento imundo.

À noite, numa canoa, no meio da selva...

- Tá pensando na moça? – perguntou Fagundes a Clemente
 - Nem me disse até-logo... Nem me olhou de despedida.
 - Ela tava virando tua cabeça. Tu não era mais o mesmo.
 - Como se a gente nem se conhecesse... Nem até-logo.
 - Mulher é assim mesmo. Num vale a pena.
- Clemente só pensava em Gabriela, em ganhar dinheiro naquelas terras e voltar para a cidade a buscá-la. Havia de encontrá-la, fosse como fosse.
- Melhor é não pensar, tirar ela da cabeça – aconselhou Fagundes – Tou com ela metida em meu juízo, mesmo querendo não posso.
 - Tu tá maluco. Ela não é mulher pra se viver cum ela.
 - Que é que tu tá dizendo?
 - Num sei... Pra mim é assim. Tu pode dormir com ela, fazer as coisas. Mas ter ela mesmo, ser dono dela como é de outras, isso ninguém nunca vai ser.
 - E por quê?
 - Num sei, o diabo é que sabe. Num tem explicação (AMADO, 2012, p. 111-112).

Sim, o negro Fagundes tinha toda razão. Gabriela era assim: uma mulher sem explicação. Clemente dormiu com ela à noite, no outro dia era como se ela nem se recordasse do que se passara, olhava para ele e o tratava do mesmo modo que aos demais, como se não tivesse nenhuma importância a mais...

As sombras cobriam e cercavam a canoa, a selva parecia aproximar-se mais, fechando-se sobre eles. O piado das corujas cortava, no entanto, a escuridão. “Noite sem Gabriela, seu

corpo moreno, seu riso sem motivo, sua boca de pitanga. Nem lhe disse até-logo. Mulher sem explicação” (AMADO, 2012, p. 112).

Segundo Rosana Patrício (1992), a advertência do negro Fagundes de que Gabriela não era mulher para se viver com ela não seria mero preconceito contra a mulher de vida sexual ativa e livre, mas um forte indício do que estaria adiante na trajetória da personagem com relação ao seu comportamento. “Com essa observação, Fagundes sinaliza a tendência de Gabriela para a liberdade, como mulher que não se enquadra nos moldes de um casamento regular ou relação estável, de modo a ter um 'dono'” (PATRÍCIO, 1992, p. 82).

A fala de Fagundes é significativa para sinalizar, já ao princípio da saga da retirante, que ela era uma mulher que não se enquadrava nos moldes, nos padrões, na lógica imposta e aceita como *adequada*, como *normal* às mulheres. Clemente não a entendia porque ele representava as ideias correntes do universo machista comuns entre os sertanejos. Mais adiante, Nacib tampouco a compreenderá, pois ele representará a mesma corrente de pensamento que também estava em voga nos meandros da cidade. Em última análise, as atitudes de Nacib, bem como de Clemente (unindo-se à história do engenheiro Rômulo que teve de fugir do Rio por se envolver com moça solteira) servem para ilustrar que o paradigma que envolvia a subjetivação da mulher era partilhado em diferentes classes e extratos sociais brasileiros.

Ainda segundo Rosana Patrício (1992), a relação de Gabriela e Clemente fora vivenciada de perspectivas distintas por ambos: enquanto nele havia o desejo de ficar com Gabriela, de unir-se a ela, temendo perdê-la, ela nada mais vislumbrava que uma breve diversão de viagem, sem nenhuma perspectiva de futuro – “Foi bom a gente ter se encontrado, a viagem encurtou” (AMADO, 2012, p. 79). “O episódio serve, portanto, para caracterizar desde o início o desprendimento da protagonista, o exercício da sexualidade livre e sua tendência a não se 'prender' a um homem” (PATRÍCIO, 1992, p. 83).

5.2 Irresistível

Nacib levara Gabriela até a casa na ladeira de São Sebastião. Mal encostara na porta, dona Arminda já apareceu na janela a comentar o caso de Sinhazinha. Suspendera a fala ao reparar na moça; examinara-a de alto a baixo, atentando-se especialmente para o fato de ser muito jovem. Entre os comentários da vida alheia e os exames, dona Arminda se prontificou a ajudar Gabriela no que precisasse. Nacib, já dentro de casa, mostrou o quarto do quintal para Gabriela, antes ocupado por Filomena, e explicou-lhe o serviço: “arrumação da casa, lavagem

da roupa suja, cozinhar para ele. Não falou dos doces e salgados do bar, primeiro queria ver que espécie de comida ela sabia fazer” (AMADO, 2012, p. 113). Voltou para o bar.

Mais tarde, depois de uma noite de trabalhosa no bar e nos cabarés, Nacib voltou para casa. Ali chegando, entrou de mansinho, deparando-se com a imagem de uma mulata adormecida numa cadeira; os cabelos longos, espalhados sobre os ombros.

Depois de lavados e penteados tinham-se transformado em cabeleira solta, negra, encaracolada. Vestia trapos, mas limpos, certamente os da trouxa. Um rasgão na saia mostrava um pedaço da coxa cor de canela, os seios subiam e desciam levemente ao ritmo do sono, o rosto sorridente (AMADO, 2012, p. 117).

Ficara um instante a espia-la, estarecido de como tanta beleza podia estar escondida sob a poeira do caminho. “Caído o braço roliço, o rosto moreno sorrindo no sono, ali, adormecida na cadeira, parecia um quadro. Quanto anos teria? Corpo de mulher jovem, feições de menina” (AMADO, 2012, p. 117).

“– Meu Deus, que coisa! ” – Murmurou Nacib (AMADO, 2012, p. 117).

Com o som da voz do árabe, Gabriela despertou amedrontada, mas logo sorriu. Pôs-se de pé, ajeitando com as mãos os trapos que vestia, humilde e risonha. Dela vinha um perfume de cravo, talvez dos cabelos, quiçá do cangote. Nas palavras trocadas, a humildade da moça resplandecia: apenas garantia que sabia cozinhar, nem o ordenado impunha, aceitaria o que Nacib lhe pagasse. Tinha um ar ingênuo, talvez fosse moça donzela ainda, Nacib se questionava. Mas haveria tempo para tudo, um dia descobriria.

5.3 No dia seguinte

Depois do bem-sucedido banquete de que ficara encarregado, ao chegar em casa, foi à cozinha beber água. Havia ido, ainda de dia, ao armazém do tio e trazido para Gabriela um par de chinelos e um vestido. Enquanto bebia água, olhava para o pacote, indeciso se entregava ou não à mulata o presente vagabundo. Resolveu, por fim, deixar no pé da cama de Gabriela. Entrou no quatinho, a réstia do luar revelava um pedaço de perna morena adormecida. “Nacib firmou a vista, já excitado. Esperava dormir essa noite nos braços de Risoleta” (AMADO, 2012, p. 133). Agora, via o corpo de Gabriela, mal coberto pela combinação e pela coberta em trapos. “Um seio saltava pela metade, Nacib procurava enxergar. E aquele perfume de cravo, de tontear” (AMADO, 2012, p. 133).

Gabriela agitou-se no sono. Nacib, com as mãos quase tremendo, pousava o embrulho. Gabriela acordou e viu Nacib a fitá-la. Levantou-se, ficou meio sentada, sorria timidamente. Não buscava esconder o seio, agora visível ao luar. Ela “parecia uma criança, as coxas e os seios à mostra como se não visse mal naquilo, como se nada soubesse daquelas coisas, fosse toda inocência” (AMADO, 2012, p. 133).

Inocência ou malícia?

Nacib gaguejava ao entregar o embrulho. Ela, alegre com o presente vagabundo, humildemente agradeceu e achou bonito.

“– O moço é tão bom...” (AMADO, 2012, p. 133).

Algumas palavras trocadas e o desejo subia em Nacib, apertava-lhe a garganta. Ele não aguentou mais: segurou-lhe um braço e com a outra mão procurou-lhe o seio crescido ao luar. Ela puxou-o para si:

– Moço bonito...

O perfume de cravo enchia o quarto, um calor vinha do corpo de Gabriela, envolvia Nacib, queimava-lhe a pele, o luar morria na cama. Num sussurro entre beijos, a voz de Gabriela agonizava:

– Moço bonito... (AMADO, 2012, p. 134)

5.4 Uma confusão de sentimentos

Após o almoço, sentado à sombra da árvore, dormia Nacib. Aquela meia hora de sono, embalado pela brisa do mar, “afrontado pelas iguarias gulosamente devoradas, o inigualável tempero de Gabriela” (AMADO, 2012, p. 148), era uma das delícias de sua vida.

A princípio, não dera muita importância nem à qualidade da comida nem ao corpo de Gabriela naquelas noites ardentes. Só lhes dera o devido valor quando a frequência no bar começou a crescer e foi preciso aumentar o número de salgados e doces, “quando sucederam-se unânimes os elogios e Plínio Araçá, cujos métodos comerciais eram dos mais discutíveis, mandou fazer uma oferta à Gabriela” (AMADO, 2012, p. 149).

Quanto ao corpo e “aquele fogo de amor a consumi-la no leito, aquela loucura de noites atravessadas insones” (AMADO, 2012, p. 149), foi-se, insensivelmente, prendendo-se a eles. No começo, ia procurá-la somente em algumas noites, quando não estava cansado e com sono e Risoleta estava ocupada ou doente. Somente nesses casos “decidia deitar-se com ela, à falta de outra coisa a fazer” (AMADO, 2012, p. 149).

Mas essa displicência durara pouco. Rapidamente se habituara à comida de Gabriela a um ponto “que, convidado a jantar com Nhô-Galo no dia de seu aniversário, mal provara os

pratos, sentindo a diferença na finura do tempero” (AMADO, 2012, p. 149-150). Sem perceber, fora aumentando também a frequência no quarto do quintal, esquecendo Risoleta, passando a não suportar mais seus carinhos representados, suas manhas, seus queixumes e mesmo aquela “ciência do amor” (AMADO, 2012, p. 150) que usava para lhe arrancar dinheiro. Terminou por não mais procurá-la, não responder seus bilhetes, e desde então, há quase dois meses, não tinha outra mulher senão Gabriela. Agora “arribava todas as noites em seu quarto, procurando sair do bar o mais cedo possível” (AMADO, 2012, p. 150).

Tempo bom, de vida alegre: boa comida, casa arrumada, roupa lavada, mulher bonita e quente na cama. “No rol das virtudes de Gabriela, mentalmente estabelecido por Nacib na hora da sesta, contavam-se o amor ao trabalho e o senso de economia” (AMADO, 2012, p. 150). Não lhe pedia nada, não lhe cobrava presentes, dinheiro, perfumes ou joias – como o fazia Risoleta. Dava-lhe, porque queria, um brinco para as orelhas, um broche de dez tostões para o peito, cortes de fazenda vagabunda, um par de chinelos, lembranças baratas, algumas nem lhe custavam nada, trazia da loja do tio. “Entregava-lhe à noite, ela enternecia-se, agradecia-lhe humilde, beijando-lhe a palma da mão num gesto quase oriental” (AMADO, 2012, p. 151). Era uma mulher perfeita à sua gula, à sua *macheza* e, especialmente, à sua mesquinharia.

Nesse ponto, a diferença de Gabriela às demais mulheres da narrativa começa a se destacar: Sinhazinha e Malvina, assim como as demais *mulheres de família*, eram luxuosas, bem vestidas, perfumadas, viviam em palacetes, como se pode atestar em várias passagens do texto; por sua vez, Glória vivia rodeada em luxos oferecidos por Coriolano Ribeiro – perfumes, empregada, boa casa, boas roupas, comida farta. A esses luxos estava presa, independentemente do coronel e dos favores sexuais a que tinha de servi-lhe. Gabriela, por sua vez, era uma mulher humilde, que nada cobrava em troca de sexo ou de amor. Se o fazia, fazia por vontade, por desejo, por puro instinto pessoal particular.

De volta à história, a presença de Gabriela todos os dias no bar para entregar a Nacib o almoço e os doces e salgados para vender começara a tornar-se um atrativo à freguesia masculina. Nacib não se importara a princípio: “Como ia se importar se a presença dela era mais uma atração para a freguesia? [...] Afinal que lhe importava se era ela apenas sua cozinheira, com quem dormia sem nenhum compromisso” (AMADO, 2012, p. 150).

Gabriela, na hora do almoço, os chinelos arrastando-se no chão, os cabelos amarrados com uma fita, o rosto sem pintura, as ancas a dançar...

Afirma Falci (2006, p. 241) que existe uma dificuldade muito grande em se saber mais a respeito de mulheres sertanejas pobres e livres como Gabriela. Não deixaram inventários,

nem registros escritos de suas vidas – porque, em sua maioria, eram analfabetas. O retrato de Gabriela talvez ajude a ilustrar um pouco esse vácuo na história da mulher no Brasil; através de sua imagem, podemos saber um pouco mais como eram, pensavam e se comportavam as sertanejas pobres do nordeste brasileiro.

Retomando a história... na hora de ir ao bar entregar o almoço de Nacib era sua hora de passeio... e como gostava de atravessar as ruas, sob o sol, com a marmitta na mão! Como gostava de andar entre as mesas, de ouvir as palavras, de sentir os olhos carregados de intenções – menos dos velhos! Nem das propostas de casa montada feitas por coronéis.

Gostava de ser olhada e de se sentir festejada e desejada. “Era como uma preparação para a noite, deixava-a como que envolta numa aura de desejo, e nos braços de Nacib ela revia os moços bonitos: seu Tônico, seu Josué, seu Ari, seu Epaminondas, caixeiro de loja. [...]” (AMADO, 2012, p. 182).

Com isso, podemos compreender um pouco mais a respeito da personalidade de Gabriela e sua diferença em relação às demais mulheres da trama: primeiro, o fato de Gabriela deitar-se com homem fora do casamento e não ver nenhum problema nisso a diferencia completamente de mulheres como Malvina, Sinhazinha, Iracema, Celestina, das solteironas ou das demais esposas como dona Olga ou a mulher do dr. Demóstenes; segundo, marca-se também sua diferença em relação à Glória, posto que ela não estava interessada em homens ricos e velhos; sexo para Gabriela deveria ser motivado pelo desejo, por sentimento, pelo querer e não pelos interesses.

Note-se, também, a questão da liberdade de ir e vir de Gabriela. Conforme dito nos capítulos anteriores, era comum impor-se às mulheres sua reclusão no ambiente do lar, imposição essa levada a cabo inclusive por Coriolano em relação à sua rapariga Glória. Gabriela, uma vez que livre de qualquer laço de relacionamento com Nacib ou respeito para com a honra e o nome de sua família – Gabriela sequer tinha sobrenome – tinha a liberdade de ir e vir, de flertar com diferentes homens, de usar roupas despojadas. No entanto, é importante salientar que essa liberdade de Gabriela não a aproximava da condição de prostituta. Não era Gabriela uma prostituta. Era uma mulher do povo, cozinheira, livre em seu modo de ser e de pensar, alheia ao conjunto moral que impunha uma série de regras às mulheres da época.

Andando por entre as mesas, um lhe dizia um galanteio, outro lhe fitava com olhos súplices, o Doutor batia-lhe palminhas na mão, chamando-a de *minha menina*. “Ela sorria para uns e outros, parecia uma criança não fossem as ancas soltas. Uma súbita animação percorria o bar, como se a presença de Gabriela o tornasse mais acolhedor e íntimo”

(AMADO, 2012, p. 141). Por baixo do balcão, Nacib a beliscava, passava a mão sob as saias, tocava-lhe os peitos. Gabriela ria, era gostoso.

Mas, com o passar do tempo, começara Nacib a se atentar para o perigo que representava essas idas dela ao Vesúvio: os galanteios masculinos; as propostas de trabalho, de bons salários; as propostas do juiz de casa montada, dos coronéis de plantações de cacau, dinheiro e boa vida. Alegrara-se, a princípio,

[...] interessado nos vinténs a mais das rodadas repetidas, sem pensar no perigo dessa tentação diariamente renovada. Impedi-la de vir não devia fazê-lo, deixaria de ganhar dinheiro. Mas era preciso trazê-la de olho, dar-lhe mais atenção, comprar-lhe um presente melhor, fazer-lhe promessas de novo aumento (AMADO, 2012, p. 151).

Essa era, por certo, uma tentativa de Nacib de tentar lidar com Gabriela, julgando-a conforme os esquemas que já havia apreendido em relação às demais mulheres. Entendia Nacib que Gabriela, uma vez mulher pobre, do povo, deveria ser tão interesseira quanto Risoleta ou Glória, por exemplo, dominável através de bens materiais. Não entendia que, embora recebesse propostas das mais *tentadoras*, os anseios de Gabriela passavam longe de necessidades desse tipo.

A verdade é que sentia medo de perdê-la, de a qualquer momento ela ceder à pressão e à tentação de uma daquelas propostas e deixá-lo. Como viver sem Gabriela?

Mas o que sentia por ela? A verdade é que “[...] jamais poderia querer assim, tanto desejar, tanto necessitar sem falta, urgente, permanentemente, uma outra mulher, por mais branca que fosse, mais bem-vestida e bem tratada, mais rica ou bem casada” (AMADO, 2012, p. 152). Note-se aí quais os requisitos que deveriam uma mulher preencher para habilitar-se à conquista de um homem.

Mas o que realmente sentia por Gabriela? Não era ela uma simples cozinheira, mulata bonita, cor de canela, com quem deitava por desfastio? Ou será que não era tão simples assim?

Paixão... Amor... Lutara contra aquelas palavras durante dias e dias, a pensar na hora da sesta. Não querendo medir a extensão dos seus sentimentos, não querendo encarar de face a realidade das coisas. Pensava ser um xodó, mais forte que os outros, mais longo de passar” (AMADO, 2012, p. 179).

Por que não queria amá-la? Por que não aceitava admitir a paixão que já sentia por Gabriela? A resposta era simples: por ser “cozinheira, mulata, sem família, sem cabaço, encontrada no 'mercado de escravos'” (AMADO, 2012, p. 180). Em outras palavras, não era virgem, requisito fundamental às moças casadoiras da época, era

pobre, sem nome, sem herança... não tinha os refinamentos de moças como Malvina, não tinha coqueirais como Sinhazinha, tampouco um nome de família como Jerusa. *Não servia para casar.*

Embora considerasse isso, não podia negar que tinha um tenebroso medo de perdê-la. Começara por dar-lhe presentes, um, dois por semana:

Cortes para vestidos, frascos de perfume, lenços para a cabeça, caramelos do bar. Mas que valia tudo aquilo ante as propostas de casa montada, de vida de luxo, sem ter de trabalhar, uma vida como a de Glória gastando nas lojas, vestindo-se melhor que muita senhora casada com marido rico? Era preciso oferecer-lhe algo superior, alguma coisa maior, capaz de tornar irrisória as ofertas do juiz, de Manuel das Onças, agora também de Ribeirinho, subitamente sem Anabela” (AMADO, 2012, p. 180).

Nacib, assim como Clemente, não conseguia compreender que para Gabriela nada disso fazia diferença – nem a riqueza, muito menos o casamento. E foi assim pensando que chegou à ideia de casamento. Note-se que ele não pensou, por certo, em Gabriela, no que ela queria, pensava ou sentia; pensou apenas em si e em seus próprios sentimentos, em seu desejo de posse, em seu ciúme desmedido. Foi egoísta – e, talvez, esse egoísmo tenha sido o real motivo de perdê-la futuramente. Nacib, sem dúvida, subjugava Gabriela: uma vez que mulher, mulata, analfabeta, retirante, pobre, ela não teria, a seu ver, consciência suficiente para decidir sobre sua própria vida. Ele nunca conseguiu (nem se interessou por) entender as coisas sob o ponto de vista de Gabriela.

5.5 Gabriela na berlinda

Dona Arminda e Gabriela, no quintal a conversar... enquanto a mulata brincava com um gato vadio do morro, quase selvagem, dona Arminda lhe dizia algumas *verdades*.

– [...] você é mais tola do que eu pensava. Seu Nacib podendo lhe dar de um tudo... Tá rico seu Nacib! Se pedir seda, ele dá; se pedir moleca pra ajudar no trabalho, ele contrata logo duas; se pedir dinheiro, é o dinheiro que quiser, ele dá
 – Preciso não... Pra quê?
 – Você pensa que vai ser bonita a vida toda? Se não aproveitar agora, depois é tarde. Sou capaz de jurar que você não pede nada a seu Nacib. Não é mesmo?
 – Pra ir ao cinema quando a senhora vai. Que mais vou pedir? (AMADO, 2012, p. 163).

Dona Arminda representava a normativa social dizendo a Gabriela como seria a maneira correta de agir e se portar diante da situação vivenciada com Nacib. Sua fala nada

mais é que a manifestação de um discurso corrente, da lógica em curso naquela sociedade a qual pregava que Gabriela deveria aproveitar-se da situação, conseguir dinheiro e garantir seu futuro, usurpando de Nacib todos os vinténs que pudesse dele arrancar.

– Tudo! Tudo menina, tudo que quiser que ele dá. – Baixava a voz num sussurro. – Se você souber fazer, ele pode até casar com você...
– Casar comigo? Por quê? Precisa não, dona Arminda, por que vai casar? Seu Nacib é pra casar com moça direita, de família, de representação. Por que havia de casar comigo? Precisa não... (AMADO, 2012, p. 163).

Há que se notar, porém, que Gabriela não era de um todo alheia à lógica social. É errado pensar que ela simplesmente ignorava as regras, que não sabia o modo normativo de se portar e ser. Senão, vejamos, ela compreendia que Nacib, uma vez que homem, branco, de boa posição social e detentor de certas posses, para a lógica daquela sociedade, deveria sim se casar, mas com uma moça como Malvina, por exemplo; uma moça *direita, de família e representação*, o que, em absoluto, era seu caso: “cozinheira, mulata, sem família, sem cabaço, encontrada no ‘mercado de escravos’” (AMADO, 2012, p. 180). Para ela, “Seu Nacib era para casar com moça distinta, toda nos trinques, calçando sapato, meia de seda, usando perfume. Moça donzela, sem vício de homem” (AMADO, 2012, p. 165). Para si mesma, ela só serviria para cozinhar, arrumar casa, lavar roupa, “com homem deitar” (AMADO, 2012, p. 165) – mas não qualquer homem!

Não velho e feio, não por dinheiro. Por gostar de deitar. Clemente na estrada, Nhozinho na roça, Zé do Carmo também. Na cidade Bebinho, moço estudante, casa tão rica! Vinha mansinho, na ponta dos pés, com medo da mãe. Primeiro de todos, ela era menina, foi mesmo seu tio. Ela era menina, de noite seu tio, velho e doente (AMADO, 2012, p. 165).

Gabriela definitivamente é uma personagem chocante. Seus modos e sua lógica contrastam com qualquer linearidade conceitual das demais personagens – bem como dos leitores. O que seria *lógico* em relação à informação de que seu tio a estuprou quando ainda menina? O *óbvio* seria que Gabriela o odiasse, lhe guardasse rancor pela agressão sofrida. Porém, não. Embora tenha sido abusada sexualmente pelo tio, contra ele não guardava nenhuma mágoa ou revolta: “Coitado do tio, lhe batia em pequena. Se meteu em sua cama, ela ainda menina. A tia arrancava os cabelos, xingava nomes, ele a empurrava, lhe dava tabefes. Mas não era ruim, era pobre demais, não podia ser bom.” (AMADO, 2012, p. 204).

– E você não tem vontade de ser uma senhora, mandar numa casa, sair de braço com seu marido, vestir do bom e do melhor, ter representação?

– Era capaz de ter de calçar sapato todo dia... Gosto não... De calçar sapato. De casar com seu Nacib, era até capaz de gostar. Ficar a vida toda cozinhando pra ele, ajudando ele... [...] Mas qual, seu Nacib tem mais que fazer. Não vai querer casar com uma qualquer como eu, que ele já encontrou perdida... Quero pensar nisso não, dona Arminda. Nem que ele fosse maluco” (AMADO, 2012, p. 163-164).

É interessante perceber que o sonho matrimonial nutrido, na maioria das mulheres, desde a infância, não tinha a menor repercussão em Gabriela. E o que geralmente está em pauta para elas? O marido, a festa, os futuros filhos, a futura casa etc. Gabriela, por sua vez, se atentava a um detalhe quiçá esdrúxulo do ponto de vista desse sonho velado: o uso de sapatos. O que torna ainda mais esdrúxulo esse detalhe, se partirmos do ponto de vista das *mulheres de família* é que, para elas, o uso de sapatos era algo normal, corriqueiro, comum à própria constituição feminina. Não era o caso de Gabriela, porém. Em sua simplicidade, o uso de sapatos era algo estranho, que não fazia parte de seu cotidiano, nem de sua constituição enquanto *mulher*.

Por outro lado, a ideia do casamento de um todo não lhe desagradava; não pelo que lhe diz dona Arminda – ficar rica, vestida de seda, com empregada em casa –, mas por garantir uma vida inteira ao lado de Nacib, cozinhando para ele, ajudando-o. Sonho parecido com o de Malvina, quando ela se imaginava com Rômulo no Rio de Janeiro; no entanto, se esta ajudaria Rômulo, servindo-lhe de secretária, o faria como forma de *pagamento* pela liberdade conseguida. Gabriela, por sua vez, tinha um desejo gratuito; queria ajudar Nacib pelo simples gostar que por ele nutria, por desejar-lhe bem, pela mera alegria de servir-lhe.

– Pois eu lhe digo, minha filha: é só você querer, saber levar as coisas com jeito, dando e negando, deixando ele com água na boca. Ele já anda assustado. Meu Chico me contou que o juiz fala em botar casa pra você. Ele ouviu seu Nhô-Galo dizer. Seu Nacib anda com o coração na mão
– Quero não... – Morria o sorriso em seus lábios. – Gosto dele não. Velho sem graça esse tal de juiz (AMADO, 2012, p. 164).

Gabriela não caía nos braços de Nacib por outro motivo que não os sentimentos verdadeiros que nutria pelo árabe. Fora o mesmo com os demais homens com quem estivera... Claro, para Gabriela, o principal não eram os sentimentos românticos, como *o amor mais eterno que a eternidade* de Josué por Malvina, amor cantado em versos, amor de palavras. Seus instintos, sua necessidade carnal muitas vezes falava mais alto. Era bom estar com um homem, brincar com ele na cama:

Gostava de dormir nos braços de um homem. Não de qualquer. De moço bonito, como Clemente, como Tônico, como seu Nilo, como Bebinho, ah! como seu Nacib. Se o moço também queria, se a olhava pedindo, se sorria para ela, se a beliscava, por

que recusar, por que dizer não? Se estavam querendo, tanto um como o outro? Não via por quê. Era bom dormir nos braços de um homem, sentir o estremeamento do corpo, a boca a morder, num suspiro morrer (AMADO, 2012, p. 283).

Mas, sem dúvida, Nacib era diferente para ela.

Seu Nacib era bom, melhor não podia ser, no mundo não havia. Gostava dela, bem-querer de verdade, loucura de amor. Um homem tão grande, dono de bar, com dinheiro no banco. E doido por ela... Era engraçado! Os outros, todos os outros, não era amor, só queriam com ela dormir, apertá-la em seus braços, beijar sua boca, suspirar em seu seio. Os outros, todos os outros, sem exceção. Velhos ou moços, bonitos ou feios, ricos ou pobres. Os de agora, os de antes, todos os outros. Sem exceção? Menos Clemente. Bebinho talvez, mas era um menino, que sabia de amor? Seu Nacib, ah! esse sabia de amor. Também ela sentia por ele uma coisa por dentro, diferente da que sentia por todos os outros. Como todos os outros, sem exceção, nenhuma exceção, nem mesmo Clemente, nem mesmo Bebinho, era só para dormir. Quando pensava num moço, para ele se ria, Tônico ou Josué, Epaminondas, Ari, só pensava em tê-lo na cama, em seus braços gemer, morder sua boca, seu corpo fruir. Por seu Nacib sentia tudo isso também e mais do que isso: dele gostava, de ficar junto, de ouvi-lo falar, de cozinhar comida picante para ele comer, de sentir sua perna na anca, de noite. Dele gostava na cama para aquilo que na cama se faz em vez de dormir. Mas não só na cama nem só para isso. Para o resto também. E, para o resto, só dele gostava. Para ela seu Nacib era tudo: marido e patrão, família que nunca tivera, o pai e a mãe, o irmão que morrera apenas nascido. Seu Nacib era tudo, tudo que possuía” (AMADO, 2012, p. 259-260).

Muitos eram os homens que lhe queriam conquistar, montar-lhe casa – como ocorrera com Glória –, dinheiro lhe ofereciam. Gabriela não queria. Até o coronel Manuel das Onças um dia lhe falou:

– [...] se quiser posso lhe dar de um tudo, casa decente, empregada, conta aberta na loja. Gosto da estampa da menina”. (AMADO, 2012, p. 164).
 – Quero não, o senhor me adesculpa. Não é por nada, não me leve a mal. Tou bem aqui, não me falta nada [...]” (AMADO, 2012, p. 164.)

E o que tinha com Nacib? Fazendas vagabundas e presentes de dez tostões; um quintal com goiabas e pitangas, os elogios dos homens do bar e seu Nacib em sua cama a noite com quem se enroscava e sonhava com os demais que lhe galanteavam durante o dia. Tinha amor. Que mais precisava? Era feliz, a seu modo.

Soa estranho, por certo, o comportamento de Gabriela; parecia tão diferente das mulheres de sua época... E era: era diferente de Malvina – a *moça de família*, virgem, séria, intocada, que vislumbrava no casamento a grande libertação de sua vida –, de Sinhazinha – a *dama da sociedade*, tão recatada, resguardando a sua moral e o nome do marido –, de Glória – a *manceba de coronel*, que passava por cima de seus próprios sentimentos em nome de seu

interesse monetário –, de Risoleta – a *prostituta*, interesseira e dengosa, que tudo fazia para arrancar mais dinheiro de seus homens.

Mas a verdade é que de um todo não era estranho o comportamento de Gabriela quando paramos de tentar enquadrá-la nos parâmetros normativos da elite branca e passamos a investigar a realidade social das ditas *mulheres do povo* (Amado, 1981).

Cecília Soares (2001), em seu estudo a respeito das mulheres negras de Salvador no século XIX, revela que a presença dessas mulheres em locais públicos, embora fosse uma ocorrência natural, afinal, elas desempenhavam relevantes papéis sociais naquela metrópole, quase sempre seus comportamentos e atitudes eram vistos como inoportunos ou mesmo extravagantes para a mentalidade senhorial e patriarcal vigente. Era essa mentalidade senhorial e patriarcal que impunha às mulheres da elite branca se portarem de modo mais recatado, porém, à mulher negra

Devido a sua forma de inserção na sociedade escravista, foi negada a sua condição precípua de mulher, tornando-a, dessa maneira, apenas mais uma mercadoria senhorial. O cotidiano da mulher negra no mundo dos homens, no entanto, impunha procedimentos que visava a autoproteção e luta pela sobrevivência”(SOARES, 2001, p. 35).

Embora as situações analisadas por Cecília Soares (2001) remontem o período oitocentista, as vivências por ela analisadas ajudam a melhor “compreender as experiências de vida das mulheres negras que descobriram, no espaço público, uma forma particular de preservar sua identidade, sua vida social e condições para prover seu próprio sustento” (SOARES, 2001, p. 36). Segundo a autora, até que pudessem desempenhar outras atividades socialmente reconhecida, as ocupações mais comuns às negras baianas eram ocupações informais – como lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, costureiras etc. – o que, como afirma, acabava por modelar “uma personalidade própria de mulheres ousadas, resplendosas, barulhentas e espertas” (SOARES, 2001, p. 36). Não era esse o caso de Gabriela: simples, pobre, humilde, humilhada.

As investigações a respeito do cotidiano das mulheres negras na Bahia apontam, afirma a autora, que, se elas não eram totalmente donas de seus destinos, conquistavam certos papéis sociais através de sua astúcia, pelas brechas deixadas pela escravidão, “fazendo emergir, a partir daí, vidas autônomas, conflitos, revoltas e algumas conquistas” (SOARES, 2001, p. 36).

A liberdade sempre foi o objetivo de vida dessas mulheres; seu trânsito facilitado pelas ruas das cidades criava as condições indispensáveis para construírem um espaço próprio no

qual a afetividade e sociabilidade eram formadas. “Mas, nesse espaço, também eram comuns os litígios, as desavenças pessoais que, não raro, explodiam em cenas violentas que acabavam nos tribunais” (SOARES, 2001, p. 36).

Citando Roberto da Matta, Cecília Soares (2001) afirma que a rua sempre representou o principal palco da vida da cidade; por esse motivo, era considerada, pelos homens brancos da elite, um ambiente perigoso, especialmente às mulheres brancas; um espaço povoado por negros, desqualificados sociais, pobres, desamparados.

Essa talvez seja a explicação mais plausível do porquê de as mulheres não poderem circular sozinhas pelas ruas: não era apenas uma questão moral, como afirmara outros autores outrora citados; tratava-se de um controle e um cuidado sobre as mulheres, vistas como mais frágeis e vulneráveis. A rua também era temida porque era um espaço sobre o qual o disciplinamento perdia sua força. Por outro lado, retomando Foucault em *Vigiar e Punir* (1987), o controle disciplinar só se efetivava a partir de certas técnicas; uma delas, o controle espacial.

Antes de avançar nessa colocação, é importante deixar claro o que é disciplina.

Para tanto, é importante compreender algumas especificidades da analítica de Foucault; a principal delas, a *concepção não-jurídica do poder*. Segundo Machado (1979), com essa concepção, Foucault quis dizer que é impossível dar conta do poder se ele for caracterizado como um fenômeno basicamente circunscrito na dimensão da lei ou da repressão. O objetivo de Foucault, com isso, é demonstrar que o poder e suas relações não ocorrem apenas no nível do direito e da violência. Para ele, é, pois, falso definir o poder como algo que sempre *diz não*, que apenas castiga e impõe limites. É um erro pensar o poder de modo negativo, identificando-o com o Estado, considerando-o como aparelho de pura repressão, que apenas viola e oprime os cidadãos (Brugge, 2010). Se assim o fosse, jamais ele seria plenamente e eternamente obedecido. “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 08). O poder deve, portanto, ser considerado, para além de uma ideia de uma instância negativa que tem por função a repressão pura, como uma rede produtiva a qual atravessa toda a sociedade.

Em contrapartida a essa *perspectiva negativa do poder*, a qual identifica o poder como mera repressão, Foucault propõe uma *concepção positiva*²⁰ com a qual pretende demonstrar que a

20 Vale ressaltar que, neste sentido, o termo *positivo* está subtraído de juízo moral. Ele deve ser entendido em termos de tecnologia empregada, de eficácia produtiva.

dominação capitalista não poderia se sustentar caso estivesse exclusivamente calcada na repressão social. Em poucas palavras, para Foucault o poder é altamente produtivo: tem força de produtividade de corpos, de sujeito, de realidade, de verdade. “E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (FOUCAULT, 1979, p. 16). Nesse sentido, é correto afirmar que, para Foucault, o sujeito é um produto, um efeito das práticas de saber e de poder por ele atravessadas.

Todavia, devemos ter o cuidado de não tomarmos a análise de Foucault sobre o poder como geral e englobador, visto que essa análise é fruto de suas investigações sobre um objeto delimitado (Brugge, 2010).

Quando Foucault começou a formular explicitamente a questão do poder foi para dar prosseguimento à pesquisa que realizava sobre a história da penalidade. Colocou-se então o problema de uma relação específica de poder sobre os indivíduos enclausurados que incidia sobre seus corpos e utilizava uma tecnologia própria de controle. E essa tecnologia não era exclusiva da prisão, encontrando-se também em outras instituições como o hospital, o exército, a escola, a fábrica (MACHADO, 1979, p. 16-17).

A essa específica forma de poder, a esses métodos que permitem o controle das mínimas operações do corpo e que implantam a sujeição constante das forças em uma relação de docilidade-utilidade, Foucault chamou de *disciplina* (Foucault, 1987).

Segundo Machado (1979, p. 17), a disciplina consiste em

[...] uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder [...]. É o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista.

Constam de técnicas sempre minuciosas, por vezes ínfimas, mas que definiram o modo como o corpo dos homens foi politicamente investido e que, desde o século XVIII, não cessaram de ganhar campos cada vez mais vastos, expondo sua tendência a cobrir todo o corpo social (Foucault, 1987). A disciplina se apresenta como

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles, entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea” (FOUCAULT, 1987, p. 120).

Técnicas astuciosas, que operam até durante o sono e dão um sentido ao insignificante... A disciplina é, umas poucas palavras, uma anatomia política do detalhe (FOUCAULT, 1987).

O conceito de disciplina foi minuciosamente explorado por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*. Nesse livro, ele buscou demonstrar como, a partir dos séculos XVIII e XIX, houve um verdadeiro desbloqueio tecnológico da produtividade do poder (Brugge, 2010). As monarquias da Época Clássica desenvolveram grandes aparelhos de Estado (como o exército, a polícia e a administração local) e instauraram uma *nova economia de poder*, isto é, procedimentos que permitiam fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e *individualizada* em todo o corpo social (FOUCAULT, 1979, p. 08).

As técnicas disciplinares mostraram-se muito mais eficazes no controle social ao mesmo tempo que menos dispendiosas economicamente, menos aleatórias em seus resultados e menos suscetíveis de fugas ou resistências em relação às técnicas até então utilizadas, as quais repousavam em uma mistura de tolerância (mais ou menos forçada) e de cara ostentação (FOUCAULT, 1979).

Como principal objetivo, a disciplina visa o aumento do domínio de cada indivíduo sobre si (Foucault, 1987). Ela não funciona meramente como impedimento aos homens do exercício de suas vontades, mas como forma de gerenciamento de suas vidas, a fim de aprimorá-los e controlá-los para que possam melhor servir. Ainda segundo Foucault (1987, p. 143), “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo”. Em outras palavras: o objetivo do poder disciplinar é o de produzir *corpos dóceis*, cujas forças de trabalho estejam potencializadas, através de uma máxima utilidade econômica, ao passo que suas capacidades de revolta e de questionamento sejam neutralizadas, estabelecendo um controle de ordem política. Nas palavras de Foucault, “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

O corpo, a partir de então, passou a ser constituído por uma maquinaria de poder que o esquadrihava, o desarticulava e o recompunha. A disciplina é, desse modo, uma anatomia política do corpo.

[...] uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia de se determinar. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’ (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Entretanto, como ressalta o próprio Foucault, em qualquer modo de organização social, o corpo é atravessado por relações de poder que lhe impõem obrigações, limites ou proibições. Mas existem características que são próprias e inauguradas pelo controle disciplinar. Primeiramente, a escala do controle: na lógica do disciplinamento, não se trata de cuidar da massa dos corpos, a grosso modo, como se o coletivo fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhar a minuciosidade do detalhe, de exercer sobre cada indivíduo, um a um, uma coerção, sem folga, focando as minúcias de seus movimentos, gestos, atitudes, rapidez. Trata-se, pois de um poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Em segundo lugar, o objeto do controle:

Não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coerção se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é o exercício. (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Por fim, a modalidade: “implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Quanto às características básicas da disciplina e como estas convergem ao *bom adestramento* dos indivíduos, a primeira delas diz respeito à organização e distribuição dos indivíduos pelo *espaço*. A disciplina se caracteriza como uma técnica de distribuição dos indivíduos a partir de sua inserção em um espaço individualizado, classificatório, combinatório, esquadrinhado e hierarquizado. Exige o isolamento do indivíduo em um espaço fechado, que seja capaz de exercer funções distintas, segundo um objetivo específico que dele se espera (Brugge, 2010). Tal organização espacial tem por objetivo criar um espaço individual, celular impedindo a formação de grupos e as ações coletivas. Objetiva-se criar um espaço útil, mas também capaz de desarticular as comunicações perigosas; um espaço que possibilite a vigilância e que anule os efeitos das repartições indecisas e o desaparecimento dos indivíduos. O espaço disciplinar constitui-se, portanto, em uma:

Tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar (FOUCAULT, 1987, p. 123).

Essa disposição arquitetônica serve ao *bom adestramento* humano, uma vez que viabiliza a *vigilância hierárquica*. Como afirma Foucault (1987, p. 143),

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.

Necessita-se, portanto, de um espaço que não sirva propriamente à vigilância do seu exterior, como ocorria com a construção das fortalezas; nem tampouco um espaço voltado à contemplação, como é o caso os palácios. Deseja-se construir um espaço cuja vigilância esteja voltada ao seu funcionamento interno; um espaço que torne visível a tudo e a todos que dentro dele estejam. Nas palavras de Foucault (1987, p. 144):

[...] uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos; agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos de poder, oferecê-los um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conheável.

A disciplina pressupõe, portanto, uma vigilância permanente e perpétua; que se exerça em todos os lugares e que não tenha limites. Um olhar indiscreto a que tudo vê, mas que nunca é visto. Entretanto, esse olhar da disciplina só poderia se concretizar em grandes meios de confinamento – aparelhos como a fábrica, a escola, o hospital, o lar. Por esse motivo, o espaço da rua era algo tão verdadeiramente perigoso porque difuso, descontrolado, longe de um perfeito domínio como se poderia estabelecer nos meios de confinamento. Nesse sentido, o espaço da rua tornou-se limitado à circulação das mulheres – que, então, eram um dos principais alvos do poder patriarcal. Para controlá-las e vigiá-las, para mantê-las dentro da ordem estabelecida, era necessário seu confinamento no lar e a circulação limitada, sempre acompanhada de algum homem da família, a fim de garantir sua não deserção.

A segunda característica do poder disciplinar diz respeito ao controle do *tempo*, ou seja, a disciplina estabelece uma relação de sujeição do corpo, a fim de produzir o máximo de eficácia no mínimo de tempo. Dessa forma, o mais almejado não é propriamente o resultado de uma ação e sim o seu desenvolvimento; e esse controle da operação do corpo é realizado

através da elaboração temporal da ação, da correlação do gesto com o corpo que o produziu e através da articulação do corpo com o objeto manipulado (Machado, 1979). Esse controle do tempo pressupõe alguns procedimentos

[...] horário (atividades regulares afinadas em minutos), elaboração temporal do ato (ajustar o corpo aos imperativos temporais), correlação entre o corpo e os gestos (o corpo disciplinado favorece um gesto eficaz), articulação do corpo com os objetos, utilização exaustiva do tempo (CASTRO, 2009, p. 112).

A terceira característica, apontada por Foucault, a respeito da disciplina é a *organização das gêneses*, ou seja, uma divisão do tempo em segmentos, de forma a produzir uma seriação das atividades sucessivas; uma imposição de tarefas repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas ao corpo.

Por fim, a quarta característica é a *composição das forças*, que se dá através de uma articulação e localização dos corpos, da combinação das séries cronológicas e do desenvolvimento de um sistema preciso de mando (Castro, 2009). Em resumo, como explica Foucault (1987):

Para o bom “adestramento” humano, além da vigilância, o poder disciplinar se utiliza também da *sanção normalizadora*, ou seja, micropenalidades para qualquer transgressão a qualquer norma. Dessa forma, tudo o que sai do padrão previamente estabelecido é punido, penalizado. Toda conduta é encaixada em um grupo classificatório: bom ou mau, correto ou errado etc., contudo, diferentemente do processo penal, a disciplina visa à correção e às punições que atuam como exercício.

E, ademais da sanção, para se *bem adestrar* o indivíduo, a disciplina impõe o *exame*. Ele está no centro dos processos que produzem os sujeitos enquanto efeito e objeto do poder e do saber. Constitui-se em uma técnica que, combinada à vigilância hierárquica e à sanção normalizadora, “realiza as funções disciplinares de repartição, classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões” (FOUCAULT, 1987, p. 160). Trata-se de uma forma de classificar, punir e corrigir e está presente em praticamente todos os regimes disciplinares. Como explica Castro (2009, p. 112),

No exame se investe a economia da visibilidade no exercício do poder, o indivíduo ingressa em um campo documental, cada indivíduo se converte em um caso (a individualidade tal como se pode descrevê-la). À diferença de outras técnicas de poder, encontramos uma individualização decrescente. O exame é a forma ritual da disciplina.

É nesse contexto que o sujeito moderno emergiu, atravessado por essas relações de saber e de poder; esquadrihado e reconstituído; controlado e trabalhado em suas ínfimas operações; observado pelo *olho do poder*, um olho uno que a tudo enxerga, mas que por ninguém pode ser visto. Um sujeito que deve se controlar, pois que pode estar sendo vigiado; que trabalha ao máximo, mas contesta minimamente; excitado para a produção; desarticulado para qualquer forma de resistência. Um corpo dócil, enfim. Esse é o perfil do sujeito que as disciplinas e seus aparelhos institucionais – escola, fábrica, prisão, exército, hospitais, família etc. – objetivavam e produziram (Brugge, 2010).

Cabe fazer, porém algumas ressalvas: Foucault analisa uma dada realidade, em um dado período datado: a França do século XVII e XVIII.

A realidade brasileira se mostra, porém, em muitos pontos, bem mais complexa. Em terras brasileiras, por conta do tipo de colonização que tivemos, das muitas culturas que por aqui desembarcaram, da extensão geográfica e populacional do país, das misturas raciais e culturais emergiram por aqui tipos de sujeitos que em nada têm a ver com esse sujeito disciplinado que Foucault descreveu. Como enquadrar os coronéis, Nacib, o Capitão e o Doutor nessas categorias foucaultianas? Que dirá Tônico, um malandro *tipicamente brasileiro*? Claro que não podemos desprezar completamente o legado de Foucault na compreensão da subjetivação dos sujeitos na Modernidade, mas é sempre importante não perder de vista as especificidades de nossa cultura local.

Dito isso, retomando as colocações de Cecília Soares (2001), afirma a autora que as mulheres negras que viviam nas ruas estavam suscetíveis a violências e a agressões relacionadas ao gênero, cor e classe. A isso elas respondiam com valentia, enfrentando situações difíceis. “Ousadia e agressividade eram procedimentos necessários para enfrentar a opressão social, o racismo, o patriarcalismo, enfim, as enormes dificuldades da vida, podendo contra ou não com a ajuda de aliados” (SOARES, 2001, p. 36). Agiam a fim de se defenderem e na tentativa de preservarem sua autonomia nos espaços onde atuavam socialmente. Por esse comportamento, muitas foram vistas como agentes de desordem e, por isso, punidas.

Gabriela, porém, não utilizava de agressividade para melhor circular nos espaços públicos. Usava da malevolência para melhor passar pelas muitas situações de adversidade que se colocavam para ela: envolveu-se com Clemente para sofrer menos as agressividades da seca, na caminhada dos retirantes; engabelou Nacib e conseguiu ir-se ao circo, no episódio da apresentação do negrinho Tuísca no circo da cidade; engabelou os bêbados das ruas de prostituição de Ilhéus, maliciosamente, no episódio do quase assassinato do coronel

Aristóteles por Fagundes. Era com jogo de cintura que passava pelas muitas situações adversas que encontrava.

5.6 A senhora Saad ou de como Gabriela foi desaparecendo

Embora o medo do que diriam seu tio, sua tia, sua irmã e seu cunhado engenheiro-agrônomo de boa família, os Ashcar – seus parentes ricos, senhores de terra, influentes em Itabuna – os amigos do bar – Mundinho Falcão, Amâncio Leal, Melk Tavares, o Doutor, o Capitão, dr. Maurício, dr. Ezequiel – e a cidade como um todo, Nacib pensava em casamento. Sabia que diriam que “Casamento era com senhorita prendada, de família conhecida, de enxoval preparado, de boa educação, de recatada virgindade” (AMADO, 2012, p. 208), mas seu sentimento era por Gabriela.

João Fulgêncio, ao saber da novidade do amigo, parabenizou-o pela decisão de casar-se com Gabriela, considerava um gesto de grande nobreza, de homem civilizado (AMADO, 2012), mas, no fundo, estava preocupado. Fulgêncio era a voz dos novos ideais, da nova normativa que aos poucos ia se tornando hegemônica naquela sociedade; era também uma voz consciente, moderna, sensata e regrada. Talvez fosse o único que conseguisse compreender, até certo ponto, Gabriela. Em uma metáfora, tentou explicar a Nacib sua preocupação:

“– Tem certas flores, você já reparou? Que são belas e perfumadas enquanto estão nos galhos, nos jardins. Levadas pros jarros, mesmo jarros de prata, ficam murchas e morrem.” (AMADO, 2012, p. 210).

Gabriela, por sua vez, não sentia a menor necessidade de casamento e de todas aquelas formalidades. Estava feliz com o que tinha, com os vestidos de chita, as chinelas, os brincos, o broche, a pulseira. Dos sapatos não gostava, apertavam seus pés. Era feliz com o quintal, com a cozinha e com o fogão, com o quartinho onde dormia, com a alegria do bar e todos aqueles moços bonitos, homens delicados. Estava feliz com o negrinho Tuísca seu amigo, com seu gato conquistado ao morro. Estava feliz com seu Nacib: “era bom dormir com homem, mas não com homem velho por casa e comida, vestido e sapato” – como fazia Glória e Risoleta. Era bom dormir “Com homem moço, dormir por dormir, homem forte e bonito como seu Nacib” (AMADO, 2012, p. 165).

Mas muitas eram as propostas, os recados, bilhetinhos de amor a Gabriela enviados. “Ofereciam mirabolantes salários à incomparável cozinheira; casa posta, luxo das lojas à rapariga incomparável” (AMADO, 2012, p. 172). Tantos sonhavam em montar-lhe uma casa, tê-la como manceba. Outros, mais modestos, sonhavam em ter ao menos uma noite com ela.

Dona Arminda decretara que ela, ao recusar tantas propostas tentadoras, era uma tola. “Não devolvia os bilhetes, não era grosseira, agradecia as palavras de gabo. Mas a ninguém dava trela, jamais se queixava, nunca lhe pedira nada, recebia os presentes batendo as mãos, numa alegria” (AMADO, 2012, p. 180).

As muitas investidas dos homens e o não rechaço de Gabriela desesperavam Nacib, consumindo-o em temor e ciúmes. Queria guardá-la, prendê-la a ele para sempre.

Certo dia, trouxe-lhe um presente: um pássaro em uma gaiola. Se pensarmos no caráter literário desse presente, podemos perceber o quão ilustrativo ele é. Era isso que afinal queria fazer Nacib com Gabriela: prendê-la, como um pássaro, na gaiola de um casamento.

É comum a nós humanos queremos guardar para nós, egoistamente, aquilo que nos parece bom ou belo. É por isso que tiramos animais de seus *habitats* naturais e o prendemos em casa; é por isso que acumulamos riquezas; é por isso que até mesmo casamos e desenvolvemos um sentimento como o ciúme. O que é o ciúme se não uma forma de subtrair do outro a possibilidade de ser e viver aquilo que instintivamente tenha vontade? O ciúme, esse sentimento de posse, é a forma como nós humanos encontramos para tentar, desesperadamente, enquadrar o outro em nossas vontades, culpabilizando-o por nossos sofrimentos. E quem gosta de ser motivo de dor ao outro? Foi com seus ciúmes que Nacib conseguiu, até um certo limite, enquadrar Gabriela.

Quando Nacib partiu, Gabriela sentou-se em frente a gaiola e ficou a pensar... Seu Nacib era bom. Tinha ciúmes, era engraçado. Sorriu enfiando o dedo entre as grades, o pássaro assustado a fugir. “Ela não tinha, se ele sentisse vontade podia ir com outra. No princípio fora assim, ela sabia. Deitava com ela e com as demais. Não se importava. Podia ir com outra. Não pra ficar, só pra dormir” (AMADO, 2012, p. 183). Não entendia que mal fazia se Josué lhe tocava a mão, se seu Tônico – beleza de moço! – nas costas de Nacib beijava-lhe o cangote, se seu Epaminondas pedia um encontro e se seu Ari lhe dava bombons ou pegava em seu queixo. “Com todos eles dormia cada noite, com eles e com os de antes também, menos seu tio, nos braços de seu Nacib. Ora com um, ora com outro, o mais das vezes com o menino Betinho e com seu Tônico. Era tão bom, bastava pensar” (AMADO, 2012, p. 183).

Os instintos... esse é ponto mais marcante de Gabriela. Sua trajetória e suas reflexões inevitavelmente nos levam a pensar sobre valores típicos, não apenas daquela sociedade da década de 1920 descrita, mas da sociedade dos anos 1950-1960 quando o romance fora lançado, e mesmo a nossa sociedade contemporânea. Gabriela questiona esse *direito de posse* que estabelecemos sobre o outro quando nos relacionamos amorosamente com alguém; especialmente, o regime de posse que os homens estabelecem, tão duramente, sobre as

mulheres. Questiona também essa *coisificação do sujeito* que vivenciamos em nossa sociedade, a qual foi estabelecida, velada, aceita e defendida enquanto *verdade*. Questiona, por fim, o aprisionamento do sexo feminino e de sua vivência sexual.

Mas Nacib queria casar, amarrando para si, por todo o sempre, Gabriela. Gabriela só queria que seu Nacib não ficasse triste. Aceitou por fim o enlace matrimonial. Um problema sério, no entanto, teria de resolver: tamanho era o não enquadramento de Gabriela na ordem social vigente, que ela não tinha nem mesmo certidão de nascimento ou qualquer outro documento registro. Tônico, tão *bom amigo* que era, sob a única condição de que fosse o padrinho do matrimônio – na realidade pretendia, com isso, ter um passe livre para aproximar-se de Gabriela, sem chamar atenção de ninguém –, falsificou toda a documentação da moça.

O fato de Gabriela não ter documentação é um elemento alegórico da trama do romance que ilustra o quanto essa personagem estava fora da ordem social vigente. Não ter registro era uma forma de demonstrar o quanto que Gabriela se caracterizava como um indivíduo tangencial à normativa social.

Foi assim que *surgiu* Gabriela da Silva, nascida em Ilhéus. Primeiro enquadramento. Retomando a metáfora de Deleuze, o pião do go começou a se institucionalizar, a sofrer seu primeiro enquadramento; passo inicial para virar peça no xadrez da sociedade ilheense...

Documentos arranjados, casamento a ser realizado.

Segundo enquadramento: a vestimenta de Gabriela:

[...] vestida de fustão, enfiada em sapatos, com meias e tudo, até parecia filha de rico, de família abastada. Dona Arminda aplaudia:

– Não tem em Ilhéus quem chegue a teus pés. Nem casada, nem moça, nem rapariga. Não vejo nenhuma (AMADO, 2012., p. 202).

Mais um enquadramento: Nacib decide mandar Gabriela ao dentista, embora a história de Osmundo e Sinhazinha ainda lhe trouxesse recordações.

Quarto enquadramento: Nacib não queria mais Gabriela no bar.

Quinto enquadramento: “Desde que lhe falara em casamento, Nacib mandara Gabriela para a casa de dona Arminda. Não ficava bem ela dormindo sob o mesmo teto que o noivo” (AMADO, 2012, p. 211). Uma vez sua noiva, todo o respeito era pouco.

Tudo mudara por conta da nova condição de Gabriela, de seu novo *status* na vida de Nacib. Contratara novas empregadas – uma para arrumar, outra, para cozinhar. Contrataria outras depois para o restaurante. Pintou a casa, comprou novos móveis; ajudado a tia, fez um

enxoval para Gabriela. Comprou-lhe vestidos, anáguas, sapatos e meias. Os tios, passada a surpresa, foram gentis, e até ofereceram sua casa para hospedá-la, mas Nacib não aceitou, afinal, “como iria ficar aqueles dias sem ela? O muro era baixo a separar o seu quintal do de dona Arminda. Como um cabrito montês, Gabriela saltava, as pernas à mostra. Vinha de noite dormir com ele.” (AMADO, 2012, p. 211).

Foi o casamento mais animado de Ilhéus. “Gabriela, de azul-celeste, de olhos baixos, sapatos a apertá-la, tímido riso nos lábios, era uma sedução” (AMADO, 2012, p. 210-211). O juiz – agora de rapariga nova, para quem alugara uma casa no beco das Quatro Mariposas – desejou felicidades ao casal, afirmando que, acima das convenções sociais, das diferenças de posição e classe, um amor verdadeiro acabara de unir aqueles dois corações (AMADO, 2012, p. 210). Estavam por fim casados “Nacib Ashcar Saad, de trinta e três anos, comerciante, nascido em Ferradas, registrado em Itabuna; Gabriela da Silva, de vinte e um anos, de prendas domésticas, nascida em Ilhéus, ali registrada” (AMADO, 2012, p. 211).

A casa entupida de gente, porém muito mais homens do que mulheres. Dentre elas, compareceram apenas dona Olga – que foi testemunha –, a loira Jerusa, a esposa do Capitão, – tão boa e tão simples – as irmãs Dos Reis e a esposa de João Fulgêncio – alegre mãe de seis filhos. Outras não quiseram vir – que casamento era aquele tão diferente? – a irmã e o cunhado de Nacib não quiseram saber, ficaram de mal.

Assim que os convidados foram embora, sozinhos em casa...

- Bié...
- Seu Nacib...
- Por que *seu* Nacib? Sou seu marido, não seu patrão...
- Ela sorriu, arrancou os sapatos, começou a arrumar, os pés descalços. Ele tomou-lhe da mão, repreendeu:
- Não pode mais não, Bié...
- O quê?
- Andar sem sapatos. Agora você é uma senhora.
- Assustou-se:
- Posso não? Andar descalça, de pé no chão?
- Pode não.
- E por quê?
- Você é uma senhora, de posses, de representação.
- Sou não, seu Nacib. Sou só Gabriela...
- Vou te educar. – Tomou-a nos braços, levou-a pra cama.
- Moço bonito... (AMADO, 2012, p. 212).

Educação, nesse sentido, se coloca como um enquadramento, um emolduramento de uma dada individualidade em certos parâmetros de subjetividade. Em outras palavras, trata-se da produção de sujeito. Claro que não se trata, aqui, de pensar o fenômeno da educação a

partir de uma perspectiva que a circunscreve em uma instituição escolar, mas nos processos de subjetivação, de formação do sujeito.

Félix Guattari afirma, em *Microfísica: Cartografias do Desejo* (1996), que, na tradição filosófica e das ciências humanas, costuma-se encontrar uma espécie de *natureza humana*, uma *essência*, um *être-la*. Sua ideia, ao contrário, é de que a subjetivação dos sujeitos é feita de modo muito mais maquínico, isto é, essencialmente fabricado, modelado. As máquinas de produção da subjetividade variam, no entanto.

Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional (GUATTARI, 1996, p. 25).

O que está em jogo? Corroborando com Foucault, Guattari está dizendo que o Homem não existe, que essa imagem que temos de homem, de mulher, de criança, é essencialmente criada, produzida. Não fomos assim no passado, não necessariamente seremos os mesmos no futuro. É tudo uma questão cultural, de poder e de saber, para falar com Foucault.

Gabriela inocente, quase uma criança, de pés no chão e cabelo solto, sorridente aos homens, deitando-se com eles por prazer, de roupa rasgada, brincando com gato, a cozinheira toda instinto pode dar espaço, através de um (penoso) processo educacional encabeçado por Nacib, à senhora Saad, uma dama da sociedade, bem vestida e perfumada, calada, educada, séria, esclarecida.

Pode? Pode. Nacib se propôs ao desafio. Transformar um gato selvagem em bichano doméstico. Teoricamente, segundo os esquemas outrora apresentados por Foucault, através de um processo disciplinador calcado no controle espacial, do tempo e dos corpos poderia subjetivar qualquer um, transformando qualquer indivíduo em um sujeito domesticado.

Qual o problema? O corpo reclama... rotas de fuga são traçadas e as resistências emergem no seio no próprio sistema de poder. Outro problema? A própria atitude de Nacib. Como veremos mais a frente, em seu processo de adestramento de Gabriela, passou a maior parte do tempo dizendo-lhe *não*— não pode ficar descalça, não pode cozinhar, não pode ir ao bar, não pode sorrir para homem, não pode ir ao circo, não pode usar roupa rasgada, não pode isso, não pode aquilo. Como afirmou Foucault, o poder não é aquele que sempre diz *não*, pois se só assim o fizesse, jamais seria plenamente obedecido. O poder, para manter seu *status*, primeiramente diz *sim*. Como naquela passagem da *Microfísica do Poder* (Foucault, 1979) em

que afirma que o corpo quer ficar nu e o poder responde com uma exploração econômica do desejo: *fique nu, mas seja bronzeado, magro* e para isso *use isso, aquilo e aquilo*.

Nacib não produziu verdades para Gabriela. Ele apenas impôs sua vontade a ela. Nessa imposição acabou criando as brechas para a resistência e a fuga de quem tanto queria prender.

5.7 Uma flor murchando no jarro

Após o casamento, sucessivos episódios de *educação* da parte de Nacib para com Gabriela foram ocorrendo: colocou empregadas novas em casa, obrigava-a a só sair de casa bem-vestida, arrumada, calçando sapatos apertados que lhe doíam os dedos. Não podia mais ir ao bar, não podia sair só, etc.

Um episódio marcante: a aborrecida conferência que Nacib escolhera ir *versus* o circo mambembe onde o negrinho Tuísca se apresentaria e para onde Gabriela gostaria de ir. Esse episódio representa o *social*, o *normal*, a *regra versus o anormal*, o *diferente*, o *infantil*, o *popular*, o *do povo*, o *extravagante*. A conferência é do rol do social, do quieto, do parado, do educado. O circo é da ordem da diversão, da agitação, da orgia, do natural, do instintivo, do caos.

- Ele fala e nós ouve. E depois?
- Depois? Ele acaba, a gente bate palma.
- Só isso? Mais nada, não?
- Só isso, mas aí é que está: o que ele diz.
- E o que é que ele diz?
- Coisas bonitas. Às vezes falam difícil, a gente não entende direito. É quando é melhor.
- Seu Nacib... O doutor falando, a gente ouvindo... E seu Nacib compara com cinema, com circo, que coisa! E logo seu Nacib, tão instruído. Melhor que circo, pode ser não.
- Ouça, Bié, já te disse: você agora não é mais uma empregadinha. É uma senhora. A senhora Saad. Precisa se comenetrar disso. Tem uma conferência, vai falar um doutor que é um colosso. Toda a nata de Ilhéus vai estar lá. Nós também. Não se pode deixar uma coisa assim, importante, para ir a um circo mais vagabundo e rastaquera (AMADO, 2012, p. 224-225).

Note-se que Nacib, quiçá por julgar-se superior a Gabriela, em nenhum momento fez qualquer esforço para tentar adentrar na realidade de sua esposa. Era ela e apenas ela quem deveria se curvar, se adaptar, obedecer. Para ele, seu universo – sua cultura, seus contatos sociais – eram de extrema relevância; já Gabriela, por sua simplicidade e sua ignorância

cultural, era vista como um ser *inferior* e, por isso mesmo, deveria buscar *educar-se* e, humildemente adequar-se ao universo cultural do marido.

– Pode não, seu Nacib? Pode mesmo não? Por quê?

Sua voz ansiosa buliu com Nacib. Acarinhou-a:

–Porque não pode, Bié. O que haviam de dizer? Todo mundo. Aquele idiota do Nacib, um ignorante, largou a conferência para ir ver a porcaria de um circo. E depois? Todo mundo no bar comentando a conferência do homem e eu a contar as besteiras do circo (AMADO, 2012, p. 225).

O mundo de Gabriela, seus interesses, anseios e desejos eram classificados como *besteiras* por Nacib. Outra questão importante também de perceber é que tudo era uma questão de aparências. Não importava exatamente os sentimentos pessoais, as aptidões e os desejos individuais, importava o que os outros diziam e pensavam. Importava a imagem que os outros faziam.

– Tou enxergando... Seu Nacib pode não... Pena... Coitado de Tuísca. Ele tanto gostava se seu Nacib fosse. Eu tinha prometido. Pode não, tem razão. Eu digo a Tuísca. E bato palma por mim e por seu Nacib – riu, apertou-se contra ele.

– Bié, escuta: você precisa se instruir, você é uma senhora. Tem de viver, de se comportar, como uma senhora de um comerciante. Não como uma mulherzinha qualquer. Tem que ir a essas coisas que a nata de Ilhéus frequenta. Pra ir aprendendo, se instruindo, você é uma senhora. (AMADO, 2012, p. 225).

Eis o papel da *educação*. Todas as práticas educacionais a que estava submetida Gabriela tinham um fim: torná-la uma *senhora de comerciante*. A aprendizagem se justificava como meio de subjetivação e tinha por fim último transformar *Gabriela* na *senhora Saad*. Mas o que era necessário à *senhora Saad*? Saber vestir-se, saber falar, comportar-se, ser discreta, comer educadamente, andar sem insinuar-se, compreender o universo cultural da cidade... em uma palavra: apagar-se. Deixar de ser tudo que Gabriela era, deixar de gostar e fazer tudo que Gabriela gostava e fazia, para submeter-se unicamente ao universo do marido.

– Quer dizer que não posso?

– Que fazer?

– Ir ao circo amanhã? Vou com dona Arminda.

Retirou a mão que acariciava:

– Já te disse que comprei entradas para nós dois.

– Ele fala, a gente ouve. Gosto não. Gosto de nata não. Gente nos trinques, mulheres enjoadas, gosto não. Circo é tão bom! Deixa eu ir, seu Nacib. Outro dia vou na conferência.

– Não pode, Bié. – Novamente a acariciava. – Não tem conferência todo dia...

– Nem circo...

– Na conferência não pode faltar. Até já perguntaram por que você não vai a lugar nenhum. Todo mundo fala, não está direito.

– Mas eu quero ir, sim. No bar, no circo, andar na rua.

– Só quer ir onde não deve. É só o que você quer fazer. Quando é que você vai meter na cabeça que é minha mulher, que eu casei com você, que é a senhora de comerciante estabelecido, abastado? Que não é mais...

Nacib prendia Gabriela em casa como forma de controlá-la, afinal, era de costume que as mulheres casadas só saíssem de casa acompanhadas dos maridos, mas também como forma de esconder da sociedade que ela resistia às regras e costumes *próprios* às *mulheres de família*. Nacib não cansava de comprar-lhe seda, sapatos, chapéus e até luvas. Dava-lhe anéis, pulseiras, colares verdadeiros, não media dinheiro.

Queria-a tão bem-vestida como a senhora mais rica, como se isso apagasse seu passado, as queimaduras do fogão, o sem jeito de Gabriela. Vestidos pendurados no armário; em casa ela andava de chita, em chinelas ou descalça, às voltas com o gato e com a cozinha” (AMADO, 2012, p. 226).

Gabriela não compreendia.

– Zangou, seu Nacib? Por quê? Fiz nada não...
 – Quero fazer de você uma senhora distinta, de alta-roda. Quero que todo mundo te tenha respeito, te trate direito. Que esqueçam que foi cozinheira, que andava de pé no chão, chegou em Ilhéus de retirante. Que te faltavam o respeito no bar. É isso, entende?
 – Tenho jeito não, seu Nacib, pra essas coisas. São enjoadas. Nasci mesmo pra vintém, não sirvo pra tostão. Que vou fazer? (AMADO, 2012, p. 224-225).

Uma vez mais o papel da educação. A educação concede aos indivíduos certo *status* no meio social. Isto entra na lógica do que Foucault (1979) chamou de relação saber-poder: tanto mais poder tem aquele que detém mais saber. Para ser respeitada na sociedade, Gabriela tinha de deter certa quantidade de saber – saber prático (comportar-se, vestir-se, portar-se conforme a normativa social importa à *mulher de família* de Ilhéus) e saber teórico (em sua fala apresentar rudimentos de literatura, filosofia, sociedade).

Mas paradoxalmente, para adquirir esse respeito social, Gabriela era absurdamente desrespeitada pelo próprio marido em sua gênese, em seu saber prévio, em sua condição outrora adquirida. Ela tinha de passar por todo um processo de aculturação para *receber cultura*. Algo parecido foi feito com os índios nos tempos da colonização...

Nesse sentido, Gabriela representa uma severa crítica às normas sociais. Nesse evento, especificamente, ela nos mostra a contradição das práticas culturais da chamada *cultura clássica*: como podemos considerar essas práticas melhores que os saberes e as ações populares? Gabriela, em sua inocência e ignorância (não ignorante), nos mostra essas contradições. Ela, ao contrário de Nacib, não dá o menor valor ao que ele tanto valoriza;

apenas deseja e quer fazer aquilo que julga mais divertido. Nacib, ao contrário, considera tudo que Gabriela preza de menor valor, de baixo calão – e isso se dá porque Nacib preza as aparências enquanto ela preza seus sentimentos, sensações e o prazer individual.

Gabriela resistia, persistiria em recusar-se à vida social, a conduzir-se como uma senhora da sociedade de Ilhéus e como uma legítima *esposa*. Nacib se inquietava, afinal,

[...] ele não era um pobre-diabo qualquer, era alguém, o sr. Nacib A. Saad, com crédito na praça, dono do melhor bar da cidade, com dinheiro no banco, amigo de toda gente importante, secretário da Associação Comercial. Agora falavam em seu nome até para a diretoria do Clube Progresso (AMADO, 2012, p. 225).

Ela vivia em casa, saía apenas para ir ao cinema com dona Arminda, ou com ele, aos domingos. Para ela, era como se nada houvesse mudado, como se fosse ainda aquela Gabriela sem sobrenome que Nacib encontrara no “mercado de escravos”, como se não fosse a sra. Saad. Foi uma luta para convencê-la a não ir mais levar-lhe a marmita no bar, para calçar os sapatos, não falar alto no cinema, não mostrar intimidade com as empregadas, não ir debochada, como antes, para cada freguês do bar, para não usar, quando saíam a passear, rosa atrás da orelha (AMADO, 2012, p. 225-226).

Zangado, depois da conversa sobre a conferência, Nacib virou de costas e fechou-se em copas. Gabriela não entendia: estaria zangado porque Tuísca virou artista e não lhe avisou nada?

Não era com Tuísca, não, que ele estava zangado. Era com ela. Não a queria no circo, por quê? Queria levá-la pra ouvir doutor na sala grande da intendência. Gostava não! No circo podia ir com os velhos sapatos onde cabiam seus dedos esparramados. Na intendência tinha de ser vestida de seda, de sapato novo, apertado. Toda aquela lordeza reunida, aquelas mulheres que a olhavam de cima, que riam dela” (AMADO, 2012, p. 226).

Ou seja, o que era próprio ao universo feminino? O que era *normal*? O que era esperado a uma *mulher*? As roupas, os sapatos e todo um conjunto costumes (hipócritas) com os quais Gabriela, por sua espontaneidade, não sabia lidar.

No dia da conferência, Nacib aparecera enfiado na roupa azul do casamento, Gabriela, vestida como uma princesa, os sapatos doendo, subiu, desajeitada, as escadas da intendência. O árabe parava para cumprimentar os amigos e conhecidos, enquanto as demais senhoras da sociedade olhavam Gabriela de alto a baixo, cochichavam e riam. Ela sentia-se sem jeito, atrapalhada, com medo. “Perto dela, a mulher do dr. Demósthene, empertigada, de *lorgnon* e

capa de pele – com aquele calor! –, a mirou de relance, virou a cabeça” (AMADO, 2012, p. 227).

A conferência corria, Gabriela cochilava. Nacib também dormia. Por que então obrigava-a e se obrigava a ir a eventos tão aborrecidos? Gabriela não entendia os jogos sociais...

Depois da conferência, Nacib foi ao bar e Gabriela fugiu para o circo. Uma oportunidade a mais para Tónico Bastos aproximar-se dela, ganhar-lhe a confiança e conquistá-la pelas costas do marido.

Esse seu Tónico, moço bonito a valer, o mais bonito de todos, era um finório. Dona Olga presente, parecia um santo de igreja. Mal saía dona Olga, ficava meloso, derretido, encostava-se nela, chamava-a 'beleza', soprava-lhe beijos. Dera para andar na ladeira, parava na sua janela quando a via, de afilhada a tratava desde o casamento. Fora ele, dizia-lhe, quem convencera Nacib a casar. Trazia bombons, botava-lhe uns olhos, tomava-lhe a mão. Um moço bonito, bonito a valer. (AMADO, 2012, p. 229).

Nacib perderá Gabriela por sua própria intransigência, ao passo que Tónico a conquistará pela malevolência que lhe era peculiar.

Os reflexos de toda essa intransigência e aculturação – que Nacib entendia como *educação* – logo surgiram no comportamento de Gabriela. “Há muito tempo não estivera Gabriela tão carinhosa e ardente, tão entregando-se e tanto dele tomando, como naquela noite. Ultimamente, até ele já se queixara, ela estava arredia, esquiva, como se estivesse sempre cansada. Nunca se recusava quando ele a queria. Não mais o espicaçava, porém, como antes – a fazer-lhe cócegas, a exigir carinho e posse – quando ele chegava fatigado e se atirava com sono na cama. Ria somente, deixava-o dormir, a perna de Nacib sobre sua anca. Quando ele a buscava, entregava-se risonha, chamava-o de *moço bonito*, gemia em seus braços, mas onde estava aquela fúria de outrora? Como se agora fosse agradável brinquedo o que antes era uma loucura de amor, um nascer e morrer, um mistério cada noite desvendado e renovado, todas as vezes sendo igual à primeira, num espanto de descoberta, parecendo se a última, num desespero de fim (AMADO, 2012).

Nacib, crendo-se na amizade de Tónico, fora a ele reclamar da frieza que se abatia em seu matrimônio. “O tabelião lhe explicara que assim se passava em todos os casamentos: o amor se acalmava, doce amor de esposa, discreto e espaçado, não mais a violência da amante, exigente e lasciva” (AMADO, 2012, p. 254). Plausível explicação, quiçá verdadeira, mas não o consolava. Pensava em falar a Gabriela. A verdade é que nenhum dos dois conseguia

compreender que a falta de liberdade é que estava matando o brilho de Gabriela. Como disse certa vez João Fulgêncio: existem flores que murcham e morrem quando plantadas em vasos.

Todo o processo de adestramento de Nacib

[...] terminara certamente por magoá-la, se bem que ela não o demonstrasse no rosto e no trato diário. Discutia, isso sim. Sem alterar a voz, querendo saber o porquê de cada exigência, um pouco triste talvez, pedindo por vezes que não a obrigasse. Mas terminando por fazer-lhe a vontade, ceder suas ordens, cumprir suas determinações. Não falava mais nisso, depois. Apenas mudara na cama, como se aquelas discussões – nem chegavam a ser brigas – e exigências refreassem seu ardor, contivessem seu desejo, esfriassem seu peito. Se ele a procurava, para ele se abria como a corola de uma flor. Mas não vinha sedenta e esfomeada como antes (AMADO, 2012, p. 255-256).

Gostava de Nacib, achava-o uma pessoa boa. Mas todo o massacre cultural que lhe impunha teve, necessariamente, reflexos em sua autoestima, em sua energia vital e sexual.

Nunca pensou ofendê-lo, jamais magoá-lo. Seu Nacib era bom, melhor não podia ser, no mundo não havia. Gostava dela, bem-querer de verdade, loucura de amor. Um homem tão grande, dono de bar, com dinheiro no banco. E doido por ela... Era engraçado! Os outros, todos os outros, não era amor, só queriam com ela dormir, apertá-la em seus braços, beijar sua boca, suspirar em seu seio. Os outros, todos os outros, sem exceção. Velhos ou moços, bonitos ou feios, ricos ou pobres. Os de agora, os de antes, todos os outros. Sem exceção? Menos Clemente. Bebinho talvez, mas era um menino, que sabia de amor? Seu Nacib, ah! esse sabia de amor. Também ela sentia por ele uma coisa por dentro, diferente da que sentia por todos os outros. Como todos os outros, sem exceção, nenhuma exceção, nem mesmo Clemente, nem mesmo Bebinho, era só para dormir. Quando pensava num moço, para ele se ria, Tônico ou Josué, Epaminondas, Ari, só pensava em tê-lo na cama, em seus braços gemer, morder sua boca, seu corpo fruir. Por seu Nacib sentia tudo isso também e mais do que isso: dele gostava, de ficar junto, de ouvi-lo falar, de cozinhar comida picante para ele comer, de sentir sua perna na anca, de noite. Dele gostava na cama para aquilo que na cama se faz em vez de dormir. Mas não só na cama nem só para isso. Para o resto também. E, para o resto, só dele gostava. Para ela seu Nacib era tudo: marido e patrão, família que nunca tivera, o pai e a mãe, o irmão que morreria apenas nascido. Seu Nacib era tudo, tudo que possuía. (AMADO, 2012, 259-260)

Para Gabriela, contradizendo o sonho da maioria das personagens femininas, ruim era ser casada; era bem melhor antes.

A aliança no dedo em nada mudara seus sentimentos por seu Nacib. Apenas, casada, vivia a brigar, a ofendê-lo, todo dia a magoá-lo. Gostava não, de ofendê-lo. Mas como evitar? Tudo quanto Gabriela amava, ah! era proibido à sra. Saad. Tudo quanto a sra. Saad devia fazer, ah! essas coisas Gabriela não as tolerava. Mas terminava cedendo para não magoar seu Nacib tão bom. As outras, fazia escondido, sem ele saber. Para não ofendê-lo (AMADO, 2012, p. 260).

A verdade é que Gabriela não suportava o peso da institucionalização do matrimônio:

Bem melhor era antes, tudo podia fazer, ele tinha ciúmes, mas eram ciúmes de homem solteiro, logo passavam, passavam na cama. Podia tudo fazer sem medo dele ficar ofendido. Antes cada minuto era alegre, vivia a cantar, os pés a dançar. Agora cada alegria custava tristeza. Não tinha ela de visitar as famílias de Ilhéus? Ficava sem jeito, vestida de seda, sapato doendo, em dura cadeira. Sem abrir a boca para não dizer inconveniência. Sem rir, parecendo de pau, gostava não. Para que lhe servia tanto vestido, tanto sapato, joias, anéis, colares e brincos, tudo de ouro, se não podia ser Gabriela? Não gostava de ser sra. Saad (AMADO, 2012, p. 260).

5.8 Um parêntesis: Gabriela importante

Se muitas eram as *mulheres de família* que viravam o rosto para Gabriela em desprezo por sua ignorância e simplicidade de espírito, a menina Jerusa, a loira neta do poderoso coronel Ramiro Bastos, era uma exceção. Tratou pessoalmente com Gabriela – então, apenas cozinheira e amante de Nacib – sua encomenda para o baile da intendência. Na saída, dissera a Nacib:

“– Sua cozinheira é uma beleza, seu Nacib, e tão simpática... – frase que a fez sagrada para o árabe” (AMADO, 2012, p. 207).

A mesma Jerusa fez-se presente no casamento de Gabriela e Nacib e, no *réveillon*, lado do avô, sorria para ela, dizia-lhe coisas, vingando-a dos desprezos que recebia da irmã de Nacib. Fora também a mesma Jerusa que na ocasião da morte do velho Ramiro, agarrou-se com Gabriela, ambas a chorar.

Peculiaridades do espírito de Jerusa? Quiçá. Talvez fosse uma moça muito generosa e esses comportamentos apenas refletissem uma questão particular da própria Jerusa. Mas, por outro lado, podemos também pensar o quanto que Gabriela tinha sua importância; que não era ela uma *qualquer*, a ser eternamente menosprezada e descartada pela sociedade. Gabriela, com sua malevolência, circulava bem por diferentes meios, por diferentes pessoas e tinha certo prestígio.

Não por menos, o Capitão dissera:

“– Quem não se apaixonou por ela na cidade? Se ela fosse candidata a intendente derrotaria o Capitão e Maurício, até os dois juntos. Todo mundo votava nela” (AMADO, 2012, p. 273).

Não por menos também, no episódio em que “a sra. Saad envolveu-se em política, rompendo a tradicional neutralidade de seu marido, e dos atrevidos e perigosos passos dessa senhora da alta-roda em sua noite militante” (AMADO, 2012, p. 247), Gabriela conquistou o respeito e admiração de ninguém menos que o coronel Ramiro Bastos. Nesse episódio,

ocorreu a frustrada tentativa de assassinato do coronel Aristóteles pelo negro Fagundes, e Gabriela, já casada, escondeu o negro em seu quintal, arriscando-se, posteriormente, pelas ruas das mais baixas casas de prostituição para encontrar loirinho, o único que poderia ajudar Fagundes. Com sua ação, Gabriela livrou Ramiro Bastos – mandante do crime, agora encoberto pela destemida ação de Gabriela – de problemas políticos e com a justiça.

Gabriela tinha sua importância, embora fosse pobre, analfabeta, sem educação. Conseguia circular entre os mais nobres e os mais esfarrapados extratos sociais, sem grandes dificuldades. Cativava amores, admirações e amizades. Se havia quem não lhe desse apresso, havia muito mais quem lhe admirasse. Ou seja, ela era pobre, de *sem cabaço*, amante do patrão, mulata, sem berço e sem educação, mas embora todos esses *defeitos* eram bem quista por uma boa parcela da sociedade.

5.9 O outro

Certo dia, depois de uma discussão com Bico Fino, Nacib escuta da boca do empregado algo que lhe desespera: Gabriela o estaria traindo.

De revólver na cinta, chega em casa de surpresa e encontra a mulher, na cama, com Tônico Bastos.

Nua, estendida na cama de casal, Gabriela a sorrir. Nu, sentado à beira do leito, Tônico, os olhos espessos de desejo. Por que não os matara Nacib? Não era a lei, a antiga lei cruel e indiscutida? Escrupulosamente cumprida sempre que se apresentava ocasião e necessidade? Honra de marido enganado lava-se com o sangue dos culpados. Não fazia ainda um ano que o coronel Jesuíno Mendonça a pusera em execução... Por que não os matara? (AMADO, 2012, p. 277).

Contrariamente ao coronel Jesuíno Mendonça, que encontrou a esposa na cama, na casa do amante, e disparou-lhe dois tiros de revólver em cada um, Nacib, que a encontrou em seu próprio leito nupcial não pôs fim à vida da esposa.

Por quê?

“Engano, se pensaram ser covardia. Não era covarde, várias vezes provara. Engano, se pensaram não ter dado tempo. Tônico saíra correndo para o quintal, pulara o muro baixo, enfiara as calças sem cuecas pelo corredor de dona Arminda escandalizada” (AMADO, 2012, p. 277). Nem se lembrava do revólver na cinta. Apenas levantou a mão pesada e desabou-a sobre o corpo moreno de Gabriela.

Engano se pensaram que foi por excesso de amor, demasiado querer. Nacib naquele momento não a amava. Não a odiava tampouco. Batia mecanicamente como a relaxar os nervos, pelo que sofrera na tarde e na noite de véspera e naquela manhã. Estava vazio, sem nada por dentro. [...] Não matara porque não era de sua natureza matar. Todas aquelas histórias terríveis da Síria, que ele contava, eram da boca para fora. Com raiva, podia bater. E batia sem dó, como se cobrasse uma dívida, uma conta atrasada. Matar não podia (AMADO, 2012, p. 277-278).

É importante lembrar que Nacib não era natural de Ilhéus; aliás, era todos os personagens que não eram naturais daquela terra tinham como marca serem diferentes: Gabriela, Nacib, Mundinho, Anabela. A exceção, Malvina, que era diferente, embora natural da terra; contudo, em sua trajetória, teve de fugir, de sair daquele registro para poder vivenciar e expressar sua diferença. Já Josué, que era de fora, adaptou-se rapidamente aos costumes da cidade, *tornando-se um homem da terra*.

5.10 A grande solução

Desolado, duplamente traído, Nacib conversa com João Fulgêncio no bar.

“– Recorde-se. Eu lhe disse: tem certas flores que murcham nos jarros.” (AMADO, 2012, p. 279).

Com essa metáfora, João Fulgêncio explicara para Nacib algo muito importante: Gabriela (a flor) não nascera para jarro (casamento, marido, institucionalização). Ela era um ser naturalmente marginal, obediente às suas próprias regras, à sua própria lógica – ambas baseadas, tão somente, em seus instintos e em seus sentimentos.

– Mas, se fosse apenas rapariga? – Continuava o livreiro – Você ia embora de Ilhéus? Não falo do sofrimento, a gente sofre porque quer bem, não porque é casado. Porque é casado, a gente mata, vai embora.
– Se fosse só rapariga ninguém ia rir de mim. Com as pancadas bastava. Você sabe tão bem como eu (AMADO, 2012, p. 279).

Não esqueçamos aqui dos ditames da *lei cruel* aplicada contra Sinhazinha e a *lei das raparigas*, sofrida por Chiquinha. E uma vez mais note-se que o que realmente interessava para Nacib era a opinião alheia.

– Pois fique sabendo que você não tem nenhum motivo para ir embora. Gabriela, perante a lei, nunca passou de sua rapariga.
– Casei com ela com juiz e tudo. Você mesmo assistiu.
João Fulgêncio tinha um livro na mão, abriu numa página:
– Isso aqui é o Código Civil. Ouça o que diz o artigo 219, parágrafo primeiro, capítulo VI, do livro I. É o direito da família, na parte do casamento. O que eu vou

ler refere-se aos casos de anulação de casamento. Veja: aqui diz que um casamento é nulo quando há erro essencial de pessoa.

Nacib ouvia sem grande interesse, não entendia nada daquilo.

– Seu casamento é nulo e anulável, Nacib. Basta você querer e não só deixa de ser casado, é como se nunca tivesse sido. Como se tivesse sido só amigo.

– Como é isso, explique direito – interessou-se o árabe.

– Escute. – Leu: – “Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge o que diz respeito à identidade do outro cônjuge, sua honra e boa fama, sendo esse erro tal que o seu conhecimento ulterior torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado”. Eu me lembro que quando você me anunciou o casamento, contou que ela nem sabia o nome de família, nem data de nascimento...

– Nada. Não sabia nada...

– E Tônico se ofereceu para arranjar os papéis necessários.

– Fabricou tudo no cartório dele.

– E então? Seu casamento é nulo, houve erro essencial de pessoa. Pensei nisso quando chegamos. Depois apareceu Ezequiel, tinha um assunto a tratar. Aproveitei para consultá-lo. Eu tinha razão. É só você provar que os documentos eram falsos e já não está mais casado. Nem nunca foi casado. Não passou de amigação. (AMADO, 2012, p. 279).

Foi assim que árabe Nacib, de marido traído passou a ser visto como alguém que agiu de boa-fé e que foi *enganado* por Gabriela; de *cornos mansos* a *vítima* dela e de Tônico. E, sem nenhuma resistência por parte de Gabriela (que, embora não tenha entendido direito essa história de anulação de casamento, adorou saber que não era mais casada), o processo de anulação de casamento teve seus trâmites acelerados e “o árabe Nacib encontrou-se novamente solteiro, tendo sido casado sem o ser realmente, tendo pertencido à Confraria de São Cornélio sem realmente a ela pertencer, ludibriada a benemérita sociedade dos maridos conformados. Foi assim que a sra. Saad voltou a ser Gabriela” (AMADO, 2012, p. 281-282).

Brechas da lei... ou seja, nem mesmo a lei é intransponível... E a mesma lei que libertou Nacib do pesado fardo de ser marido traído em uma terra como a de Ilhéus, foi a lei que levou o coronel Jesuíno Mendonça a júri pela acusação de ter matado a esposa Sinhazinha Guedes de Mendonça e o cirurgião-dentista Osmundo Pimentel e, vinte e oito horas depois de muito debates entre defesa e acusação, condenou o coronel à prisão pelo terrível assassinato.

5.11 Um final surpreendente

De volta à vida de solteiro, Nacib passou a deleitar-se de forma ainda mais intensa com os prazeres que sua condição lhe podia ofertar: trabalhava o dia inteiro e passava boa parte da noite nos cabarés de Ilhéus. “Nacib debulhava ao acaso, nos cabarés, em casa de mulheres, variados encantos. Até mesmo com a nova rapariga de Coriolano dormira uma vez, na casa da praça. Uma cabrocha novinha, trazida da roça. Coriolano já não procurava saber se

era enganado. Assim biscateava Nacib aqui e ali, na sua velha vida de sempre” (AMADO, 2012, p. 317).

No começo, sentira muito a falta de Gabriela, mas, aos poucos, a ferida foi cicatrizando, a um ponto de não mais pensar nela.

Ela, porém, sofria. Sofria com a distância, sofria com a saudade, sofria porque não entendia: se nunca foram casados, por que não podia voltar à casa e à cama de seu Nacib?

Ninguém a entendia... o Capitão e Josué tentavam. João Fulgêncio decretara:

- Para que explicar? Nada desejo explicar. Explicar é limitar. É impossível limitar Gabriela, dissecar sua alma.
- Corpo formoso, alma de passarinho. Será que tem alma? – Josué pensava em Glória.
- Alma de criança, talvez – o Capitão queria entender.
- De criança? Pode ser. De passarinho? Besteira, Josué. Gabriela é boa, generosa, impulsiva, pura. Dela podem-se enumerar qualidades e defeitos, explicá-la jamais. Faz o que ama, recusa-se ao que não lhe agrada. Não quero explicá-la. Para mim basta vê-la, saber que existe (AMADO, 2012, p. 282).

De dia, quando Nacib estava no bar, Gabriela pulava o muro da casa de dona Arminda – que lhe acolhera depois que se separara de Nacib – antes que a cabrocha chegasse. Limpava, e arrumava a casa. Sentia saudade.

A culpa era dela, por que aceitara casar? Vontade de sair com ele na rua, de braço dado, aliança no dedo. Medo talvez de perdê-lo, de um dia ele casar com outra, mandá-la embora. Foi por isso, certamente. Fez mal, não devia aceitar. Antes fora a pura alegria (AMADO, 2012, p. 282).

Pensava no ocorrido.

Bateu-lhe com raiva, tinha direito até de matá-la. Mulher casada que engana o marido só merece morrer. Todo mundo dizia, dona Arminda lhe disse, o juiz confirmou, era assim mesmo. Ela merecia morrer. Ele era bom, dera-lhe apenas uma surra e a expulsara de casa. Depois o juiz perguntou se ela não se importava de desfazer o casamento, como se nunca tivesse casado. Avisara-lhe que assim não teria direito a nada do bar, do dinheiro no banco, da casa na ladeira. Dependia dela. Se não aceitasse, ia demorar na justiça, ninguém podia saber como o processo terminaria. Se ela concordava... Não queria outra coisa. O juiz lhe explicara: era como se nunca tivesse sido casada. Melhor não podia ser... Porque, sendo assim, não havia motivo pra seu Nacib tanto sofrer, pra seu Nacib se ofender. Com as pancadas, importava não... Mesmo se a matasse, não morria com raiva, ele tinha razão. Mas se importava de estar expulsa da casa, de não poder vê-lo, sorrir para ele, escutá-lo falar, sentir sua perna pesada em cima das ancas, os bigodes fazendo-lhe cócegas no pescoço, as mãos tocando-lhe o corpo, os seios, a bunda, as coxas, o ventre. O peito de seu Nacib como um travesseiro. Gostava de adormecer com o rosto enfiado nos cabelos do largo peito amigo. De cozinhar para ele, de ouvi-lo elogiar a comida gostosa. De sapatos, gostava não. Nem de ir de visita às famílias de Ilhéus. Nem das festas, dos caros vestidos, das joias verdadeiras, custando tanto

dinheiro. Gostava não. Mas gostava de seu Nacib, da casa na ladeira, do quintal de goiabas, da cozinha e da sala, do leito do quarto (AMADO, 2012, p. 282-283).

É importante perceber que Gabriela compreendia que tudo aquilo que fazia parte do universo da *mulher casada*; ela era capaz de perceber e compreender as regras sociais. Sabia que eram coisas importantes para Nacib, embora rechaçasse todas elas. Talvez aí esteja a chave da explicação do porquê de ela o tempo todo justificar Nacib. Ou seja, Gabriela não era uma *demente*; ela conseguia compreender as leis sociais, mas as questionava e não aceitava se enquadrar nessas regras arbitrárias e contrárias ao seu desejo. E uma das *regras* que mais questionava era a do machismo:

Só porque a encontrara na cama a sorrir pra Tônico. Que importância tão grande, por que tanto sofrer, se ela deitava com um moço? Não tirava pedaço, não ficava diferente, gostava dele da mesma maneira, e não podia ser mais. Ah! não podia ser mais! Duvidava [que] existisse no mundo mulher a gostar tanto de um homem, para com ele dormir ou para com ele viver, fosse irmã, fosse filho, fosse mãe, amiga ou casada, quanto ela gostava de seu Nacib. Tanta coisa, esse barulho todo, só por que a encontrara com outro? Nem por isso gostava menos, menos o queria, menos sofria porque ele não estava (AMADO, 2012, p. 284).

Perceba-se que ela não culpava, nem a si nem a Nacib. Para ela, a culpa foi do *casamento*. E foi. Culpa da institucionalização que impôs regras até mesmo para a intimidade do casal. Mas, o golpe em Nacib, embora tendo se livrado, de modo *espetacular* da humilhação pública pela traição sofrida, fora forte: ficara não apenas sem a esposa, do cheiro de cravo, da amante e dona de casa; ficara sem a cozinheira, ainda mais em um período tão ímpar em sua vida: a inauguração do restaurante. Se se livrara com uma certa facilidade das amarras amorosas que o prendiam a ela, não era fácil deixar de sentir falta da cozinheira Gabriela. Contratara um *chef de cuisine* (AMADO, 2012, p. 301), de uma comida cheia de *não me toques* e um tempero esquisito... O cozinheiro sumiu! Culpa de Gabriela?! Deixemos isso para lá... o importante é que, na inauguração do restaurante, Gabriela salvou Nacib do vexame depois que ficou sem cozinheiro e ela, com seu tempero e sua cozinha regional, fora aplaudida por todos os convidados da inauguração quando esses quiseram conhecer o responsável por tamanho banquete.

Surpreendente? Não tanto quanto saber que, como antigamente, ela voltou a trazer-lhe o almoço, zanzar entre as mesas, sorrir para os fregueses; preparar os doces e salgados do bar, a cruzar a praça com suas velhas chinelas, rebolando seus quadris e, a noite, em sua cama, a perna a pesar-lhe no quadril, voltou a amá-lo e sussurra-lhe: *moço bonito*.

6 NOTAS FINAIS - APONTAMENTOS DE UMA CONCLUSÃO QUE TAMPOUCO ESCREVEREI

Sem dúvidas, dos muitos percursos pelos quais tive de passar nessa condição de *pesquisadora* a qual me impus, o que menos gosto é do momento da conclusão do trabalho.

O surgimento da ideia, para mim, geralmente é simples; a elaboração do projeto de pesquisa, por sua vez, é algo mais penoso – até pela própria condição esquemática, construtiva que esse tipo de escrita impõe –, mas não é de um todo indigesta²¹.

A pesquisa em si é um aprumo, o ápice de um estranho prazer do esmiuçamento, da investigação, da descoberta, do novo; e, complementando esse momento, a escrita do trabalho: novo momento de elaboração, agora mais alongada e menos criativa que a escrita do projeto, por certo, mas igualmente prazerosa, afinal, muitas vezes é na escrita do trabalho que novas ideias me surgem, que consigo, por fim, encaixar as peças do quebra-cabeças que é, no limiar das coisas, a pesquisa, formando um corpo, um todo, o trabalho por fim.

A conclusão, porém, é sempre maçante... maçante porque, por um lado, é um momento de fechamento e despedida; despedida daquele que por anos foi meu maior companheiro, o dono dos meus mais tênues pensamentos, maior motivo de minhas insônias... alegrias... e desesperos. O que escrever nesse momento se ao mesmo tempo em que não quero repetir-me, nem resumir e redizer tudo o que tão ardorosamente escrevi ao longo das páginas dos capítulos, de alguma forma é justamente isso que devo fazê-lo?

6.1 Do método

Um dos principais desafios por mim encontrados ao longo deste trabalho foi, sem dúvidas, a questão do método – não por menos, decidi iniciar minhas considerações finais por esse ponto; e, não me refiro aqui apenas ao *método de pesquisa*, mas, sobretudo, ao *método de escrita*. Em busca de inspiração, pesquisei diversos textos, dissertações, teses, livros e, dentre as muitas leituras que fiz, sem sombra de dúvidas, a dissertação de Rosana Patrício (1992) teve especial destaque.

Encontrei esse trabalho absolutamente sem querer no acervo de dissertações e teses da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa. Sequer era meu objetivo fazer pesquisa para a minha tese nos dias em que frequentei aquela biblioteca, mas *já*

²¹ O começo deste parágrafo iniciado por uma vírgula foi inspirado no livro *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, de Clarice Lispector.

que estava ali, não custava nada dar uma olhada no acervo. Confesso ficar assustada a princípio, afinal, o objeto de pesquisa de Patrício em seu mestrado, pode-se dizer, em essência, é basicamente igual ao meu: o feminino na obra *Gabriela, Cravo e Canela* de Jorge Amado. O que me tranquilizou foi que, logo na leitura do resumo e introdução do trabalho, ficou-me bastante clara a diferença substancial de perspectiva, de foco, de olhar, de modo de problematização que cada uma de nós adotou como sua. Enquanto Patrício pensa em termos marxistas, atentando-se às lutas de classe, à pormenorização dos menos favorecidos sociais pelas elites e, também, à questão racial, de minha parte problematizo os processos de subjetivação, os modos de *educação* da mulher, de produção do *eu-feminino*; em poucas palavras, minha questão central é o que faz de uma mulher tornar-se *mulher*. E, problematizei isso buscando destacar em que pontos as quatro principais personagens femininas da obra se afastam, fogem, se diferenciam da normativa, da regra, do que é aceito e colocado como *próprio* para cada mulher social.

Mas, para além de servir na clarificação e desenvolvimento da problemática, o trabalho de Rosana Patrício poderia significar a luz de que tanto necessitava para inspirar a minha escrita – afinal, tantas já eram tentativas fracassadas de iniciar o trabalho.

Um dos grandes empecilhos que enfrentava era o de trabalhar com um objeto tão distinto ao que vinha trabalhando até então: como trabalhar com literatura? Que tipo de tratamento poderia dar a esse objeto cuja natureza é tão complexa (ao misturar em sua composição elementos reais e ficcionais, sendo que o limite de ambas dimensões nunca fica perfeitamente claro)?

Nesse sentido, o trabalho de Rosana Patrício poderia indicar-me um modo de operacionalizar com esse objeto. Contudo, o caminho que a autora seguiu mostrou-se demasiado *categórico, fechado, amarrado*: ela dividiu as personagens em categorias e as analisou de um modo massificado, sem dar margem às peculiaridades e diferenças existentes entre elas. Por exemplo, criou uma categoria chamada *empregadas domésticas* e nela juntou personagens como Gabriela e a empregada doméstica dos Bastos, afirmando, que as empregadas eram indivíduos discriminados social e economicamente e cujas principais serventias eram o trabalho doméstico e os favores sexuais aos patrões. Em outro ponto uniu as *mulheres a margem da família*, isto é, *prostitutas* e *raparigas*, analisando em um mesmo bojo as personagens dos prostíbulos e Glória.

Como é possível unir uma personagem como Gabriela com quem quer que seja?

Sim, Gabriela era uma empregada doméstica, mas não *servia* sexualmente a Nacib; se com ele mantinha relações sexuais, fazia-o por vontade e não por chantagem, por medo de

perder o emprego ou para garantir agrados financeiros que o patrão rico poderia proporcionar-lhe. Ademais, ela não era discriminada socialmente; pelo contrário, Jerusa, por exemplo, a neta do coronel mais poderoso da região, tinha um grande apresso pela mulata cor de canela. Do mesmo modo, como igualar Glória à Risoleta, por exemplo? Glória nunca foi *mulher da vida*; era ela manceba de um homem só, desfrutando do mais requintado luxo, vivendo em casa posta. Nesse sentido, seria absolutamente errado dizer que o coronel Coriolano Ribeiro era um *cliente* de Glória, mas não haveria nenhum erro se tal afirmação fosse dedicada à Risoleta, a prostituta vesga do *Bataclan*.

A questão que se colocou então foi: como categorizar? Como amarrar as personagens de *Gabriela, Cravo e Canela* em grupamentos de certas características comuns, se, a maior parte do tempo, elas eram diferentes entre si? Se se aproximam em certos aspectos, em diversos outros eram absolutamente adversas. Essa leitura categorizante pareceu-me, pois, bastante complicada, petrificada, limitante, além do que, tirou da obra aquilo que ela tinha de mais bonito: seu caráter literário.

A suavidade e a malevolência da linguagem empregada por Jorge Amado em sua obra perderam-se completamente na esquemática demasiado cientificista empregada por Rosana Patrício. Particularmente, isso parecia-me inconcebível. Queria, pois, que meu trabalho buscasse atingir seus objetivos, mas sem descaracterizar, sem desqualificar a obra amadiana naquilo que ela tinha (e tem) de mais belo. A questão que se colocou foi: como?

Pesquisando, encontrei outra dissertação, a de Joelma Lima (1994), que também versava a respeito das mulheres na obra de Amado. A autora, de modo distinto a Rosana Patrício, não analisava as personagens em categorias, mas na individualidade de cada uma. Usava de muitas citações onde as características das personagens, bem como suas trajetórias em seus respectivos romances ficavam claras. Esse modo de operar pareceu-me mais interessante. No entanto, Joelma Lima, por muitas vezes, perdeu-se nas narrativas e esquecendo-se de elaborar análises a respeito de cada passagem por ela destacada. Também não ficaram bem claros os objetivos da pesquisa, o que gerou um certo desconforto na leitura do trabalho.

Dentre os livros, sem dúvidas, *Gabriela seu cravo e sua canela* de Juarez Batista (1964) destacou-se. Trata-se de um livro muito antigo, algo raro, onde o autor faz uma leitura geral a respeito desta obra de Jorge Amado, comentando diversos pontos – que iam desde a composição das personagens até a linguagem da obra. Um texto muito interessante, importante, de relevância clara, mas que ainda empregava um jeito bem cientificista do qual estava decidida a escapar. A dissertação de Renata do Nascimento (2005) também foi

estudada, embora o objeto de sua pesquisa não tenha muito a ver com minha problematização, afinal, sua preocupação era a questão da recepção do romance pela crítica especializada.

Pesquisei vários outros textos; no caso, os artigos de Franzão e Martins (2013), Joelson Santos (2013) e Sayonara de Oliveira (2011), mas nenhum me deu a luz que necessitava para inspirar-me na composição do texto.

Certa tarde, torturada pela incerteza de como escrever este trabalho, algo me veio à memória... Tratava-se de um livro que há muito havia lido, mas que, sem sombra de dúvidas, foi uma das leituras que mais marcantes de minha vida: *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Naquele romance, Machado divide a história em pequenos capítulos, cada qual denominado com um breve título e de curto conteúdo. Seria aquela a solução dos meus conflitos? Bem, foi. Encontrei na fórmula de Machado a inspiração de que tanto necessitava para escrever este trabalho. Diga-se de passagem, nada mais justo que utilizar de uma obra literária para escrever um trabalho cujo objeto era oriundo da literatura.

Contudo, não haviam cessado de um todo os meus problemas. Especialmente no que tocava Malvina e Sinhazinha, uma questão ainda sobressaia: determinar os limites, a fronteira problemática entre uma e outra personagem. Como afirmei no capítulo segundo (*As meias pretas*), parecia-me que Sinhazinha representava, no presente da narrativa, o futuro de Malvina, ou seja, ela era aquilo para o qual Malvina, no colégio de freiras e na família, estava se preparando para sê-lo, isto é, esposa, dona de casa (e, espera-se, mãe).

Sinhazinha não foi mãe, é verdade, mas esse detalhe não a distanciava substancialmente do ideal de destino posto às mulheres daquele contexto. O processo de subjetivação por que passou visava transformá-la nisso – em mãe, esposa, dona-de-casa. O fato de não ter parido filhos fora uma eventualidade, algo pontual que de modo algum quebrou a lógica do sistema.

A verdade é que o processo de subjetivação pelo qual as *mulheres de família* da época passavam – assim como estava passando Malvina e já havia passado Sinhazinha – voltava-se a formá-las para assumirem uma dada função dentro da dinâmica social vigente da época. Como pôde ser averiguado nas leituras dos historiadores que se dedicam ao estudo da educação nos tempos do Império e da Primeira República, o que se colocava para as mulheres era justamente uma educação formal limitada à formação das futuras *mães de família*, isto é, futuras esposas dedicadas e mães virtuosas. Por esse motivo, pensei por muito tempo que deveria escrever um capítulo dedicado às *mulheres de família* onde uniria a análise dessas duas personagens, afinal, as ferramentas conceituais que tomava para analisar Malvina cabiam perfeitamente à Sinhazinha.

No entanto, se elas se aproximavam em muitos pontos, especialmente no que se referia aos seus processos de subjetivação, nos pontos em que se diferenciavam, a distância era tão grande, tão forte, que tornou-se impossível uni-las em um único capítulo: Sinhazinha aceitou seu destino, casando-se com marido velho, provavelmente de modo arranjado, por acordos entre famílias e não por amor; Malvina, ao contrário, movida pelo seu enorme senso crítico, não deixaria e efetivamente não se deixou levar pelo *fatal destino* das mulheres de Ilhéus. Uma vez casada, Sinhazinha fora, a maior parte do tempo, uma senhora de moral inquestionável, dedicada às festas da Igreja e a honrar o nome do marido; já Malvina envolveu-se com homem casado, tornou-se leitora de livros *proibidos*, enfrentou o pai, enfrentou a maioria dos tabus sociais daquela cidade para viver aquilo que julgava, pela própria cabeça, mais interessante para si. Sinhazinha, para experimentar dos prazeres da carne, traiu o marido com o jovem dentista Osmundo, mas escondendo-se a todo custo, evitando, dessa forma, qualquer nível de desonra ao nome do esposo; Malvina, ao contrário, optou pela fuga. Fugiu para viver o que lhe dava prazer. Por fim, se o prazer de Sinhazinha era encontrado através do sexo, o prazer de Malvina passava longe de orgasmos ou relações sexuais; queria ser livre, trabalhar, estudar, viver por própria conta – ambições essas que em nenhum momento pareceram ser comungadas por Sinhazinha.

Considerando, pois, as divergências dessas personagens dentro da trama do romance, como poderia uni-las em um único capítulo de análise? Para fazê-lo, teria de escamotear de minhas considerações justamente aquilo que mais queria destacar: as diferenças. A questão principal do trabalho era a investigação dos modos de subjetivação da mulher dentro da obra, mas sem esquecer a ênfase às diferenças, às resistências e às rotas de fuga por elas encontradas para escaparem de certas regras sociais impostas.

Ainda seguindo essa ideia de unir as personagens em capítulos comuns, percebi que haveria o mesmo embaraço com relação a Glória e Gabriela. Sim, é verdade, ambas eram representantes de *mulheres do povo*, mas como poderia analisá-las em conjunto se Glória era, em tantos pontos, uma espécie de *contrário perfeito* de Gabriela? Enquanto Glória se submetia e até desejava aquela condição de manceba de coronel velho em troca tão somente de dinheiro, Gabriela por diversas vezes havia dispensado propostas *tentadoras* do mesmo tipo por não se sentir à vontade com tal situação. Ademais, Gabriela em certo ponto da narrativa, deixa sua condição de *rapariga* e torna-se senhora casada; deveria então alocá-la em qual capítulo analítico?

Para solucionar esses problemas, resolvi, por fim, dividir o trabalho em quatro capítulos, cada qual dedicado a uma dessas personagens que tanto se destacavam dentro da

obra. A individualização dos capítulos me permitiu ver e expor de modo pormenorizado os pontos em que cada uma delas corroborava com certas imagens de pensamento que temos a respeito de mulheres *casadas, solteiras, prostitutas* na década de 1920, mas, especialmente, onde elas se afastam dessas expectativas, em que pontos elas rompiam com a linearidade, com a normalidade, com o jeito *certo* – socialmente falando – de ser, de comportar-se e de viver.

Muito do que fiz neste trabalho, tive de criar; a intuição muitas vezes foi minha grande parceira; mas não uma intuição do tipo *comum*, e sim uma intuição guiada pela observação das minúcias. Quiçá nunca tenha trabalhado tão *arqueologicamente* – para lembrar Foucault (2008) – como desta vez. Para isso, como disse na introdução, fiquei o livro inteiro e foi debruçando-me sobre aquelas principais passagens que, aos poucos, certas questões foram se iluminando aos meus olhos.

Mas eu sabia que tinha de tomar alguns cuidados. O primeiro deles, exorcizar-me de mim mesma. Para mergulhar no universo de cada personagem, tinha primeiramente de livrar-me de minha própria lógica de raciocínio – de mulher branca, acadêmica, classe média, cearense, cristã. Não foi fácil – por vezes me pergunto se fui absolutamente feliz nesse ponto... Muitas vezes me perdi: os paradoxos, especialmente de Gabriela, me desafiavam: por exemplo, quando foi flagrada por Nacib com Tonico e acabou surrada. Contrariando qualquer lógica de um ser agredido, além de não lhe ter qualquer mágoa, ainda o justificou. Por quê? E por que às vezes se comportava como um *cachorrinho domesticado e bem domado por seu dono* quando no fundo era *um gato selvagem e livre*?²²

O segundo cuidado foi o de me atentar às minúcias, às pequenas malícias do texto. Jorge Amado lança muitas pistas, mas não se prende a elas – por exemplo, a falta de nome da mãe de Malvina, Glória na janela como uma santa no altar etc.. Só com muita atenção consegui perceber essas artimanhas amadianas dissolvidas no texto; daí, tive de identificá-las, destacá-las e perceber suas importâncias para a composição da narrativa. Fora isso, há uma série de intertextualidades que, uma vez percebidas, o romance ganha outra dimensão – no caso, a intertextualidade com o conto dos Irmãos Grimm *A Donzela Malvina*, com a Bíblia na parte de *Josué transpondo muralhas*, com o texto sobre *Heloísa*.

O terceiro cuidado foi o de cruzar as histórias das personagens do próprio romance de modo a elucidar suas semelhanças, mas, especialmente, de destacar em que pontos se diferenciavam. Vale destacar, porém, que não queria fazer isso apenas em relação a elas entre

22 Inclusive, é válido lembrar, essa metáfora do gato está presente na obra, em uma passagem em que Gabriela brinca com um gato selvagem que invade o quintal de Nacib, dominando-o com carinho e comida, para espanto de dona Arminda, afinal, aquele animal já era conhecido por seu comportamento arisco.

elas, mas também cruzar os dados com o que conseguia capturar nas leituras dos teóricos, historiadores e filósofos que reuni em minha *caixa de ferramentas* (Foucault, 1979).

A escolha dos teóricos se deu mediante os pontos da narrativa; fui selecionando aqueles que melhor me ajudavam a problematizar e explicar os pontos *obscuros* com os quais ia me deparando – afinal, como disse anteriormente, Amado lança muitas pistas, mas não se atém a nenhuma delas.

Desse modo, meu trabalho operativo consistiu basicamente em buscar explicações e conexões entre a narrativa e a produção teórica existente, bem como entre os pontos comuns e divergentes da própria história literária do romance. Nexos a respeito da moral vigente na época e/ou presente nas bases do regime normativo daquela sociedade – daí recorrer a Rousseau, por exemplo – ou de fatos históricos. Para cada capítulo, uma problemática distinta se evidenciava, necessitando de diferentes teóricos que pudessem me ajudar na argumentação. Desse modo, fui costurando teoria e narrativa, criando uma espécie de *tecido explicativo*.

6.2 Dos objetivos

Retomando os objetivos deste trabalho, era minha pretensão, por um lado, *descrever os modos de subjetivação/educação das mulheres dentro do romance Gabriela, Cravo e Canela*. Em outras palavras, queria retratar por quais mecanismos de formação passaram Malvina, Sinhazinha, Glória e Gabriela para se tornarem *mulheres* – mulheres distintas entre si, por certo, porque enquanto Malvina e Sinhazinha personificavam *mulheres de família*, Glória e Gabriela exemplificavam *mulheres do povo*, isto é, aquelas que estavam a margem da *moral e dos bons costumes* da sociedade ilheense. Por outro lado, objetivava também *analisar as personagens femininas em suas manifestações de resistência aos modos de subjetivação das mulheres na sociedade brasileira apresentada no romance*.

Analisando bem os objetivos deste trabalho, no primeiro objetivo, o que estava colocado era a descrição da *norma*, ao passo que no segundo objetivo, o foco da problematização eram as *rupturas*, as diferenças e as fugas àquela normativa buscada com o primeiro problema. Explicando melhor, no primeiro objetivo, estava especialmente interessada na descrição daquilo que seria esperado de cada mulher enquanto *moça, senhora casada, prostituta* ou *amante* ao passo que no segundo objetivo, buscava esmiuçar os pontos em que Malvina, Sinhazinha, Glória e Gabriela romperam com os parâmetros de normalidade esperado delas – os pontos em que se tornaram *diferença, fuga, resistência*.

Volto agora, uma vez mais, à questão da forma de organização do trabalho para explicar algumas questões que ainda ficaram em suspenso.

Quando optei por trabalhar cada capítulo a nível individual (pessoal de cada personagem), o fiz porque, como disse anteriormente, queria evidenciar as minúcias de cada mulher analisada, tanto em relação a sua subjetivação como em relação às rupturas que estas promovessem.

Em um primeiro momento, devo confessar, acreditava que apenas Gabriela fosse uma *representante perfeita* de resistência e fuga aos padrões femininos vigentes naquela sociedade. A medida, porém, que a pesquisa avançou, pude perceber que se Gabriela destoava realmente das demais personagens femininas da obra – o que justificaria a necessidade de uma análise criteriosa dessas demais personagens – bem como de qualquer forma de representação de mulher trazida pela historiografia, mas ela não estava sozinha nessa *batalha de resistência*: cada uma das principais personagens femininas que compunham a obra também eram, a seu modo, resistência e ruptura com as ideias de normalidade que se tem a respeito das mulheres brasileiras da década de 1920.

É importante perceber que, nesse sentido, o problema da organização do trabalho se evidenciava ainda mais, afinal, existia entre essas quatro personagens (por mim elencadas como as mais relevantes no enredo da obra) uma relação de contraste e uma estranha complementariedade muito difícil de quebrar: as diferenças entre elas e delas em relação à sociedade só se evidenciavam quando contrastadas umas com as outras. Desse modo, fatalmente, cada personagem acabaria habitando o capítulo referente às demais. Como separá-las, então? E, mais precisamente, como permitir que essas personagens circulassem pelo capítulo dedicado a outra companheira de narrativa, sem tirar-lhe o protagonismo a ela devido por conta de ser aquele o *seu* capítulo de análise?

A solução que encontrei foi uma espécie de *trabalho em escada*: no primeiro degrau, Malvina; no segundo, Sinhazinha; depois, Glória, por fim, Gabriela. A cada personagem anteriormente descrita e analisada, era concedida por mim a permissão de circular mais livremente nos capítulos subsequentes referentes às demais mulheres em foco. O fiz porque, para se compreender algumas questões referentes às personagens – suas características, a justificativa de suas ações etc. – era de suma importância saber, previamente, o contexto que lhe envolvia. Quiçá, por isso, pode soar a quem entrar em contato com este trabalho a sensação de uma certa *predileção* de minha parte por Malvina, por esta aparecer nos quatro capítulos – ao contrário de Gabriela, protagonista da obra, que só aparece realmente no quarto e derradeiro capítulo.

Defendo, porém, essa forma de organização que criei – embora saiba que críticas e mal-entendidos possam surgir. Não quis com isso apagar o protagonismo de Gabriela, tampouco ofuscar seu modo tangencial de ser e pensar; ao contrário, pretendia, antes de tudo, demonstrar um certo *plano de normalidade* no qual as personagens circulavam, para depois destacar aquilo em que Gabriela se diferenciava.

Esclarecimentos feitos, volto aos objetivos. Primeiramente, a questão da subjetivação...

Malvina, enquanto *moça de família*, tinha sua subjetividade moldada por três instâncias sociais bem definidas e complementares entre si: o colégio, a Igreja e a família. Não obstante, devido a sua condição social próxima a de Malvina, pode-se pensar que Sinhazinha tenha passado pelos mesmos processos de subjetivação.

No que se refere à escola, ali Malvina aprendia um certo número de conhecimentos os quais, em sua maioria, eram voltados, como atesta a historiografia, para a educação das futuras mães, esposas e donas de casa, para que essas pudessem melhor exercer a função social que lhes competia naquele contexto.

Ora, trata-se aqui da década de 1920, início da Primeira República, uma época em que se respirava, pela sociedade, os novos ares do progresso e da modernização social, mas que, paradoxalmente, trouxe poucas mudanças para o campo educacional brasileiro. Em termos gerais, o ensino básico no Período Imperial era precário, voltado especialmente à formação das elites dirigentes do país, cenário esse que não se modificou no período do início da República.

A compreensão do que se passara em termos de educação formal da mulher no Período Imperial não se resume a fazer um elo comparativo com a República e assim esclarecer o contexto educacional vivenciado exclusivamente por Malvina, mas serve também para compreender o contexto vivenciado por Sinhazinha em sua mocidade; embora sua idade não esteja perfeitamente clara na narrativa, há possibilidade de que ela tenha vivenciado aquele período histórico, afinal, considerando-se que a história de *Gabriela, Cravo e Canela* passa-se em 1925 e que o Período Republicano só iniciara-se em 1889, havia-se transcorrido apenas trinta e seis anos do final do Império.

No período do Império, especialmente nos grupos sociais mais abastados, era comum o ensino das moças ocorrer em casa, com alguma professora ou professor particular, de boa índole e reputação, embora existissem escolas religiosas que podiam frequentar. O ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática geralmente era complementado com o ensino de música e de francês.

Como o destino mais comum às moças era o casamento e o lar, era comum que aprendessem a costurar, bordar, rendar, cozinhar, lidar com os empregados. Aprendiam, assim, a serem companhias agradáveis aos maridos e a se portarem de modo adequado para bem representá-los socialmente. Em suma, educar-se, nessa época, resumia-se ao agradar do marido. Os reflexos dessa cultura educacional advinda do Império fizeram-se refletir fortemente na República, como atestam a historiografia bem como no próprio romance, nas descrições feitas a respeito da educação de Malvina e das demais mocinhas casadoiras do colégio das freiras.

Não se pode negar que era esse o objetivo de Nacib em seu processo de educação/domesticação de Gabriela e que sua frustração maior fora não ter sido feliz em seus objetivos, vendo a mulher resistir e continuar a portar-se como uma *qualquer*, sem o *devido refinamento que a mulher de um comerciante deveria ter para não o envergonhar* diante dos amigos e de toda a sociedade.

Aliás, essa é, sem dúvidas, uma das maiores críticas do livro: a hipocrisia do povo daquela sociedade. O que valia mais: os sentimentos, as sensações, os gostos pessoais do sujeito ou a imagem que os outros faziam dele? O que deveria estar no topo: o sujeito e sua individualidade ou a sociedade em sua coletividade (que hipocritamente desconsiderava e anulava a existência individual em nome de uma certa *imagem* que os outros deveriam fazer de cada um)?

Eis nesse ponto uma das marcas de diferença mais significantes de Gabriela: enquanto Nacib e as demais personagens viviam um eterno *faz de conta*, cultivando e valorizando em demasia a imagem que os outros faziam deles do que propriamente seus gostos e individualidades, Gabriela valoriza tão somente seu querer pessoal.

Ora, vejamos, Glória. Glória vivia na mais absoluta solidão: não tinha amigas, não podia receber visitas, tampouco sair de casa. Seu isolamento, no entanto, era claramente algo que muito a abalava e incomodava. Enquanto *mulher do povo*, tomando como parâmetro de comparação Gabriela – mulher livre, que gostava de andar pela rua, de mostrar-se para os homens, conversar, brincar com as crianças, participar das festas populares etc. –, pode-se supor que Glória também seria, antes de Coriolano, uma mulher livre e sociável. No entanto, sujeitava-se à enclausura. Por quê? Além disso, quando se apaixonou e se envolveu com Josué, escondeu de todos o seu romance. Por qual motivo?

A resposta a essas perguntas é simples: porque não queria perder seu *status* de concubina de coronel rico. O coronel poderia ser velho, violento, ter maus modos, mas que diferença isso faria? À Glória muito mais valor tinha o dinheiro e o conforto que seus desejos

e suas paixões. Submeter-se-ia a ficar com qualquer um que bem a mantivesse, que luxos lhe proporcionasse e que fome não lhe deixasse passar. Ficou com coronel Coriolano Ribeiro, depois com Ribeirinho – coronel abandonado por Anabela devido ao medo que essa passou a ter diante das histórias de violência que marcavam o passado do coronel.

Enquanto isso, Gabriela rechaçava propostas de coronéis, infinitamente mais ricos que seu Nacib; propostas de casa posta, luxos de princesa, chegando ao cúmulo da proposta do coronel Manoel das Onças o qual oferecera-lhe passar uma roça de cacau para seu nome – com papel lavrado em cartório e tudo.

Gabriela era diferente de Glória. Não dormia com homem por dinheiro, “por casa e comida, vestido e sapato” (AMADO, 2012, p. 165). Gostava de [...] homem moço, de dormir por dormir [...]. Não velho e feio, não por dinheiro. Por gostar de deitar. Clemente na estrada, Nhozinho na roça, Zé do Carmo também. Na cidade Bebinho, moço estudante, casa tão rica! ” (AMADO, 2012, p. 165).

Sinhazinha, por sua vez, também pensava no conceito social que sustentava. Para todos era *mulher de coronel, esposa dedicada, mulher de respeito* e bastante *séria, fiel fervorosa, dedicada ao culto da moral cristã e às festas da igreja*. Sua súbita paixão pelo dentista Osmundo Pimentel nunca fora algo suficientemente forte para que ela abrisse mão dessa imagem social que dela faziam. Preferiu, pois, vivenciar seus ímpetos, mas *por debaixo dos panos*, isto é, escondida. Para a sociedade, uma *lady* acima de qualquer suspeita. Na cama do dentista, *meias pretas*.

Claro, a situação de uma mulher casada nessa época era demasiado delicada: a mulher era uma espécie de *objeto comprado* pelo homem (e sua família) no ato do matrimônio. Uma vez *pertencente* ao homem, esse dispunha de toda a autoridade para fazer o que bem entendesse com ela, inclusive matá-la em caso de adultério. É verdade que o crime passional como *reparo da honra* não era legal no Brasil dos idos de 1920, mas, independentemente disso, socialmente essa era uma prática bastante legítima, aceita e até mesmo defendida pelos setores dominantes da sociedade, resultando em absolvições certas nos tribunais do júri. Conforme dito em um dado momento deste trabalho, em julgamentos de casos de traição feminina todos sabiam ser unânimes as absolvições dos maridos traídos. Resultado mais que esperado e *justo*, socialmente falando.

Mas, ainda diante desse cenário, não poderia Sinhazinha fugir a fim de desfrutar livremente de sua paixão avassaladora pelo dentista? Bem, a fuga foi o recurso encontrado, por exemplo, por Malvina para livrar-se daquele regime de poder que a envolvia. Por que Sinhazinha não fugiu? Talvez por medo do marido; talvez por dinheiro também – será que

estaria ela disposta a abandonar todo seu luxo de *mulher de coronel* para conformar-se com uma vida mais simples ao lado de um dentista recém-formado? Todo modo, não é precipitado dizer que Sinhazinha pensou antes na sociedade e isso foi fator preponderante em sua decisão de esconder sua paixão em fúria na cama do dentista com cara de são Sebastião.

E Gabriela? Diferenciando-se de Sinhazinha, Gabriela foi flagrada com o amante em sua própria casa, na cama do marido, em plena luz do dia. Se em alguns eventos escondeu-se – como foi o caso da ida ao circo ver a apresentação do negrinho Tuísca –, o fez não por medo de *manchar sua imagem*, ou porque se importasse com *o que a sociedade iria dizer*, mas para não magoar Nacib – afinal, esse sim, como tantos outros na narrativa, tinha essa questão da *imagem social* como algo extremamente importante em sua vida.

Gabriela não entendia, tampouco, toda essa ritualística que envolve o sexo. Costumava pensar que se o moço a queria, e ela também dele se agradava, não havia por quê recusar-se ao prazer que dessa relação ela desfrutaria. O que importava, pois, uma certidão de casamento a *atestar* que a partir da data do enlace, ela *pertencia* a Nacib – seu *marido, amo e senhor*? Não deixara de sentir o que sempre sentiu; não deixara de querer o que sempre quisera; não deixara de pensar o que sempre pensara. Não fora, enfim, por conta de um *contrato em cartório* que mudara seu *eu*, seus sentimentos, seus desejos e pensamentos. Esconder-se então, para quê? Continuava a ser a mesma Gabriela de sempre – aquela que atravessava as ruas de Ilhéus sob o sol, com a marmita na mão; aquela que andava entre as mesas, ouvindo as palavras carregadas de intenções dos homens no bar; aquela que Nacib beliscava por debaixo do balcão. Por que, pois, deveria agir diferente? Por que Nacib exigia dela tantas mudanças de comportamento se assim a conhecera e se enamorara dela?

Malvina, por sua vez, manteve-se, na maior parte do tempo da narrativa, presa aos gostos de seu pai, amedrontada em seus ímpetos pelo medo de causar-lhe dor e sofrimento. Desfazia-se de si em nome dele. E o que causaria dor em Melk Tavares senão o desgosto de ter *uma filha perdida*?

Se bem pensarmos, Malvina já possuía todas as *ferramentas* de que precisava para ter uma vida distinta àquela que fatalmente se destinava às mocinhas de família, estudantes do colégio de freiras, isto é, o casamento arranjado com o filho de alguma família amiga: era esclarecida, tinha uma boa base de estudos, mas tinha, especialmente, desejos distintos às demais *moças de família*; queria trabalhar, cursar faculdade, ser independente.

Estranhamente, Malvina desenvolvera um plano (algo) bizarro: casar-se para libertar-se. Via no casamento com *o homem certo*, com seu *príncipe libertador*, a porta de entrada ao *mundo das maravilhas*, a um lugar distante dali, onde poderia viver do jeito que tanto

sonhara: liberta de seu pai *dragão*, do *castelo de trevas* da casa paterna, daquele *reino encantado* de Ilhéus onde o aprisionamento da mulher era lei, onde ninguém poderia pensar diferente, onde tudo acontecia sempre da mesma maneira.

Gabriela, por sua vez, via o casamento como um aprisionamento, como uma instituição castradora, que tirava dela a espontaneidade, a liberdade e o desejo – que eram, afinal, suas principais marcas. Nacib, embora não compreendesse o motivo das mudanças de Gabriela após o casamento, sentira os reflexos desse no temperamento da amada: quando solteira e sua amante, era carinhosa e ardente, a ele entregando-se em paixão todas as noites. Após o casamento, “ela estava arredia, esquiva, como se estivesse sempre cansada” (AMADO, 2012, p. 254). Não se recusava, é verdade, quando ele a queria, mas, já não era para ele como antes do casamento.

Gabriela esfriara e esfriara em virtude do laço matrimonial e toda a institucionalização imposta a partir de então. A ritualística que envolvia a relação institucionalizada através do casamento tirara de Gabriela a espontaneidade, a liberdade de pensar, de ser e de agir, de ir, de vir e fazer o que queria, quando e do jeito que queria.

Contradizendo, pois, a lógica imposta à educação da dessa época – lógica essa captável nos contos de fadas lidos por Malvina, na cultura popular da época corrente, nos receituários das revistas etc. –, Gabriela não queria e não gostava do casamento: era ruim estar casada; não gostava de ter de usar roupas caras, sapatos apertados, joias, anéis. Gostava de brincar e dançar na praça com Tuísca e Rosinha, de rir para os moços no bar, de andar descalça, de “correr pela praia, todos os ventos em seus cabelos, descabelada, os pés dentro d’água” (AMADO, 2012, p. 259). Nada do que gostava por estar casada podia fazer. Era ruim ser *a senhora Saad*, por fim. Preferia ser apenas *Gabriela*.

Mas, volto à questão do primeiro objetivo, isto é, a questão da subjetivação da mulher – até porque, já versei bastante a respeito da questão das diferenças e resistências, que era, pois, seara do segundo objetivo.

O que fazia de cada uma dessas mulheres, *mulheres*? Bem, primeiro tem-se de ver que não há massificação. Cada mulher dessa história, dependendo do seu *status* e função social, era submetida a um conjunto de práticas educativas distintas.

Enquanto Malvina e, de certo modo, Sinhazinha enquanto *mulheres de família* tinham em aparelhos como o colégio de freiras, a Igreja e a família fortes elementos de moralização e controle, Gabriela e Glória tinham, por sua vez, a fome, a miséria e a necessidade de sobrevivência como principais elementos de subjetivação.

Realmente, observando bem, todo aquele conjunto de prescrições morais tão arduamente defendidos pelas solteironas e maximamente obedecido pelas *mulheres casadas* e *moças casadoiras* só fazia sentido se garantidas as bases sócio-econômicas que lhes dariam sustentação. Além disso, uma vez que estavam em jogo justamente bases econômicas, era de prima importância garantir a manutenção dessas mesmas bases através de um conjunto moral de controle.

Explicando melhor: as *mulheres de família* deviam dedicar a maior parte de seu tempo aos cuidados do lar, ao marido e à família. Não lhes era permitido, portanto, trabalhar fora de casa. Aliás, não lhes era permitido sequer sair de casa. Por quê? O discurso de moral justificava que uma *mulher de boa índole* só deveria ser vista em público se acompanhada de seu marido.

Do mesmo modo, não lhes era permitido o uso de roupas provocantes porque a moral estabelecia que uma mulher de *boa índole* deveria vestir-se de modo elegante, porém discreto. Não lhes era permitido frequentar bares e cabarés, pois a moral limitava a circulação das mulheres, cabendo-lhes apenas o cercamento do lar e os eventos da Igreja. Não lhes era permitida tampouco certas leituras. O discurso de moral impunha uma educação bastante controlada às mulheres como forma a não as tornar *esclarecidas demais* e, fatalmente, questionadoras da ordem estabelecida.

Por que todo esse agenciamento sobre as mulheres?

Na realidade, esses e outros mecanismos funcionavam tão somente como formas de controle para garantir que as mulheres não se desviassem e não arriscassem, assim, a legitimidade dos filhos que por ventura viessem a dar a luz. Em outras palavras, mulher tinha de ser enclausurada e constantemente vigiada de modo a evitar as traições e gravidezes ilegítimas que poriam em risco a continuação genética das famílias, bem como as heranças longinquamente possuídas. Mas, além de gerar filhos legítimos, era dever das mulheres também zelar-lhes pela educação e higiene, garantindo assim a sobrevivência e enquadramento moral das futuras gerações que herdariam o patrimônio e o nome das famílias.

E, por quais mecanismos essa moral era difundida? No caso específico das *mulheres de família*, conforme dito outrora, era através de mecanismos como a escola, a família e a Igreja que a subjetivação das mulheres ocorria de modo mais claro. A Igreja era a principal produtora do discurso moral a ser inculcado nas mulheres, mas atuava também como ferramenta de subjetivação em seus eventos como as missas e as festas. A família, por sua vez, era a principal instituição a envolver-se com a educação moral das meninas, conduzindo seus destinos, impondo-se sobre elas, ditando-lhes o certo e o errado, o que podiam ou não

querer e fazer, cercando-lhes, ditando-lhes os limites de suas possibilidades. Por fim, a escola, instituição de educação formal, mas também de educação moral, compunha a tríade de formadoras das meninas. Na escola, além de aprenderem a ler, a escrever e alguns rudimentos científicos e culturais interessantes ao refinamento cobrado de uma *mulher de sociedade*, aprendiam prendas do lar e a se portarem como boas esposas.

Mas a questão que coloco é: não se pode generalizar. Às vezes, lendo os manuais a respeito da história das mulheres, tenho uma estranha sensação de que todos esses preceitos e os agenciamentos dessas instituições seriam algo unânime à todas as mulheres, independentemente de sua classe social, do local onde residiam etc., o que é uma inverdade.

Não havia hegemonia em relação aos mecanismos agenciados para a produção e o controle das mulheres. Em outras palavras, a subjetivação das mulheres dessa época não ocorria de forma *una*, independente do extrato social a que pertencia a mulher, da região do país onde residia etc.. Senão, vejamos, uma especificidade da Ilhéus do romance: os falatórios, as fofocas, os disse-que-disse. Esse costume tão popular entre àquelas pessoas era também, dentro daquele contexto social, um fortíssimo elemento de subjetivação e controle. À Malvina causava repulsa e pouco a importava o que diziam dela pelas calçadas e bares, mas nas demais mocinhas casadoiras causava forte impacto – uma moça *malfalada* poderia ser fadada à solteirice eterna –, ao passo que entre as mulheres casadas as fofocas provocavam medo, receio – uma fofoca poderia determinar o fim do casamento e até mesmo a morte da mulher. Foi por uma carta anônima que o coronel Jesuíno Mendonça soube do caso de Sinhazinha e a matou; foi também através de uma fofoca de Bico Fino que Nacib tomou conhecimento da traição de Gabriela; por meio da fofocaria da cidade, coronel Melk Tavares surrou Malvina e a mandou para um internato fora da cidade; e foi devido aos falatórios que coronel Coriolano Ribeiro tomou conhecimento da traição de Glória e a expulsou.

Portanto, uma vez que não havia essa hegemonia quanto à subjetivação das mulheres, pode-se concluir que mulheres como Glória e Gabriela devem ter passado por outros mecanismos que as tornaram enfim *mulheres*. Sim, para mulheres distintas, mecanismos distintos, porque os resultados que se esperavam eram distintos.

Mulheres como Glória, Gabriela, Risoleta, Anabela, por exemplo, não tinham sobre seus ombros a responsabilidade de gerarem filhos legítimos a ricos coronéis e abastados filhos de famílias ricas. Nesse sentido, falar de *tabu da virgindade* em relação a elas é um erro. Isso fazia sentido à Malvina, *futura mãe de família*, mas nenhum a essas mulheres.

Se não tinham a obrigação de gerarem filhos legítimos, se não tinham a obrigação da virgindade até o casamento, não havia tampouco a necessidade de enclausurá-las. Não por

menos, Gabriela podia circular livremente pelas ruas de Ilhéus, entrar no bar, falar com homens. Que mal havia?

Mas elas eram também *mulheres*; mulheres diferentes das *mulheres de família*, subjetivadas, portanto, por mecanismos outros – dentre os quais se destacavam a fome, a miséria e a necessidade de sobrevivência.

Se seus destinos não estavam fadados ao casamento certo, tinham de buscar meios de garantir suas vidas; se não tinham uma família com posses a dar-lhes o sustento e a base material de suas existências, tinham de buscar meios para consegui-los. E como o faziam? Algumas trabalhando, outras se prostituindo – pelo menos esses foram os dois exemplos exibidos pelo romance.

Nesse sentido, é um erro pensar a subjetivação dessas mulheres passando pela tríade família, Igreja, escola. Gabriela e Glória eram semi-analfabetas – o que indica que não frequentaram a escola –; não iam à missa – exceto Gabriela, na condição de senhora Saad, isto é, na tentativa forçada de Nacib em enquadrá-la sob a lógica das *mulheres de família* –; nem sequer família tinham – Glória foi apenas “Glória”, sem sobrenome, durante toda a narrativa do romance, já Gabriela, tamanha falta de enquadramento social, teve um registro forjado para poder casar-se.

Então, onde se *formavam*?

Indícios do romance me levam a crer que nas ruas, na roça, sob a lógica da sobrevivência.

A relação que mantinham com os homens refletia, inclusive, as diferenças do processo de subjetivação por que passavam essas mulheres. Enquanto a mãe de Malvina, Clara, Sinhazinha e as demais mulheres casadas dedicavam ao marido um pleno respeito, Glória via em Coriolano uma oportunidade de fugir da miséria, da fome, da desgraça. Do mesmo modo, Anabela enxergou em Ribeirinho e Risoleta em Nacib uma boa oportunidade de garantirem dinheiro para seu sustento e seus luxos. Gabriela, por sua vez, enxergava nos homens – como Nacib, Tônico, Clemente, Nhozinho, Zé do Carmo, Bebinho – prazer sexual. Gabriela era diferente até mesmo das mulheres que por uma série de fatores se assemelhavam a ela. Para sua subsistência, o trabalho; para seu prazer, os homens.

Falando em diferença, não se pode, no entanto, negar que em um certo ponto da história Sinhazinha e Malvina distanciaram-se daquela normativa imposta às *mulheres de família*. Sinhazinha traiu o marido, ao passo que Malvina se envolveu com homem casado, enfrentou o pai, quase perdeu a virgindade fora do casamento, alimentava desejos *estranhos* como os de trabalhar, cursar faculdade e não se casar. A questão que fica é: por quê? Quais

foram os elementos determinantes para essa mudança de rumos e perspectivas dessas duas mulheres?

Falando, primeiramente, a respeito de Sinhazinha, fica claro que dentro dela começaram a se chocar a moral que cultivava com os desejos sexuais que ainda lhe ardiavam. Mulher jovem, casada com homem velho, áspero e soturno, de repente viu-se envolvida por um jovem dentista conquistador, com cara de santo.

Uma vez mais, dentro do romance, a questão da individualidade é contrastada com os ditames sociais. Aliás, como já disse anteriormente, uma das principais problemáticas que se encontram no núcleo do romance é justamente essa: as contradições que vivemos quando contrastamos nossos instintos individuais com as normas sociais. Bem observando, a maior parte das vezes, os desejos, os instintos, os pensamentos, as individualidades, enfim, das personagens estão em tensão com as regras da sociedade, com o que é *moralmente válido e correto*.

Mas se o que fez Sinhazinha desviar-se da norma foi a carência de uma mulher ainda jovem casada com um marido sem nenhum trato amoroso, incapaz de satisfazê-la em seus instintos, o que levou Malvina a desviar-se foi, sem dúvidas, a *degustação do fruto proibido*, isto é, o conhecimento.

Malvina era estudante do colégio de freiras e, assim como as demais mocinhas casadoiras da cidade, poderia conformar-se com seu fatal destino de futura esposa, mãe de família, devota da Igreja. No entanto, seus desejos a levaram a um destino completamente diferente: queria cursar faculdade, trabalhar, ser independente. A que se devia tantas mudanças? Em termos gerais, a João Fulgêncio e aos livros *proibidos* que lera através dele.

O estudo trouxe a Malvina o esclarecimento a respeito da condição da mulher em sua época; trouxe-lhe também o questionamento, a não conformação e a necessidade de pensar além, de ver o que outras sociedades reservavam às mulheres. É certo, contudo, que Malvina durante muito tempo cultivara um pensamento inocente, extremamente influenciado pelas leituras *cor-de-rosa*, isto é, pelas leituras permitidas às mulheres. Planejava para si uma vida de contos de fadas, em que um príncipe libertador a levaria daquele *reino de trevas*, onde estava submetida aos ditames de seu pai *dragão*, e, através desse homem tão especial poderia finalmente desfrutar, em *um reino distante*, de uma vida liberta e feliz.

Quando se decepcionara com seu *príncipe* Rômulo Vieira, percebera que a vida real era bem diferente dos esquemas encantados dos romances. Tivera então a maturidade de não ficar chorando ou de dobrar-se aos mandos de seu pai. Ao contrário, traçara novos planos,

fugira, provavelmente encontrando a vida de que tanto sonhara, mas através de seus esforços pessoais, sem comprometer-se com ninguém.

Finalizado esse panorama, é possível enfim ver as diferenças de Gabriela em relação às demais personagens que compõem o romance.

Gabriela, ao contrário de Malvina, não necessitou fugir de Ilhéus para experimentar uma vida livre; ao contrário, vivenciava de inúmeras formas de liberdades – que iam desde a sua livre circulação pelo espaço proibido das ruas e bares a sua forma humilde, porém provocante de se vestir. Também ao contrário de Malvina, Gabriela nunca enxergou nos homens *príncipes encantados, libertadores do mal*. Gostava deles pelo prazer que podia, junto deles experimentar, nunca enxergando, por fim, no casamento uma porta para a liberdade. Ao contrário, para Gabriela o casamento era justamente aquilo que tirava dela a liberdade já vivenciada.

Glória, por sua vez, era, como costumava chamar Jorge Amado (1981), uma *mulher do povo*, subjetivada na cultura da roça, sob a dura lei da sobrevivência. Diferenciava-se das ricas e *honradas mulheres de família* por manter com os homens uma relação completamente distinta a que elas costumavam manter: para a lógica de Glória, não havia a necessidade de casamento para manter relações íntimas com um homem; bastava que esse a sustentasse. Nesse sentido, invertendo a lógica das *famílias* em que os homens eram aqueles que usavam as mulheres, Glória era quem usava os homens como uma forma de garantir sua sobrevivência.

Em que ponto Glória se distanciava de Gabriela? Ora, no fato de não se importar em envolver-se com homens velhos e de maus modos desde que esses lhe garantissem a sobrevivência e os luxos. Gabriela só se interessava por *moços bonitos*; independentemente da condição financeira do homem, se lhe causava desejo e se esse também a queria, não via motivos para não ter com ele relações sexuais. O dinheiro não era, enfim, o determinante da sexualidade de Gabriela. Para ganhar dinheiro, trabalhava; com os homens, se divertia. Não havia aí uma relação de *uso*. Gabriela não *usava* os homens e tampouco eles a *usavam*. Havia, isso sim, uma relação de reciprocidade não encontrada nem na vida das *mulheres de família*, tampouco na relação que Glória mantinha com seus homens.

Sinhazinha, por sua vez, era uma mulher casada e séria; em um deslize, em um momento de fraqueza e carência, deixou-se envolver em um romance extraconjugal. Pelo simples fato de ter traído o coronel Jesuíno Mendonça, Sinhazinha já é diferente. Mas, sua traição, analisada por um outro ângulo, foi cautelosa, disfarçada, escondida; seus encontros se davam na casa do amante, sob a desculpa de um tratamento dentário acima de qualquer

suspeita. Seus desejos e fantasias foram cuidadosamente escondidos por Sinhazinha. E Gabriela?

Gabriela quando foi pega em traição, estava na cama do marido. Ela não se importava com as fofocas da cidade, com o que o povo pensava ou dizia dela; não se importava com seu *status* de mulher casada, aliás, para ela, o casamento era um grandessíssimo atrapalho em sua vida e na relação de amor que mantinha com Nacib; tampouco lhe importava o dinheiro que poderia perder caso seu casamento com o comerciante árabe fracassasse. O que queria ela? Andar de chinela, vestida de pobre, com um laço de fita nos cabelos. Queria a simplicidade e naturalidade do quintal de goiaba, mamão e pitanga; esquentar ao sol com seu gato matreiro; conversar com Tuísca, fazê-lo dançar e dançar para ele. Queria cantar de manhã, trabalhar na cozinha, andar pela rua, ir ao cinema com dona Arminda e ao circo quando esse se armava na cidade. Queria só isso: ser Gabriela. Só Gabriela. De ser a sra. Saad, gostava não (Amado, 2012, p. 259).

6.3 Dos códigos amadianos

Este trabalho proporcionou-me uma leitura aprofundada de *Gabriela, Cravo e Canela...* debruicei-me com tanto afincos sobre o livro, mergulhei tão profundamente em suas pormenoridades que, embora não fosse meu objetivo prévio, acabei por perceber alguns *códigos da Vinci* ali presentes: intertextualidades, detalhes, pequenas artimanhas do autor que, em uma *leitura de cabeceira* dificilmente perceberíamos.

A primeira revelação foi a intertextualidade entre a Malvina de Jorge Amado e a donzela Malvina dos Irmãos Grimm. Pareceu-me impressionante como uma história se assentava na outra em uma harmonia tão sólida. Não posso, por certo, afirmar veementemente que ao escrever sobre sua Malvina, Amado verdadeiramente se inspirou na Malvina do conto, mas, é impossível negar certas semelhanças: ambas saíram de seu *reino de trevas* para uma vida melhor, distante dali, sobre as próprias pernas, sem a necessidade de um príncipe-libertador que as arrancasse do sofrimento no qual sucumbiam e, se ambas viviam uma situação de sofrimento extremo, viviam-no por conta da truculência de seus respectivos pais.

Nesse sentido, a pergunta que ficou em suspenso em *Gabriela, Cravo e Canela* – o que aconteceu com Malvina no período entre a fuga do colégio interno e a chegada a (tão sonhada) São Paulo poderia finalmente ter uma resposta: observando a trajetória da Malvina dos Grimm, é possível que tenha passado fome, que ninguém a tenha acolhido e somente em

São Paulo conseguiu emprego, casa e a vida, que se não era exatamente o que esperava, pelo menos era uma vida livre dos mandos e desmandos de Melk Tavares.

A segunda intertextualidade que encontrei foi a do professor Josué com a personagem bíblica Josué. Relembrando, segundo a bíblia, foi sob orientação divina que os israelitas conseguiram conquistar a fortificada e temida Jericó, cujas muralhas foram derrubadas enquanto o povo de Israel tocava trombetas. O título do capítulo referente ao professor Josué no romance é “do amor eterno ou de Josué transpondo muralhadas” (AMADO, 2012, p. 199).

Qual era a *orientação divina* para o professor Josué transpor as muralhas fortificadas de Jericó, no caso, a casa de Glória? Em suma, seus sentimentos rechaçados por Malvina, mas bem quistos por Glória. Para isso, utilizou também de *trombetas*, no caso, sua poesia e seu eterno amor “maior que a imortalidade de todos os deuses reunidos” (AMADO, 2012, p. 200). Em resumo, por que justo o professor Josué foi o único a ter coragem de adentrar na fortificada casa de Glória e fazer-se amante da protegida rapariga do coronel Coriolano Ribeiro, embora sua fama e histórias violentas? Porque ele era *Josué*, o escolhido para conquistar *Jericó*.

Ainda sobre Josué, duas outras questões são interessantes de serem percebidas: primeiro, a crítica amadiana feita através de Josué aos *revolucionários de situação*, isto é, àqueles que abraçam uma causa revolucionária sem sequer dominarem as bases filosóficas presentes nos discursos e correntes de pensamento que envolvem cada levante político. Segundo, a prostituição do professor pela rapariga do coronel: do mesmo modo como o coronel Coriolano Ribeiro utilizava de seus recursos financeiros para atrair e prender suas concubinas, Glória passou a dar a Josué benefícios que sua profissão de professor não poderia lhe proporcionar: sapatos, meias, blusas... dessa forma, do mesmo modo que Coriolano controlava os anseios de Glória por liberdade, Glória passou a controlar os anseios de liberdade sentimental de Josué.

Outra *revelação* que destaquei foi o fato da mãe de Malvina não ter nome. Ao longo de toda a narrativa, a única identificação que tem é a de ser *a mãe de Malvina*. O nome, esse elemento de identificação e individualização de um ser não lhe foi conferido em nenhum momento. Todas as personagens têm nome, até mesmo aquelas que só aparecem uma única vez ao longo de toda a história como dona Felícia, Celestina, Clara etc. Exceto ela. Por quê? Porque ela não era sujeito. De todas as personagens que compõem a obra ela era a única que se encaixaria perfeitamente com a imagem que a historiografia faz das mulheres dos anos 1920: obediente, humilhada, comportada, fiel ao marido e à Igreja, mãe, zeladora do lar... E a única que não recebeu um nome.

6.4 Por fim...

Finalizo, pois, este trabalho, com uma doce sensação de dever cumprido.

Quando iniciei esta pesquisa, vivia um momento de turbulência pessoal e profissional; desconfiei diversas vezes se esta temática seria relevante, se era viável a um trabalho de tese, se teria material e fôlego suficientes para encarar o desafio de escrever sobre um objeto com o qual jamais havia trabalhado – no caso, a literatura – e, especialmente, se teria *direito* de escrever sobre uma obra de um autor tão relevante ao cenário literário brasileiro como Jorge Amado.

Modéstia à parte, creio que consegui. Tenho, pela primeira vez em minha vida, a sensação de terminar um trabalho conseguindo dizer exatamente aquilo que queria e precisava dizer. Como consegui tal feito? Creio que *sendo Gabriela*. Dizendo de outro modo, deixando-me levar pelo prazer de pesquisar aquilo que realmente me interessava, independentemente das críticas que um dia recebi, das desconfianças de uns e outros, inclusive das minhas, do olhar desconfiado de quem crê que *educação* só pode ser pensada se encerrada no espaço escolar, sob a lógica do professor-aluno-classe.

Encerro, por fim, este trabalho voltando-me àqueles que um dia, na banca de defesa do mestrado, me questionaram a respeito das resistências aos discursos de subjetivação da mulher – e que acabaram, de algum modo, sendo responsáveis pelo começo deste trabalho de doutoramento: não existe resistência? Não há como as mulheres escaparem aos muitos esquemas de subjetivação do feminino outrora por mim analisados? Bem, eu lhes responderia hoje, existe, mas não na mídia que se revelou, em última análise, como um espaço de excelência da normativa. A resistência encontrei na literatura que é um espaço diferente, por onde um pensamento diferente pode circular com mais facilidade. Dentre esses pensamentos de diferença, destacaria o de Jorge Amado que, além de trazer novas ideias e questionamentos, é simplesmente brilhante em sua criatividade e malevolência linguística.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**: crônica de uma cidade do interior. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AMADO, Jorge. **Jorge Amado**: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Álvaro Cardoso Gomes. São Paulo: Abril Educação, 1981.

BATISTA, Juarez da Gama. **Gabriela, seu cravo e sua canela**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Collège de France (pronunciada em 7 de janeiro de 1977). São Paulo: Cultrix, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural**: escuela y espacio social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BRUGGE, Úrsula Lima. **Corpo, Mídia e Educação**: uma arqueogenealogia da produção imagético-discursiva dos corpos femininos contemporâneos. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. **Revista IEL Unicamp**, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3560/3007>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CARDOSO, Elizângela Barbosa. **Identidade de gênero, amor e casamento em Teresina (1920 – 1960)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUNHA, Erica dos Santos Veiga *et al.* **Clínica Pomar**: proposta de orientação multidimensional arte realidade. Rio de Janeiro, 2011. Formação clínica em arteterapia, Turma 78. Disponível em: <<http://ericasaveatellie.blogspot.com.br/2011/11/conto-donzela-malvina.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. *In*: _____. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1974.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DOS SANTOS, Itazil Benício. **Jorge Amado**: retrato incompleto. Rio de Janeiro: Record, 1993.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANZÃO, Cláudia Regina da Silva; MARTINS, Audrey do Nascimento Sabbatini. **As Gabrielas**: do universo da cravo e da canela ao universo da areia e água. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.jorgeamado.org.br>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “As delícias do nosso amor”: comportamento feminino e crimes sexuais em Salvador (1890-1940). *In*: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; ARAS, Lina Maria Brandão de (Org.). **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

FERRONATO, Mariza Ardem Scipioni Vial. A representação como limitação: crítica de Deleuze à noção de diferença ontológica em Heidegger. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n.1 p. 81-89, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/5256/5256>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos III).

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos V).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Alberto Albuquerque. A construção da identidade profissional do professor: uma análise de egressos do curso de Pedagogia. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais ...** Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/590.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2014.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Microfísica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LIMA, Joelma Varão. **A mulher na obra de Jorge Amado**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORI, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367421

MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MENEZES, Cristiane Souza de; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. **Rev. Educação Unisinos [online]**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 43-50, 2009.

MOISÉS, Massud. **Guia prático de análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1969.

NASCIMENTO, Renata. **Eu nasci assim...**: a construção de Gabriela como símbolo de mulher baiana e brasileira. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/RENATA%20MARIA%20SOUZA%20DO%20NASCIMENTO.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

NASCIMENTO, Renata Maria Souza do. **Revisitações a Gabriela**: uma experiência de leitura da recepção crítica do romance. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

NAVARRO, Regina. **A função perversa dos contos de fadas**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://delas.ig.com.br/colunistas/questoesdoamor/a+funcao+perversa+dos+contos+de+fadas/c1238083574131.html>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

OLIVEIRA, Sayonara Amaral de. Das impertinências do corpo de Gabriela no romance de Jorge Amado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 23-30, out. 2011. Disponível em: <www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ONETO, Paulo Domenech. **A nomadologia de Deleuze-Guattari**. Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 23/24, p.147-161, 1990. Disponível em:

<http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/110810121118A%20nomadologia%20de%20Deleuze%20e%20Guattari%20-%20Paulo%20Domenech%20Oneto%20.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

PATRÍCIO, Rosana Maria Ribeiro. **Gabriela e as outras**: a representação da mulher em Gabriela, Cravo e Canela de Jorge Amado. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2008.

PROSTITUIÇÃO. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Prostitui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1880 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**: livro V. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Joelson Santigado. **Imagens femininas em Gabriela, cravo e canela de Jorge Amado**: um estudo de gênero. Feira de Santana, 2009. Disponível em: <www.uefs.br/ere12009/anais/joelsonsantos.doc>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SILVA, Michele Pereira; INÁCIO FILHO, Geraldo. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar? **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 15, p. 1-9, 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art14_15.pdf>. Acesso em 06 out. 2014.

SOARES, Cecília Moreira. A negra na rua, outros conflitos. *In*: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; ARAS, Lina Maria Brandão de (Org.). **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

SOUZA, Roberto Acizelo de. **Iniciação aos estudos literários**: objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Biblioteca universal).

STRECK, Danilo R. **Rousseau e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas**. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

TOSTA DOS SANTOS, Aline. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>>. Acesso em: 30 out. 2014.

VASCONCELLOS, Jorge. Prefácio. *In*: SILVA, Luiz Carlos Magno. **A nova imagem do pensamento**: um estudo sobre a reversão do platonismo na filosofia de Gilles Deleuze. Teresina: 2007.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção leitura e crítica)

BIBLIOTECA das moças. WIKIPÉDIA, A Enciclopédia livre. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_das_Mo%C3%A7as>. Acesso em 27 out. 2014.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. São Paulo: Unicamp, 2004.